



UNIVERSIDAD DE MURCIA

FACULTAD DE COMUNICACIÓN Y DOCUMENTACIÓN

O Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural: Diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias

El tratamiento temático de la información desde una perspectiva sociocultural: Directrices para la definición de una política de indización en bibliotecas universitarias

D^a PAULA REGINA DAL' EVEDOVE

2014



UNIVERSIDAD DE MURCIA

TESIS DE DOCTORADO

O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO
EM ABORDAGEM SOCIOCULTURAL: Diretrizes para definição de
política de indexação em bibliotecas universitárias

EL TRATAMIENTO TEMÁTICO DE LA INFORMACIÓN DESDE UNA
PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL: Directrices para la definición de una
política de indización en bibliotecas universitarias

Doctoranda: Paula Regina Dal' Evedove

Directora: Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita
Codirector: Dr. Isidoro Gil Leiva

Murcia
2014

Aos amores que dão sentido e beleza a tudo:

*Meu esposo **Thiago**,*

pelo estímulo constante e pela amizade,

tornando os meus em Nossos Sonhos.

*Meu filho **Thomas**,*

o pedacinho do céu em minha vida que tem cheiro de felicidade.

Caminhar junto a vocês por toda a eternidade é um privilégio!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e aos meus amigos que sempre estão ao meu lado, me apoiando nas minhas decisões. Estendo um agradecimento especial aos meus pais e irmãos por me ensinarem que o caráter justo é mais valioso do que qualquer objeto material, conhecimento adquirido ou qualquer meta alcançada.

À Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita por suas palavras de confiança, pelos ensinamentos, pelo acolhimento da pesquisa, por sua inesquecível generosidade e, principalmente, pelo exemplo de vida. Obrigada pelo prazer de ter sido sua orientanda nesta trajetória de quase uma década.

Ao Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva por conduzir a co-orientação desta Tese com respeito e disponibilidade. Em especial, pelo apoio prestado no período da realização desta pesquisa na Espanha.

Aos membros da banca examinadora pela contribuição sumamente enriquecedora para a finalização desta Tese.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelos contributos científicos e pelas oportunidades de reflexão.

Aos sujeitos participantes da pesquisa que colaboraram para a realização desta Tese, doando tempo e atenção para questões que contribuirão para a abertura de novos horizontes nas temáticas aqui trabalhadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa no Brasil e no exterior.

“Com frequência, os vales profundos de nosso presente serão compreendidos somente quando nos lembrarmos deles do alto das montanhas de nossa experiência futura”.

Dieter F. Uchdorf

RESUMO

Esta Tese tem por objeto de estudo o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, contemplando os fundamentos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento, as necessidades dos bibliotecários relativas ao cotidiano da profissão, bem como relativas à informação construída como prática social em contexto de bibliotecas universitárias. A proposta nesta pesquisa foi investigar as vertentes científica, profissional e de uso que compõem o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, a fim de identificar os principais elementos cognitivos, culturais e sociais que devem respaldar a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias. O objetivo geral foi contribuir com diretrizes para a definição de uma política de indexação para bibliotecas universitárias a partir: a) fundamentos teóricos e metodológicos do corpo de docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento; b) o contexto sócio-cognitivo do profissional bibliotecário; e c) características e princípios culturais dos usuários. Para tanto, no primeiro momento da pesquisa foram aplicados questionários com docentes que ministram disciplinas relacionadas à área de Organização e Representação do Conhecimento no âmbito do Tratamento Temático da Informação, bibliotecários indexadores que atuam em contexto de bibliotecas universitárias e usuários das respectivas bibliotecas universitárias. A aplicação dos questionários revelou a concepção dos atores sociais investigados sobre o cenário teórico-metodológico e prático-aplicado em que se encontra a política de indexação, cujos resultados, em conjunto com a exposição teórico-reflexiva, encaminharam a elaboração de diretrizes de orientação para definição de política de indexação para bibliotecas universitárias. Todas as diretrizes propostas foram estabelecidas com o objetivo de orientar sobre um determinado problema evidenciado nas discussões e resultados apresentados ao longo desta pesquisa. Com vistas à validação do material proposto, aplicou-se a técnica de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais indexadores de modo a verificar a pertinência das diretrizes de política de indexação para o contexto da biblioteca universitária e realizar as adequações necessárias. Os resultados apontam a relevância da inclusão dessas diretrizes no contexto das bibliotecas universitárias, pois abrigam um conjunto de considerações reflexivas e de orientação a serem consideradas no momento da elaboração da política de indexação.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento. Tratamento Temático da Informação. Política de indexação. Abordagem sociocultural. Bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

This thesis is to study the object Information Subject Treatment in sociocultural approach, considering the theoretical and methodological foundations of the field of Organization representation of knowledge, the needs of librarians regarding everyday work as well as information relating to the built as social practice in the context of university libraries. The purpose of this research was to investigate the scientific aspects, professional and use that compose the theme Information Subject Treatment on sociocultural approach in order to identify key cognitive, cultural and social elements that should support the development of Indexing policy to university libraries. The overall objective was to contribute to guidelines for the formulation of a indexing policy from university libraries: a) theoretical and methodological foundations of the teaching staff in the area of Organization and Knowledge Representation; b) social cognitive context of librarians and c) cultural principles and characteristics of users. For both, the first time of the survey questionnaires with teachers who teach subjects related to the area of Organization and Knowledge Representation within the Information Subject Treatment, librarians indexers who work in the context of university libraries and members of the academic libraries were applied. The questionnaires revealed the design of social actors investigated on the theoretical, methodological and practical-applied scenario in which it is the indexing policy, the results of which, together with the theoretical- reflective display, forwarded to draw up guidelines for orientation definition of indexing policy for university libraries. All proposed guidelines were established with the aim of guiding on a particular issue highlighted in the discussions and results presented throughout this research. With a view to validate the proposed material, we applied the technique of Verbal Protocol Group with professional indexers in order to verify the relevance of the guidelines indexing policy for the context of the university library and make the necessary adjustments. The results show the relevance of the inclusion of these guidelines in the context of university libraries, for housing a set of reflective considerations and guidance to be considered when drawing up the indexing policy.

Keywords: Organization and Knowledge Representation. Information Subject Treatment. Indexing policy. Sociocultural approach. University libraries.

RESUMEN

El objeto de estudio es el tratamiento temático de la información desde una perspectiva sociocultural, contemplando los fundamentos teóricos y metodológicos de la Organización y Representación del Conocimiento, las necesidades de los bibliotecarios sobre determinados procesos realizados, así como con respecto a la información elaborada como práctica social en el contexto de las bibliotecas universitarias. La propuesta en este estudio es investigar las vertientes científica, profesional y de uso del tratamiento temático de la información desde una perspectiva sociocultural para identificar sus principales elementos cognitivos, culturales y sociales que deben conducir al desarrollo la política de indización en las bibliotecas universitarias. El objetivo general fue contribuir con directrices para la definición de una política de indización basadas a) fundamentos teóricos y metodológicos derivados del cuerpo de docentes de la Organización y Representación del Conocimiento; b) el contexto sociocognitivo del bibliotecario profesional; y c) características y principios culturales de los usuarios. En un primer momento se aplicaron cuestionarios a profesores que imparten materias relacionadas con la Organización y Representación del Conocimiento dentro del tratamiento temático de la información, indizadores bibliotecarios que trabajan en bibliotecas universitarias y a usuarios de ellas. La aplicación de los cuestionarios reveló el diseño de los actores sociales sobre los aspectos conceptuales y metodológicos de la política de indización, cuyos resultados, conjuntamente con análisis teóricos y reflexivos condujo a la elaboración de directrices para la configuración de una política de indización para bibliotecas universitarias. La evaluación de las propuestas se llevó a cabo a través de la metodología del protocolo verbal en grupo con indizadores profesionales para su revisión crítica y para realizar los ajustes necesarios. Entre los resultados cabe destacar la delimitación de ocho directrices que impregnan la preparación y el desarrollo de la política de indización. Entre las conclusiones cabe mencionar que la investigación de las vertientes científica, profesional y de uso del tratamiento temático de la información propicia la elaboración de una política de indización para bibliotecas universitarias que ofrecen sus productos y servicios informacionales. Además, el conjunto de directrices propuesto para la definición de la política de indización proporciona una relación más armónica entre "saber" y "hacer", cuando se trata de poner en práctica el proceso, con el fin de salvaguardar el objetivo de biblioteca universitaria como institución dirigida a la socialización del conocimiento.

Palabras Clave: Organización y Representación del Conocimiento. Tratamiento Temático de la Información. Política de indización. Abordagen sociocultural. Bibliotecas universitarias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1.	Sistematização da pesquisa	41
Quadro 2.	Fases da política de indexação	107
Quadro 3.	Contrastes entre os paradigmas de pesquisa fenomenológico e normativo	124
Quadro 4.	Universo para a coleta de dados por meio de questionários	132
Quadro 5.	Universo para a coleta de dados por meio de questionário com bibliotecários indexadores	134
Quadro 6.	Universo para a coleta de dados por meio de questionário com usuários	136
Quadro 7.	Biblioteca universitária para aplicação do Protocolo Verbal em Grupo	138

LISTA DE TABELAS

Figura 1.	Eixos da política de indexação	105
Tabela 1.	Número de participantes da pesquisa	157
Tabela 2.	Distribuição das respostas dos docentes por escala	175
Tabela 3.	Distribuição das respostas dos profissionais por escala	185
Tabela 4.	Distribuição das respostas dos usuários por escala	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BC	Biblioteca Central
BCCMN	Biblioteca do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
BCCS	Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde
BIMECC	Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica.
BIO	Biblioteca de Biociências
BSE	Biblioteca Setorial de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação
IES	Instituições de Ensino Superior
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
PDSE	Programa Institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PVG	Protocolo Verbal em Grupo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TTI	Tratamento Temático da Informação

UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

PRIMEIRA SEÇÃO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Antecedentes	14
1.2	Delineamento da pesquisa	23
1.3	Apresentação das seções	40

SEGUNDA SEÇÃO

2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
2.1	A informação como fenômeno social na organização e representação do conhecimento	46
2.1.1	O paradigma social no campo da informação	52
2.1.1.1	A relação linear entre informação e ação	59
2.1.2	A abordagem sociocultural no campo da informação	63
2.1.2.1	Propostas e efeitos discursivos	69
2.2	A organização e a representação da informação no espaço das bibliotecas universitárias	76
2.2.1	A dimensão temática da organização da informação	86
2.2.1.1	O processo de tratamento temático em bibliotecas universitárias	93
2.2.1.2	Política de indexação em perspectiva sociocultural	102
2.3	Síntese analítica	116

TERCEIRA SEÇÃO

3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	119
3.1	Fundamentação metodológica	119
3.1.1	A perspectiva fenomenológica	121
3.2	Percurso metodológico	126
3.2.1	Caracterização do universo de pesquisa	131
3.3	Técnicas para a coleta de dados	138
3.3.1	Questionário	139
3.3.1.1	Estrutura do questionário	140
3.3.1.2	Procedimentos quanto à análise dos dados coletados com questionário	143
3.3.2	Protocolo Verbal: técnica introspectiva para coleta de dados	146
3.3.2.1	Protocolo Verbal em Grupo	149

QUARTA SEÇÃO

4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	156
4.1	A política de indexação para bibliotecas universitárias na perspectiva dos atores sociais testados	156
4.1.1	Perspectiva dos docentes	159

4.1.2	Perspectiva dos profissionais	176
4.1.3	Perspectiva dos usuários	188
4.2	Análise comparativa dos resultados	191

QUINTA SEÇÃO

5	PROPOSTA DE DIRETRIZES DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	195
5.1	Proposição de novas diretrizes de política de indexação	195
5.2	Política de indexação para bibliotecas universitárias do ponto de vista da sociedade profissional	197
6.1	Apresentação e análise dos dados do Protocolo Verbal em Grupo	198

SEXTA SEÇÃO

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONSIDERACIONES FINALES	211
6.1	Delineando as conclusões	211
6.2	Recomendações	216

REFERÊNCIAS	225
--------------------	------------

APÊNDICES

Apêndice A.	Cursos de formação em Biblioteconomia no Brasil	252
Apêndice B.	Disciplinas relacionadas ao ensino do Tratamento Temático da Informação nos cursos de Biblioteconomia do Brasil	255
Apêndice C.	Questionário para o docente	261
Apêndice D.	Questionário para o profissional	263
Apêndice E.	Questionário para o usuário	266
Apêndice F.	Texto utilizado na aplicação do Protocolo Verbal em Grupo	267

ANEXOS

Anexo A.	Parecer científico do Comitê de Ética em Pesquisa	269
----------	---	-----

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO

Esta seção introdutória comporta os antecedentes que sustentam a investigação e as principais motivações para a execução desta Tese de Doutorado. Neste caminho, expõe-se a inserção do tema e do objeto no universo científico do campo da informação, seguido pelo problema de pesquisa e suas delimitações, bem como pelas hipóteses, objetivos e escolhas metodológicas adotadas. Após a descrição destes elementos são mencionadas algumas palavras sobre a estrutura do trabalho.

1.1 Antecedentes

A presente Tese decorre de alguns anos de pesquisa no universo científico da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, especificamente no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento enquanto disciplina científica e social de reflexão e produção teórica (GARCÍA MARCO, 1995), confluyente ao entendimento das problemáticas que envolvem o conhecimento registrado. Esses anos de pesquisa culminaram em um olhar mais atento para o complexo processo que envolve o Tratamento Temático da Informação, qualificado como núcleo ou matriz central da Ciência da Informação. Como resultado, optou-se em não se desvencilhar deste tema e, sim, constituir um caminho mais verticalizado em torno dos questionamentos decorrentes desses anos de pesquisa, sendo a busca do Doutorado em Ciência da Informação fruto deste processo.

Em particular, esta trajetória de pesquisa científica sob a orientação da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita originou-se com a execução de dois projetos de pesquisa (período de 2006 a 2008) no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Campus de Marília) com o apoio do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo estes intitulados “Estratégias para o ensino de indexação: o uso do protocolo verbal interativo como recurso de aprendizagem de indexadores aprendizes” e “O estudo da cognição profissional pelo protocolo verbal de catalogadores de assunto em contexto de biblioteca universitária: uma abordagem sóciocognitiva pela análise de domínio”.

Em especial, o segundo projeto contemplou a investigação dos aspectos subjetivos inerentes ao processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias pela abordagem sóciocognitiva. Para tanto, iniciaram-se pesquisas interdisciplinares com as Ciências Cognitivas para melhor compreender o processo de conhecer do profissional da informação na qualidade de sujeito cognoscente¹ que sofre influência do meio que o cerca e, muitas vezes, acaba por influenciar a atribuição de conceitos, em virtude da utilização do “bom senso” e desprendimento de diretrizes teórico-aplicadas dispostas pela literatura especializada. O referencial teórico analisado subsidiou a investigação da cognição de um grupo de profissionais bibliotecários pertencentes à Rede de Bibliotecas da UNESP e atuantes no processo de tratamento temático da informação.

De modo geral, verificou-se que a qualidade dos produtos e serviços resultantes do processo de tratamento temático da informação não está relacionada apenas com questões subjetivas, ligadas “ao perigoso sabor do tradicional bom senso” (GUIMARÃES, 2003, p. 03), mas é fruto de uma junção de fatores advindos, dentre outros, pela eficiência ou não do serviço de referência e das condições administrativas envolvidas na biblioteca universitária, enquanto domínio informacional específico. Naturalmente, constatou-se que os produtos gerados no processo não se restringem a um único profissional, mas são fortemente influenciados pelo bibliotecário dirigente e bibliotecário de referência, os quais, de acordo com os resultados da pesquisa, não possuem uma nítida compreensão sobre as consequências de suas ações particulares desempenhadas no contexto institucional e, inevitavelmente, sobre a influência deste comportamento no resultado dos produtos informacionais gerados em contextos de bibliotecas universitárias (DAL’ EVEDOVE, 2007). Esta observação emergiu em um interesse pessoal por

¹ Nesta pesquisa o termo sujeito cognoscente é trabalhado no sentido de Habermas (1987) – o sujeito ativo, que constrói e, portanto, refere-se a um ser concreto, individual, do pensamento, com características e particularidades específicas, inserido em um contexto de atividade e significação.

questões relacionadas à interação profissional entre os bibliotecários no contexto de bibliotecas universitárias para a execução da atividade de tratamento temático da informação, característica decisiva na definição do viés investigativo pelo qual a pesquisa de mestrado se debruçaria.

Realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da mesma Universidade, a Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2010 e intitulada “A perspectiva sóciocognitiva no tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias: aspectos inerentes à percepção profissional”² obteve amparo no seguinte questionamento de pesquisa: a partir do levantamento de interesse, grau de informações, atitudes, visões e conhecimentos dos profissionais bibliotecários ligados a atividade de tratamento temático da informação é possível obter subsídios que contribuam para uma sistematização do processo em contexto de bibliotecas universitárias que alie o ‘saber’ (aportes teóricos) e o ‘fazer’ (prática cotidiana), visando diminuir incoerências ou omissões e dar maior consistência para a criação de produtos informacionais?

Em atenção a tal indagação, propôs-se realizar um estudo sóciocognitivo da comunidade de aprendizagem³ que realiza o processo de tratamento temático da informação mediante interações no ambiente de trabalho, a fim de obter um diagnóstico da percepção profissional referente às etapas e produtos gerados no contexto de bibliotecas universitárias. Mais especificamente, o objetivo geral da pesquisa foi identificar a percepção profissional sobre o processo de tratamento temático da informação realizado no âmbito de bibliotecas universitárias, visando oferecer subsídios para a elaboração de uma política específica para a atividade de tratamento temático da informação realizada neste contexto informacional e que fosse condizente para a realização do processo pela perspectiva profissional. Para tanto, buscou-se, a partir da compreensão do movimento interdisciplinar na contemporaneidade, refletir a abordagem cognitiva na Ciência da Informação pela vertente das Ciências Cognitivas; compreender a abordagem temática no campo da

² Pesquisa de Mestrado desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (número do processo – 2008/51939-7).

³ O universo do estudo contemplou três bibliotecas universitárias públicas do estado de São Paulo, cujas metodologias aplicadas foram questionários e Protocolo Verbal em Grupo com um grupo de profissionais constituído por bibliotecários dirigentes, bibliotecários de referência e catalogadores de assunto.

informação para contextualizar o Tratamento Temático da Informação pela abordagem sóciocognitiva; verificar por meio da percepção profissional o processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias; analisar as ações dos profissionais embasadas nos aportes teóricos e na prática cotidiana do processo inerente ao contexto institucional e interação social; e investigar por meio de comparações entre os aportes teóricos e a prática cotidiana da profissão a existência de uma uniformidade do processo no âmbito de bibliotecas universitárias.

Dentre outros resultados, as análises das concepções dos profissionais bibliotecários investigados apontaram à necessidade de uma política de indexação enquanto recurso prioritário para: a) propiciar diretrizes em nível teórico-metodológico sobre o processo de tratamento temático da informação e especificação de suas operações; b) subsidiar as ações profissionais dos bibliotecários na esfera do 'saber' e do 'fazer'; c) preservar a perspectiva sóciocognitiva do profissional bibliotecário, evidenciando suas visões holísticas e coletivísticas sobre a realidade do contexto de bibliotecas universitárias; d) contemplar os princípios, critérios e filosofias da comunidade usuária local; e e) contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das bibliotecas universitárias enquanto agências promotoras do saber.

Tomando como base tais resultados e tendo em vista a necessidade de se considerar as relações humanas atuantes no processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias, teve-se ampliado o interesse por questões cognitivas, sociais e culturais que cercam a vertente humana do Tratamento Temático da Informação na qualidade de elementos de relevo mais proeminentes, quando considerado o cunho social empregado ao campo da informação, abrindo portas para uma configuração mais ampla da realidade que cerca o seu universo investigativo.

Nesse contexto, alguns **questionamentos** passaram a figurar em meio as inquietações que cercam o universo científico da área de Organização e Representação do Conhecimento na busca por uma consolidação científica e legitimação social, sendo estes:

- De que forma e a partir de quais aspectos teóricos e metodológicos é possível circunscrever as ações subjetivas dos profissionais bibliotecários que atuam em processos de organização temática da informação?
- Como atribuir valor e preservar a cultura particular dos domínios informacionais às informações construídas por meio de práticas sociais?
- Quais aspectos cognitivos, sociais e culturais devem sustentar uma política direcionada ao processo de tratamento temático da informação no âmbito de domínios contemporâneos?

Diante de tais problemáticas, considerou-se oportuna a elaboração de uma pesquisa que abarcasse, ao menos em parte, alguns dos aspectos cognitivos, culturais e sociais presentes no universo científico do Tratamento Temático da Informação atrelados às perspectivas técnicas e prática profissional. Outro aspecto importante a ser declarado é a carência de estudos que realizem menções ou busquem uma confluência direta entre todos os atores sociais ativos no estabelecimento, execução e resultado do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias.

Em virtude dessa carência de esforços direcionados ao conjunto de relações entre os vários elementos e atores sociais ligados ao processo de tratamento temático da informação, e considerando tal construção investigativa de grande importância para realizações teóricas e técnicas no campo da informação, especificamente na área de Organização e Representação do Conhecimento, o foco inicial desta pesquisa assentava-se na investigação das diferentes vertentes que compõem o processo em abordagem sociocultural⁴, delimitadas aqui em: **vertente científica** composta pelos docentes que ministram disciplinas relacionadas à área de Organização e Representação do Conhecimento no âmbito do Tratamento Temático da Informação; **vertente profissional** constituída pelos profissionais

⁴ Adota-se o termo sociocultural por ser mais apropriado quando se trata de uma perspectiva contemporânea e não outras grafias comumente encontradas na literatura científica, tais como sócio-cultural ou sócio-cultural (WERTSCH, 1995). Autores como Shweder (1995) e Cole (1998) empregam o termo psicologia da cultura.

bibliotecários indexadores⁵ que atuam em contexto de bibliotecas universitárias e realizam o processo; e **vertente de uso** formada pela comunidade usuária do referido domínio informacional.

Contudo, em meio ao envolvimento com a literatura especializada do campo da informação, das reflexões e diálogos com a orientadora, das discussões e trabalhos desenvolvidos nas disciplinas cursadas no PPGCI da UNESP e, sobretudo, diante da pouca literatura sobre políticas destinadas a atividade de tratamento temático da informação, projetou-se os esforços desta pesquisa na busca por atrelar o foco inicial às indicações dos profissionais bibliotecários investigados na pesquisa de mestrado quanto da necessidade de diretrizes sobre o processo de tratamento temático da informação realizado no contexto de bibliotecas universitárias, especificamente para a atividade de indexação com fins de representação documental. Tal abertura era necessária ao admitir-se que a natureza do processo de indexação, ainda que “[...] empírico e sujeito a uma aplicabilidade intuitiva demanda investigações científicas que se proponham a aprimorar o conhecimento profissional de quem o executa bem como os instrumentos, métodos e técnicas utilizados para tal” (FUJITA, 2013a, p. 9). Com efeito, o quadro investigativo foi delineado.

Inserida na esfera da representação e recuperação da informação, a política de indexação⁶ constitui-se na formalização dos processos, procedimentos,

⁵ Para afastar-se de possíveis confusões terminológicas são utilizados nesta pesquisa os termos “indexação” e sua derivação “bibliotecário indexador” e não “catalogação de assunto” e sua derivação “catalogador de assunto”. Isto porque, a catalogação de assunto, termo adotado pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, realizada em 2003 na cidade de Frankfurt, compreende “a parte da catalogação que fornece cabeçalho de assunto/termos e/ou classificação” (IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 2008), sendo utilizado para orientações ao uso da lista de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress Subject Headings (LCSH)* da *Library of Congress* (Estados Unidos) e no desenvolvimento de atividades de análise e representação temática da informação. Todavia, a *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* possui quatro seções, nomeadas por “Gerenciamento do Conhecimento, Bibliografia, Catalogação e Classificação e Indexação”, formadoras da Divisão IV – Controle Bibliográfico, com atribuições definidas no cumprimento de suas funções. Criada em 1981, a Seção de Classificação e Indexação (*Classification and Indexing Section*) visa apresentar métodos e promoção ao acesso por assuntos em catálogos, bibliografias e índices de todos os tipos de documentos, incluindo os eletrônicos. Sendo assim, o termo indexação de assunto refere-se ao processo de indexação para catalogação, ou seja, é caracterizado por representar o conteúdo do documento por meio de linguagens documentais alfabéticas para a geração de produtos documentais como os catálogos e as notações de classificação (BOCCATO, 2009).

instrumentos e filosofias institucionais, podendo ser entendida como a iniciativa de materializar em guias ou manuais os procedimentos adotados para o desenvolvimento da atividade de tratamento temático da informação (GIL LEIVA, 2008). Neste sentido, a adoção de uma política de indexação é uma ação necessária para o bom funcionamento do sistema, produzindo uma correspondência precisa entre as ações profissionais e a qualidade dos produtos e serviços informacionais oriundos do processo. Apesar de a literatura especializada discorrer sobre a importância da adoção de tais diretrizes, nas quais são explicitadas as escolhas técnico-administrativas do contexto de informação pelas quais os profissionais precisam se orientar em suas rotinas, considerando como variáveis o usuário e o acervo, Fujita (2012a) alerta sobre o desafio de aliá-las à prática cotidiana da profissão, mas assegura que esta associação se faz necessária para que haja conscientização sobre os elementos e as variáveis da política de indexação e os efeitos que estes causam na recuperação da informação. Segundo a autora, a política de indexação mostra-se imprescindível do ponto de vista gerencial e estratégico na medida em que tais diretrizes são “[...] norteadoras de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos” (FUJITA, 2012a, p. 17).

Com base neste entendimento e, sobretudo, em virtude da relevância destas diretrizes no cenário que envolve o processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias, elencou-se a política de indexação como elemento constituinte desta Tese, considerando, no seu entorno, as questões humanas do processo de tratamento temático da informação. Mais precisamente, busca-se contribuir com novos subsídios que possam tornar a política de indexação um recurso passível de uso por parte do profissional bibliotecário ao serem contempladas e incorporadas as indicações e concepções teóricas; as especificidades da prática cotidiana da profissão relacionadas à atividade de tratamento temático da informação; e da realidade própria de cada domínio informacional, especificamente no que tange aos interesses informacionais de seus usuários. O diferencial frente a outros estudos que tenham como pano de fundo o

⁶ Termo comumente adotado pela literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento. Lancaster (1968, p. 62) se referiu ao assunto como políticas de entrada de documento, constituindo-se como “[...] a política adotada a respeito do material indexado no sistema”.

tema política de indexação assenta-se na possibilidade de se conhecer os modos sociais de pensamento dos atores sociais testados, de modo a articular suas opiniões, impressões, comportamentos e interesses pessoais e coletivos na busca por diretrizes que atendam os interesses das vertentes científica, profissional e de uso.

Por isso, acredita-se que esta pesquisa constitui uma contribuição possível para a observância de fenômenos que cercam o processo de tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias, os quais estão inseridos no contexto real (profissional e acadêmica) da vida de cada ator social na condição de sujeito de pesquisa aqui investigado. Fato que torna premente considerar que os produtos e serviços informacionais gerados a partir do processo de tratamento temático da informação não podem ser abandonados à espontaneidade da subjetividade ou “bom senso” profissional; alheios às necessidades informacionais dos usuários; ou mesmo apartados da literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento.

De modo a executar tais indicações, o universo da pesquisa contemplou uma amostra de docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento dos cursos de Biblioteconomia oferecidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como uma seleção de seis Universidades públicas nacionais para a coleta de dados com profissionais bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias. Além do que foi aventado, esclarece-se que a coleta dos dados com diferentes atores sociais versou no entendimento de que a busca por distintos contextos informacionais e enfoques teóricos e metodológicos contribuiria para o aprofundamento da pesquisa. Nesse espírito, julgou-se uma oportunidade favorável e eficaz de se comparar realidades, contextos e conhecimentos da prática pedagógica e da composição do quadro teórico-científico do Tratamento Temático da Informação no Brasil e, também, para se conhecer a sociedade profissional ligada ao contexto de bibliotecas universitárias brasileiras de diferentes culturas, envolvendo os procedimentos pré-estabelecidos por cada instituição referente ao processo de tratamento temático da informação.

A partir deste conjunto de elementos e problemáticas apresentadas que se projeta a presente pesquisa no âmbito do Tratamento Temático da Informação,

considerando, sobretudo, os aspectos de fundamentação teórica e metodológica da área de Organização e Representação do Conhecimento; a ênfase na ação mediadora dos profissionais bibliotecários na condição de agentes informacionais; e a realidade própria do contexto de bibliotecas universitárias como forma de obtenção de subsídios para a elaboração de uma política de indexação na condição de diretrizes necessárias para que a biblioteca universitária, enquanto domínio informacional específico, alcance êxito no cumprimento de seus objetivos e missões, concatenados à satisfação das necessidades de informação de seus usuários.

Neste ponto, cabe pôr em relevo a importância da palavra “satisfação” ora empregada e usualmente aplicada no contexto acadêmico, científico e profissional do campo da informação. Esta palavra desvela-se como sendo as tramas desta pesquisa, o fio condutor para o qual os objetivos se curvam. Isto porque, como lembra Carvalho (2004, p. 165), “[...] fica contraditório oferecer serviços e produtos para atender às necessidades informacionais de usuários que não são efetivamente conhecidos, nem em suas características minimalistas”. Reconhecer as necessidades informacionais dos usuários é um movimento que, num primeiro momento, se mostra infundável, demandando esforço e envolvimento. Porém, é a melhor alternativa para suprir deficiências, melhorar a qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados a fim de ampliar o uso e, principalmente, reafirmar o papel das bibliotecas universitárias como provedoras da socialização do conhecimento. Em síntese, a ideia é de que:

Precisamos abandonar a percepção e, mais do que a percepção, a prática de centrar a biblioteca em sua própria organização, de oferecer serviços e produtos já preparados e testados na perspectiva somente do bibliotecário, como algo imutável ou passível apenas de pequenas adaptações. Se pretendem atender às expectativas, às necessidades e aos desejos de seus usuários, ou seja, de reconhecê-los como elemento norteador de suas atividades, as [bibliotecas universitárias] precisam começar por mapear as características e demandas desses usuários, aceitando o ponto de vista deles como o que prevalece na definição da política de serviços e produtos (CARVALHO, 2004, p. 165).

Ao que tange a teoria e a prática do processo de tratamento temático da informação, também focos de análise da pesquisa, o ponto de reflexão advém com as palavras cunhadas por Ortega y Gasset (2006, p. 13), quando de seu

entendimento para com o fazer do profissional bibliotecário, ao afirmar que o homem é “[...] obrigado a desindividualizar-se, a não decidir suas ações exclusivamente do ponto de vista de sua pessoa, mas do ponto de vista coletivo, sob pena de ser um mau profissional [...]”. Tal pensamento é estendido nesta pesquisa aos docentes dos cursos de Biblioteconomia, considerando que estes são os responsáveis primeiros pela configuração de profissionais bibliotecários que tenham em sua composição habilidades e competências para atuarem com o ciclo da informação, da produção ao uso; mas que também possuam uma preocupação ímpar com questões ligadas aos dizeres “satisfação dos usuários”, para que a prática profissional esteja intrinsecamente atrelada ao processo de socialização do conhecimento.

Neste sentido, entende-se que esta pesquisa abarca questões-chave presentes no Tratamento Temático da Informação de dimensão teórico-conceitual e prático-aplicada, entrelaçadas por mudanças contínuas nos domínios informacionais específicos em meio à composição e recomposição da sociedade na contemporaneidade, discussões estas ainda dispersas, com entendimentos a consolidar.

1.2 Delineamento da pesquisa

O processo científico leva ao acréscimo de conhecimentos e resulta na pluralidade de diversos pensamentos e hipóteses, cujos debates contraditórios constituem a mais segura fonte para resultados proveitosos. Como forma de transferência de conhecimentos entre campos e seus pares, o diálogo científico conduz as ciências a um processo de intercâmbio informacional, conceitual, teórico e metodológico, cujo benefício é uma visão mais ampla e adequada da realidade, que tantas vezes aparece fragmentada pelos meios de que o homem possui para conhecê-la.

O debate é um componente essencial no processo de amadurecimento de qualquer ciência. No que tange ao campo da informação, observa-se que tal posicionamento de reflexão teórico-conceitual se mostra necessário, na medida em que este campo de conhecimento é permeado por dilemas básicos que envolvem a

informação. Além disso, deve-se considerar que, enquanto fenômeno “irresoluto” e na qualidade de objeto de estudo central deste campo científico e profissional, onde estão entrecruzadas as trajetórias, tradições e particularidades da Documentação, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e da Ciência da Informação “[...] como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares” (MARQUES, 2011, p. 76), a informação é um objeto abrigador de diversas possibilidades e olhares investigativos, principalmente quando considerada a sua dimensão espacial em termos de contemporaneidade; característica esta que a torna extremamente dinâmica.

Como consequência, a informação pode ser acessada e utilizada fora do seu contexto de criação, o que implica em sua recontextualização – processo constante e complexo. Tal processo, ainda que peculiar, imprime certas particularidades no campo da informação. Em primeiro lugar, assume a premissa de que o conceito informação é relativo e prende-se a outros conceitos de igual complexidade. Diante de tal fato, contextualizar a informação enquanto fenômeno é o ponto central dos esforços contemporâneos. Em segundo lugar, conduzir o campo para a chamada “intersecção de saberes” incide no desmembramento de questões precípuas que permeiam o seu objeto de estudo e permanecem desvinculadas dos diálogos científicos. Em especial, as possibilidades teóricas e aplicáveis dirigidas à área de Organização e Representação do Conhecimento que contemplem aspectos práticos e científicos que perpassam o processo de tratamento temático da informação e seus desdobramentos.

Em virtude das características ora elencadas, entende-se que a observação de aspectos cognitivos, culturais e sociais, relativizados, seja relevante para o campo da informação que agrupa disciplinas científicas que têm por objeto a gênese, organização, tratamento, comunicação, disponibilização e disseminação da informação. Isto porque seu objeto de estudo não deve ser apenas fisicamente observado, mas “historicamente construído”, pois para reconhecer, interpretar e transmitir significados cada sujeito cognoscente cria mecanismos informacionais (MORADO NASCIMENTO, 2006). Por tais razões, não se pode omitir neste campo as relações que as pessoas estabelecem com os conteúdos informativos e os processos de produção, organização, busca e uso da informação, pois sendo a

informação um produto humano, o sujeito cognoscente não deve ser excluído do processo.

Ao se considerar que o sujeito não é um ser isolado, mas vive socialmente e recebe influência de seu meio, o contexto de enunciação e interlocução deve ser evidenciado. Logo, no processo de conhecer com fins de organização e representação da informação o contexto, o sujeito cognoscente e a própria informação carecem de observações mais verticalizadas que integrem estes três elementos, como forma de ampliar os horizontes sobre o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias.

A compreensão da informação no contexto da orientação social vale-se dos processos socioculturais envolvidos, uma vez que o valor informativo está inserido em um domínio específico. Autores como Hjørland e Albrechtsen (1995), Jacob e Shaw (1998) e Ørom (2000) sustentam este pensamento e defendem a investigação dos aspectos coletivos do contexto cultural e social no processamento da informação. Isto porque, ao focar problemas o campo da informação não deve centrar seus esforços de maneira reducionista, abordando a informação apenas de forma dualista (CHOO, 1998). Reconhecidamente, este posicionamento crítico ganha força e, como alternativa, os referidos autores propõem considerar os processos informacionais como dependentes do contexto.

Neste panorama, os estudos dedicados ao usuário e sistemas de informação pecam ao possuírem uma visão compartimentada, ou seja, exercem um bojo de tentativas de identificar e resumir elementos que os influenciam apenas na esfera individual. A este respeito, Miksa (1992) acentua que o campo da informação concede uma ínfima atenção aos aspectos sociais da informação. Complementando o exposto, tem-se a visão de Saracevic (1999) para o qual os estudos empreendidos neste campo científico devem integrar as várias manifestações e comportamentos do fenômeno informação (análise da informação) e, paralelamente, reconhecer os comportamentos, efeitos e as interfaces dentro de um contexto de dimensões sociais.

Morado Nascimento (2006, p. 29) aponta que ao ser retomado o sentido ontológico do conceito de informação, passa-se a considerar que a informação é

historicamente construída por “[...] sujeitos que criam mecanismos informacionais próprios (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados”. Ao agir diante da informação, o sujeito atesta que não se trata apenas de uma ‘coisa’ causal ou natural que deve ser fisicamente observada, mas, sim, historicamente construída – contextualizada –, visto que é ela, a informação, que ‘dá forma a alguma coisa’ (MORADO NASCIMENTO, 2006, p. 29). Com efeito, considera-se oportuno compreender a informação construída como prática social, especificamente em se tratando do processamento da informação, uma vez que as estruturas de conhecimento precisam ser explicadas a partir do contexto social do sujeito cognoscente.

Hjørland (2002) atesta que a realidade é entendida pelo sujeito conhecedor de domínios específicos e formada pelo contexto histórico e cultural, propiciando-lhe a capacidade de perceber a realidade e todos os seus fatores inerentes. Para o referido autor, a informação deve ser sociologicamente observada por meio do estudo das estruturas informacionais pertencentes às comunidades discursivas⁷ que organizam as práticas informacionais no campo da informação (HJØRLAND, 2000). Fujita (2007, p. 403) sustenta esta questão ao expor que “o ponto básico das análises é que o processo de conhecimento individual é socialmente condicionado e, nesse sentido, é preciso ter o estudo do contexto sócio-cultural do processo de informação”.

Diante disto e da prerrogativa de que o campo da informação atue como um campo científico e profissional direcionado a resolução de problemas informacionais, considera-se proveitoso que os estudos dedicados aos aspectos teórico-procedimentais da organização e representação da informação também sejam trabalhados pela perspectiva sócio-cognitiva do sujeito cognoscente e ampliada para a esfera sociocultural do domínio informacional. Este posicionamento baseia-se no entendimento de que toda a ação humana fica destituída de significado quando não incluída em um sistema cultural de atividade (OLIVEIRA, 1993). Sobre

⁷ Segundo Swales (1990) as comunidades discursivas podem ser classificadas como um grupo de atores que atuam comunicativamente a partir de um tópico de referência ou de um conjunto restrito deles, mediante propósitos compartilhados para uma determinada atividade. Salienta-se que as comunidades discursivas não são entidades autônomas, mas distintas construções sociais compreendidas por atores sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade e concatenados às dimensões históricas, culturais e sociais mais amplas (MORADO NASCIMENTO, 2006).

isto, Cole (1998, p. 130) assinala que pela perspectiva da abordagem sociocultural a atividade humana “[...] é entendida como dotada de um sistema de significação que é permanentemente construído e transformado pelo próprio grupo cultural”. Em geral, as pesquisas em abordagem sociocultural investigam tarefas construídas no contexto dos diferentes grupos sociais testados. Nesta, cultura e cognição são componentes indissociáveis de um processo, cuja investigação deve ser necessariamente contextualizada (VYGOTSKY, 1991).

Instanciada em diferentes domínios e passível de análise nos seus pormenores, a abordagem sociocultural é norteadada pelos princípios de análise institucional; análise interpessoal do contexto social; e conceito de mediação (VYGOTSKY, 1991). O nível institucional de análise é regido pela história cultural do grupo, o qual organiza os instrumentos e as práticas nas quais se insere uma determinada atividade. O segundo nível, análise interpessoal, seria o contexto de interação social do sujeito com os membros do grupo, considerando-se os instrumentos e práticas sedimentadas pelo próprio grupo em análise. Por fim, o conceito de mediação recebe um papel importante nesta composição, pois a abordagem sociocultural enfatiza que toda ação humana é mediada por diferentes formas de mediação – instrumentos, signos, práticas culturais –, as quais são carregadas de significação cultural. Logo, o papel dos mediadores decorre do uso, construção e transformação pelo grupo social, uma vez que “a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem” (VYGOTSKY, 1991, p. 62).

Em face de tais conjecturas, considera-se relevante a inserção de estudos na área de Organização e Representação do Conhecimento cujo enfoque esteja direcionado para as ações que os sujeitos cognoscentes, na condição de atores sociais, desempenham em suas próprias culturas. No que tange ao universo científico do Tratamento Temático da Informação, cujos esforços são direcionados ao desenvolvimento teórico-conceitual e prático-aplicado dos fluxos informacionais a partir de seus processos, produtos e instrumentos, este foco investigativo mostra-se oportuno. Este posicionamento é fruto dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, os quais revelaram a carência de investigações sobre o Tratamento Temático da Informação que integre os atores ativos no estabelecimento, desenvolvimento e resultado do processo em domínios informacionais específicos.

Isto é, tem-se um número inexpressível de pesquisas que abarquem o pensamento, conhecimento, necessidades e características próprias dos atores sociais que permeiam, direta ou indiretamente, o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Desse modo, a vertente humana do processo de tratamento temático da informação não é contemplada por meio de estudos que integrem as vertentes científica, profissional e de uso, perpassando desde a concepção teórica e prática profissional até os interesses dos usuários de bibliotecas universitárias, valendo-se, principalmente, do caráter interdisciplinar do “produto informação”.

Ademais, tem-se ampliada a necessidade de investigações desta natureza quando se admite que, na grande maioria das vezes, o entendimento de que os profissionais bibliotecários devam estar comprometidos com o usuário e seu respectivo contexto nem sempre passa de uma opinião consolidada para uma ação contínua. Tal afirmativa advém da constatação de que este é um discurso acadêmico, sedimentado em concepções teóricas descentralizadas da prática profissional, pois não se verifica uma correspondência direta e linear entre a atitude anunciada e o comportamento assumido nas ações desempenhadas no cotidiano da profissão pelos bibliotecários (DAL’ EVEDOVE, 2010). Notadamente, porque as variâncias na compreensão (perspectiva subjetiva) em virtude do contexto social (relações cotidianas) aparecem.

Como forma de amenizar esta situação, entende-se que a informação deva ser configurada como um fenômeno da ordem cultural (MORADO NASCIMENTO, 2006). González de Gómez (1990, p. 118) aponta que “o sistema institucional de informação só pode negar sua origem social, sua interligação com processos comunicacionais cognitivos, na medida em que já nasce [...] de uma referência substantiva a um contexto específico sócio-cultural [...]”. Do contrário, acredita-se que observar a origem social dos contextos em que a informação é tratada, organizada e disponibilizada é fator preeminente nos estudos dedicados a área de Organização e Representação do Conhecimento.

Deve-se considerar, também, que a interpretação de um conceito científico é delimitada pela realidade construída socialmente. Por esta razão, se compreende um conceito científico de acordo com o domínio de conhecimento, ou

seja, a interpretação humana atuante em um dado contexto social. Devido à criação de signos, significados e elaboração de conceitos, os seres humanos buscam tornar inteligível a realidade que os cerca. Mediante diferentes perspectivas de mundo, criamos valores, desejos e fantasias que constituem as subjetividades geradas por nossas experiências e expectativas. Em um trabalho de análise e reflexão no espaço da subjetividade somos capazes de observar e compreender o mundo a nossa volta e, a partir da nossa própria perspectiva, interpretar os objetos de análise para a construção do conhecimento (GOMES, 2000).

Neste sentido, a necessidade informacional de cada cultura é fator condicionante para delinear, com maior precisão e objetividade, diretrizes, métodos e manuais destinados ao aprimoramento do processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias. Desse modo, reafirma-se o posicionamento de que os estudos que possuam como foco investigativo o Tratamento Temático da Informação sejam ampliados e, para tanto, considerados os diferentes atores sociais que integram tal atividade, de modo a primar pela garantia cultural dos saberes. Esta perspectiva baseia-se em Beghtol (2002) ao evidenciar que a “garantia cultural” significa que todo e qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação da informação e do conhecimento passa a ser considerado apropriado e útil para os sujeitos, em alguma cultura, no momento em que toma como base as suposições, valores e predisposições daquela mesma cultura.

É proveitoso salientar que no atual processo de cientificidade vivido pelo campo da informação, delinear as características e as variáveis do processamento da informação por meio da abordagem sociocultural é um movimento necessário, pois este diálogo científico serve de pano de fundo útil para investigar, com maior propriedade, o processo de tratamento temático da informação e propor diretrizes para a elaboração de políticas de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Este enunciado assenta-se na ênfase inicial de que todo comportamento humano deve ser entendido de modo relacional, em relação ao seu contexto (COLE, 1995; 1998). Além disso, deve-se considerar que os profissionais bibliotecários realizam a atividade de tratamento temático da informação em domínios informacionais permeados por processos e ações humanas que se constituem na cultura. Paralelamente, as opiniões e observações dos atores sociais que permeiam os processos informacionais devem ser consideradas; e estes vistos

como sujeitos cognoscentes que interagem, compreendem e interpretam o seu meio, ao mesmo tempo em que compartilham os conhecimentos adquiridos com uma comunidade de intérpretes (PINTO, 2005).

Como já observado ao longo das ponderações apresentadas, existe uma vertente humana no processo de tratamento temático da informação, a qual é repleta de cultura, isto é, cercada por características e peculiaridades específicas do meio ao qual o sujeito cognoscente está atrelado. Desta maneira, é notória a relevância de pesquisas na área de Organização e Representação do Conhecimento que examinem questões de natureza cognitiva, cultural e social que permeiam o processamento da informação mediante a observação das particularidades advindas da vertente humana do processo. Nesta linha interpretativa, acredita-se que tal vertente humana seja composta por atores sociais atuantes no âmbito científico, profissional e de uso do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Sendo assim, institui-se para a presente pesquisa o panorama de que estes atores sociais sejam docentes que, na qualidade de pesquisadores e teóricos se debruçam em pesquisas e investigações científicas para fomentar a área do Tratamento Temático da Informação; profissionais bibliotecários que realizam o processo no cotidiano do contexto de bibliotecas universitárias e; adicionalmente, usuários, para os quais são destinados os produtos e serviços informacionais gerados e que, naturalmente, refletem e julgam a qualidade e eficiência dos mesmos.

Em atenção ao exposto, compreende-se que o alcance de produtos e serviços gerados no processo de tratamento temático da informação que abarquem tais características e que, em rigor, atendam as necessidades informacionais dos usuários, relaciona-se diretamente a prática de atrelar os fundamentos da área de Organização e Representação do Conhecimento às especificidades da prática cotidiana da profissão, e ambas, por sua vez, serem retratadas em instrumentos e diretrizes de trabalho que reflitam as especificidades próprias do contexto de bibliotecas universitárias.

Esta é a postura assumida nesta pesquisa, para a qual tais indicações podem ser asseguradas com a adoção de uma política de indexação que reflita a vertente humana do processo de tratamento temático da informação realizado em

contexto de bibliotecas universitárias. Em outras palavras, uma política de indexação que considere os fundamentos teóricos e metodológicos, a prática cotidiana da profissão e a realidade específica do domínio informacional para o qual se destina. Tal posicionamento é sustentado, dentre outros, com a perspectiva de Rubi (2008) de que a indicação de diretrizes ou a própria elaboração de uma política de indexação deve ser representada por uma filosofia que traduza os objetivos da biblioteca universitária e sirva de guia para os profissionais na realização do processo, auxiliando-os para a tomada de decisões. Adicionalmente, considera-se que qualquer instrumento de trabalho no âmbito de bibliotecas universitárias que sirva de orientação para a prática profissional necessita refletir as especificidades e particularidades do ambiente de trabalho e os interesses da comunidade usuária a qual se destina.

Tomando como base o cenário apresentado até aqui, esclarece-se que o intuito desta pesquisa é combinar os referenciais teórico-metodológicos que compõem o universo científico do Tratamento Temático da Informação e aliá-los a *praxe* da sociedade profissional e aos interesses informacionais da comunidade usuária para, então, obter subsídios consistentes e representativos para a caracterização de uma política de indexação própria para o contexto de bibliotecas universitárias brasileiras que disponibilizem seus produtos e serviços informacionais por meio de catálogos coletivos *online*. De modo mais incisivo, busca-se uma compreensão mais profunda sobre os aspectos de ordem cognitiva, cultural e social que permeiam o processo de tratamento temático da informação realizado em domínios informacionais específicos e que, de modo explícito ou latente, estão presentes em sua composição teórico-metodológica e prático-aplicada. Seguramente, esta meta demanda atenção aos discursos individuais e coletivos dos atores sociais ligados à composição e à recomposição do processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias.

Neste momento, é favorável registrar que as pesquisas destinadas ao tema “política de indexação” vem sendo paulatinamente trabalhadas desde a década de 1985 no campo da informação, quando Marília Vidigal Carneiro projeta as primeiras diretrizes para o estabelecimento de uma política de indexação, tomando-se como base os principais elementos envolvidos no planejamento de um sistema de recuperação de informações e, a pouca literatura especializada que, segundo a

própria autora era “bastante esparsa” (CARNEIRO, 1985). Tal cenário não mudou muito desde então e as pesquisas relacionadas ao tema ainda são limitadas, podendo-se citar em âmbito nacional os estudos de Albuquerque, Aufran e Ramalho (2011); Albuquerque e Pereira (2007); Boccato (2012); Cervantes, Rubi, Fujita (2008); Dal’ Evedove (2011); Dal’ Evedove e Fujita (2013); Fujita et. al. (2006a; 2006b e 2007); Fujita (2012a; 2012b e 2012c); Fujita e Gil Leiva (2009; 2010 e 2012); Fujita e Rubi (2006a; 2006b; 2006c e 2007); Fujita, Rubi e Boccato (2009); Gonçalves, Fujita e Rubi (2006); Guimarães (2004); Kochani, Boccato e Rubi (2011); Lopes (2006); Lousada et al. (2011); Neves e Galvino (2010); Redígolo et al. (2012); Rubi (2004; 2008; 2010; 2012a e 2012b); Rubi et al. (2007); Rubi e Fujita (2003a; 2003b; 2006; 2007 e 2010); Rubi, Fujita e Boccato (2012a e 2012b) e Silva e Santos (2012), que em sua grande maioria fazem menção ao trabalho de Carneiro (1985) e buscam a sua maneira e dentro dos seus escopos investigativos contribuir com referenciais que sirvam de orientação para a definição de diretrizes que norteiem a atividade de indexação.

Neste cenário, destacam-se os estudos de Rubi (2008) que apresentou uma proposta de diretrizes para elaboração de política de indexação para a construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias, a partir da abordagem sociocognitiva com bibliotecários e usuários inseridos no contexto da biblioteca e perspectiva conceitual dos aspectos teóricos que envolvem a indexação e a catalogação de assunto; e o de Fujita e Gil Leiva (2012) que ofereceram uma rica contribuição à área de Organização e Representação do Conhecimento a partir da organização e publicação do livro intitulado “Política de Indexação” que aborda aspectos teóricos, metodológicos e pedagógicos dos conhecimentos teóricos sobre o tema. No entanto, tais estudos deixam em aberto questões relativas à perspectiva humana do processo de tratamento temático da informação a partir da integração das vertentes científica, profissional e de uso, foco este até então não trabalhado. Justamente por não abordarem questões desta natureza, restringindo-se a aspectos organizacionais, estruturais, metodológicos e pedagógicos que envolvem a política de indexação, comumente na perspectiva profissional e de usuários, é que outras propostas merecem ser examinadas na tentativa de contribuir com diferentes entendimentos e lançar luz a novas possibilidades de se trabalhar com este eixo investigativo.

Tendo como pano de fundo o estado da questão ora apresentado, formula-se a seguinte **pergunta de investigação**: é possível investigar aspectos cognitivos, culturais e sociais que envolvem os atores sociais ativos no estabelecimento, desenvolvimento e resultado da atividade de tratamento temático da informação e, assim, obter diretrizes para a definição de uma política de indexação para bibliotecas universitárias que reflita a vertente humana do processo?

A partir deste questionamento, tem-se como **problema de investigação** a necessidade de elaboração de uma política de indexação no âmbito dos fundamentos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento, que atenda as necessidades profissionais e colabore com o processo de mudanças contínuas no fazer cotidiano da profissão, bem como reflita a realidade própria do domínio informacional, a fim de preservar os valores, crenças e predisposições específicas da comunidade usuária, isto é, que sustente e ampare a informação construída como prática social em contexto de bibliotecas universitárias.

Destarte, consideram-se como **premissas** da pesquisa:

- O Tratamento Temático da Informação é permeado por aspectos cognitivos, culturais e sociais decorrentes das relações humanas atuantes no processo;
- As interlocuções das vertentes científica, profissional e de uso são uma maneira eficaz de se conjugar os discursos da comunidade científica do campo da informação à prática cotidiana da profissão em contexto de bibliotecas universitárias;
- O contexto sociocultural que envolve o processo de tratamento temático da informação deve ser investigado em razão do processo de conhecimento individual ser socialmente condicionado (FUJITA, 2007);
- Os pressupostos da abordagem sociocultural podem contribuir para esclarecer e evidenciar aspectos importantes que permeiam as concepções de natureza teórico-aplicada do processo de tratamento temático da informação e, assim, propiciar subsídios consistentes para a elaboração de uma política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias;

- As incoerências cometidas durante o processo de tratamento temático da informação são resultantes da ausência de políticas e manuais próprios para o contexto de bibliotecas universitárias que sirvam como diretrizes para o trabalho do profissional e, sobretudo, como instrumento para a sua formação em serviço (RUBI, 2008);
- A opinião dos atores sociais que compõem o Tratamento Temático da Informação é fundamental para a elaboração de uma política de indexação atual e condizente com o contexto de bibliotecas universitárias (DAL' EVEDOVE, 2010); e
- Uma política de indexação é apropriada e útil para o contexto de bibliotecas universitárias à medida que reflete os fundamentos teórico-metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento, considere o processo de conhecer do profissional bibliotecário enquanto sujeito cognoscente e contribui para a preservação da cultura subjacente da comunidade usuária nos serviços e produtos informacionais gerados.

Sob este enfoque, a **hipótese** é de que a investigação das vertentes científica, profissional e de uso do Tratamento Temático da Informação propicia a identificação de elementos de ordem cognitiva, cultural e social que devem subsidiar a elaboração de uma política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias que disponibilizem seus produtos e serviços informacionais por meio de catálogos coletivos *online*.

Considerando o que foi aventado, os esforços desta pesquisa concentram-se na seguinte **tese**: uma política de indexação deve refletir o conjunto de ideias, valorações, atitudes e conceitos⁸ peculiares dos atores sociais que compõem o Tratamento Temático da Informação no campo dos acontecimentos discursivos. Acredita-se que, a partir deste foco investigativo, poder-se-á elaborar, implantar e avaliar, com maior propriedade, uma política de indexação que seja atual e coerente com os princípios teóricos e metodológicos da área de Organização e

⁸ Laville & Dionne (1999, p. 91) definem conceito como sendo “[...] uma categoria que estabelece um caso geral a partir de um conjunto de casos particulares aparentados por suas características essenciais”. Portanto, os conceitos são representações mentais para distinguir uma realidade da outra diante das mútuas compreensões existentes.

Representação do Conhecimento, com a prática cotidiana da profissão e com a realidade específica do contexto de bibliotecas universitárias. Essa enorme tarefa não poderá ser realizada a menos que, sob uma vigência coletiva, os fenômenos, manifestações e entendimentos que cercam o processo de tratamento temático da informação sejam observados a partir da percepção dos atores sociais que compõe esse universo, uma vez que esta atividade ou é objeto de estudo, ou é foco de interesse de cada grupo social estabelecido aqui.

Neste sentido, a **proposta** é investigar as vertentes científica, profissional e de uso que compõem o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, a fim de identificar elementos cognitivos, culturais e sociais que devam respaldar a definição de uma política de indexação que propicie respaldo teórico e procedimental a prática profissional e, ao mesmo tempo, assegure a garantia cultural às informações construídas como prática social em domínios informacionais específicos. Tal delimitação decorre do entendimento de que existem variáveis que são mais promissoras do que outras, seja por razões teóricas e/ou de experiência prévia, ou ainda, por razões práticas que envolvem a pesquisa. Neste ponto, cabe expor o pensamento de Günther (2006, p. 203) para justificar tal delimitação, pois, conforme o próprio autor:

[...] limitar o número de variáveis estudadas numa determinada pesquisa não implica que as demais variáveis sejam necessariamente consideradas improcedentes – uma boa pesquisa sempre está aberta ao surgimento de novas variáveis e a explicações alternativas do cenário considerado no início da investigação.

Portanto, a partir da referida proposição, o **objetivo geral** da pesquisa é contribuir com diretrizes para a definição de uma política de indexação própria para o contexto de bibliotecas universitárias brasileiras a partir do delineamento do Tratamento Temático da Informação no campo dos acontecimentos discursivos: a) fundamentos teóricos e metodológicos do corpo de docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento; b) o contexto sóciocognitivo do profissional bibliotecário; e c) características e princípios culturais dos usuários.

Neste enquadramento, a pesquisa orientou-se pela persecução interligada dos seguintes **objetivos específicos**:

1. Evidenciar a abordagem sociocultural frente aos paradigmas contemporâneos do campo da informação a fim de compreender a informação construída como prática social;
2. Contextualizar no âmbito dos fundamentos teórico-conceituais e prático-aplicados da área de Organização e Representação do Conhecimento o processo de tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias;
3. Verificar, por meio da aplicação de questionários, se as ações desempenhadas pelas vertentes científica e profissional possibilitam a realização do processo em bibliotecas universitárias pela perspectiva da garantia cultural na vertente do uso;
4. Delinear diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias brasileiras com base na perspectiva dos docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento, profissionais bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias; e
5. Avaliar metodologicamente as diretrizes propostas mediante aplicação de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais bibliotecários indexadores de bibliotecas universitárias brasileiras.

A escolha da biblioteca universitária como universo investigativo decorre deste ser um contexto multidimensional e multicultural e, assim, consistir-se em um ambiente social muito significativo para a organização e representação da informação e do conhecimento. Enquanto sistemas de informação de especialidades múltiplas, estas organizações possuem suas próprias definições e procedimentos para a tomada de decisões estratégicas, conforme explana Boccato (2009, p. 26):

[...] a biblioteca universitária é a responsável pela gestão das informações e dos documentos que integram seus acervos, desenvolvendo e mantendo, por meio das tecnologias de organização e representação do conhecimento, instrumentos, técnicas e sistemas de recuperação da informação que facilitam o acesso ao conhecimento produzido pela Universidade, num processo contínuo de geração e socialização do saber em contextos de áreas científicas especializadas.

Relativo aos sistemas de informação, Varela e Barbosa (2012) assinalam que os artefatos de informação – representados nesta pesquisa pelo catálogo coletivo *online* de bibliotecas universitárias – estão em constante mudança, principalmente no que tange aos modelos de comunicação, a exemplo da plataforma web 2.0. Para as autoras supracitadas, este novo cenário exige interpretação e compreensão clara do diálogo entre os diferentes atores sociais que produzem, usam e geram a informação, em virtude das possibilidades variadas de acesso e intercâmbio de informação e, lembram que, diante desta realidade, as bibliotecas adotam uma linha de gestão cuja abordagem é centrada no usuário. Portanto, toda e qualquer atitude assumida pela biblioteca universitária deve ter como ponto de partida os interesses e expectativas da comunidade onde está inserida. Assim, os catálogos coletivos *online* de bibliotecas universitárias, enquanto formas contemporâneas de coleta de dados, sistematização e disseminação dos conteúdos documentais para a recuperação da informação por comunidades usuárias locais e/ou remotas, rejeitando limites geográficos e culturais, precisam refletir os serviços e produtos desenvolvidos e prestados com qualidade e rapidez, bem como serem pertinentes e compatíveis com os interesses informacionais de sua clientela.

Neste ponto, julga-se pertinente esclarecer que inquietações e questionamentos, interrogações e necessidades reflexivas impulsionam o caminhar de qualquer ciência na busca por novos resultados, sempre parciais porque não se findam, ao contrário, deixam flancos abertos pelos quais “[...] as novidades e os pensares diferenciados penetram, impondo ou persuadindo, pela evidência, lógica e coerência dos argumentos, formas inovadoras de olhar o objeto, o fenômeno analisado” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 91). Entre os questionamentos que permeiam o universo de qualquer campo de conhecimento alguns se sobressaem e, por isso, são postos como prioritários, pois implicam mudança de direcionamento no olhar com vistas a preencher as entrelinhas que, constantemente, teimam em permanecer abertas, vazias.

Debruçando-se no terreno do campo da informação muitas questões e problemáticas são postas e vistas, por todos, a olhos nus. Dentre estas, abraça-se nesta pesquisa uma questão ímpar no campo da informação – o linear entre informação e ação no contexto dos processos informacionais e o impacto desta relação. O intuito maior é, portanto, adentrar nas entrelinhas que envolvem a

informação no âmbito de sua relação mais estreita com os aspectos cognitivos, culturais e sociais que tangenciam o campo da informação, como base determinante para a elaboração de concepções teóricas e metodológicas do processo de tratamento temático da informação que condicionem a prática profissional e versem no estabelecimento de produtos e serviços informacionais que vão ao encontro com os interesses informacionais dos usuários de bibliotecas universitárias. Para tanto, toma-se como base a importância de estudos acerca do Tratamento Temático da Informação em bibliotecas universitárias e a sistematização desta atividade mediante uma política de indexação.

À luz de problemáticas dessa ordem, defende-se que o sujeito e o objeto de estudo no contexto científico não devem ser separados, dispostos como elementos difusos, ímpares. Sob este olhar e similarmente frente às questões socioinformacionais que tem acompanhado o campo da informação e suas disciplinas constitutivas, atrela-se uma preocupação epistemológica, sob o ponto de vista prático e tecnicista, a uma contextualização filosófica aos temários aqui estipulados para investigação. Neste sentido, o desenvolvimento desta pesquisa no campo da informação se **justifica** não apenas pelo seu caráter original, mas, sobretudo, em virtude da carência de estudos que abordem o tema política de indexação para o tratamento temático da informação e considerem todos os atores sociais que compõem a vertente humana do processo em contexto de bibliotecas universitárias. Ademais, a oportunidade de expandir limites e aprofundar as abordagens existentes neste campo científico e profissional é outro elemento motivador.

Quanto ao **enquadramento metodológico** desta pesquisa, elencou-se um conjunto de métodos que abarcassem de forma coerente os objetivos traçados. Contribuindo para a situação sobredita, a pesquisa constou de uma exposição da literatura científica, com vistas à familiarização com os temários investigados por meio de um diálogo expositivo-reflexivo dentro de um universo de teorias e pressupostos especializados do campo da informação sob um enfoque multidisciplinar; com destaque para as concepções teóricas produzidas pela área de Organização e Representação do Conhecimento. Esta etapa contemplou uma pesquisa bibliográfica como recurso de apoio para a comprovação ou não das hipóteses aqui defendidas diante dos dados coletados junto aos sujeitos de

pesquisa. Para tanto, os métodos escolhidos foram o questionário e a técnica de Protocolo Verbal. No primeiro momento, foram aplicados três questionários elaborados para cada vertente investigada nesta pesquisa, cujo escopo foi identificar a percepção dos atores sociais testados quanto da congruência entre a literatura especializada da área frente às exigências e necessidades específicas da sociedade profissional. A operacionalização desses instrumentos de coleta de dados visa identificar as opiniões, conhecimentos e pontos de vista dos atores sociais que compõem as vertentes científica, profissional e de uso do processo de tratamento temático da informação para identificar pontos e aspectos relevantes a serem considerados na composição de diretrizes que visem à caracterização de uma política de indexação aplicada em bibliotecas universitárias que tenham sistemas de informação informatizados. Por sua vez, o Protocolo Verbal na modalidade de Protocolo Verbal em Grupo (PVG) foi elencado para a pesquisa como forma de contribuir para a observância por parte da sociedade profissional dos aspectos congruentes e divergentes contidos nas diretrizes elaboradas a partir das análises comparativas dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários. Portanto, a aplicação desta técnica introspectiva de coleta de dados ocorreu com um grupo de bibliotecários indexadores que compuseram a vertente profissional a fim de analisarem os pontos propostos nas diretrizes elaboradas. A análise qualitativa dos dados obtidos ficou a cargo da Análise de Conteúdo como forma de obter a fruição da realidade dos dados coletados mediante a concepção dos atores sociais testados.

A referida teia metodológica contribuiu para desvelar alguns dos aspectos particulares dos atores sociais aqui investigados, conhecer suas especificidades e articular suas relações, considerando-se que a política de indexação deve representar todas as vertentes humanas que permeiam o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Apesar do exposto, entende-se que uma teoria científica fornece soluções temporárias para os problemas que enfrenta, podendo esta ser refutada no momento em que uma nova teoria responda de forma mais coerente o problema suscitado. Neste sentido, vale esclarecer que, em meio ao caos do determinismo e das incertezas que assolam os conhecimentos científicos, podem existir outras formas de raciocínio e métodos científicos empregados que tenham o intuito de ampliar as possibilidades

investigativas do objeto de estudo e obtenção de respostas para o problema aqui proposto, uma vez que a ciência não é fruto de um roteiro cuja criação seja totalmente renunciada.

Ainda assim, espera-se que as reflexões e resultados tecidos aqui possibilitem ao profissional bibliotecário reconhecer a importância da atividade de tratamento temático da informação no cenário da biblioteca universitária enquanto contexto dinâmico de geração e promoção da informação e do conhecimento. De resto, almeja-se que as reflexões oriundas da presente pesquisa sejam um contributo valioso para apontar novos aspectos sobre o universo científico do Tratamento Temático da Informação e, principalmente, com avanços necessários à construção de políticas de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias, em conformidade com os objetivos da linha de pesquisa “Produção e Organização da Informação”⁹ do PPGCI da UNESP/Campus de Marília.

1.3 Apresentação das seções

Quanto à estrutura descritiva desta pesquisa, cabe mencionar que, além desta parte introdutória que comporta alguns conceitos centrais, a presente Tese se desdobra em outras cinco seções de cunho teórico-metodológico, a fim de apresentar o estado da arte sobre a temática e obter a comprovação ou não das hipóteses aqui defendidas. Para favorecer um melhor aproveitamento e compreensão da estrutura completa da pesquisa, segue-se uma descrição que alia os objetivos específicos traçados às respectivas seções que dão forma a esta Tese, para melhor explicitar a integração e coerência de sua delimitação a partir do problema, proposição e objetivos, a saber:

⁹ A prática investigativa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação no eixo temático “Produção e Organização da Informação” considera a informação registrada e institucionalizada como insumo básico para a construção do conhecimento no universo científico da Ciência da Informação. De acordo com a ementa da referida linha de pesquisa, o seu foco investigativo visa à execução de referenciais teóricos e aplicados, de natureza interdisciplinar, acerca da produção e da organização da informação. Sendo assim, a pesquisa se insere no espectro temático da linha ao abordar o tratamento temático da informação e buscar contribuir, no contexto prático-aplicado, com a sistematização do processo em contexto de bibliotecas universitárias a partir da caracterização de diretrizes para a elaboração de políticas de indexação.

Quadro 1: Sistematização da pesquisa

Estrutura	Delimitação
Seção 1	<p>Problema: necessidade de elaboração de uma política de indexação no âmbito dos fundamentos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento, que atenda as necessidades profissionais e colabore com o processo de mudanças contínuas nos fazeres cotidiano da profissão, bem como reflita a realidade própria do domínio informacional, a fim de preservar os valores, crenças e predisposições específicas da comunidade usuária, isto é, que sustente e ampare a informação construída como prática social em contexto de bibliotecas universitárias.</p>
	<p>Proposição: investigar as vertentes científica, profissional e de uso que compõem o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, a fim de identificar elementos cognitivos, culturais e sociais que devem respaldar a elaboração de uma política de tratamento temático da informação para indexação em catálogos coletivos <i>online</i> que propicie respaldo teórico e procedimental a prática profissional e, ao mesmo tempo, assegure a garantia cultural às informações construídas como prática social em domínios informacionais específicos.</p>
	<p>Objetivo geral: contribuir com diretrizes para a definição de uma política de tratamento temático da informação para indexação em catálogos coletivos <i>online</i> de bibliotecas universitárias a partir do delineamento do Tratamento Temático da Informação no campo dos acontecimentos discursivos: a) fundamentos teóricos e metodológicos do corpo de docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento; b) o contexto sóciocognitivo do profissional da informação; e c) características e princípios culturais dos usuários.</p>
Seção 2	<p>Objetivo específico 1: Evidenciar a abordagem sociocultural frente aos paradigmas contemporâneos do campo da informação a fim de compreender a informação construída como prática social; e</p> <p>Objetivo específico 2: Contextualizar no âmbito dos fundamentos teórico-conceituais e prático-aplicados da área de Organização e Representação do Conhecimento o processo de tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias.</p> <p>Título: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</p>
Seção 3	Título: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Seção 4	<p>Objetivo específico 3: Verificar, por meio da aplicação de questionários, se as ações desempenhadas pelas vertentes científica e profissional possibilitam a realização do processo em bibliotecas universitárias pela perspectiva da garantia cultural na vertente do uso;</p> <p>Título: RESULTADOS E DISCUSSÃO</p>
Seção 5	<p>Objetivo específico 4: Delinear diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias brasileiras com base na perspectiva dos docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento, profissionais bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias;</p> <p>Objetivo específico 5: Avaliar metodologicamente as diretrizes propostas mediante aplicação de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais bibliotecários indexadores de bibliotecas universitárias brasileiras.</p> <p>Título: PROPOSTA DE DIRETRIZES DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS</p>
Seção 6	CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fonte: Elaboração própria.

A **Seção 2** – Fundamentação teórica – conforme observado contempla os objetivos específicos um e dois, os quais são direcionados a configuração dos temários abordados de modo a entrecruzar diferentes abordagens, mediante a exposição de várias definições e conceitos no campo da informação e em campos científicos correlatos, valendo-se do contributo do trabalho interdisciplinar no universo das ciências. Destarte, apresenta o referencial teórico adotado para subsidiar a investigação proposta, sendo articuladas as seguintes discussões: a) a abordagem sociocultural, a partir da perspectiva de campos correlatos, a fim de delinear a sua inserção na base epistemológica do campo da informação como contributo a compreensão da relação linear entre informação e ação. Parte-se, portanto, de um exame reflexivo da informação enquanto elemento produzido socialmente por sujeitos cognoscentes, construções estas estabelecidas na esfera individual e coletiva. Em tempos de contemporaneidade, trabalha-se com o paradigma social no campo da informação para a compreensão da informação como fenômeno de ordem social e cultural e dos muitos e variados aspectos a ele associados e; b) contextualização sobre as atividades de organização e representação da informação no espaço das bibliotecas universitárias enquanto domínios informacionais específicos por meio de uma análise reflexiva, conceitual e operacional amparada pelos subsídios da área de Organização e Representação do Conhecimento, bem com pontua-se o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Neste universo, os limites desta seção estão na própria visão panorâmica de discussões sobre política de indexação para bibliotecas universitárias, com base nos estudos realizados sobre a temática e seus contributos prático-aplicados em abordagem sociocultural.

A **Seção 3** – Procedimentos metodológicos – apresenta de forma minuciosa os métodos empregados para a coleta e tratamento dos dados coletados com os sujeitos de pesquisa. Portanto, esta parte é composta por uma caracterização geral do *corpus* de pesquisa em que foram descritos os pormenores das opções metodológicas empregadas, sendo disposto o detalhamento dos procedimentos teóricos e operacionais utilizados para a execução desta investigação; dos instrumentos e da técnica de coleta de dados selecionados; a articulação das estratégias qualitativas para análise e apresentação dos resultados

de cunho procedimental; bem como descritas às potencialidades e limitações da abordagem metodológica adotada para levar a cabo a sua parte operacional.

A **Seção 04** – Resultados e discussão – esboça os dados coletados por meio dos questionários aplicados com docentes, profissionais e usuários, os quais foram analisados e discutidos à luz do referencial teórico trabalhado nesta pesquisa. Segue-se, aqui, como estratégia de estudo, uma análise comparativa dos resultados obtidos como forma de identificar os principais elementos a serem considerados na caracterização de diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias.

De posse das análises dos questionários e dos resultados oriundos das respectivas vertentes trabalhadas nesta pesquisa, a **Seção 05** – Proposta de diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias – comporta as diretrizes para definição de política de indexação para bibliotecas universitárias brasileiras frente aos enfoques dos fundamentos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento, da ação mediadora dos profissionais e do uso pela comunidade de domínios informacionais específicos. Esta seção também comporta a análise a transcrição dos dados provenientes da técnica do Protocolo Verbal em Grupo aplicada com um grupo de bibliotecários indexadores mediante uma exposição direta das diretrizes estabelecidas em seção anterior, como forma de aperfeiçoar o material elaborado. Portanto, nesta etapa foram avaliadas metodologicamente as diretrizes delineadas a partir da análise conjunta dos resultados advindos com a aplicação dos questionários. Concomitantemente, salienta-se que esta etapa da pesquisa foi bastante proveitosa, uma vez que as políticas de indexação são materiais de trabalho destinados ao profissional bibliotecário, atuando como ponte entre as orientações teóricas e as necessidades e objetivos da prática cotidiana da profissão. Sendo assim, as discussões sociais encabeçadas aqui objetivaram verificar a relevância destas diretrizes a partir do ponto de vista destes atores sociais, tomando-se como base a prática cotidiana da profissão e o contexto de bibliotecas universitárias.

A **Seção 06** – Considerações Finais – entrecruza a fundamentação teórica apresentada para a compreensão dos temários abordados e os principais contributos e observações advindos desse trabalho expositivo-reflexivo para amparar o estabelecimento de diretrizes destinadas à definição de uma política de

indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Ademais, tecem-se alguns pontos sobre os resultados adquiridos com a parte operacional da pesquisa mediante a investigação do processo de tratamento temático da informação em abordagem sócio-cultural para a definição de diretrizes de política de indexação. Traz, efetivamente, a síntese obtida a partir das etapas realizadas na pesquisa e respostas para alguns dos problemas que apresentados. Adicionalmente, revela um traço de possibilidades investigativas decorrente desta pesquisa que podem ser exploradas em estudos futuros no campo da informação.

Por fim, expõem-se o corpo de Referências que balizaram bibliograficamente a pesquisa e os Apêndices e Anexos utilizados para a execução da mesma.

SEÇÃO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte da investigação comporta uma discussão reflexiva sobre a inserção da abordagem sociocultural no campo da informação e sua relevância para a área de Organização e Representação do Conhecimento no que tange a elaboração de diretrizes de política de indexação. Admite-se, inicialmente, a relação entre o sujeito cognoscente e a informação, tendo como pano de fundo uma perspectiva sociocultural deste imbricamento no campo da informação a partir do paradigma social, de modo a cumprir com o primeiro objetivo específico – evidenciar a abordagem sociocultural frente aos paradigmas contemporâneos do campo da informação a fim de compreender a informação construída como prática social. No segundo momento, reporta-se ao espaço da biblioteca universitária e suas especificidades quanto aos processos de organização e representação da informação a partir dos aspectos de natureza teórico-conceitual e prático-aplicado da Organização e Representação do Conhecimento, em conformidade com o segundo objetivo específico – contextualizar no âmbito dos fundamentos teórico-conceituais e prático-aplicados da área de Organização e Representação do Conhecimento o processo de tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias. O caminho percorrido endossa os diálogos aqui apresentados sobre o processo de tratamento temático da informação no contexto da biblioteca universitária e, sobremaneira, questões relacionadas à política de indexação, ponto principal desta cadeia reflexiva. Com efeito, busca-se evidenciar a necessidade de que o tema política de indexação seja conduzido sob a ótica da abordagem sociocultural, admitindo-se, para tanto, a vinculação do sujeito no seu contexto social.

2.1 A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Refletir sobre a área de estudos “Organização e Representação do Conhecimento” remete o olhar desta pesquisa para a representação documental e, por decorrência, aos usuários no âmbito de pesquisas teóricas e procedimentais desenvolvidas ao longo de sua caminhada para o desvendamento de problemas que perpassam da produção ao consumo da informação, com fins de construção e socialização do conhecimento.

A área de Organização e Representação do Conhecimento comporta estudos reflexivos de dimensão social ao direcionar grande parte de sua atenção à questão dos usuários e o papel desempenhado pelo profissional da informação no cumprimento de suas atribuições. Atua como um espaço investigativo de natureza mediadora, ao passo que propicia a interlocução entre os contextos de produção da informação e seu uso (GUIMARÃES, 2009).

Tendo em vista a adequada recuperação da informação documental, isto é, informação registrada ou veiculada em um suporte físico impresso ou eletrônico, o “ciclo documentário”¹⁰ (SHAW, 1957) e todas as suas operações¹¹ e aspectos inerentes passam a ser elemento de análise de grande parte do esforço intelectual empreendido¹² pela referida área. Este processo comunicativo entre o conteúdo

¹⁰ É comum na área a utilização de outras denominações tais como ou “cadeia documentária” (GUINCHAT; MENO, 1994) ou “ciclo de operações documentárias” (KOBASHI, 1994).

¹¹ O processo documental comporta as operações de coleta – atividades relacionadas à localização, seleção e aquisição de documentos convencionais e não-convencionais; tratamento – executa o processamento dos documentos coletados com relação ao suporte material e ao seu conteúdo; e difusão – dá-se por meio dos produtos e serviços do sistema de informação orientados a disseminar a informação, sendo planejados de acordo com a demanda da comunidade usuária (GUINCHAT; MENO, 1994).

¹² A principal sociedade acadêmica representante da Organização e Representação do Conhecimento foi criada em 1989 por Ingetraut Dahlberg intitulada “*International Society for Knowledge Organization*” (ISKO), cuja missão é fomentar ações para a consolidação científica de dimensão teórica e prática da área em nível nacional e internacional; contextualizadas nos diferentes campos do conhecimento que convergem para a discussão teórica dos fundamentos da organização do conhecimento (DAHLBERG, 2006). No Brasil, a ISKO ganha um capítulo próprio em 2007 em decorrência dos esforços empreendidos pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho 2: Organização e Representação do Conhecimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

informativo do documento e a futura recuperação em sistemas de informação é possível devido à presença de dois personagens centrais: o profissional da informação que desempenha o papel de emissor e o usuário, na qualidade de receptor desse processo comunicativo.

López Yepes (1995, p. 315, tradução nossa) explica que,

O documento é a acumulação de informação – fonte de informação – , mas de informação que se acumula para ser comunicada em um momento determinado e por um determinado motivo. São duas as coordenadas que configuram o documento como objeto do processo documental: a objetivação do conhecimento em um suporte e a possibilidade de comunicação e acessibilidade do mesmo. A informação que se transmite no processo informativo-documental é, evidentemente, informação documental, informação registrada ou veiculada em um suporte físico.

De modo a estabelecer parâmetros para a efetivação deste processo comunicativo, Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149) advogam que a área de Organização e Representação do Conhecimento preocupa-se, efetivamente, em garantir a conversão do conteúdo do documento – criado pelo ser humano como forma de “testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos” –, em informação capaz de gerar novo conhecimento, sendo necessário, para tanto, estabelecer fundamentos e técnicas direcionadas ao “[...] planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos [...]”. Neste entender, o cerne da área sustenta-se na “descrição de documentos, seu conteúdo, características e propósitos, e a organização destas descrições, para fazer destes documentos e de suas partes acessíveis às pessoas, buscando-os ou as mensagens que eles contêm” (ANDERSON, 1996, p. 337).

Seguindo esta linha de raciocínio, tem-se como o objeto de pesquisa da Organização e Representação do Conhecimento o “conhecimento em ação”¹³ – conhecimento registrado e socializado com vistas a sua organização e

Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) durante o VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

¹³ O “conhecimento em ação” é um fenômeno de dimensão social, materializada e cíclica do conhecimento (GUIMARÃES, 2008).

representação, para que este resulte em um novo conhecimento (DAHLBERG, 1995; BARITÉ, 2001; GUIMARÃES, 2000, 2009). Abarca, portanto, “[...] uma visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber como as classificações destinadas à organização de documento em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação [...]” (BARITÉ, 2001, p. 41).

De acordo com Hjørland (2008) a área contempla dois tipos de organização do conhecimento: a primeira, visão positivista de sentido estrito, abarca a organização documental, em que a organização intelectual ou cognitiva volta-se para a questão dos conceitos, sistemas de conceitos e teorias, sendo vinculada às atividades de classificação, descrição e indexação de documentos; a segunda, visão pragmática de sentido amplo, é direcionada a organização social do conhecimento; refere-se à divisão social do trabalho mental nas profissões, negócios e disciplinas em uma dada área em que busca compreender a organização do conhecimento em uma realidade específica. Nesta última, defende a conservação das declarações de conhecimento (*knowledge claims*) e organização de declarações de conhecimento (*organization of knowledge claims*) ao considerar que “[...] cada declaração de conhecimento é amparada por e ligada a argumentos, teorias e visões de mundo”. Ao ser reconhecido tal prerrogativa por parte das pessoas que executam a área de Organização e Representação do Conhecimento, sua atividade deixa de ser baseada no modelo ‘positivista’¹⁴ (HJØRLAND, 2008, p. 98, tradução nossa) e funcionalista.

¹⁴ Termo empregado por Saint-Simon para designar o método exato das ciências e sua extensão para a Corrente filosófica no começo do século XIX e, posteriormente, adotada por Augusto Comte para a sua filosofia. De modo geral, defende que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro, cujo meio para afirmar se uma teoria é correta ou não deve ser baseado em métodos científicos válidos. As ideias básicas do positivismo encabeçadas por Comte (1939, p. 20) defendem que “no estado positivo, o espírito humano reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se entregar unicamente a descobrir, pelo uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as relações invariáveis de sucessão e semelhança. A explicação dos fatos, reduzida então aos seus termos reais não é, daqui em diante, mais do que a ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais [...]”.

Sob esse prisma, o referido autor expõe que os principais fundamentos teóricos¹⁵ que permeiam a área de Organização e Representação do Conhecimento são conduzidos em sentido estrito (organização documental) e em sentido amplo (organização social do conhecimento). De modo complementar, sinaliza que o conhecimento acerca da organização do conhecimento está conceitualmente organizado em decorrência da influência de diferentes paradigmas, o que contribui para a existência de diversas possibilidades de análise sobre as questões relacionadas à organização e a representação da informação e do conhecimento, em especial pela abertura para a observação de diferentes valores e distintos objetivos que os paradigmas propiciam aos diferentes campos do conhecimento (HJØRLAND, 2008).

Quanto aos paradigmas, Hjørland (2003) faz saber que estes são compostos por três premissas básicas: ideais e crenças sobre ciência, isto é, objetivos epistêmicos, métodos e critérios na produção e avaliação de resultados científicos; hipóteses de visão de mundo e suposições ontológicas; e ideais significativas para a sociedade e cultura, para uso prático e para a sabedoria. Nesta perspectiva, advoga que no domínio da Organização e Representação do Conhecimento as tradições, ideologias e paradigmas “[...] devem ser vistos como a combinação de conceitos entre a organização intelectual e social. Elas são organizações cognitivas baseadas em influências sociais” (HJØRLAND, 2003, p. 94, tradução nossa). A partir disso, sinaliza que a área possui uma abertura para entendimentos de diversos campos do conhecimento dedicados a organização do conhecimento, considerando que nesta não há um ‘universo do conhecimento’ fechado e isolado das realidades teóricas de outras ciências (HJØRLAND, 2008). Todavia, lembra que todo trabalho interdisciplinar na busca pela troca de saberes

¹⁵ Tem-se na área de Organização e Representação do Conhecimento outra concepção teórica que faz distinção entre a organização da informação e a organização do conhecimento. Nesta corrente, Brascher e Café (2008), por exemplo, defendem que existe uma distinção na área que não pode ser ignorada, pois são dois tipos distintos de processos de organização. O primeiro (organização do conhecimento) se aplica a unidades do pensamento e está ligado à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade por meio de estruturas conceituais (representação do conhecimento); o segundo (organização da informação), se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais, isto é, o processo de organização da informação propriamente dito, abarcando arranjos sistemáticos, por meio da descrição física e descrição de conteúdo (representação da informação). Para esta pesquisa adota-se o posicionamento de Barité (2001) ao sinalizar que o objeto principal da área de Organização e Representação do Conhecimento é o conhecimento registrado e socializado, atuando entre a informação e o usuário.

para a consolidação científica de qualquer campo ou disciplina exige cuidado, pois “[...] temos que examinar e interpretar diferentes rótulos utilizados por abordagens muito honesta e cuidadosamente. Diferentemente, ficaremos em um campo muito desordenado” (HJØRLAND, 2008, p. 87, tradução nossa).

Relativo a esta preocupação, nota-se a presença de uma narrativa que hoje tende a ser uma inquietação assertiva no campo da informação, desvelada pelos anseios em busca de novos conhecimentos, o trabalho interdisciplinar. Cardoso (1996) reflete que a interdisciplinaridade é um componente utilizado pela ciência na atualidade por entender que a complexidade dos problemas enfrentados exige “soluções inovativas e plurais”.

Contudo, não se pode desconsiderar que “[...] a ideia de interdisciplinaridade parece evocar a muitos pesquisadores a sensação, aparentemente contraditória, de abrigarem-se numa casa sem paredes, cujo teto projeta-se à eminente queda” (RABELLO, 2012, p. 03). Tem-se um posicionamento favorável de que as implicações que permeiam a informação devem ser observadas por diferentes ângulos, no intuito de desvelá-las em diferentes concepções por meio de um trabalho de análise e maturação científica, pois o campo da informação, suas disciplinas constitutivas e áreas de investigação, tal como a Organização e Representação do Conhecimento, da teoria às aplicações, são permeados por conceitos, noções e ideias que atuam como ponto convergente de vários outros saberes científicos. Não obstante, o movimento interdisciplinar não deve apresentar-se como “[...] mais um esforço ou hipótese sem consistência, mas abrigar novas expectativas e propiciar novas possibilidades” (DAL’ EVEDOVE, FUJITA, 2013, [s.p]).

Diante deste cenário, Tennis (2008) alerta que não se pode deixar em segundo plano o entendimento de que o processo de organização e representação da informação e do conhecimento está associado à criação, uso e manutenção das informações, sendo preciso considerar as estruturas vigentes e o discurso que envolve estas práticas. Sob esta ótica, alerta que falta aos estudos desenvolvidos na área uma postura verticalizada sobre as discussões que envolvem a epistemologia, teoria e metodologia, uma vez que estes três aspectos são inerentes a qualquer pesquisa e base para a exposição de argumentos e conclusões (TENNIS, 2008).

Coadunando com esta posição, Pinho (2006, p. 34) observa “[...] que a área vem percorrendo uma trajetória que reúne a dimensão pragmática dos instrumentos à busca por uma base epistemológica que a explique e sustente”.

É difícil e desafiador para a comunidade científica esboçar o progresso da Organização e Representação do Conhecimento, especificamente porque muitas posturas e pensamentos divergentes são utilizados como base para as discussões teóricas e metodológicas, o que causa a fragmentação do conhecimento na área. Neste ponto, cabe expor a fala de Dahlberg (2008, p. 85, tradução nossa) para a qual “somente se essa nova ciência puder ser considerada como um campo de empreendimento científico, ela receberá a reputação que merece”.

Apesar da necessidade de uma melhor fundamentação teórica e avanços científicos, entende-se que a Organização e Representação do Conhecimento, ao lidar com o conhecimento registrado e socializado, ampara a atuação do profissional da informação diante das diversas práticas e atividades sociais vinculadas com o uso da informação e o acesso do conhecimento ao empreender esforços para apresentar subsídios teóricos sobre “[...] tudo aquilo que é relativo ao *tratamento da informação*, particularmente com o *tratamento temático da informação*, e de um modo menos específico – mas não menos importante – com a *gestão do uso social da informação*” (BARITÉ, 2001, p. 38, tradução nossa). Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010, p. 15) esclarecem que a organização e a representação da informação e do conhecimento são atividades de criação humana e, assim sendo, constituem-se como criação cultural desempenhada pelo profissional da informação para construir um mundo informativo documental que é próprio da Biblioteconomia; “[...] um mundo como todo homem, cheio de sentido, mas sentidos de segunda ordem, ou seja, do mundo natural, mas sentidos de um mundo cultural que por sua vez é interpretado”; interpretação esta que se desdobra na relação entre o usuário e a informação.

Considerar que as atividades da área são processos em que o elemento cultura faz-se presente é, relativamente, uma orientação epistemológica recente advinda a partir da valorização do cunho social do campo da informação, especificamente na Ciência da Informação com a introdução do paradigma social. A fim de compreender a influência deste pensamento no âmbito da Organização e

Representação do Conhecimento, parte-se para uma exposição do paradigma social no campo da informação e, num encaminhamento natural, a compreensão da relação entre informação e ação.

2.1.1 O paradigma social no campo da informação

Instanciada como fenômeno de ordem social e inscrita na contemporaneidade como sinônimo de poder, a informação é conceitualmente efêmera e sem contornos claros, inclusive no campo da informação. Esta fala não é recente, permeia o caminhar das disciplinas que compõem este campo de conhecimento e, provavelmente, as acompanhará enquanto houver o erigir pela descoberta, por novas formas de pensar e fazer ciência¹⁶, considerando-se que o objeto de estudo central – a informação¹⁷ – é abrigador de diversas possibilidades e olhares investigativos. Do contrário, não se configuraria como um campo científico e profissional, pois “[...] a ciência propriamente dita, o processo vivo, ocupa-se principalmente de conjecturas que estão em processo de serem estruturadas ou testadas” (PEIRCE, 1983, p. 140).

Os processos de anomalias¹⁸ dão nova forma à vida científica de bases interdisciplinares e causam mudanças conceituais de mundo, o que para Japiassu (1977) propicia uma visão ampliada do contexto em que a ciência correspondente se

¹⁶ Nesta pesquisa, utiliza-se a concepção de Chauí (2002, p. 252) para quem “uma ciência é a unidade sistemática de axiomas, postulados e definições, que determinam a natureza e as propriedades de seu objeto, e de demonstrações, que provam as relações de causalidade que regem o objeto investigado”. Em complementação, entende-se que a ciência deva considerar as questões sociais que a cercam e determinam sua existência (SANTOS, 2003).

¹⁷ Por ser um fenômeno ambíguo aplicado em diferentes contextos, existem opiniões divergentes quanto à delimitação do objeto de estudo em “informação registrada” com vistas à socialização do conhecimento; atributo que condiciona novas compreensões, muitas destas oriundas pelo caráter interdisciplinar que abriga a informação enquanto fenômeno de análise. Um dos fatores que causam tal imprecisão sobre o objeto científico deriva de uma questão mais ampla, que assola as ciências humanas. Nestas, o objeto de estudo não se encontra fora do sujeito cognoscente, mas o objeto passa a ser o próprio ser que conhece, sendo necessário estabelecer o método adequado à compreensão dos fenômenos que envolvem o comportamento humano (ARANHA; MARTINS, 1996).

¹⁸ Os processos de anomalias ou crises paradigmáticas decorrem quando o modelo de ciência vigente levanta questionamentos, pondo em dúvida a validade de tal paradigma (KUHN, 2001).

projeta, ultrapassando as limitações do saber. Encorajada pela complexidade, a ciência vivencia uma nova conjectura que parte do arcabouço de conhecimentos metódicos e racionais para uma abertura a conceitos, métodos e pensamentos mais apropriados às necessidades da contemporaneidade¹⁹, sendo esta marcada por quebras de paradigmas na ânsia por compreender e explicar a realidade social (KUHN, 2001).

Essa nova configuração da ciência procura evidenciar, mediante uma flexibilidade da noção de objetividade do conhecimento científico, os fatores históricos, econômicos, políticos e sociais que orientam a prática científica (JAPIASSÚ, 1977). O referido entendimento tem sido elemento de diversos estudos e discussões, acentuando múltiplos fatores e enfatizando várias possibilidades investigativas. Dentre estas, ganha destaque no campo da informação o “paradigma pragmático e social” proposto por Shera (1970), em conformidade com a prerrogativa de que este campo do conhecimento é direcionado ao social e, como tal, exige-se uma “epistemologia social” para tratar questões relacionadas ao seu objeto. Com efeito, a marca da epistemologia social consiste em colocar “[...] a ênfase no ser humano e na sociedade como um todo, e todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar” (SHERA, 1973, p. 90).

Na condição de proposta alternativa para os alicerces epistemológicos do campo da informação, o paradigma social é concebido a partir de alicerces teóricos da Filosofia e das Ciências Sociais. Fernandes e Saldanha (2002, p. 04) esclarecem que “seu caráter pragmático coloca o exame dos processos informacionais ensejados por homens situados em suas ocupações com as coisas, junto com os outros”. Neste paradigma, as reflexões no entorno da informação são direcionadas para as práticas de sua produção e usos sociais.

As propostas advindas com o paradigma social ganham terreno fértil na Ciência da Informação. Isto porque, a referida disciplina científica inscreve-se no contexto da contemporaneidade na condição de ciência social aplicada que possui um compromisso social concreto – resolver as temáticas e seus respectivos

¹⁹ Segundo Eagleton (1998, p. 7) a contemporaneidade é uma “[...] linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação”.

problemas causados pelas ciências clássicas e tecnologias da informação. É uma ciência que transita nas concepções e fundamentos das ciências similares na tentativa de investigar e compreender o fenômeno informação em distintas esferas e abordagens, por meio de um trabalho interdisciplinar (DAL' EVEDOVE; FUJITA, 2013). Para tanto, dispõe de um conjunto expressivo de teorias, modelos e conceitos que sustentam os discursos, conhecimentos e aplicações práticas que tangenciam o seu caminhar científico (LE COADIC, 1996).

Para um caminhar evolutivo de base sólida e satisfatória, alguns aspectos que se interpõem na produção, tratamento e transferência da informação devem ser explorados e compreendidos por meio de teorias filosóficas. Este é um posicionamento necessário para a sua sobrevivência enquanto ciência, considerando-se que “a mais profunda compreensão do campo é fornecida pelo estudo das pressuposições filosóficas subjacentes” (HJØRLAND, 2000, p. 527). Segundo Almeida (2010) esta inferência decorre da concepção clara de que produzir ciência pressupõe uma ação contínua na busca por novas teorias, sem pretensões a resultados imediatos. Nesse sentido, a Ciência da Informação, considerada uma disciplina científica em plena fase de constituição, (re)toma características de ordem fenomenológica para propor uma estruturação mais palpável e fecunda. Para tanto, entende-se que o pensamento dominante ou dominador dos discursos que permeiam, na postura de seus pesquisadores, a concepção paradigmática e epistemológica deve ser avaliada e promover uma abertura a concepções que visem à construção de seu estatuto científico. Esta situação é abordada pelo referido autor, cuja fala põe à tona uma realidade pouco proclamada e, recorrentemente obscurecida nos discursos desta disciplina científica:

É lugar-comum na Ciência da Informação a tentativa de esquivar-se de teorias que não tem uma aplicabilidade imediata. A hipótese defendida por muitos é que as demandas sociais devem dirigir a busca de conceitos e teorias, e tão logo elas são identificadas, devem ser inseridas nos sistemas de informação e documentação. [No entanto], quando pensamos em uma ciência, cujo objeto seja a informação, em suas várias dimensões sociais, acreditamos que ela deve, antes de produzir resultados, explicar racionalmente os fenômenos, sob pena de sua atividade científica ser comparada aos simples registro de sucessos e insucessos de experiências (ALMEIDA, 2010, p. 15).

Este pensamento é usualmente trilhado na Ciência da Informação. Ainda se utilizam eufemismos que neutralizam as discussões e fazem com que muitos de seus problemas, provenientes do atual contexto contemporâneo e das limitações epistemológicas, sejam discutidos na superficialidade e não no âmago, no entroncamento entre uma avaliação mais elevada e a mera generalização conceitual. Morin (1999) esclarece que uma possível esterilidade quanto à inserção de novas concepções científicas pode estar ligada ao grau de isolamento que uma ciência propõe ao objeto investigado. Outro aspecto que condiciona a chamada “superficialidade científica” decorre porque, em geral, “[...] os cientistas conhecem muito mal a formação de suas teorias e de seus conceitos, porque aprendem uma ciência divorciada da história das idéias, da vida social, econômica e política” (JAPIASSU, 1977, p. 18).

Essa visão permite sintetizar que a Ciência da Informação não deve reduzir a explicação de fenômenos observáveis e suas possibilidades de conhecimento em unidades independentes uma das outras, pois “[...] as características constitutivas não são explicáveis a partir das características das partes isoladas” (VON BERTALANFFY, 1977, p. 83) ou ainda, porque “[...] o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo, como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes” (MORIN, 2002, p. 88).

O que está subjacente é o fato do conhecimento ser construído num processo dual, não somente na relação, mas, sobretudo, na interação (VIGOTSKI, 1994, 2003; BRETON, 1999; MATELART, 2004; CHAÚÍ, 2006a, 2006b; FREIRE, 2005; MESZAROS, 2006, 2007). Esta visão calca-se na premissa de que não há conhecimento no isolamento; o conhecimento se constrói na relação do ser humano com o mundo, com o outro. Sendo assim, o processo científico deve ser conduzido mediante a complexidade dos fenômenos que circundam cada ciência, mais precisamente sob o viés sociológico que permite compreender os fenômenos da prática científica a partir das relações sociais estabelecidas entre instituições e sujeitos individuais para a manutenção do conhecimento científico (BOURDIEU, 1983; JAPIASSÚ, 1977; SANTOS, 2003, dentre outros). Nesta proposta, o campo da informação e suas disciplinas ocupacionais direcionam-se às questões ligadas à informação, o que lhes confere um caráter social ao passo que “[...] a origem,

colecção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação” (BORKO, 2001, p. 22, tradução nossa) decorrem de demandas sociais apresentadas por sujeitos que estabelecem relações sociais com o outro na busca pelo conhecimento.

As dimensões de significação e de relação social envolvem o conceito informação em diversos níveis e complexidades. A falta de clareza desses níveis e suas respectivas complexidades desencadeou a mudança de paradigma na Ciência da Informação, cujo intento foi avançar em questões que envolvessem os contributos do aporte matematizante da informação (paradigma físico) e do aporte cognitivo da informação (paradigma cognitivo) (CAPURRO, 2003). De acordo com Fernandes e Saldanha (2012) na década de 1990 o problema da materialidade da informação na epistemologia da Ciência da Informação de âmbito internacional ganha notoriedade, o que resulta na observância das dinâmicas de apropriação, produção, utilização e reutilização da informação nas práticas sociais.

A partir desse ponto de vista classificatório, passa-se a considerar o paradigma social da informação, cujo pensamento dominante recai nas práticas de produção e usos sociais da informação. Esta alternativa paradigmática amplia os potenciais de análise da informação e seus efeitos sociais “[...] no plano das práticas locais que se apropriam e produzem novos sentidos, novos valores e transformam a realidade” (FERNANDES; SALDANHA, 2012, p.19). A tônica dos diálogos e pesquisas que passam a trilhar essa base alternativa para os alicerces epistemológicos e teóricos da Ciência da Informação atrelam os modos de produção e apropriação social da informação e informação no social.

A Ciência da Informação ampara-se de modo bastante salutar nesta perspectiva quando se considera o seu relacionamento inseparável com o social, em virtude da conhecida explosão da informação registrada, os problemas relacionados à comunicação do conhecimento em contextos sociais, os comportamentos da informação, os fluxos e os meios de processamento da informação, etc. (BORKO, 2001; SARACEVIC, 1996). Quando se examina os paradigmas contemporâneos da Ciência da informação que sinalizam os principais enfoques abordados, bem como propiciam uma compreensão geral sobre o pensamento dominante durante o seu desenvolvimento enquanto ciência, o paradigma social é quem estabelece uma

postura mais harmoniosa entre a prática e o discurso científico, conferindo a esta disciplina “seu traço identificador” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, [s.p]).

Embora apresentem pontos de vista independentes (visões fisicistas, cognitivas e sociocognitivas), os três paradigmas podem ser considerados complementares ao figurarem como perspectivas contribuintes na consolidação da Ciência da informação (OLSON; BOLL, 2001, CAPURRO, 2003). Na ótica de Capurro (2003), essas orientações dominantes podem ser compreendidas em: *paradigma físico* centrado no sistema – baseia-se na existência de um objeto físico que, mediante a concepção do processo de comunicação, é transferido do emissor para o receptor por meio de um canal; *paradigma cognitivo* centra-se no usuário – influenciado por Popper²⁰ a partir do modelo proposto por Brookes²¹ para evidenciar que a informação modifica a estrutura cognitiva dos sujeitos; e *paradigma social* resultante do reducionismo das propostas anteriores – orienta-se pela interação do usuário enquanto ser individual e do contexto social no processo de recuperação da informação. Neste, a informação é tratada mediante o seu contexto de enunciação, situações e propósitos (SARACEVIC, 1999).

O paradigma social é fortemente conduzido pela orientação social-epistemológica apresentada por Hjørland e Albrechtsen (1995) denominada de Análise de Domínio (*domain analysis*). O pensamento defendido é de que a Ciência da Informação necessita de explicações com um fundo sociológico, visto que o seu objeto investigativo é socialmente produzido, transferido e utilizado. Nesta perspectiva, a Análise de Domínio é uma proposta contributiva para destacar as dimensões sociais, históricas e culturais que circundam a informação, enquanto pré-condições necessárias para o entendimento da informação e do conhecimento individual. O posicionamento dos autores baseia-se, em especial, no fato da Análise

²⁰ Ao apresentar a teoria dos três mundos – mundo físico (material), mundo do conhecimento subjetivo ou dos “estados mentais” e mundo do conhecimento objetivo (produtos da mente humana), Popper (1972) propicia uma importante abertura à Ciência da Informação com a adoção das interações entre os mundos do conhecimento subjetivo e do mundo do conhecimento objetivo.

²¹ Ao afirmar que o conhecimento é “[...] uma estrutura de conceitos ligados por suas relações”, em que a informação constitui “uma pequena parte dessa estrutura”, Brookes (1980, p. 131) busca amparo mediante a equação $K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$, onde a estrutura de conhecimento $K[S]$ é modificada para uma nova estrutura $K[S + \Delta S]$ pela informação ΔI , e ΔS passa a indicar a mudança, originando-se uma nova estrutura. Nesta, a estrutura de conhecimento subjetiva ou objetiva é transformada pela informação em uma nova estrutura de conhecimento, num processo cíclico.

de Domínio ser ancorada teoricamente na construção de princípios das práticas sociais de natureza informativa, cuja proposta é realizar uma análise qualitativa, histórica e funcional da informação (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Em sintonia com o exposto, vale destacar que a Análise de Domínio, combinada com as pesquisas tradicionais da Ciência da Informação, propicia o fortalecimento da identidade científica e um relacionamento mais harmonioso entre a pesquisa e a prática profissional, pois esta abordagem “[...] torna o campo da ciência mais coerente, promove a consolidação teórica e melhora os contatos e trocas interdisciplinares [...]” (HJØRLAND, 2002, p. 451). O ponto básico é de que “[...] há uma interação entre estruturas de domínio e conhecimento individual, uma interação entre os níveis social e individual” que não podem ser simplesmente ignorados, uma vez que os domínios de conhecimento são constituídos por atores sociais que possuem visões de mundo, estruturas de conhecimento, critérios de relevância e inclinações que são individuais e subjetivos, bem como estilos cognitivos particulares (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Para Hjørland (2003) a compreensão da informação no paradigma social vale-se dos processos socioculturais envolvidos, em virtude do valor informativo estar inserido dentro de um domínio de conhecimento, ou seja, “[...] o conhecimento e interesses prévios do indivíduo estão entrelaçados em uma rede social que os sustentam em seu existir humano” (ALMEIDA; BASTOS; BITTENCOURT, 2007, p. 81). Este olhar transcende a compreensão da informação exclusivamente como mercadoria. Mais do que isso, passa-se a perceber o “valor da informação” e o “quem” da informação no tecido social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1987; 1990), a considerar o “estatuto social da informação” e a refletir sobre o contexto das práticas socioculturais, como ponto de apoio ao exame do “para” da informação na esfera individual e/ou coletiva (MARTELETO, 1987).

Por decorrência, entende-se que admitir o paradigma social é preservar a individualidade do usuário da informação e sua especificidade ao considerar o contexto sociocultural mais amplo em que a informação é interpretada, com fins de geração de conhecimento. Cabe salientar, ainda, que o papel e compromisso social da Ciência da Informação direcionam-se a uma sociedade monocultural na medida em que “[...] desconsidera a diversidade cultural quando impõe uma estrutura

vertical e hierárquica na organização e representação da informação, ou até mesmo opta por uma linguagem documentária universal, impondo uma cultura sobre a outra” (ALMEIDA; BASTOS; BITTENCOURT, 2007, p. 82). Diante da necessidade de não deixar alijada questões de identidade cultural, a Ciência da Informação busca nos fundamentos de outros campos científicos, tais como o da Antropologia, Sociologia e Psicologia, novas interpretações para tratar questões de representação da informação direcionada a culturas específicas, ou domínios do conhecimento, sendo esta uma alternativa contributiva, conforme as reflexões apresentadas e, conjuntamente, uma postura que vai ao encontro com as exigências da sociedade contemporânea que exige informações cada vez mais personificadas.

2.1.1.1 A relação linear entre informação e ação

A informação figura como objeto privilegiado de diversas ciências. Ao delimitar e assumir a informação na condição de objeto investigativo, o campo da informação assume a complexidade deste fenômeno e seus pormenores. Jeanneret (2005) aponta que a informação se redefine sem cessar porque se constitui em relação à ação. Tal entendimento acentua as práticas de produção e usos sociais da informação ao retomar a experiência direta do homem com o mundo, isto é, na sua relação com o outro (HEGENBERG, 1974). Complementando a questão, Almeida Júnior (2009, p. 98) sinaliza que a informação, na medida em que destrói certezas momentâneas, exige a reconstrução do conhecimento, pois esta não elimina incertezas e; ao representar o desconhecido e não ser previsível, a informação “[...] é inquieta e, como tal, causa inquietações, conflitos. Apesar de se constituir no indivíduo, é dependente do coletivo”.

Para ser socializável, a informação precisa ser aceita pelo sujeito. Tem de haver certa reciprocidade entre o ato de socializar a informação e sua plena aceitação por parte do sujeito na condição de “usuário da informação”. A este respeito, Francelin (2003) indaga se o simples fato de o sujeito aceitar a informação pode significar a socialização ou se o ensejo da socialização da informação, embalada pela necessidade informacional da atual sociedade de consumo, nada

mais é do que o estoque de informação, mantendo o instinto conservativo do campo da informação e suas disciplinas de domínio.

Aceitando a necessidade de se conceber a informação em seu contexto de enunciação, tem-se assegurada, pelo menos em certo grau, a compreensão de determinadas práticas de complexidade que envolve a atividade informacional. Sobre isto, Silva (2006, p. 22) esclarece que,

[...] a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas.

Como resultado natural, faz-se necessário a construção e reconstrução de velhas fórmulas de análises e interpretações do papel da informação e do conhecimento na contemporaneidade, instanciada na complexidade. A este respeito, Aquino (2007, p. 10) aponta que “a síntese entre sociedade e conhecimento torna cada vez mais salutar a necessidade de o conhecimento ser aprendido à luz de sua dimensão social”. Do contrário, estabelece-se uma lacuna quando não são enfatizadas as trocas informacionais e a produção de conhecimento como fenômenos sociais. Quanto a isso, Capurro (1992, apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 32) alerta que “[...] a informação não é produto final de um processo de representação, nem algo transportado de uma mente a outra, ou, enfim, algo a ser retirado do casulo de uma subjetividade [...]”. Mais do que isso, é “uma dimensão existencial” do sujeito no mundo. Logo, é preciso destacar o papel ativo dos atores sociais na seleção de sentidos que se localizam em espaços históricos específicos.

Nessa concepção, o estado de mundo do sujeito impõe novas exigências ao campo da informação, compondo um panorama a informação enquanto elemento produzido socialmente por sujeitos cognoscentes; construções estas estabelecidas na esfera individual e coletiva. A necessidade de focar aspectos socioculturais nas investigações que trabalhem com a relação estabelecida entre sujeitos cognoscentes e a informação tem sido destacada, sobretudo, pela necessidade de

se observar as práticas sociais que sustentam as muitas e variadas formas válidas de conhecimento no processo de geração de informação. Evidencia-se, portanto, o imbricamento do social e do cultural – termos amplos e complexos, cujas diversas definições se desdobram e se inserem em análises variadas a depender da abordagem e aplicabilidade, bem como do seu contexto histórico.

A abordagem sociocultural representa uma fonte conceitual que parece proveitosa neste sentido, à medida que “uma nova configuração em torno da própria concepção de conhecimento válido vem demonstrando a necessidade de recuperação de dinâmicas que são intrínsecas a ambientes não científicos” (FRANCELIN, 2012, p. 88). Em face ao exposto, entende-se que todo estudo que investigue atores sociais no campo da informação deve envolver e considerar seus conhecimentos e o entorno social em que estes estão imersos. Esta prática confere aceitar que é na formação discursivo-coletiva que a informação adquire seu sentido de uso, aumentando as possibilidades desta em se transformar em conhecimento. Assume-se, então, a postura de que a sociedade é fruto da ação humana em seu contexto de vida. Assim sendo, baseia-se na experiência dos sujeitos diante das interações com o outro, haja vista que não há conhecimento no isoladamente, pois, seja na forma que for, ele se constrói na relação com o mundo (FREIRE, 1997; VIGOTSKI, 1991).

Francelin (2012, p. 80) esclarece que a comunicação entre os sujeitos que são membros de um grupo social requer regras compartilhadas e, portanto, as linguagens de organização e recuperação da informação devem considerar elementos como a garantia cultural, epistêmica e ética que circundam a informação, “[...] de modo a dar sustentação e valor aos conhecimentos e às crenças de cada grupo social”. De modo mais pontual, o autor explica que,

Toda cultura desenvolve características próprias a partir de seu contexto referencial, tornando-se seletiva com as informações, principalmente com as “ações de informação”. Os contextos referenciais são formados pela representação de objetos e/ou fenômenos. Um item de referência, objeto ou fenômeno, por meio de uma representação, corresponde a um ou vários significados.

O entendimento do autor em destaque ampara-se na prerrogativa de que um grupo social possui uma cultura particular. Esta, por sua vez, desenvolve

características próprias quando vinculada a um contexto referencial. Neste imbricamento, os sujeitos do grupo passam a ser seletivos com as informações, em especial no que tange as “ações de informação”, pois existe uma relação direta entre a informação que circula neste grupo com a sua cultura, o que o autor chama de “cultura informacional” (FRANCELIN, 2012).

Sobre a construção de estruturas significantes, cabe mencionar as palavras de Andrade (2006, p. 47) para o qual as representações do conhecimento traduzem “[...] a visão de mundo que cada um de nós possui em determinado momento sociocultural e histórico e que está também presente nas linguagens utilizadas e nos suportes disponíveis para essas representações”. Essa opinião coaduna com o que Shera (1957, p. 57) assinalou como sendo uma necessidade básica para as atividades de organização e representação da informação e do conhecimento: “toda classificação tem como base o pensamento, mas é pragmático e instrumental. É ao mesmo tempo permanente e efêmero. Permanente por que sem ele a cognição é impossível; efêmero porque pode ser rejeitado quando sua utilidade se exaure”. Ocorre, então, a necessidade de se entender que um objeto ou fenômeno depende de sua categorização e que tal categorização possui uma validade, isto é, uma efetividade diante do que os sujeitos julgam e/ou consideram relevantes e que tal condição é efêmera. Para determinar a validade dessa categorização é preciso adotar critérios; construir procedimentos que sejam capazes de verificar sua consistência; e ser aceita – via consenso social (SHERA, 1957).

Verifica-se, portanto, que as discussões empreendidas sobre os aspectos cultura, informação e sujeito não são recentes. Todavia, as reflexões atuais que se debruçam sobre a inter-relação desses elementos apontam a relevância desta questão para o avanço epistemológico do campo da informação. Além disso, compreende-se que as diversas formas de se debruçar sobre esta questão merecem ser observadas e examinadas, pois os elementos em destaque são complexos e constituem uma relação dinâmica entre si.

O exposto neste ponto da pesquisa clarifica o entendimento de que algumas problemáticas que permeiam o campo da informação podem ser conduzidas pela abordagem sociocultural e, conseqüentemente, contribuir com avanços para as questões de cunho teórico e metodológico que envolve as

atividades de organização e representação da informação no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento. Considerando que a mudança em qualquer ciência está atrelada a necessidade de novas teorias, ao desafio de trilhar um caminho novo, parte-se da prerrogativa de que a prática científica e suas configurações complexas não devem estar longínquas dos discursos e ditames epistemológicos, visto que os estudos de natureza epistemológica fornecem aos integrantes de uma dada comunidade científica um meio eficaz de se observar quais teorias e pensamentos ancoram os discursos de seus membros (ALMEIDA, 2009); como base para delinear pesquisas de vertente mais aplicada, como é o caso desta.

Visualizar com clareza o significado de um resultado em um campo científico e profissional permeado por paradigmas e posturas epistemológicas que são complementares e, em tese, concorrentes quando se trata de observar o fenômeno informação, não é tarefa simples. A dificuldade é desatrelar os discursos protagonistas que em muito direcionam o olhar do cientista da informação. No entanto, a informação exige uma flexibilidade interpretativa no processo de construção de teorias e significados mais proveitosos, com vistas a utilizar o “social” do campo da informação a seu favor. Esta visão conduz a exposição acerca da abordagem sociocultural a partir de teóricos da Psicologia, mais precisamente da Psicologia do Desenvolvimento, tendo o objetivo de conduzir o entendimento de que para a informação possuir significação é preciso considerar os fatores inerentes dos usuários da informação e suas práticas sociais no âmbito da coletividade.

2.1.2 Abordagem sociocultural no campo da informação

Nesta pesquisa parte-se do entendimento de que não há dicotomia entre o ser humano e a sociedade, em outras palavras, sujeito e coletividade. Toma-se por base o aporte psicossocial, ideia fortemente retomada nas últimas décadas (FÁVERO, 2005). Nesse universo é necessário destacar Vygotsky (1978) ao apresentar a teoria sociocultural do desenvolvimento cognitivo, pensamento com raízes na teoria marxista do materialismo dialético, para a qual a vida material e as mudanças históricas na sociedade produzem mudanças na natureza humana. A grande contribuição do teórico para a Psicologia do Desenvolvimento foi indicar que

os processos mentais superiores nos seres humanos são influenciados pelos meios socioculturais que os medeiam e; por conta da consciência própria do homem, a mediação semiótica atua como o instrumento que cria as formas de atividades verdadeiramente humanas, baseada em meios de produção historicamente transmitidos e socialmente criados (COLE, 1985).

Ao trabalhar com os conceitos de desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais no contexto sociocultural, Fávero (2005) esclarece que, apesar da contribuição de Vygotsky no que tange ao desenvolvimento cognitivo por meio da interação social, atualmente Wertsch (1995) sinaliza que não há nesta teoria uma verticalização sobre as relações entre instituições sociais e processos mentais do sujeito, mais precisamente sobre a noção de contexto, uma vez que sua teoria se deteve na análise dos processos psicológicos que envolvem a produção de conhecimento, enquanto produção cultural relacionada à linguagem e com a interação social. Diante disto, o autor propõe ampliar a análise de Vygotsky (1978) com as reflexões de Bakhtin (1981) sobre a natureza do discurso e a estrutura das instituições sociais para verificar os modos como às instituições sociais interagem com o funcionamento mental do sujeito.

De modo geral, o autor constatou que a distinção de Bakhtin entre os dois tipos de significados se assemelha a de Vygotsky referente à significação e sentido. Entretanto, tais teorias diferem-se no que diz respeito à natureza do contexto. Enquanto na primeira o “contexto cultural situado historicamente” dá-se pelo discurso²² dos outros; a segunda volta-se para o “[...] contexto referencial criado pelos signos linguísticos como o meio ambiente mais imediato de um enunciado [...]” (FÁVERO, 2005, p. 21). O avanço de Bakhtin (1981) para a questão do contexto decorre da possibilidade de se classificar os diferentes tipos de linguagens sociais, tais como categorias de “estratificação profissional” e “estratificação dos grupos sociais” etc. Isto porque, existem, na concepção do autor em destaque, forças (vozes) sociológicas que correspondem às linguagens sociais e, como tais,

²² Na teoria de Bakhtin (1981, p. 288) o discurso refere-se a “uma multitude de sistemas de crenças verbo-ideológicas e sociais interligadas”.

representam perspectivas sociais e institucionais particulares de uma determinada sociedade (BAKHTIN, 1997).

Fávero (2005, p. 19) indica que o mérito destes estudos foi evidenciar a tríade “sujeito-objeto-o outro”, cuja tese é de que entender como o conhecimento é construído envolve além de saber como se constroem as estratégias cognitivas tem-se “[...] a questão *do como e quais* são os valores sociais que permeiam as informações, os procedimentos e as próprias atividades”. O resultado disso é de que, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento que trabalha com a noção de desenvolvimento humano no contexto sociocultural, torna-se indispensável considerar que “[...] as ações humanas têm significados sócio-culturais, de modo que, tanto os objetos como as ações, funcionam, eles próprios, como veículos na mediação destes significados, o que inclui as representações sociais [...]” (FÁVERO, 2005, p. 21).

Werstch (1995) salienta que a atividade humana é mediada, o que significa que sempre haverá dificuldades impostas pelos significados implícitos ou explícitos dos instrumentos culturais²³, cuja mudança nesses significados altera a organização desses instrumentos e, por decorrência, o próprio sentido da dificuldade. Na concepção de Fávero (2005) ao admitir-se a ideia de que as dificuldades se alteram, admite-se, também, que é a própria atividade humana que as transforma. Desse modo, “[...] as ações humanas não são aleatórias; ao contrário, trata-se de práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento” (FÁVERO, 2005, p. 21). Para Moscovici (1988) a compreensão das representações sociais que estão no núcleo da memória coletiva pode ser a chave para a compreensão de elementos que vão dos subjetivos aos objetivos e vice versa, pois são elas, as representações, que adaptam nossas relações com a sociedade, consideradas o pré-requisito para a ação em geral.

Para Fávero (2005) o ser humano na condição de ser ativo é quem sustenta o paradigma sociocultural, haja vista que a interação humana é considerada como uma troca de significados, em um movimento permanente com o mundo. Indo além nessa questão, o autor em tela advoga que as ações humanas

²³ O instrumento de cultura corresponde aos signos, palavras e símbolos (VARELA; BARBOSA, 2012).

não são aleatórias, mas correspondem a práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento, ou seja, na sua interação com as representações sociais ou “vozes institucionais” e as práticas de uma sócio-cultura própria (FÁVERO, 1994). Como bem apontam Ribas e Moura (2006, p. 130) “a atividade psicológica interna do indivíduo tem sua origem na atividade externa, nas trocas com os outros membros do grupo social, trocas que se inserem em um determinado contexto cultural”. Em decorrência, passa-se a considerar a abordagem contemporânea sociocultural ou *paradigma pessoal* (YOUNG, 1997²⁴ apud FÁVERO, 2005) que preserva a identidade do sujeito sem precisar apartá-lo do coletivo.

De modo geral, a abordagem sociocultural resulta da contribuição de diferentes autores, conceitos e modelos da Psicologia, cujas ideias centrais estão presentes, em sua origem, nas contribuições do teórico Vygotsky (1896-1934) referente à compreensão do funcionamento mental humano e a inter-relação entre as dimensões individual, social e cultural. Na década de 1990, as investigações sobre cultura e cognição realizadas pela abordagem sociocultural tornaram-se progressivamente mais consistentes em virtude das contribuições de pesquisadores e teóricos da Antropologia, Sociologia e Educação. Este esforço interdisciplinar passa a ser o centro para o avanço de questões sobre o desenvolvimento teórico e metodológico da abordagem sociocultural.

Segundo Rogoff e Chavajay²⁵ (1995 apud FÁVERO 2005) alguns dos princípios que norteiam a abordagem sociocultural são imbricados nos seguintes entendimentos: nenhuma atividade humana está destituída de significado – toda e qualquer atividade humana é dotada de um sistema de significação em um determinado contexto social e cultural e; toda atividade humana é mediada por instrumentos materiais, sistemas de signos, práticas culturais, sendo tais mediadores carregados de significação cultural. Nesta, o conceito de cultura engloba todos os fatores inerentes ao sujeito e suas relações no âmbito da coletividade.

²⁴ YOUNG, G. *Adult development, therapy and culture. A postmodern synthesis*. New York: Plenum Press. 1997.

²⁵ ROGOFF, B.; CHAVAJAY, P. What's become of research on the cultural basis of cognitive development? *American Psychologist*, v. 50, n. 10, p. 859-877. 1995.

Trazendo essa concepção para o contexto das atividades de organização e representação da informação e do conhecimento, Varela e Barbosa (2012, p. 143) sinalizam que as necessidades de informação dos sujeitos são resultantes de problemas, incertezas e ambiguidades decorrentes de situações e experiências que, por serem específicas, comportam fatores ligados a questões subjetivas e culturais, dentre outras. Compatível com a ideia contemporânea do paradigma pessoal, as autoras esclarecem que, no campo da informação, “[...] não estamos apenas preocupados com o significado, mas sim com as condições, padrões e regras de uso, que tornam a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações”.

De modo complementar, cabe inserir a ideia de Bruner (1991) para o qual a fala do sujeito não tem relação com o que ele pensa, acredita ou vivencia. No domínio da Psicologia, o autor lança o seguinte questionamento: “não é curioso que exista tão poucos estudos que se proponham de ir no sentido inverso: como o que fazemos revela o que pensamos, o que sentimos e o que cremos?” e afirma que tal análise é viável, quando se considera que o fazer e o dizer são uma unidade funcional inseparável (BRUNER, 1991, p. 32). Avançando nesta linha teórica, Fávero (2005) indaga se a mudança no pensamento e/ou nas crenças em relação a uma dada prática social pode alterar esta mesma prática. Para a referida autora, uma possibilidade a ser examinada é de que o sujeito precisa ser consciente de que são as “[...] representações sociais partilhadas e sua relação com as idéias que fundamentam o seu próprio paradigma, assim como as implicações deste paradigma pessoal para a sua prática pessoal e/ou profissional e as possibilidades de sua re-elaboração”.

Quando se vincula este discurso ao campo da informação, evidencia-se a necessidade de tomada de consciência²⁶ por parte do sujeito cognoscente de que toda ação humana é uma prática social fundamentada por conteúdos. Assim, objetos e ações em si mesmos figuram como veículos “[...] na mediação dos significados, que integram as representações sociais das áreas do conhecimento, existindo uma interação entre os paradigmas pessoais e institucionais” (VARELA;

²⁶ Freire (1985) afirma que a tomada de consciência é o primeiro momento de apreensão da realidade pelo sujeito, sendo possível porque o homem é e está “situado” e “datado” no mundo, bem como atua como espectador “com” e “no mundo”.

BARBOSA, 2012, p. 144). Então, qualquer análise do fenômeno da informação exige intersecção do campo da informação com o campo das Ciências Cognitivas, atrelando-se aos estudos questões que versam sobre estruturas cognitivas, modelo de conhecimento, processos cognitivos, atos de conhecer, dentre outros (ROZADOS, 2003). Contudo, não basta direcionar esforços para o enfoque cognitivo, é preciso inserir estes e outros aspectos nos contextos sociais e culturais em que o usuário e o bibliotecário indexador na condição de sujeitos cognoscentes estão inseridos.

Esta ideia é compartilhada por Hjørland (1995) ao expor que é preciso vincular os aspectos cognitivos a perspectiva social, cultural e histórica mais ampla, conforme apresentado anteriormente. No entender do autor supracitado, a visão cognitivista deve integrar o universo sociológico e cultural, o que implica retirar a atenção da estrutura individual do conhecimento (domínios do discurso) e direcioná-las as comunidades discursivas que produzem, partilham e, naturalmente, consomem o conhecimento. A despeito disso, ensina que para identificar o domínio do discurso ou domínio do conhecimento, enquanto espaço científico ou profissional que possui estruturas de comunicação, tipo de documentos e combinações informacionais únicas e específicas e, paralelamente, sua comunidade de intérpretes, deve-se considerar o contexto social que o produz (HJØRLAND, 1995). Tal implicação exige a valorização da criação de diferentes representações do mesmo documento para amparar diversos usuários, inseridos em domínios do conhecimento específicos, sem, contudo, esquecer de que uma representação do conhecimento não ampara a todos (HJØRLAND, 2008).

O ponto contributivo dos princípios da abordagem sociocultural mediante os discursos apresentados é de que o campo da informação precisa retirar a atenção da estrutura individual do conhecimento e direcioná-la para as comunidades de intérpretes. Para a pesquisa, tal entendimento versa no fato de que, para se identificar o domínio do conhecimento é imprescindível considerar o contexto que o produz. Neste sentido, uma proposta de diretrizes de política de indexação pode ser enriquecida mediante o reconhecimento de que todos os atores sociais que figuram no processo de tratamento temático da informação devem ser considerados.

Com base nestes pressupostos, acredita-se que a identificação do discurso de cada comunidade de intérpretes que compõem o Tratamento Temático da Informação delimitada nesta pesquisa em vertente acadêmica, vertente profissional e vertente de uso, bem como suas especificidades, mostra-se uma maneira proveitosa para o avanço das questões relacionadas à política de indexação na área de Organização e Representação do Conhecimento. Na tentativa de justificar esta postura, parte-se para uma apreciação mais pontual da abordagem sociocultural na Ciência da Informação e os contributos de sua vinculação para as atividades de organização e representação da informação.

2.1.2.1 Propostas e efeitos discursivos

O ato de produzir ciência é uma ação. Consiste em um movimento contínuo; algo vivo que está aquém de resultados imediatos. Entretanto, identifica-se uma contraposição nos pilares científicos do campo da informação a este enunciado. Na verdade, o campo abre precedentes para inúmeras tentativas de esquivar-se de teorias nulas de uma real aplicabilidade, ignorando-se, muitas vezes, a explicação racional de seus fenômenos. Paulatinamente, ignora-se a busca por novas possibilidades investigativas que permeiem o nível da reflexão em virtude da ânsia por resultados imediatos, os quais podem promover uma massificação de registros de sucessos e insucessos de experiências sem grandes avanços científicos (ALMEIDA, 2010).

O campo da informação atua como um emaranhado de possibilidades investigativas. Logo, não se pode reduzir o seu caminhar, certamente isto seria algo dissonante. Ao contrário, percebê-lo como um campo científico e profissional fluido abre precedentes para novas investidas sobre a natureza do fenômeno informação. Vale considerar, nesta proposta, que a ciência não se apresenta de certezas imutáveis e, sim, de um rol de regularidades que podem durar algum tempo (JAPIASSU, 1975).

A complexidade de um objeto de estudo propicia a inserção de várias competências interconectadas, fruto do trabalho interdisciplinar, pluridisciplinar e transdisciplinar que de modo lucrativo permeiam as ciências (POMBO, 2003). O

objeto de estudo passa a ser abordado por vários ângulos no intuito de aprofundá-lo em diferentes concepções por meio de um trabalho de análise, em que as reflexões com vista à desfragmentação do conhecimento “[...] representam um esforço de desconstrução de um estatuto que faz com que o tratamento dos objetos se dê de maneira não solidária [...]” (GOMES, 2001, p. 03). Ao considerar a informação na condição de “objeto matéria” do campo da informação, Le Coadic (1996, p. 109) declara ser imprescindível considerar, também, que tal objeto investigativo é um “[...] recurso vital do qual ainda não se mediu suficientemente a extensão dos usos e não-usos”, cuja lacuna decorre por falta de atenção com questões relacionadas aos seus usuários.

Ao se considerar que o ato de conhecer resulta de uma “forma intencional de ação”, isto implica, necessariamente, em caracterizar “[...] ao menos o conhecer que realmente se conhece, o que é aquilo a ser conhecido e quem é o conhecedor desse conhecimento [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 16). Neste processo, o sujeito da ação percebe, com base em seu juízo de valor²⁷, um estímulo quanto à relevância da informação. Francelin (2012, p. 77) esclarece que o ato de ‘acionar’ uma informação pode ter dois entendimentos, olhares: a) o primeiro comporta a mobilização de informações sobre determinado tema que seja de interesse do sujeito; b) o segundo engloba a apreensão das informações consideradas relevantes pelo sujeito a partir do fornecimento, dentro de um contexto cultural de atividade, de informações pertinentes. Do ponto de vista de Lenzi e Brambila (2006), uma das preocupações encabeçadas no campo da informação volta-se para a construção de estruturas significantes que sejam eficientes no que tange a geração do conhecimento. Estas estruturas significantes para os sujeitos estão inscritas na memória coletiva e, dessa maneira, “[...] para que se gere conhecimento é preciso estar embrenhada nas culturas locais” (LENZI; BRAMBILA, 2006, p. 10), pensamento concomitante ao apresentado por Wertsch (1995), em momento anterior.

Nos últimos anos foi sendo germinada a necessidade de se considerar o ser humano na vivência coletiva no campo da informação. A importância de serem

²⁷ “Todo juízo de valor segue um conjunto de regras pré-estabelecidas por um coletivo” (FRANCELIN, 2012, p. 77).

direcionados olhares para as questões relacionadas com a compreensão do social e do cultural decorre, especificamente, da valorização da informação enquanto fenômeno humano e social. Neste cenário, dentre outros autores, comungam as ideias de Saracevic (1996) ao expor que, enquanto objeto de estudo, a informação está sujeita as constantes mudanças da sociedade; Hjørland e Albrechtsen (1995), Jacob e Shaw (1998) e Ørom (2000) que advogam sobre a necessidade de se considerar o contexto social mais amplo do processamento da informação, isto é, necessidade de focar os aspectos coletivos do contexto social que perpassam o processamento da informação; Marteleto (2002) ao indicar que a informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos que vivem e interagem na sociedade, inseridos em dados espaços e contextos culturais; e Morado Nascimento (2006) para quem a informação não deve ser apenas fisicamente observada, mas historicamente construída.

Tendo a preocupação base de esclarecer um problema social concreto, a Ciência da Informação passa a integrar o grupo das Ciências Sociais Aplicadas, haja vista que se desenvolve em função de uma necessidade social (LE COADIC, 1996). Certamente, tal condição remete-nos a (re)pensar o papel social implícito no campo da informação. Na visão de Aquino (2007, p. 11) isto implicaria em “[...] questionar o conhecimento científico produzido procurando refleti-lo nos discursos e nas práticas e compreender as condições de possibilidade de sua existência como um conhecimento social que propõe a resolver problemas ligados à informação”. Este olhar coaduna com o de Saracevic (1978) para o qual o pensamento reconstrutivo desvincula e deslegitima os velhos estilos e práticas convencionais da Ciência da Informação na figura de ciência clássica, a fim de ampliar a essência social estabelecida desde os seus primórdios. É reescrever tal ciência no intuito de assumir a responsabilidade social que a cerca e a potencializa diante dos novos anseios da sociedade contemporânea.

Cabe a Ciência da Informação, inevitavelmente, reconhecer que esta nova conjectura não implica na anulação dos conhecimentos construídos e acumulados durante o seu caminhar científico, mas, sim, em perceber a necessidade de atualizar o seu modelo tradicional empregado desde as práticas de criação, organização e distribuição da informação ampliada para a cadeia dos fluxos,

transmissão e apropriação na esfera individual e coletiva. De modo preciso, isto quer dizer articular os enfoques atuais a fim de assistir as necessidades contemporâneas de informação.

Fortalecer a identidade da Ciência da Informação como uma ciência social e aplicada diante de tantos paradoxos. Esta é uma necessidade emergente em meio às incertezas que pairam no seu domínio científico. A este respeito, González de Gómez (2002) sugere demarcar o domínio da Ciência da Informação no contexto das ações sociais – enfatizar a natureza relacional do ser humano. Em corroboração, entende-se que, ao “[...] conceber a informação como uma dimensão das práticas e interações do sujeito situado no mundo com outros sujeitos” (AQUINO, 2007, p.13), a Ciência da Informação abre precedentes para validar uma condição genuinamente humana: relacionar-se no mundo, com o mundo e com os outros em um processo de dimensão existencial.

A partir dessas condições, faz-se necessário investigar o processo de interação da Ciência da Informação com outras ciências e atores sociais, “[...] tendo como eixo a compreensão de seu papel na resolução de problemas sociais com os quais indivíduos se deparam no mundo das coisas ou no mundo da vida” (AQUINO, 2007, p.13). Em outras palavras, questionar a informação e sua condição de “informação social” que o campo da informação produz, reproduz e dissemina. Em crédito com as palavras expostas por Carvalho (2004, p. 38) acredita-se que, “na sociedade contemporânea, oferecer serviços e produtos com valor agregado representa uma demonstração de valorização e reconhecimento da importância de seus usuários”.

Ademais, comungando com a concepção de Freire (1982) de que pela ação-reflexão é possível compreender o real que se coloca como dado, parte-se do entendimento de que promover o diálogo entre diferentes grupos de atores sociais, intérpretes do real, é um ponto de partida seguro quando se envolve as práticas informacionais. Este processo de interação, segundo o autor, permite aos sujeitos a construção de uma “arqueologia do conhecimento”, cuja prática versa em desocultar as ações particulares e clarificar a consciência dos atores, a fim de interrogar e instigar as estruturas de conhecimento para a compreensão da condição social de cada sujeito no espaço vivido. Aqui, o diálogo promove a consciência crítica e abre

precedentes para uma exposição livre de ideias e posicionamentos, favoráveis ou não, a redefinição da ciência; consciência essa que “[...] implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1997, p. 15). Nesta perspectiva, mostra-se oportuno prosseguir com investigações que assumam a abordagem sociocultural no campo da informação, a fim de legitimar a nomenclatura social e humana implícita em suas bases científicas.

O campo da informação e suas disciplinas constitutivas passam por um processo de maturação científica, cujas nuances se desdobram na sua configuração epistemológica frente aos desdobramentos sociais vigentes. Esta problemática que cerca o seu estatuto científico instaura questões relacionadas, dentre outras, à apropriação da informação e legitimidade discursiva (MORADO NASCIMENTO, 2006; FRANCELIN, 2012). Ao se admitir estas questões, tem-se, impreterivelmente, que abrir espaço para novas formas destinadas a interpretação da relação do sujeito com a informação, em meio a contextos relacionais e de complexidade.

Aquino (2007, p. 15) pontua que, na Ciência da Informação, “o diálogo vai instigar a consciência asfixiada pela força da opressão e incentivar a emergência da compreensão da condição social de cada sujeito”. Da mesma forma, entende-se que a área de Organização e Representação do Conhecimento precisa empreender um diálogo mais salutar com outras formas de conhecimento que abordem a informação instanciada no contexto social, ou mesmo, “[...] liberdade de refletir as necessidades humanas, a partir da multidimensionalidade dos objetos, das teorias e das práticas da ciência” (AQUINO, 2007, p. 13).

Para entender a questão da informação instanciada no seu contexto social, torna-se necessário observar o processo de organização e representação da informação. Com início na análise documental, a partir dos sistemas de classificação documental e regras de catalogação que são utilizadas com o propósito de “obter e oferecer representações” sobre o documento em análise – seu conteúdo e todas as suas relações existentes –, o referido processo visa a caracterizar o documento, tornando-o único frente aos outros itens documentais organizados no acervo. A classificação contida nos catálogos determina em primeira instância a pertinência de um registro dentro de um universo de documentos. Cria, pois, o espaço destinado ao estabelecimento das relações lógicas entre os elementos dos registros que

compõem este universo, servindo de base para a organização física do documento e suas representações (RENDON ROJAS; HERRERA DELGADO, 2010).

A partir da organização física (aspectos extrínsecos) e temática (aspectos intrínsecos) do documento com base nos princípios da catalogação, cria-se o registro documental, porta de acesso do usuário as informações contidas nos documentos que pertencem ao acervo da biblioteca por meio do catálogo, local onde se materializam os registros bibliográficos. Por decorrência, os registros bibliográficos passam a ser o principal componente do catálogo ao atuarem como representações substitutas dos documentos dispostos no acervo (OLSON; BOLL, 2001).

Segundo pontuam Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010, p. 14),

A ordem e as relações entre os elementos de um registro, dotam o documento de significado, sua informação e conteúdo, o que permite a relação dos elementos entre registros. Agora a reunião de múltiplos registros dá como resultado a existência do catálogo, que em sua estrutura global, manifesta as relações entre registros documentais, documentos, agrupamento e localização espacial; fazendo evidente sua própria forma de ordenação que é guiada pela normalização em seu contínuo crescimento e reflete a ordem bibliográfico-documental da biblioteca.

Essas ações acentuam a catalogação como um processo fundamental vinculado à organização e a representação da informação e do conhecimento (COLEMAN, 2002). Baptista (2006) indica que o antigo conceito de catalogação tradicional, restrito à descrição do documento, evoluiu para o conceito de representação com vistas ao uso e intercâmbio de todo e qualquer registro bibliográfico. Neste cenário, “a questão da representação passa a ocupar um lugar privilegiado quando os profissionais da informação e os próprios usuários reconhecem a sua relevância na transferência da informação” (ANDRADE, 2006, p. 47).

González de Gómez (1993) explica que representar é um conceito mais amplo que o de recuperar ou disseminar por ser “um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração,

distribuição e uso”. Para tanto, a informação para ser socializada por meio de representações que perpetuem no espaço e no tempo tem de ser materializada, considerando-se que “se qualquer coisa é, ou poderia ser informativa, então tudo é, ou poderia ser, informação. Nesse caso chamar alguma coisa de ‘informação’ há pouco ou nada para defini-la” (BUCKLAND, 1991, p. 356, tradução nossa). Mas, além de sua materialização, é preciso reconhecer que a informação pode ser percebida e compreendida em diferentes nuances, ponderando-se que a realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 1985).

O exposto indica que ser informação é situacional, de modo que, conforme sinalizam Smith e Barreto (2002, p. 21), as informações passam a figurar como “[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas [...] que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio”. Este ângulo preserva o objetivo da própria informação, apreensão dos sentidos ou seres em sua significação, uma vez que “[...] comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...]” (LE COADIC, 1996, p. 04).

Em vista disso, considerar os princípios da abordagem sociocultural como um aporte alternativo ao campo da informação, sobretudo, na área de Organização e Representação do Conhecimento mostra-se uma maneira complementar para se observar as atividades informacionais focalizando as pessoas e o contexto no qual elas estão inseridas; posto que o ser humano adquira uma experiência crítica e criadora capaz de mudar uma realidade na medida em que interage com o seu contexto de vida e sofre alterações diante uma cultura e, também, o fato de que, quando adequadamente assimilada, a informação “[...] produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive” (BARRETO, 2002, p. 70). Como foi evidenciado ao longo do texto, para ser “adequadamente assimilada”, torna-se necessário estender preocupações sobre as questões que tornam a informação significativa para os que dela farão uso. Isto, por sua vez, implica em admitir que a informação seja situacional e, assim sendo, os produtos e

serviços informacionais gerados nas atividades de organização e representação da informação devem contemplar esta característica.

A partir do que foi aventado, adota-se o posicionamento de que a sistematização de diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias deve ser conduzida com base nas posturas que estão sendo assumidas pelo campo da informação, isto é, indicações que apontam para a necessidade de se considerar o usuário como um sujeito inserido em um domínio do conhecimento. Por consequência, sua cultura precisa ser refletida nos produtos e serviços informacionais gerados.

2.2 A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ESPAÇO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A presente discussão inicia-se tecendo algumas palavras à despeito da inter-relação existente entre a Universidade e a biblioteca, por oferecer um terreno propício para empreender as discussões acerca da biblioteca universitária e as atividades relacionadas ao tratamento temático da informação em tempos de automatização. Neste cenário, direciona-se o olhar para a dimensão temática da organização da informação realizada neste contexto e as novas posturas requeridas dos profissionais bibliotecários frente à perspectiva sociocultural. Com base nesta abordagem, são tecidas considerações sobre a política de indexação como eixo integrador entre o ‘saber’ e o ‘fazer’ profissional, isto é, como uma diretriz que reflita a literatura especializada e questões relativas à prática cotidiana da profissão.

Newman (1951) considera que a Universidade atua como um espaço de estudo “supra-saberes” em que o ensino, a pesquisa e a extensão caminham unidos, tendo a inteligência como faculdade investigadora da verdade na condição de objeto principal, na busca pela verdade pura e desinteressada. Diante de tais atribuições, Chauí (2001, p. 193) advoga que a Universidade não deve ser entendida como uma “organização operacional”, que não concebe e não fomenta o pensamento, pois, assim sendo, “[...] destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação

consciente dos seres humanos [...]”. Sob este olhar, a pesquisa é posta em segundo plano e, conseqüentemente, o papel da biblioteca. De outro modo, deve-se preservar a Universidade enquanto ambiente propício e incentivador para a investigação, com vistas à descoberta, interrogação e busca pelo novo; pensar no que ainda não foi pensado.

A ênfase da Universidade recai para a autonomia intelectual e promoção social, sem nenhum tipo de distanciamento, sem demarcar as possíveis fronteiras da presença do saber. Esses traços apontam o importante papel da biblioteca neste contexto, sendo considerada um espaço de socialização do conhecimento; papel este compartilhado com a Universidade e, por isso, consideradas instituições dependentes. Para Gómez Hernández (2002) pensar em Universidade é ao mesmo tempo considerar a biblioteca, pois ambas partilham dos mesmos objetivos quando se reconhece que o conhecimento neste espaço “dos saberes” é produzido a partir da informação, fato que permite considerar que a biblioteca é quem faz a Universidade; não havendo sentido se consideramos esta relação de outro modo.

Para Fujita (2005) a biblioteca universitária, na qualidade de esteio da Universidade, possui como funções primeiras atividades relacionadas, em especial: a) armazenagem do conhecimento (destinadas à preservação e conservação da memória da produção intelectual); b) organização do conhecimento (qualidade dos produtos e serviços que favoreça a recuperação da informação); e c) acesso ao conhecimento (possibilitar o acesso simultâneo por todos, posto que a exigência e necessidade por informação transcenda questões relacionadas ao valor, lugar, forma ou necessidade de acesso). Relativo à organização do conhecimento, Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010, p. 5) indicam que o ato de organizar viabiliza a existência da própria biblioteca universitária ao garantir “[...] livre circulação social da informação, que leva a um melhor conhecimento da realidade”.

A partir da inserção das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas universitárias suas atribuições com vistas à socialização do conhecimento foram potencializadas. O mundo contemporâneo aspira às tecnologias de informação e comunicação na mesma velocidade em que estas são desenvolvidas e apresentadas a sociedade e, naturalmente, no espaço das bibliotecas universitárias não poderia ser diferente. Dentre seus benefícios, o acesso

à informação ganha destaque, visto ser o conhecimento o produto mais valioso em tempos de contemporaneidade, pois se tem ampliada as possibilidades dos sujeitos, em qualquer espaço geográfico, obter as informações desejadas; ação esta propiciada pelos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade.

As bibliotecas universitárias ao longo de sua história atravessaram diversas mudanças. Num esforço de acompanhar e refletir sobre as alterações conjunturais inerentes à sociedade do conhecimento, as inovações tecnológicas provocam alterações substanciais em suas atividades, em especial no que tange a organização²⁸ ou tratamento e oferta da informação. Certamente, a questão das tecnologias de informação e comunicação nas atividades biblioteconômicas é um tema a ser desdobrado em muitas outras facetas, mas, em conformidade com os objetivos da pesquisa, a atenção aqui recai para o uso dos catálogos coletivos que, ao permitirem o acesso *online*, desterritorializam a informação que antes era limitada as paredes das bibliotecas universitárias.

Fujita (2012, p. 19-20) lembra que, diante das novas tecnologias de informação e comunicação, o catálogo *online* de bibliotecas passa a ser uma base de dados que, além de armazenar representações temáticas e descritivas em formatos bibliográficos, possibilita o “[...] armazenamento de objetos digitais com diversidade de conteúdos, desde textos até audiovisuais imagéticos, que são facilmente acessíveis junto aos registros bibliográficos através da questão de busca”. Em tempos de inovações tecnológicas, permitir o acesso e a recuperação da informação por meio de catálogos coletivos *online* faz com que as bibliotecas universitárias contribuam para que, em meio à multiplicidade de informações produzidas segundo a segunda pela efervescente sociedade do conhecimento, o usuário encontre a informação adequada, sanando suas necessidades informacionais e indo ao encontro com a produção de um novo conhecimento.

Essa nova configuração das bibliotecas universitárias acarreta alguns questionamentos. Atrelando-se aos objetivos da pesquisa, ganham destaque questões que importam saber como conciliar os processos técnicos cercados por

²⁸ Autores como Fujita (2003), Guimarães (2003) e Dias e Naves (2007) tratam como sinônimos a organização e o tratamento da informação. Na concepção destes autores, a organização da informação compreende as atividades e operações do tratamento descritivo e do tratamento temático da informação.

visões e práticas seculares ao universo tecnológico? Qual postura a ser considerada pelo profissional bibliotecário frente a essa nova realidade? Como satisfazer usuários cada vez mais exigentes por informações individualizadas?

Neste universo passivo de muitas outras interrogações, Mercadante (1995, p. 38) encarando os primeiros desdobramentos sobre a questão das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas universitárias, alude sobre um ponto complexo e essencial neste contexto – o registro das informações contidas nos documentos em catálogos ou bases de dados: “é de novo a velha rotina de catalogação, descrever e indexar a informação, mas com um complicador: para recuperação via eletrônica e a distância!”. Neste cenário, o fazer profissional repousa na responsabilidade de permitir que o usuário encontre a informação necessária, esteja ele onde estiver. De modo prático, significa imprimir nestes produtos e serviços informacionais uma diferenciação que os torne atraentes aos olhos dos usuários reais ou potenciais de bibliotecas universitárias. Mas, como é possível agregar valor a produtos e serviços informacionais em que cada vez mais ocorre a despersonalização dos usuários?

Porquanto, uma atenção especial merece ser dada a questão da qualidade e o que de fato ela representa nos produtos e serviços informacionais gerados em bibliotecas universitárias. Antes, porém, cabe abrir um parêntese e indagar o leitor sobre o real significado do termo qualidade e sua aplicabilidade na esfera científica e profissional que envolve a informação registrada. Para tanto, utiliza-se a fala de Ortega y Gasset (2006, p. 2-3) não no sentido de definir o significado da palavra, mas como forma de propiciar uma reflexão sobre o emprego dessa e de muitas outras que como esta, por vezes, são empregadas, mas não são completamente compreendidas:

Se, de súbito, comessem a funcionar na plenitude do seu verdadeiro significado, se, ao pronunciá-las ou ouvi-las, nossas mentes entendessem correta e prontamente seu sentido integral, sentir-nos-íamos atemorizados ou pelo menos intimidados diante da dramaticidade essencial que encerram. Felizmente, nossa linguagem corrente a emprega sumária e mecanicamente, mal entendendo-as, com seu sentido enfraquecido, adormecido, nebuloso. Nós as manifestamos pelo lado de fora, nelas resvalando rapidamente, sem submergirmos em seu abismo interior.

Apesar de ser usualmente posta para definir o modo pelo qual os produtos e serviços informacionais devem ser concebidos pelo profissional bibliotecário, as reflexões estabelecidas neste ponto e em todos os demais nesta pesquisa buscam encarar esta palavra em sua real definição e propósito: qualidade²⁹ – maneira de ser boa ou ruim de uma coisa. Isto porque, não pode haver o ‘quase’ bom quando se trata de produtos e serviços informacionais gerados e disponibilizados em contexto de bibliotecas universitárias, pois dessa maneira seu propósito enquanto instituição destinada à socialização do conhecimento não seria assegurado.

A este respeito, Carvalho (2004, p. 102) defende que a postura assumida pelas bibliotecas universitárias é “[...] reconhecer o usuário como ponto central no planejamento e gerenciamento das atividades e, a partir desse reconhecimento, passar realmente a considerá-lo no desenho de produtos e serviços”. Isso significa, de acordo com a autora, que as bibliotecas universitárias assumem o papel de socializadoras do conhecimento quando realizam a conjugação de dois fatores: a centralidade no acesso e a centralidade no usuário, a partir do uso adequado das tecnologias de informação e comunicação. Para tanto, as bibliotecas universitárias “[...] precisam reconhecer que não podem permanecer alheias aos valores, exigências e necessidades de uma sociedade que busca, cada vez mais, precisão, eficiência, simplicidade e personalização na informação que demanda”, pois acervo e acesso não são antagônicos, mas figuram num *continuum* no processo de prover informações (CARVALHO, 2004, p. 157).

O posicionamento defendido é de que a biblioteca universitária será encarada como espaço de representação adequado de interação entre emissores e receptores da informação quando for além de funções como remodelar processos, modificar estruturas ou implantar inovações tecnológicas (CARVALHO, 2004). O cerne a ser vivenciado nestes contextos informacionais é concentrar esforços para a agilidade e adequabilidade dos produtos e serviços ali gerados, com vistas à garantia da qualidade. Certamente, esta postura confere a biblioteca universitária contemplar os interesses dos usuários, ou seja, “[...] buscar o alcance de objetivos e

²⁹ O significado de qualidade coaduna com o conceito de qualificação, em que “Qualificar-se para” ou “ser qualificado para” significa ter a capacidade ou a competência, ou seja, a qualidade disposicional para realizar dada tarefa ou alcançar determinado objetivo (ABBAGNANO, 1998).

funções que reflitam as necessidades e demandas dos usuários, o que representa reconhecer que sem eles, os usuários, não há razão que justifique a existência dessas organizações” (CARVALHO, 2004, p. 158).

Ampliar a qualidade ou, em outras palavras, a excelência dos produtos e serviços informacionais para que cada vez mais sejam compatíveis com o perfil de seus usuários exige das bibliotecas universitárias mudanças em âmbito gerencial e em relação aos processos e serviços executados. Este pensamento advém de uma questão óbvia – não pode haver dissociação entre o propósito das bibliotecas universitárias e a oferta de seus produtos e serviços informacionais. A ideia a ser vivenciada é de que “os esforços em recuperar as informações e enviá-las ao usuário de forma consistente envolvem sistemas tecnológicos, mas sua essência é o processo humano e social” (LENZI; BRAMBILA, 2006, p. 10). Tecnologia de operação, conteúdo informacional e contexto; esses são os principais elementos que compõem um sistema de informação. Entretanto, centrar esforços apenas na sofisticação tecnológica e deixar em segundo plano as necessidades dos usuários e suas interações sociais, é uma postura que abre as portas para o fracasso (SHERA, 1971; WERSIG, 1993; CAPURRO, 2003). O entendimento do contexto na condição de ambiente social em que o sistema está posicionado é, por si só, uma condição básica para a obtenção de uma compreensão clara sobre o modo pelo qual o conhecimento é comunicado e qual impacto ele produz (SHERA, 1971).

A partir dessa necessária configuração, as atividades relacionadas à organização e representação da informação e do conhecimento no contexto de bibliotecas universitárias devem considerar os “processos sociais de conhecimento” (SHERA, 1970), tendo a cultura e o contexto social como elementos centrais na criação e oferta de produtos e serviços informacionais. Sobre isto, cabe inserir a seguinte reflexão cunhada por Francelin (2012, p. 87) na defesa dessa nova postura a ser assumida, a partir do entendimento de que organizar e representar a informação são processos de resignificação:

A informação no período contemporâneo ou pós-moderno está intimamente ligada à complexidade que envolve as comunidades que formam o tecido social. A criação de dispositivos informacionais visa colocar a informação (cultura e conhecimento) como parte deste tecido, interagindo com suas comunidades constitutivas. Os processos de tratamento da informação, não podem, portanto, ser

desenvolvidos de maneira isolada, objetivando apenas a manutenção e organização dos estoques de informação.

Este entendimento acentua a necessidade de que no momento da organização da informação e do conhecimento realizadas em contexto de bibliotecas universitárias, a representação do documento precisa ser realizada com foco na individualidade, isto é, o bibliotecário indexador deve envergar-se para as necessidades específicas dos usuários da biblioteca, promovendo um equilíbrio entre a arte de tratar e oferecer informações na tentativa de suprir deficiências nos produtos e serviços informacionais. É preciso fazer triunfar a importância de selecionar as informações com valores agregados em meio ao excesso e, assim, oferecer produtos que não estejam imbuídos de ações profissionais realizadas na superficialidade, pois como bem declara Martins (2008, p. 77) “para conhecer, os indivíduos não precisam apenas acessar as informações, mas também construir sentidos a partir das informações que recebem”.

Na ótica de Francelin (2012, p. 81) o usuário enquanto sujeito epistêmico confere identidade a uma linguagem por meio das particularidades de seu discurso. Tais particularidades podem ser caracterizadas de diversas maneiras: surgem por necessidade, por criatividade, por influências culturais e educacionais, por princípios políticos, sociais, econômicos ou religiosos. Cabe destacar, também, que a sociedade cultural é fruto da ação humana em seu contexto de vida, isto é, baseia-se na experiência dos sujeitos diante das interações com o outro, haja vista que não há conhecimento no isoladamente, pois seja na forma que for ele se constrói na relação com o mundo (VIGOTSKI, 1991; FREIRE, 1997).

Nesta concepção, os sistemas de recuperação de informação enquanto locais de produção e desenvolvimento de conhecimento local, considerados como espaços de significação, adquirem sentido quando passam a considerar os aspectos éticos e epistemológicos com a manutenção das memórias culturais. Estas culturas locais são entendidas como sendo “espaços sociais” na ótica de González de Gómez (1999, p. 22), em que “[...] os sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas” e, é exatamente neste espaço de significação, que “[...] se definiriam quais os

'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação". Ao serem observados por esta esfera, os sistemas de recuperação de informação nos espaços epistêmicos específicos e singulares, como o contexto de bibliotecas universitárias, tornam-se dispositivos capazes de atenderem as expectativas e necessidades dos usuários se, e somente se, refletiram "as linguagens dos diferentes espaços de significação" (FRANCELIN, 2012, p. 87).

Como explanado, a realidade dinâmica do conhecimento tem impactado nas atividades de organização e representação da informação, em especial no tratamento temático da informação, principalmente quando se passa a considerar que, na condição de processo histórico-social, por sua essência, seus produtos informacionais devem refletir a relação dos sujeitos com o mundo. Nesta ótica, o usuário enquanto ator social central do processo de apropriação da informação passa a ser entendido como "ser ativo e participativo", pois é ele quem determina a existência da informação. Deixa, como bem declara Almeida Júnior (2009, p. 97), a postura passiva que o coloca como um mero receptor de uma informação previamente existente, que na grande maioria das vezes pouco tende a interferir em seus significados – "de receptor, passa o usuário a ser um construtor, um coprodutor da informação".

Para uma efetiva condição de ator atuante no processo, o usuário precisa comprometer-se com a ação-reflexão sobre a realidade que o cerca de modo a perceber o mundo objetivo e social, receber a informação e recriá-la, transformando-a em conhecimento, "[...] já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação" (CINTRA et al., 2002, p. 20). Ao tornar-se um sujeito cognoscível, detentor de uma consciência intransitiva, o usuário "[...] assume o posicionamento epistemológico da procura de conhecer, o qual se realiza na realização dialética indivíduo-mundo. Essa dimensão epistemológica não pode existir fora do ato de agir-refletir" (AQUINO, 2007, p. 14-15).

Quando se atrela este enunciado ao processo de indexação, alguns pontos ganham destaque. Do outro lado deste processo se encontra o bibliotecário indexador, cuja tarefa essencial é fazer chegar ao usuário a informação desejada,

aquela que efetivamente sane o seu estado anômalo³⁰ de conhecimento. Assim, ao serem estabelecidos descritores que representarão as informações contidas em um documento (registro do conhecimento), o tratamento temático da informação passa a ser um processo de dimensão estratégica (GUIMARÃES, 2000). Não se busca apenas inserir o documento no sistema de informação por meio de representações e depositá-lo em uma estante para compor o acervo, mas esta atividade consiste em tornar esse documento passível de uso por um determinado conjunto de sujeitos que partilham de uma realidade social comum.

Outro ponto reflexivo é de que toda informação inserida no sistema de recuperação de informação deve representar o grupo social para quem ela é destinada, sem desvios ou dissociações. Realizada sob este olhar, a indexação passa a figurar como o momento mais importante em todo processo que envolve a organização e a representação da informação, pois é ela, a partir de um trabalho intelectual do bibliotecário indexador diante das entrelinhas dos enunciados, que construirá o caminho entre o documento e o seu usuário. É por meio desta consciência que o bibliotecário indexador torna a informação atrativa para os usuários que dela necessitam, passível de uso pelos diferentes atores constituintes do grupo social. Como bem evidencia Barreto (2002, p. 70) “a informação quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive” e, certamente, é com esta percepção que o bibliotecário indexador deve executar o processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias.

Cabe lembrar que na década de 1970 Lucien Goldmann já falava sobre o conceito de “consciência possível”, referindo-se a este enunciado para aplicação à comunicação e transmissão de informações. Para Goldman (1970, p. 39) “[...] em uma transmissão de informações, não existe apenas um homem ou aparelho emissor das informações e um mecanismo transmissor, mas, em alguma parte,

³⁰ Enquanto ser ativo, a necessidade básica do ser humano respalda-se na busca por novas informações que sanem o seu estado de anomalia – estado no qual o sujeito se encontra ao identificar uma deficiência em seu estado de conhecimento (LE COADIC, 1996). A este respeito, Dahlberg (2006, p. 12) esclarece que “o conhecimento é certeza subjetiva ou objetivamente conclusiva de um fato ou de um estado de um fato, ou assunto”. Nesta concepção, esse conhecimento é adquirido via processo de reflexão do próprio sujeito.

existe também um ser humano que as recebe”. Isto significa dizer, então, que a informação precisa ser efetivamente apropriada pelo usuário, sanando suas necessidades de informação. Para tanto, a informação deve ser contextualizada com vistas a adquirir significação – atributo chave para que venha a satisfazer o usuário que, enquanto sujeito cognoscente possui uma consciência receptora, ou seja, é um ser humano que não se satisfaz com qualquer informação.

Em face ao exposto, entende-se que a caracterização de diretrizes de política de indexação pelo discurso dos atores sociais envolvidos não é questão menor, considerando-se as imprecisões que assolam o ‘saber’ e o ‘fazer’ profissional e a necessidade de se atribuir novos sentidos à informação, ou seja, “informação com valor agregado”. Conforme bem esclarece Araújo (2001, p. 10) a informação é um instrumento que pode auxiliar o sujeito social na busca por sanar suas lacunas de conhecimento, pois a informação não atua por si só, mas “[...] é um meio e como tal só poderá atingir seu potencial transformador de estruturas (individuais e sociais) através de processos de reapropriação ou de agregação de valor”. Complementando a questão, o autor supracitado evidencia que “a informação selecionada/utilizada é produção de um sujeito cognitivo-social, uma vez que participa de uma ‘sociedade de discurso’, ou seja, de um contexto que é composto pela socialidade (experiência coletiva) e pela atividade cognitiva do sujeito” (ARAÚJO, 2001, p. 04).

Obviamente, esta questão merece um enfrentamento pela Organização e Representação do Conhecimento. Por isso, adota-se o posicionamento de que as atividades de organização e representação da informação em bibliotecas universitárias devam ser conduzidas com base nas posturas que estão sendo assumidas pelo campo da informação, isto é, indicações que apontam para a necessidade de se considerar o usuário como um sujeito coletivo inserido em um contexto cultural e social de atividade. Logo, sua identidade cultural precisa ser refletida nos produtos e serviços informacionais, para que a informação gerada e disponibilizada em contexto de bibliotecas universitárias seja significativa para os que dela farão uso.

2.2.1 A dimensão temática da organização da informação

O Tratamento Temático da Informação comporta a dimensão temática da área de Organização e Representação do Conhecimento. O termo Tratamento Temático da Informação começou a ser difundido na década de 1970 a partir da denominação cunhada por Anthony Charles Foskett “*subject approach to information*” em prol de uma sistematização para os fazeres do profissional da informação relativo à organização da informação. É importante destacar que o processo de tratamento temático da informação, embora abordado na Biblioteconomia como uma operação inserida no ciclo documental, não é visto atualmente apenas como processo técnico de caráter operacional, mas como um núcleo científico da Organização e Representação do Conhecimento (GUIMARÃES, 2009).

Em um dos poucos estudos verticalizados sobre a dimensão teórica do Tratamento Temático da Informação apresentados na área, Guimarães (2009) identificou que a concepção do quadro teórico deste núcleo científico, cujos esforços são direcionados ao desenvolvimento teórico-conceitual e prático-aplicado dos processos informacionais a partir de seus processos, produtos e instrumentos, abriga três correntes teóricas: a análise documental (*analyse documentaire*) de influência francesa que compreende o processo de representação e geração de produtos documentais de natureza interdisciplinar, propiciando ordem filosófica aos conhecimentos materializados e servindo de base para a organização física dos documentos e localização dos itens bibliográficos nos acervos de bibliotecas; a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de abordagem pragmática com influência norte-americana, mais precisamente da Escola de Chicago, é uma concepção que decorre dos princípios de catalogação alfabética estabelecidos por Cutter³¹ em 1876, concomitante a tradição de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, tendo o catálogo como produto; e a indexação (*indexing*) de influência

³¹ Cutter foi o primeiro a sistematizar os princípios da catalogação de assunto de forma mais pragmática. Sobre este ponto, Sales (2012) esclarece que a partir da publicação do *Rules for a Dictionary Catalog*, a catalogação passa a ser trabalhada com maior rigor diante do ‘tratado de catalogação’ como colocam Barbosa (1969) e Piedade (1977) ou ‘pilar fundamental da catalogação de assunto norte americana’, conforme denominado por Foskett (1973), com caráter pragmático centrado no usuário (MEY, 1987).

inglesa, sendo uma abordagem de cunho mais teórico que sofre influência dos estudos realizados no âmbito do *Classification Research Group*³² (CRG) e abarca bibliotecas, centros de documentação especializados e o universo editorial, sendo o índice o produto final da atividade.

Juntas, essas três correntes constituem o arcabouço teórico do Tratamento Temático da Informação e representam a base da constituição científica deste núcleo investigativo da área de Organização e Representação do Conhecimento, sendo abordagens ligadas por objetivos comuns de organização e recuperação da informação por assunto, em que “[...] a distinção entre tais abordagens reside na busca do *o que* (materialização) e do *sobre o que* (teor) que convivem no âmbito do documento” (GUIMARÃES, 2009, p. 105, grifo do autor).

O Tratamento Temático da Informação, envolto às peculiares dificuldades que lhe são afeitas, proporciona interpretações variadas no desdobramento da “[...] análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação” (BARITÉ, 1997, p. 124), impossíveis de serem esgotadas porque permeiam o terreno da interpretação cognitiva de conteúdos informacionais. A fim de suprir essa importante questão, a área de Organização e Representação do Conhecimento recorre ao estabelecimento de teorias, métodos e procedimentos específicos na tentativa de elucidar o tema e, paralelamente, iluminar pontos obscuros da realidade do cotidiano do profissional da informação.

Dentre os pontos que merecem um cuidado maior pela Organização e Representação do Conhecimento encontra-se a carência de indicações³³ sobre as diferenças e semelhanças entre as operações de indexação e catalogação de assunto. Isto porque, o processo de tratamento temático da informação altera-se em função do contexto profissional, tipo de suporte em análise e profundidade com que o processo é efetuado. Embora a área careça de uma sistematização pontual sobre

³² Grupo de investigadores dedicados aos estudos de análise facetada e teorias dos níveis integrativos no âmbito da classificação, o qual foi constituído em 1952 no Reino Unido (FOSKETT, 1973).

³³ Para um aprofundamento sobre os aspectos teóricos que envolvem as divergências entre os termos indexação e catalogação de assunto ver Rubi (2008), Guimarães (2009) e Dal’ Evedove (2010).

os limites teóricos e metodológicos destas duas operações, tem-se que considerar, impreterivelmente, que “[...] a catalogação de assunto e a indexação são práticas complementares, cuja congruência respalda-se na análise de assunto, etapa eminente a ambas as operações” (DAL’ EVEDOVE, 2010, p. 97).

A etapa de análise de assunto é composta por elementos subjetivos. Este fator prejudica a atuação profissional e afasta a parcela de usuários pela falta de termos não abarcados ou selecionados de forma imprecisa, sem compatibilidade com as necessidades informacionais específicas para quem o documento é destinado, prejudicando a recuperação por parte dos usuários no sistema em virtude desse desacordo. Além disso, deve-se considerar que alguns componentes ainda não foram extensa e intensamente considerados pela área de Organização e Representação do Conhecimento, tais como a caracterização dos atributos físicos e de conteúdo dos documentos e seus respectivos suportes; o acesso às informações em nível local diante da introdução das tecnologias de informação e comunicação em nível global; à questão da diversidade de línguas e terminologias próprias de cada grupo; sujeitos que pertencem às várias culturas ou culturas específicas como grupos étnicos e religiosos (PINHO, 2010), dentre outros.

Reconhecendo este contexto globalizado, os esforços intelectuais da área passam a considerar estes e outros componentes, de modo a estabelecer harmonia entre os esforços intelectuais e a demanda do usuário em tempos de contemporaneidade; tendo como parâmetro a noção de representação como um “‘constructo’ sociocultural constituído nas relações de homens com outros homens” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993, p. 2).

Dumont (2006, p. 6) explica que a demanda do usuário é algo singular, adequada a sua subjetividade em decorrência de que cada sujeito possui uma intenção própria, um conhecimento prévio pessoal e uma historicidade particular que talham visões próprias sobre a informação no momento da busca nos sistemas de recuperação. Quanto a isso, adverte que o bibliotecário indexador deve considerar a capacidade do usuário de apresentar várias dimensões, pois, conforme as próprias palavras da autora, mesmo sendo a percepção “[...] um processo analógico, cada indivíduo possui uma forma de ver o mundo, reage diferentemente aos estímulos de

seu meio, interpreta e interage à sua maneira, possui mecanismos próprios e experiência de vida única”. De modo complementar, julga que,

Na realidade, o que se averigua, é uma mudança de paradigma quanto aos estudos e análises relativos ao sujeito, e esta tendência tem-se apresentado em diversas esferas intelectuais da sociedade contemporânea [...]. Alguns pensadores explicam esse fenômeno com a passagem da era da modernidade, que valoriza a razão, para a pós-modernidade, na qual a paixão, os sentimentos dos atores sociais recebem maior atenção (DUMONT, 2006, p. 7).

A este respeito, Beghtol (2002, p. 508) descreve que na literatura especializada da Organização e Representação do Conhecimento tem-se a prerrogativa de que os sujeitos que estabelecem relações em determinadas culturas necessitam de diferentes tipos de informação, o que caracteriza a “garantia cultural”. Esta denominação teórica enquanto fundamento ético repousa no princípio de que um sistema de organização e representação do conhecimento deve abarcar questões relacionadas à garantia cultural e de hospitalidade cultural³⁴. Porquanto, os sistemas de organização e representação do conhecimento tais como os códigos de catalogação, os sistemas de metadados, os tesouros, as ontologias, as taxonomias e os sistemas de classificação são a ponte necessária para a integração da informação e do conhecimento entre as diversas fronteiras³⁵ existentes entre o documento e o usuário (BEGHTOL, 2005).

Sem adentrar no terreno das questões éticas, o intuito de estabelecer este diálogo é no sentido de que, o conceito de garantia cultural é um fundamento teórico que oferece suporte para o desenvolvimento da estrutura ética para os sistemas de organização e representação da informação que considera que as culturas do usuário e do profissional da informação garantem o estabelecimento apropriado de termos, categorias, classes etc. nesses sistemas (BEGHTOL, 2005).

³⁴ O conceito de hospitalidade cultural apresenta-se como sendo um fundamento teórico trabalhado na área de Organização e Representação do Conhecimento para estabelecer métodos para o desenvolvimento de teorias e sistemas destinados a organização e a representação do conhecimento. Para Beghtol (2005, p. 905) hospitalidade cultural “significa que um sistema de organização e representação do conhecimento pode acomodar de maneira ideal as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade”.

³⁵ Essas fronteiras podem ser culturais, sociais, nacionais, espaciais, temporais, linguísticas e/ de domínios (BEGHTOL, 2005, p. 903).

Esta indicação vai ao encontro com as reflexões aventadas nesta pesquisa, pois a atribuição de descritores representativos do documento é uma atividade que admite, além de uma postura profissional ética, a compreensão de que existem diversas visões de mundo.

Nesta perspectiva, para que a prática profissional tenha parâmetros pré-estabelecidos que sejam capazes de compatibilizarem a diversidade cultural dos usuários do contexto de bibliotecas universitárias as atividades de organização e representação da informação, faz-se necessário que o fazer profissional seja conduzido por diretrizes que atuem como produto de ligação entre a garantia cultural (com vistas à socialização do conhecimento) e as questões que envolvem a prática profissional por e pela orientação ética. Esta opinião repousa no fato de que a política de indexação permite ao bibliotecário indexador organizar e representar a informação e torná-la disponível para os usuários a partir dos objetivos da instituição a qual está vinculada e, quando bem delineados, estes objetivos podem abarcar questões que respeitem as “visões de mundo” dos seus usuários, oferecendo produtos e serviços informacionais que sejam reflexo de uma prática profissional preocupada em tornar a informação significativa para os sujeitos que dela necessitam.

Essa inferência sobre política de indexação ganha terreno fértil frente ao desafio de sistematizar instrumentos e produtos que sejam adequados para o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação que apresentem altos níveis de precisão, que respeitem as variadas formas de conhecimento e, sobretudo, sejam pertinentes com as necessidades de informação por parte de sujeitos vinculados a contextos sociais e culturais específicos. Além disso, ao atuar na representação e na transferência da informação, as decisões que envolvem os valores de mundo, isto é, aspectos culturais, sociais e históricos do próprio profissional precisam ser amenizados, pois o que ele considera sobre a importância, a qualidade e o acesso igualitário à informação são, erroneamente, imbuídos nos produtos e serviços informacionais gerados (HUDON, 1999, p. 159).

Entendida sob este prisma, a sistematização de uma proposta de definição de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias, foco desta pesquisa, mostra-se um contributo valioso para o avanço

da área de Organização e Representação do Conhecimento, visto que os estudos que envolvem as políticas de indexação são incipientes com questões destinadas a observância dos aspectos culturais e sociais que envolvem o profissional da informação e o usuário. Outro ponto importante que destaca a relevância de propostas de política de indexação na área de Organização e Representação do Conhecimento é o fato de que, o bibliotecário indexador organiza a informação por meio da descrição, análise de assunto, classificação, controle e compartilhamento da informação expressa no documento. Em cada uma destas etapas a falta de diretrizes teóricas e metodológicas pode fazer com que os profissionais tenham atitudes desvinculadas daquilo que a literatura especializada aponta como sendo a maneira mais adequada de se conduzir o processo em contexto de bibliotecas universitárias. Como consequência, o bibliotecário indexador pode auxiliar ou prejudicar o usuário (BAIR, 2005) se em uma ou mais etapas do processo ele não tiver parâmetros de orientação. Tem-se ainda, como fator agravante a questão, a catalogação cooperativa que faz com que os registros produzidos sobre um determinado documento pelos profissionais bibliotecários sirvam de base para compor outros sistemas de recuperação de informação por meio do compartilhamento, e, havendo algum tipo de erro ou equívoco nestes registros, os mesmos serão disseminados para outras bases de dados bibliográficas (RUBI, 2008).

Neste ponto, é importante destacar o posicionamento de García Gutiérrez (1989, p. 147) que afirma ser a organização temática da informação “[...] um exercício hermenêutico inseparável da capacidade humana da cognição e inserido na dialética que dá vida ao binômio, documentalmente interativo, homem-cultura”. Visto por este ângulo, o processo de tratamento temático da informação realizado em contextos de bibliotecas universitárias deve ser embasado por uma conduta profissional que estabeleça uma preocupação entre a técnica de organizar e representar a informação e o conhecimento, com vistas a sua posterior recuperação nos sistemas de informação pelo usuário.

Segundo Fernández-Molina e Guimarães (2002, p. 488-489, grifo nosso) os profissionais da informação devem embasar suas atividades em uma estrutura de

valores éticos, especificamente direcionados as atividades ligadas à representação documental, sendo estes:

- *O interesse do usuário vem primeiro;*
- *Prover serviços objetivamente, sem influência de qualquer espécie;*
- *Prover os usuários com a mais atual e precisa informação possível;*
- Evitar a censura na seleção de materiais de informação;
- Se algum tipo de censura ou filtro existe, informar os usuários de suas limitações;
- Separar as crenças pessoais do serviço profissional; e
- Manter a competência profissional.

Ao considerar a representação de assuntos como a etapa chave para que o produto³⁶ da indexação seja efetivamente o reflexo do conteúdo do documento, as indicações apresentadas pelos autores sustentam a necessidade de se sistematizar as atividades técnicas que envolvem um alto grau de subjetividade, como é o caso do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Por mais que haja avanços tecnológicos destinados ao aperfeiçoamento e agilidade do processo, muitas vezes a sintonia entre a demanda do usuário com o que é recuperado ainda está aquém do desejado e, “na medida em que mais subsídios são incorporados, a desejada ponte entre o sistema de informação e a recuperação precisa do que é realmente demandado pelo usuário estará mais próxima da sua efetivação” (DUMONT, 2006, p. 5-6).

Tomando-se como base essas premissas, a política de indexação acentua de forma regulamentada que, em se tratando da representação do conteúdo do documento, o interesse da comunidade da biblioteca universitária figura acima de outros e de que tal representação precisa tornar a informação significativa para o

³⁶ Na qualidade de produto da indexação, o índice atua como um “mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 196). O índice é provido de cabeçalhos de assunto que são as entradas que descrevem o(s) assunto(s) do documento no sistema de informação, sendo que a representação de assuntos nos catálogos por meio do estabelecimento dos cabeçalhos de assunto decorre da necessidade humana de socialização do conhecimento (GARRIDO ARILLA, 1999).

usuário, isto é, vincular a informação ao contexto cultural e social em que ela é tratada, organizada e socializada.

2.2.1.1 O processo de tratamento temático em bibliotecas universitárias

A presente reflexão é construída sob o entendimento de que as teorias trabalhadas na Organização e Representação do Conhecimento passam a ter funcionalidade – razão de ser –, se servirem à prática do profissional da informação. Com esta visão, toma-se como base o contexto de bibliotecas universitárias e as mudanças ocorridas na forma de tratar e disponibilizar a informação, a fim de sustentar as exposições apresentadas sobre a nova postura a ser assumida pelo profissional bibliotecário frente às atividades de organização e representação da informação realizadas nestes domínios informacionais específicos.

No contexto científico, a representação da informação concebe a descrição física e de conteúdo dos documentos, “[...] eliminando uma ‘complexidade supérflua’, fazendo com que, os objetos representantes sejam substitutos dos objetos representados” (PINHO, 2010, p. 1). Assim, duas vertentes são delineadas a partir dos aspectos informacionais a serem organizados e representados: a vertente descritiva ou formal e a vertente temática ou de conteúdo da representação ou catalogação, ambas com fins de socialização do conhecimento. Embora sejam operacionalmente diferentes, são considerados processos interdependentes, especificamente quando vinculados ao contexto de bibliotecas universitárias, conforme explica Rubi (2008, p. 146):

[...] na biblioteca, o formato descritivo utilizado é o catalográfico, a maioria em MARC21³⁷, que conterà o resultado das operações de tratamento de forma (autor, título, edição, casa editora, data, número de páginas etc.) e de conteúdo documentário (o número de classificação, obtido pela classificação, os cabeçalhos de assuntos determinados pela indexação e, em alguns casos, o resumo derivado da elaboração de resumo).

³⁷ O formato MARC – *Machine Readable Cataloging* para o século 21 é um padrão internacional para codificação de registros bibliográficos eletrônicos que permitiu a *Library of Congress* (LC) fornecer seus registros bibliográficos codificados em meio magnético, fato que potencializou a eficiência na acomodação dos registros, ampliou a capacidade de busca de dados e transferência de registros entre bibliotecas (VASCONCELLOS, 1996; ALVES, 2005).

Martinho e Fujita (2010, p. 12) apontam que a catalogação (representação), fruto do desenvolvimento dos catálogos, é um processo que viabiliza que os documentos que compõem o acervo das bibliotecas sejam conhecidos, buscados e acessados. De modo geral, à catalogação descritiva e à catalogação de assunto são processos mediatizados e inter-relacionados (MARTINHO; FUJITA, 2010), sendo a primeira etapa destinada à identificação de elementos físicos do documento e a segunda etapa responsável pela extração do conteúdo temático com fins de atribuição de pontos de acesso por assunto que comporão os cabeçalhos de assunto (TAUBER, 1953).

No que tange a catalogação de assunto, pode-se considerá-la como sendo um processo cujo objetivo é preparar a informação bibliográfica para à criação de registros bibliográficos (SANCHEZ LUNA, 2004, p. 83). Shoham e Kedar (2001) ensinam que consiste em uma operação intelectual do exame do documento com fins de extração e representação de assuntos nele contidos, servindo de ponto de acesso para a busca e a recuperação do documento original no acervo e, paralelamente, para o agrupamento das obras por área de abrangência temática, o que possibilita ao usuário contato com obras do mesmo universo do conhecimento. Em síntese, a catalogação de assunto consiste na “representação, nos catálogos de biblioteca, dos assuntos contidos no acervo” (FIUZA, 1985, p. 257).

Em termos operacionais, a indexação é uma operação mental na qual são descritos o conteúdo intelectual contido no documento com o auxílio de instrumentos que contenham padrões e conceitos descritores (UNESCO, 1975). Segundo Esteban Navarro (1999, p. 70) a indexação é uma atividade documental destinada,

[...] a identificar e descrever ou caracterizar o conteúdo informativo de um documento mediante a seleção das matérias sobre as quais versa (indexação sintética) ou dos conceitos presentes (indexação analítica) para sua expressão da língua natural e sua reunião em índice, com objetivo de permitir posterior recuperação dos documentos pertencentes a uma coleção documental ou conjunto de referências documentais como resposta a uma demanda acerca do tipo de informação que este contém.

Fujita (2013) expõe que representar o conhecimento contido nos documentos é o objetivo principal da indexação. Ao considerar as perspectivas

teóricas da indexação, advoga que o processo de indexação abarca a representação por conceitos no momento da análise de assunto, a qual “[...] assume função preponderante entre o significado do conteúdo documentário e o termo que o representa” e a representação por linguagem documentária no momento da tradução, não havendo dissociação das etapas ou etapas complementares³⁸. Este posicionamento é compartilhado por autores como Chaumier (1986), Waller e Masse (1999), Mai (2000), Gil Leiva (2008), Tamayo e Valdez (2008).

Embora haja uma distinção³⁹ clara sobre os produtos e instrumentos das operações do Tratamento Temático da Informação em destaque, catalogação de assunto e indexação, o processo contempla um objetivo comum: a atribuição de conceitos representativos do documento com fins de recuperação da informação. Silva e Fujita (2004, p. 142) clarificam a questão ao afirmarem que “apesar das divergências sobre semelhanças e diferenças entre os termos, a indexação [...] e a catalogação de assuntos são equivalentes porque são resultados de um mesmo processo: a análise de assunto”.

Apesar de serem operações conceitualmente equivalentes (MILSTEAD, 1983; FIÚZA, 1985; NAVES, 2002; LANCASTER, 2004; SILVA, FUJITA, 2004; ROBREDO, 2005; DIAS e NAVES, 2007, dentre outros), Sauperl (2002, p. 1) chama a atenção para um ponto importante e faz saber que, “a despeito da longa tradição da catalogação de assunto, ainda não se tem exatamente claro como o processo de determinação de assunto efetivamente ocorre”, isto é, a fase da análise de assunto figura como sendo um processo preliminar e não central da catalogação de assunto, a qual criará as bases para que, em momento posterior, ocorra a tradução dos conceitos na linguagem documental. De modo contrário, a ação profissional de descrever o conteúdo informativo expresso no documento com o auxílio de

³⁸ Em estudo realizado por Fujita (2013a) a autora sinalizou a ambivalência da representação documental realizada no processo de indexação ao expor de maneira pontual como se realizam as demais etapas indicadas pela literatura da área para indexadores e catalogadores. Diante deste quadro, o posicionamento adotado nesta pesquisa é de que a atividade ocorre em dois momentos. Nas palavras de Mai (2000, p. 277) “o procedimento em duas etapas consiste de uma etapa em que o assunto é determinado e outra etapa em que o assunto é traduzido e expresso na linguagem de indexação”.

³⁹ De modo pontual, é oportuno esclarecer que “[...] a catalogação de assuntos está essencialmente ligada à construção de catálogos de bibliotecas e a indexação à construção de índices de bibliografias em serviços de informação bibliográficos que produzem bases de dados” (RUBI, 2008, p. 146).

instrumentos que contenham padrões e conceitos descritores para atuarem como intermédio entre o usuário e o documento (UNESCO, 1975; CAMPOS, 1987) é o que constitui a indexação, sendo a análise de assunto uma fase vital à medida em que, por meio dela, ocorre a análise conceitual de modo a “determinar o conteúdo intelectual do documento” (SAUPERL, 2002, p. 7), para então e, só depois de então, ocorrer a etapa da tradução do assunto pela linguagem de indexação (MAI, 2000).

Por ser uma operação cujo cerne é a atribuição de conceitos a partir da fase da análise de assunto, seu caráter procedimental está sujeito a uma tarefa intelectual (FUJITA, 2013) e não apenas a uma fase simplória, por decorrência de uma preocupação efetiva com a dimensão de uso (FIDEL, 2000⁴⁰ apud GUIMARÃES, 2009). Preocupação esta que se reflete pelo fato de que, o processo de tratamento temático da informação realizado de maneira mais detalhada, propiciará uma recuperação com níveis de revocação menor e, paralelamente, com um índice maior de precisão, em que, “[...] mesmo sendo um número reduzido de documentos, são exatamente esses que correspondem às questões de busca do usuário” (RUBI, 2008, p. 35). Sobre isto, Guimarães (2009, p. 112) atesta que a questão do assunto na catalogação de assunto “[...] emerge como algo mais simples, quase como que inerente e de pronto perceptível, no mais das vezes via sistema de classificação ou lista de cabeçalhos de assunto [...]”.

Estes aspectos que diferenciam a indexação da catalogação de assunto justificam a opção pelo emprego do termo indexação nesta pesquisa, apesar do universo contemplado aqui ser o de biblioteca universitária e o termo catalogação de assunto ser o mais usual para descrever a prática profissional desta atividade neste contexto (DIAS, NAVES, 2007). Outro importante motivo a ser considerado pelo uso deste termo é de que, com fins de recuperação adequado dos documentos por parte dos usuários nos sistemas de recuperação da informação, torna-se fundamental que o profissional bibliotecário realize, além da representação descritiva dos documentos, “[...] a representação temática do documento caracterizando o processo da indexação juntamente com o procedimento da catalogação”, o que

⁴⁰ Fidel, R. The user-centered approach: how we got there. Wheeler, W. J. (ed.). *Saving the user's time through subject access innovation*. Champaign, Ill.: The Board of Trustees of The University of Illinois, 2000.

incide que a fase da análise de assunto seja realizada de modo que o campo de assunto seja preenchido nos formatos catalográficos (RUBI, 2008, p. 39).

A discussão precedente ganha sustentação com a fala de Fujita (2013b, p. 5) ao alertar que:

A indexação na catalogação representa uma estratégia inteligente para que os catálogos possibilitem a recuperação por assuntos mais precisa e específica e, além disso, é possível, de antemão, prever que com os conhecimentos teóricos e práticos da área de indexação as bibliotecas terem linguagem mais especializada e abrangente, métodos de avaliação da indexação para melhoria da recuperação da informação, método de indexação, manual de política de indexação que assegure a qualidade da recuperação por assuntos na atual conjuntura de catalogação cooperativa, software de indexação automatizada.

Com base na afirmativa de Booth (2001) de que o usuário de biblioteca almeja dispor de ferramentas de pesquisa que, prontamente, lhe permita recuperar nos sistemas de informação documentos sobre o assunto desejado, Guimarães (2009, p. 107) reflete que neste cenário a indexação passa a ser considerada “[...] uma atividade vital para a sobrevivência do sistema, ainda que não seja notada como tal”. Nesta mesma linha de pensamento, Fujita (2013a, p. 44) sinaliza que “a qualidade da representação documentária é avaliada pela recuperação de conteúdos documentários pertinentes”.

Relativo às ferramentas de pesquisa, Ferraz (1991) esclarece que a inserção do catálogo na história da humanidade culminou para a dissociação da biblioteca como mero depósito de livros. Mey e Silveira (2009, p. 12) consideram o catálogo como um meio de comunicação, na medida em que “[...] veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos”. Ao relacionar os catálogos e a qualidade das informações disponibilizadas, Villén-Rueda (2006) ressalta a política de indexação nesse cenário e afirma que para melhorar os catálogos são necessários desenvolvimentos sobre política de indexação que sejam coerentes e em conformidade com o contexto automatizado.

Em decorrência das mudanças que marcam a trajetória dos catálogos nas bibliotecas universitárias e, considerando a economia de recursos humanos e financeiros, o processo de conversão retrospectiva de registros bibliográficos e da catalogação cooperativa automatizada por meio de um formato bibliográfico passa a serem atividades necessárias, bem como estratégias do ponto de vista gerencial. De modo bastante salutar, a evolução da informática para biblioteca culminou no surgimento dos catálogos coletivos, redes de cooperação e sistemas especializados enquanto resultados palpáveis dessa inserção tecnológica (MEY, 1995; ROBREDO, 2005) potencializando, sobremaneira, as atividades de organização e representação da informação a partir da simplificação do processo, padronização dos registros bibliográficos e acesso remoto ao catálogo.

A despeito dos benefícios dessa nova realidade, Vasconcellos (1996) lembra que o processo de catalogação sofreu uma importante transformação com a inserção das tecnologias de informação e comunicação e, como todo avanço, apresenta vantagens e desvantagens. Em época de automação de bibliotecas, a migração de um catálogo pré-existente para um catálogo *online*⁴¹ proporciona o intercâmbio de registros de forma padronizada, mas deixa em aberto questões ligadas à etapa da atribuição de assuntos aos documentos. A este respeito, Rubi (2008) constatou que a representação dos documentos passa a ser desconsiderada, em virtude de já estar contemplada nos registros bibliográficos importados de outros sistemas de informação cooperantes. Segundo a autora, existem elementos estruturais do catálogo que não podem ser obtidos de forma pré-empacotada, considerando-se que a estrutura do catálogo e, por consequência a do registro bibliográfico, estão atrelados à coleção e comunidade local, o que indica que “[...] esforços devem ser envidados para fazer a conexão entre os usuários e os assuntos utilizados” (RUBI, 2008, p. 70).

O grande contributo para as atividades destinadas ao tratamento da informação no que tange a cooperação entre bibliotecas universitárias para a

⁴¹ Os catálogos adquiriram caráter público e passaram a ser acessados de forma *online* com o advento da Internet, atuando como sistemas automatizados para a recuperação das informações disponíveis (FERNÁNDEZ MOLINA; MOYA ANEGÓN, 1998). Por serem acessados por usuários locais e remotos, os catálogos *online* deram origem ao *Online Public Access Catalog* (OPAC), enquanto módulo de busca e recuperação de informação em sistemas automatizados de bibliotecas com o objetivo de gerenciar a interação entre o usuário com o sistema e preservar a qualidade dos registros bibliográficos disponibilizados (GARCÍA MARCO, 2002).

construção de catálogos refere-se ao avanço em termos de otimização do processo de tratamento descritivo, isto é, a catalogação de forma. Contudo, apesar dos importantes avanços para a área, o processo de tratamento temático da informação, especificamente a etapa de identificação de conceitos por meio da análise de assunto foi simplificada, sendo reduzida “[...] a uma simples operação de ‘cópia’, contemplando dessa forma somente a questão da ‘forma’ na catalogação, deixando de lado o ‘conteúdo’” (RUBI, 2008, p. 14-15). Isso quer dizer que o profissional bibliotecário que faz a catalogação cooperativa não realiza as alterações necessárias no registro incorporado de outras instituições no que concerne ao “campo assunto”, prática que demonstra uma despreocupação com relação a sua comunidade usuária, ao passo em que busca as informações quanto à forma dos documentos – catalogação descritiva; pondo em segundo plano o conteúdo deste documento – catalogação de assunto ou indexação (RUBI, 2008).

Referente a esta questão, Passoni (2001) afirma que o profissional bibliotecário diante da catalogação não possui consciência de que esta atividade, em tempos de automação de bibliotecas e do uso do MARC 21, também está comprometida com a análise de assunto, isto é, a indexação por meio do estabelecimento de descritores para os documentos catalogados no campo 6XX do formato como forma de assegurar consistência aos catálogos. Em um estudo mais recente, Fujita, Augustín Lacruz e Gómez Días (2012, p. 106) endossam a discussão ao exporem que “com a adoção das implicações informáticas e os registros catalográficos que incluíam os assuntos, se perdeu a vigência das ferramentas de indexação, já que resultam desnecessárias”. Os autores em destaque afirmam que, diante desta realidade, tornou-se uma prática comum a inclusão dos registros capturados nos sistemas de informação sem adaptar a descrição temática as características de cada biblioteca, sem serem realizadas as modificações necessárias. Obviamente, esta manobra “[...] implicou que em honra da quantidade de registros incorporados, se sacrificaria a qualidade da indexação temática dos mesmos” (FUJITA; AUGUSTÍN LACRUZ; GÓMEZ DÍAS, 2012, p. 100). Em sintonia com tal reflexão, cabe inserir a fala de Mai (2000, p. 270) que atesta que “se os documentos são representados pobremente ou inadequadamente, a qualidade da recuperação será igualmente deficiente”.

Esta problemática vivenciada no cotidiano da profissão em muito é reflexo da falta de sedimentação teórico-conceitual e prático-aplicado sobre as operações de indexação e catalogação de assunto que compõem o Tratamento Temático da Informação. Diante disto, é imprescindível o avanço conceitual e procedimental sobre as operações do Tratamento Temático da Informação, na condição de núcleo base da área de Organização e Representação do Conhecimento, especificamente atreladas ao contexto de bibliotecas universitárias. Diferentemente de outras abordagens de natureza mais epistemológica do campo da informação, os estudos realizados nesta área impactam diretamente no fazer do profissional bibliotecário, contribuindo para a sistematização teórico-metodológica do processo. Do mesmo modo, a falta de conhecimentos científicos sobre o tema repercute diretamente na qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados e oferecidos nos diferentes contextos informacionais, comprometendo a recuperação da informação e acarretando consequências diretas aos usuários. Isto porque, sem parâmetros de orientação, o tratamento dos documentos pode vir a ser realizado de forma equivocada pelo bibliotecário; situação favorável pra que as informações oferecidas nos sistemas de recuperação da informação não correspondam ao perfil de sua comunidade usuária.

Vista sob este ângulo, a política de indexação mostra-se um contributo a questão, pois tem como objetivo principal uniformizar os procedimentos para a realização do processo de tratamento temático da informação. Para Rubi (2008) a política de indexação garantiria a personalização do catálogo de cada biblioteca universitária e, por consequência, uma recepção da informação adaptada às preferências ou necessidades do usuário, as quais estariam contempladas por meio dos assuntos designados para representação conceitual dos documentos. Ao ser realizada a representação conceitual por cada biblioteca universitária, independentemente de esta pertencer ou não a sistemas de informação cooperativos, a questão atenderia em grande parte a garantia cultural sinalizada por Beghtol (2005). Complementando a questão, tem-se que considerar que a evolução tecnológica que desencadeou as mudanças na forma e acesso dos registros bibliográficos deve ser acompanhada por uma readequação quanto ao valor agregado à informação contida nestes recursos informacionais (FUJITA, 2005).

Nesse contexto, especial importância assume o papel do profissional bibliotecário que atua no processo de tratamento temático da informação referente à concepção de um “bem fazer” e de um “bem atuar”, visto que a organização e a representação da informação exigem muito mais que um “fazer técnico”, conforme assinala Pinho (2010, p. 02):

[...] as competências específicas para os profissionais que trabalham com o tratamento temático não se esgotam no como fazer, mas encontram terreno fértil de indagação no “por que” fazer e no “para que” fazer, principalmente porque é necessário levar em conta que tanto o produto quanto o processo de representação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e sua adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo.

Para tanto, a política de indexação deve ser considerada, pois contribui ativamente com esta questão, visto que suas diretrizes servem de orientação quanto a forma que será adotada pela biblioteca universitária a organização e a representação da informação no catálogo coletivo *online*. Desvela-se, portanto, como um contributo, pois, conforme sinaliza Nunes (2004, p. 60) “[...] o estabelecimento de regras mínimas, desde que apropriadas, permite que, progressivamente, o próprio processo de indexação economize energias, tanto do usuário quanto do bibliotecário, contribuindo para o desenvolvimento da biblioteca”. Assim, a indexação em bibliotecas universitárias deixa de ser vista como um problema ou atividade desnecessária e passa a “[...] transmutar em instrumento indutor de avanços qualitativos dos serviços prestados pela biblioteca” (NUNES, 2004, 60).

Por contemplar subsídios teóricos e metodológicos do processo de tratamento temático da informação, atua como guia para que o bibliotecário indexador realize a determinação dos assuntos dos documentos descritos nos registros importados de outras bases de dados bibliográficos, como indica Rubi (2008) e, com esta tarefa, atribuir significado a informação. Com esta postura, encaminham-se as discussões sobre política de indexação pela perspectiva da abordagem sociocultural; como modo alternativo de se trabalhar com a questão na área de Organização e Representação do Conhecimento.

2.2.1.2 A política de indexação em perspectiva sociocultural

A política de indexação⁴² é considerada um contributo efetivo para que as necessidades informacionais dos usuários sejam sanadas ao atuar como um recurso auxiliar de orientação na tarefa profissional para a realização do tratamento temático da informação, processo intermediário entre a produção e o consumo da informação e todos os seus aspectos inerentes. Fujita (2012a) indica que não há uma definição pontual na literatura que contemple a política de indexação, sendo o seu conceito identificado pela função e objetivos que apresenta. Para Carneiro (1985, p. 222) a função da política de indexação é definir as variáveis que influenciam o desempenho da atividade de indexação, tendo por objetivos “[...] estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele contidas [...]”.

Na visão de Almeida (2000), as políticas ou diretrizes administrativas figuram na qualidade de planos gerais de ação que orientam na tomada de decisão ao estabelecerem guias mestras, o que confere estabilidade à instituição. Especificamente no que tange a política de indexação, a questão administrativa da biblioteca universitária torna-se um aspecto indispensável a ser considerado quando do estabelecimento destas diretrizes. Rubi (2004; 2008) entende que a política de indexação é uma aliada para que o bibliotecário indexador realize sua tarefa profissional de maneira “racional e objetiva”, sendo indispensável que os profissionais percebam a importância da indexação em todo o processo documental. Para tanto, advoga sobre a necessidade da política de indexação ser considerada parte administrativa da biblioteca universitária – uma etapa de reflexão propriamente dita, pois tais diretrizes não devem ser vistas como uma lista de procedimentos, e sim uma filosofia que reflita os interesses e objetivos da biblioteca universitária –, o que exige do bibliotecário indexador uma efetiva compreensão de que a atividade de

⁴² Ao discutir a questão da catalogação de assunto e da indexação com fins de elaboração de política de indexação à luz dos princípios de Cutter e das cinco leis da Biblioteconomia, Rubi (2008, p. 48-49) acredita que esses princípios e as decorrentes leis “[...] podem ser considerados como indícios primários de uma política de indexação, uma vez que se referiam ao modo como deveriam ser as entradas dos assuntos pelos termos determinados (princípio da entrada específica), indicar as relações associativas, de equivalência e hierárquicas entre os termos (princípio da estrutura sindética), além de alertar sobre a necessidade dos usuários no momento da descrição dos assuntos (princípio do uso).”

indexação exige parâmetros que o guie no momento de tomada de decisão, minimizando subjetividade e incertezas. Além disso, a autora faz saber que os sistemas de informação são compostos por partes interligadas que versam para um objetivo comum, o de disponibilizar a informação de modo a satisfazer as necessidades informacionais dos usuários (RUBI, 2008).

Esta visão indica que a indexação e sua política são uma das partes que compõem os sistemas de informação e, portanto, precisam integrar o planejamento global das bibliotecas universitárias como um parâmetro de sua administração no contexto gerencial. Fujita (1999) aponta que a política de indexação condiciona os resultados de uma estratégia de busca por parte do usuário, o que produz uma exata correspondência com o assunto pesquisado em índices. Nas palavras da autora,

A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários. Isso nos leva a pensar sobre a indexação do ponto de vista gerencial e estratégico no contexto de unidades de informação haja vista ter efeitos na entrada e na saída de informações do sistema (FUJITA, 2012a, p. 17).

Carneiro (1985) sinaliza que no momento de se formalizar os elementos básicos para a constituição de uma política de indexação três requisitos são indispensáveis para o bom planejamento de um sistema de recuperação da informação, quais sejam: a identificação da organização a qual estará vinculada ao sistema de indexação, a identificação da clientela a que se destina o sistema de recuperação de informação e, por fim, mas não menos importante figuram os recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos no processo. Rubi (2008) compreende que estes fatores ou requisitos podem ser delimitados em:

- Contexto: conhecer os objetivos e atividades da instituição é fundamental para determinar o tipo de serviço a ser implantado, pois, além do tipo de atividade da organização afetar a demanda de informação, determina qual

sistema de indexação a ser utilizado e os níveis de exaustividade e especificidade exigidos;

- **Destinatário:** a principal finalidade de um sistema de recuperação da informação é o fornecimento de informação precisa aos usuários, em que identificar a clientela é um pré-requisito fundamental para o planejamento de qualquer sistema de informação. A partir de um estudo de usuários serão obtidas informações sobre o conhecimento do alcance exigido pelo sistema quanto aos assuntos centrais e periféricos e quanto aos níveis de tratamento exigidos; o núcleo de um vocabulário que refletirá os interesses do trabalho e necessidades de informação da clientela do sistema; conhecimento do tipo de resposta do sistema; e conhecimento do nível de exaustividade exigida na indexação, o grau de especificidade necessária, a linguagem de indexação e o nível de sofisticação desejável do sistema; e
- **Infraestrutura:** no qual serão considerados todos os recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos no processo.

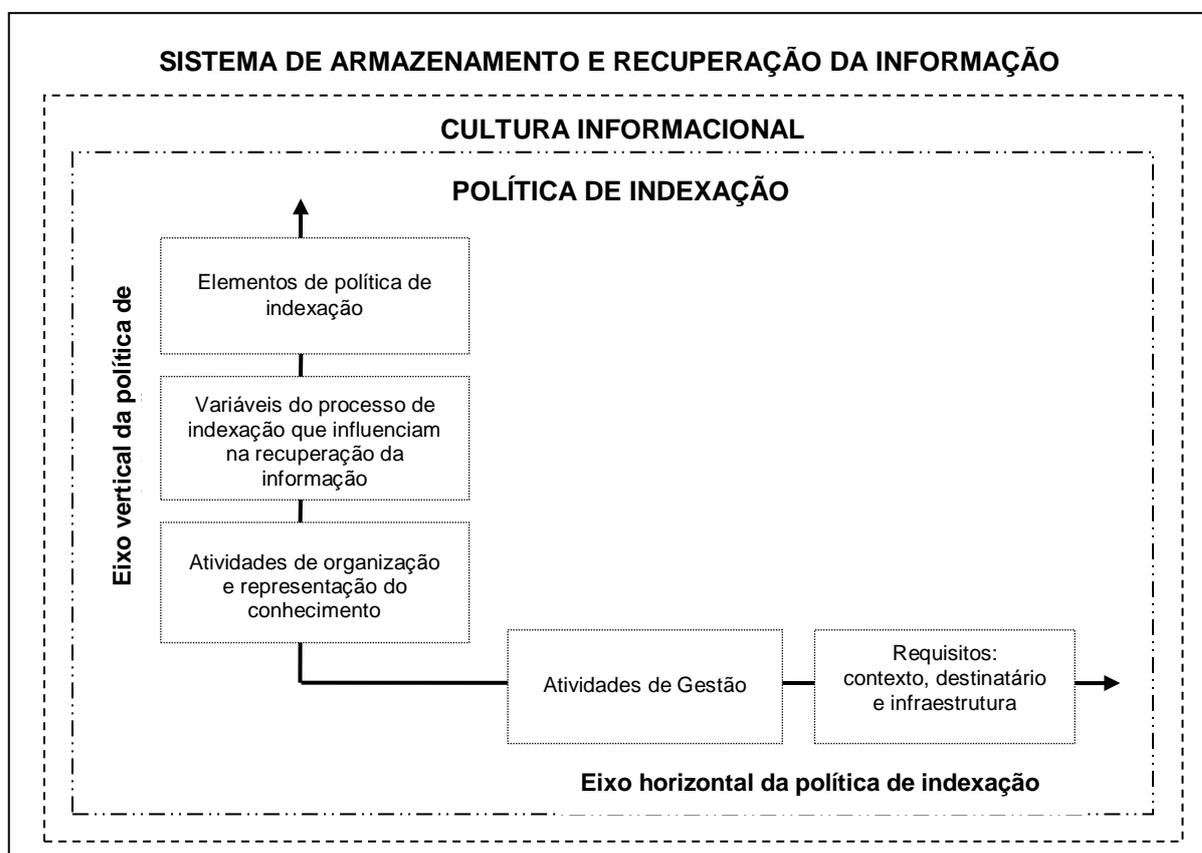
Atrelando o ciclo documental à política de indexação, Kobashi (1994) indica que tais diretrizes estão diretamente relacionadas às características do sistema documentário: necessidades do usuário; instituição onde se desenvolve; domínio do assunto tratado; recursos humanos, físicos e financeiros; produtos e serviços; e relação custo/desempenho. Observa-se, prontamente, que essas indicações apontam a política de indexação como uma ação indispensável a ser desenvolvida e considerada no âmbito da administração da biblioteca universitária (RUBI, 2008).

Ao sistematizar a política de indexação para um sistema de armazenamento e recuperação da informação, Carneiro (1985) evidencia dois eixos ou planos integrantes: eixo horizontal (contempla atividades de gestão onde estão os requisitos para o bom planejamento de um sistema de recuperação da informação) e o eixo vertical (contempla as atividades de organização e representação da informação que reúne um conjunto de elementos e variáveis que afetam a atividade de indexação). No eixo vertical, a autora supracitada considera que os principais elementos a serem contemplados na política de indexação dizem

respeito à cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos-fonte, processo de indexação, estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, forma de saída e avaliação do sistema. Neste eixo, as variáveis correspondem aos aspectos que interferem no processo de indexação e que influem na recuperação da informação, sendo estas: exaustividade, especificidade, a escolha da linguagem, revocação e precisão (CARNEIRO, 1985).

Com base neste binômio inerente ao sistema de recuperação de informação que reflete uma dupla dimensão (GUIMARÃES, 2004), a política de indexação passa a ser considerada “[...] um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação” (FUJITA, 2012a, p. 22). Na Figura 1, apresenta-se uma síntese dos eixos da política de indexação propostos por Carneiro (1985) na perspectiva do sistema de armazenagem e recuperação da informação.

Figura 1: Eixos da política de indexação



Fonte: Elaborado a partir de Fujita (2012a).

Para Fujita (2012a, p. 22) as duas visões de política de indexação apresentadas por Carneiro (1985) são complementares, em que se observa uma visão mais ampla “[...] que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação⁴³, sua operacionalização e avaliação”. Com base nos estudos de Carneiro (1985) e trabalhos subsequentes (RUBI, 2000, 2004; RUBI, FUJITA, 2003 e GUIMARÃES, 2004) sobre a política de indexação, Rubi (2008) compila os principais elementos indicados para a elaboração de política de indexação visando sistematizar o conhecimento acerca do tema. Em seu estudo, apresenta um agrupamento dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação, no qual alia os elementos as suas fontes literárias (trabalhos em que tais indicações foram observadas). O contributo desta compilação⁴⁴ advém da indicação de um conjunto de elementos que servem de orientação para a elaboração de diretrizes de política de indexação destinadas à atividade de indexação em bibliotecas universitárias. Como resultado, apresenta uma proposta de política de indexação na qual constam os principais elementos que devem compor uma proposta de política de indexação direcionada para a construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias.

Considerando ser esta uma proposta atualizada acerca dos princípios de orientação para a elaboração de política de indexação e, principalmente, em razão dos elementos apresentados serem direcionados ao contexto de bibliotecas universitárias, toma-se esta estrutura (Quadro 2) como base para, a partir do desdobramento de sua parte operacional, contribuir com indicações quanto aos aspectos culturais e sociais inerentes ao processo de tratamento temático da informação que podem ser abarcados pela política de indexação, de modo a avançar na questão.

⁴³ O manual de indexação faz parte do conjunto de documentos oficiais de uma biblioteca. Rubi (2008, p. 174) esclarece que tal documentação deve estar “[...] descrita em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e, principalmente, conter os elementos constituintes da política de indexação adotada por um sistema de informação”.

⁴⁴ Ver Quadro “Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação” em Rubi (2008, p. 55) e em Rubi (2012, p. 118).

Quadro 2: Fases da política de indexação*

OBJETIVO		DESDOBRAMENTOS
PREPARAÇÃO	<p>Configurar um caráter estratégico a política de indexação a partir dos seguintes questionamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para quem a política é direcionada? • Quais os limites de sua aplicação? • A política deveria ser publicada? • Deveria incluir o histórico da política? 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Contexto</i> Caracterizar a organização à qual a biblioteca estará vinculada. Recomenda-se a elaboração de um organograma; • <i>Identificação dos usuários</i> Áreas de interesse, níveis de experiências, atividades que exercem volume e características das questões propostas pelos usuários. Recomenda-se a realização de um estudo de usuários. • <i>Infraestrutura</i> Recursos financeiros para criação e manutenção da biblioteca em todo seu funcionamento; recursos materiais e físicos necessários para o atendimento à comunidade usuária; e recursos humanos – número de pessoas suficiente e qualificação adequada para cada serviço a ser realizado.
DESENVOLVIMENTO	<p>Depois de verificadas todas as condições de preparação para o desenvolvimento da política de indexação, esta etapa composta de decisões e diretrizes deverá corresponder aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização na qual está inserida e dos usuários atendidos.</p> <p>A política de indexação é composta por decisões que devem contemplar três aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indexação** 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Capacidade de revocação e precisão do sistema</i> Este aspecto diz respeito à recuperação da informação na base de dados, no âmbito da exaustividade, revocação e precisão. Uma vez relacionadas, quanto mais exaustivamente um sistema de informação indexa seus documentos, maior será a revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor. • <i>Especificidade</i> Este item refere-se ao nível de especificidade que tanto a linguagem documentária quanto a unidade de informação permitem ao bibliotecário catalogador ser específico na determinação de um assunto de um documento. • <i>Exaustividade</i> Este aspecto refere-se à medida de extensão em que todos os assuntos presentes em um documento são identificados e selecionados durante a leitura documentária e traduzidos na linguagem utilizada. • <i>Formação do indexador</i> Este item diz respeito ao tipo de formação inicial e continuada que se espera do profissional que vai fazer a indexação na biblioteca. • <i>Procedimentos relacionados à indexação</i> Este aspecto diz respeito à descrição de como deve ser realizada a leitura documentária com fins à indexação, como por exemplo, recomendações sobre quais as partes do documento que devem ser lidas e quais aquelas que devem ser evitadas. • <i>Manual de indexação (elaboração/utilização)</i> Este tópico tratará da elaboração e utilização de manuais de indexação pelos bibliotecários. O manual deve conter todos os tópicos descritos nesta proposta.

OBJETIVO		DESDOBRAMENTOS
DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem documentária 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Escolha da linguagem</i> Em uma linguagem documentária utilizada como padrão para o campo de assunto controlado, não há necessidade de utilizar outra linguagem e outro campo de assunto. No entanto, a iniciativa da utilização de uma linguagem complementar é válida, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos bibliotecários no momento da indexação e pelos usuários na recuperação da informação. • <i>Consistência/ Uniformidade</i> Este tópico trata da forma como um mesmo assunto deve ser analisado conceitualmente e traduzido da mesma maneira, sendo o tamanho do vocabulário utilizado e o número de conceitos representados fatores que afetam a consistência e a uniformidade. • <i>Adequação***</i> Este aspecto está relacionado à habilidade do bibliotecário catalogador em determinar o assunto do documento e traduzi-lo adequadamente para o vocabulário controlado.
	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de recuperação da informação 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Avaliação</i> Este item diz respeito à avaliação do sistema de recuperação da informação feita pelo bibliotecário com o objetivo de determinar o grau de satisfação dos usuários no uso. • <i>Campos de assunto do formato MARC</i> A política de indexação deve indicar quais campos e sub/campos do registro bibliográfico deverão ser considerados para a construção de um catálogo. No caso do formato MARC 21 são os campos 650 e 690 que dizem respeito ao assunto controlado e o campo de assunto livre, respectivamente. • <i>Capacidade de consulta a esmo (browsing)</i> Este aspecto diz respeito à interface de busca dos sistemas utilizados para a recuperação da informação, principalmente sobre a estrutura temática que os organiza. • <i>Estratégia de busca</i> Este tópico deve ser pensado dentro de uma política de indexação de forma a definir se a busca no sistema será feita pelo bibliotecário ou pelo próprio usuário. • <i>Forma de saída dos dados</i> Este item diz respeito ao formato de apresentação dos resultados de busca aos usuários e qual a influência disso quanto à precisão dos resultados.

OBJETIVO		DESDOBRAMENTOS
AVALIAÇÃO	Em continuidade, é preciso realizar a avaliação da política de indexação a partir da intervenção na realidade aplicando a proposta de diretrizes para a elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos, de modo a elaborar um modelo para avaliação dessa política de indexação proposta e já implantada.	<ul style="list-style-type: none"> • Esse modelo de avaliação de política de indexação será discutido pela equipe da biblioteca para indicação de ajustes e melhorias e também para completar a proposta de diretrizes.

Fonte: Elaboração própria.

* Corresponde à indicação de Rubi (2008, 2012) sobre a proposta de diretrizes para elaboração de política de indexação.

** O primeiro, segundo e terceiro item são decisões políticas que têm influência direta sobre três aspectos: o trabalho do bibliotecário, a rede de bibliotecas como um todo e a recuperação da informação.

*** Item fortemente ligado aos dois anteriores.

Um aspecto relevante a ser considerado nesta pesquisa é de que os elementos destinados à elaboração de política de indexação indicados pela literatura especializada são considerados princípios básicos e não os únicos, aspecto que acentua a necessidade de estudos mais verticalizados sobre a questão. Esforços estão sendo empreendidos para que o conhecimento sobre política de indexação na área de Organização e Representação do Conhecimento ganhe um delineamento sistematizado e, conseqüentemente, contribua para a inclusão de novos elementos que se mostrarem relevantes neste conjunto. Destaque especial seja dado ao Projeto de Pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita intitulado “Política de indexação para bibliotecas” que visa contribuir com fundamentação teórica e metodológica, baseada no conhecimento de Ciência da Informação e áreas interdisciplinares acerca do tema para sistematizar uma proposta teórica e metodológica de elaboração de política de indexação com e para bibliotecas. Em conformidade, a presente pesquisa é parte integrante deste projeto e busca, como tal, atender a vários questionamentos secundários importantes sobre política de indexação. Na tentativa de proporcionar acréscimos às discussões presentes no universo teórico-conceitual e contribuir com novos caminhos de se pensar a política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias no âmbito prático-aplicado, esta Tese se desdobra tendo como pano de fundo a abordagem sociocultural.

A postura e motivação quanto à execução da pesquisa nesta perspectiva investigativa, em conformidade com todas as outras indicações e reflexões expostas até aqui, pauta-se no entendimento de que todos os elementos que compõem a política de indexação adquirem significado se forem “[...] aplicados ao contexto de um sistema de armazenagem e recuperação da informação que possui finalidades e objetivos e abriga condições em seu ambiente quanto à natureza da informação produzida e solicitada, bem como características da comunidade de usuários” (FUJITA, 2012, p. 22). Tal perspectiva reforça a necessidade de se atribuir significado a informação de acordo com as características próprias do domínio do conhecimento para a qual ela é destinada.

Diante deste cenário, cabe tecer algumas considerações sobre a política de indexação trabalhada à luz dos princípios da abordagem sociocultural. O

desdobramento desta discussão parte do significado mais amplo do processo de tratamento temático da informação enquanto “[...] exercício intelectual de apreensão e representação do conhecimento contido em algum tipo de fonte informacional, que se completa, quando, em algum momento, o usuário recupera a informação necessária à consecução de sua ação” (VARELA; BARBOSA, 2007, p. 123). O exame dos dizeres “que se completa” levanta dois aspectos de reflexão importantes nesta pesquisa. O primeiro indica que o propósito do processo será alcançado quando o usuário recuperar a informação que *efetivamente* sane as suas necessidades informacionais. Para tanto, as reflexões apresentadas no início desta fundamentação teórica sinalizam que a informação por si só não comporta um significado, sendo imprescindível atrelá-la ao contexto cultural e social em que o usuário está inserido e exerce atividades no âmbito da coletividade. O segundo ponto, e não menos importante, faz saber que o tratamento temático da informação é uma atividade naturalmente mediadora – unindo o documento ao usuário na busca por novos conhecimentos.

Debruçando-se neste momento para o segundo ponto levantado, cabe inserir a concepção de Almeida Júnior (2009, p. 92) para o qual mediar à informação consiste em toda ação de interferência realizada pelo profissional da informação, seja ela “[...] direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”. Esta ‘interferência’, entre outros fatores, acentua um problema real no campo da informação, o qual é acompanhado pela necessidade contemporânea de se primar pela qualidade dos produtos e serviços informacionais com vistas a satisfazer as necessidades informacionais dos usuários, considerando, para tanto, as características e particularidades de cada contexto. Implica, portanto, em oferecer aportes teóricos e metodológicos que amparem a prática profissional, com vistas a diminuir ou mesmo sanar as interferências nas atividades de tratamento e disponibilização da informação com vistas a sua disseminação.

Não sendo um trabalho estanque, tem-se a interferência constante, concreta e presencial no fazer do bibliotecário indexador. Nas palavras do autor em relevo:

A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente [...]. A interferência não deve ser negada, mas, sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar/minimizar possíveis problemas que dela decorram. Há uma linha tênue entre interferência e manipulação. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas consequências (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93-94).

Mediante tais interferências, faz-se necessário que a atuação profissional seja amparada por diretrizes que contribuam para reduzir ao mínimo toda ação desordenada ou despreocupada diante da realização do processo de tratamento temático da informação em contexto de bibliotecas universitárias. Adaptar as indicações teóricas às mais variadas situações do cotidiano profissional exige a elaboração e utilização de manuais, diretrizes e regulamentos que propiciem que o cumprimento das atividades realizadas no contexto de bibliotecas universitárias esteja concatenado aos objetivos e missão da instituição. Neste panorama, acredita-se que a política de indexação, ao articular de maneira clara as indicações teóricas e *práxis* profissional, bem como aos objetivos e interesses destas instituições, cerca as questões que ao longo do texto foram sendo evidenciadas. Este posicionamento baseia-se no fato da política de indexação atuar como um recurso valioso na busca pela qualidade dos produtos e serviços informacionais disponibilizados em contexto de bibliotecas universitárias, uma vez que proporciona equilíbrio entre o saber científico e a prática da profissão no que tange as atividades relacionadas ao tratamento temático da informação. Consequentemente, contribui para a motivação e autonomia durante a realização do processo de tratamento temático da informação ao propiciar segurança ao bibliotecário indexador no decorrer da atividade, contribuindo para a superação de barreiras que possam existir entre a teoria, à prática cotidiana da profissão e as características e especificidades do contexto de informação.

Embora se apresente na literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento como um elemento imprescindível, Rubi (2004) constatou que, no cenário nacional, tem-se ausência de políticas e manuais de indexação na grande maioria das bibliotecas universitárias, tanto públicas quanto privadas. Autores como Fujita, Augustín Lacruz e Gómez Días (2012, p. 99) afirmam

que, ao passo que a implementação das tecnologias e a automatização dos catálogos propiciam estratégias de busca e recuperação da informação cada vez mais refinadas e compatíveis com as necessidades informacionais dos usuários, “[...] as diferentes gerações de profissionais permaneceram passivas no que se refere a tomada de decisões sobre as políticas orientadas à melhoria dos processos de catalogação por assuntos para esses mesmos catálogos”. No cenário internacional Fujita e Gil Leiva (2009) constataram, a partir de um panorama latino-americano de Bibliotecas Nacionais, Bibliotecas especializadas, Centros de Documentação e Arquivos nacionais, que a questão também é preocupante, uma vez que o estudo demonstrou que a maior parte das instituições investigadas não dispõe de uma política de indexação. Segundo o estudo, este fator decorre de várias circunstâncias, dentre estas porque não é realizada a atividade de indexação; pelo fato dos profissionais não associarem a “[...] importância e repercussão direta que a sistematização e representação por escrito dos processos de indexação têm na qualidade dos sistemas de armazenamento e recuperação da informação”; ou ainda por falta de pessoal (FUJITA; GIL LEIVA, 2009, p. 161).

Na ótica de Rubi (2008, p. 147) a indexação só será efetivamente realizada durante o tratamento da informação documental, de forma consciente e com postura compromissada por parte do bibliotecário indexador, se houver um comprometimento entre as esferas administrativas e técnicas da biblioteca universitária na definição de uma política de indexação “[...] que reflita os objetivos, a filosofia e os interesses da instituição a qual está vinculada, da própria biblioteca e do usuário”. Preocupação essa que se justifica face ao fato de que, infelizmente, muitas das atitudes anunciadas não são postas em prática no cotidiano da profissão (DAL’ EVEDOVE, 2010) e, para alterar esta realidade, torna-se necessária que o profissional tenha ações que sejam direcionadas para uma prática profissional de postura ética e compromissada com a socialização do conhecimento, evocando, para tanto, habilidades de reflexão, aplicação de conhecimentos e enfrentamento de desafios.

Reconhecendo essa questão, a autora em foco defende que “[...] a política de indexação deva servir como subsídio para a organização do conhecimento no catálogo, atuando como guia para o bibliotecário no momento da

determinação dos assuntos dos documentos descritos nesses registros” (RUBI, 2008, p. 145). A principal indicação tecida no que tange a política de indexação para bibliotecas universitárias que disponibilizem produtos e serviços informacionais por meio de catálogos coletivos *online* centra-se na mudança de postura do profissional bibliotecário frente às especificidades dos usuários de cada contexto. Na prática, isso quer dizer que cada biblioteca universitária deve estabelecer critérios próprios de política de indexação que correspondam a sua realidade (administrativa, técnica, áreas de atuação, necessidades informacionais dos usuários etc.) e, sobretudo, prever nestas diretrizes a modificação e adequação dos assuntos dos documentos no momento da representação de acordo com as características de cada biblioteca e de sua comunidade usuária. Segundo a autora, essa postura asseguraria “[...] a personalização do catálogo de cada instituição e a individualização da recepção da informação pelo usuário, uma vez que ele estaria contemplado por meio dos assuntos designados para representação dos documentos” (RUBI, 2008, p. 145). Posturas de atuação profissional que podem contribuir para que a informação possa ser tratada a partir de perspectivas de valorização, encarando o usuário como entidade ontológica no que tange a organização da informação.

Neste ponto, é oportuno acrescentar a fala de Martins (2008, p. 81) que alerta que o processo de representação é permeado de uma série de limitações, quer seja pelos “[...] aspectos subjetivos e ideológicos do processo conduzido por indivíduos”, ou pela “[...] permanente evolução dos estados de conhecimento”. Esses fatores, segundo o autor, impedem a proposta de um mecanismo perfeito de representação. Ao se inserir esta reflexão na prática cotidiana do bibliotecário indexador, pode-se aludir que a política de indexação represente, de maneira objetiva, o conhecimento capaz de propiciar uma mudança de atitudes e comportamentos no profissional bibliotecário, pois muitas vezes a imagem ou o papel que o mesmo busca projetar não é o mesmo que verdadeiramente ele constrói no seu viver cotidiano em contexto de bibliotecas universitárias. Do pensamento de Carvalho (2004, p. 20) deriva a ideia de que cabe a biblioteca universitária “[...] o provimento da informação e não somente o armazenamento e o simples informar onde essa informação está localizada”.

Em meio a essas reflexões e indicações, defende-se que o conhecimento científico não pode ignorar a prática social do processo de tratamento temático da informação, pois não deve haver contradições nas ações que envolvem o tratamento da informação e a oferta de produtos e serviços informacionais no contexto da biblioteca universitária. Assim sendo, reconhece-se o importante papel que a política de indexação desempenha no ambiente de bibliotecas universitárias, razão que impulsiona a presente investigação, uma vez que ações precisam ser tomadas para que a política de indexação figure ativamente neste contexto informacional e que, efetivamente, suas diretrizes conduzam a prática profissional.

Reconhecendo a responsabilidade que cerca toda e qualquer discussão sobre política de indexação, reafirma-se que não há nesta pesquisa a pretensão de esgotar a questão, nem seria tal empreendimento possível, pois esta prática contempla o acompanhamento de fenômenos que se revestem de aspectos sociais, cognitivos e culturais – o fazer profissional, o contexto de informação e o usuário. Todavia, para perceber a relevância destes elementos no processo de tratamento temático da informação, admite-se a necessidade de novas alternativas de produção do conhecimento sobre política de indexação que sejam construídas coletivamente, em que cada vertente do Tratamento Temático da Informação ocupa uma posição singular para a definição de orientações quanto à aplicação dos conhecimentos teóricos do processo frente às especificidades da prática cotidiana da profissão, a qual é realizada em contextos diversificados por domínios de conhecimento especializados.

Urge conceber que nas atividades relacionadas ao tratamento temático da informação não pode haver linearidade, seja no percurso do processo realizado em contexto de bibliotecas universitárias ou no terreno da socialização do conhecimento, considerando-se que entre esses dois pólos existe uma figura intermediária, o usuário. Diante do quadro reflexivo-expositivo apresentado até o momento, é fundamental que as diferentes formas de ação e pensares dos atores sociais sobre o Tratamento Temático da Informação e, por decorrência, da política de indexação sejam considerados. Justamente por reconhecer essa questão é que se propôs contribuir nesta pesquisa com saberes complementares, tendo no centro

desta investigação a vertente humana do processo de tratamento temático da informação.

2.1.3 Síntese analítica

A reflexão empreendida ratificou a postura assumida nesta pesquisa, a qual versa para a necessidade de, na área de Organização e Representação do Conhecimento, as pesquisas serem conduzidas a partir da abordagem sociocultural, haja vista que a informação deve ser contextualizada para possuir significado frente aos que dela farão uso, com vistas à geração de novos conhecimentos. Atrélendo essa concepção ao processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias, obteve-se um panorama reflexivo sobre a possibilidade de, com base nas indicações da abordagem sociocultural, abordar questões relacionadas à prática profissional do bibliotecário indexador, a qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados e disponibilizados nestes domínios informacionais específicos, a personalização dos catálogos, a observância do contexto social e cultural de atividade do usuário e do bibliotecário indexador, a busca pelo atendimento de produtos e serviços informacionais cada vez mais personalizados, possibilidade de se propor novos elementos de política de indexação advindos com o exame das particularidades dos atores sociais vinculados a um domínio do conhecimento, dentre outros.

De modo pontual, os principais pontos apresentadas nesta discussão teórica indicam que:

- As pesquisas no campo da informação devem ser conduzidas pela abordagem sociocultural em razão da informação possuir valor quando inserida em um domínio de conhecimento;
- O valor da informação é dependente do significado atribuído pelo sujeito, o que implica conceber a informação em seu contexto de enunciação para vinculá-la a cultura específica de cada domínio do conhecimento;

- A informação deve ser vista como uma dimensão das práticas e interações do usuário em seu domínio do conhecimento. Logo, mostra-se oportuno interpretar a relação dinâmica entre sujeito e informação;
- A informação e o conhecimento são fenômenos sociais. É na formação discursivo-coletiva que a informação adquire valor. Nesta perspectiva, o conteúdo informativo do documento precisa ser representado a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação, pois os contextos referenciais em que os sujeitos estão imersos são espaços com identidades e características definidas, particulares;
- Os elementos cultura, sujeito e informação exercem uma relação dinâmica entre si. Assim, as pesquisas em Organização e Representação do Conhecimento devem considerar que as ações humanas não são aleatórias, correspondem a práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento. O mesmo ocorre na busca pela informação; tem que haver significado na informação para que esta satisfaça o usuário;
- A abordagem sociocultural defende que a atividade humana é dotada de um sistema de significação em um dado contexto cultural e social, sendo mediada por instrumentos carregados de significação cultural. Esses princípios coadunam na Ciência da Informação quando se considera que sua preocupação enquanto ciência é tornar a informação significativa para os que dela necessitam. Isto implica uma efetiva preocupação sobre as condições, padrões e regras de uso enquanto fatores que tornam a informação significativa, exigindo-se a criação de diferentes tipos de representação do documento como forma de amparar diferentes usuários – considerar o sujeito e suas relações na coletividade;
- Em bibliotecas universitárias que realizem o trabalho em sistema de cooperação, a modificação e adequação dos assuntos dos documentos no momento da representação conceitual devem ser direcionadas para as características de cada biblioteca universitária e sua comunidade usuária de modo a propiciar uma personalização do catálogo;

- As bibliotecas universitárias devem satisfazer as necessidades informacionais de seus usuários considerando, dentre outros, as características e particularidades de sua comunidade específica de modo a agregar valor aos produtos e serviços informacionais gerados e disponibilizados neste domínio informacional;
- A análise de assunto no processo de indexação deve ser considerada uma etapa indispensável e decisiva para o efetivo atendimento das necessidades informacionais dos usuários, à medida que possui dimensão estratégica ao imprimir significação à informação, em atenção às características da comunidade usuária – preocupação efetiva com a dimensão de uso;
- A política de indexação é um tema pouco trabalhado pela literatura especializada, fato que potencializa novas possibilidades e olhares reflexivos sobre a questão. Em especial, para a inclusão de elementos que abarquem questões relacionadas ao contexto social e cultural de atividade dos usuários enquanto atores sociais que pertencem a um dado domínio do conhecimento – sujeitos que partilham de uma realidade social comum; e
- A política de indexação contribui para que o bibliotecário indexador tenha uma postura ética e compromissada no momento da representação conceitual, reconhecendo, para tanto, a necessidade desta atividade no contexto de bibliotecas universitárias e, também, de que o usuário deve ser o ponto central dos esforços empreendidos. Tal postura viabiliza que os produtos e serviços informacionais gerados não fiquem alheios aos valores, exigências e necessidades de sujeitos sociais que devem ser capazes de construir sentido a partir das informações que recebem no momento da recuperação em sistemas de informação.

SEÇÃO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são descritos os pormenores das opções metodológicas aplicadas na pesquisa, sendo dispostos os procedimentos utilizados para a execução da investigação, contemplando: uma exposição acerca da fundamentação metodológica e do método de pesquisa empregado; o percurso da pesquisa, abrangendo a execução das etapas de cunho bibliográfico e exploratória; caracterização do universo de pesquisa; descrição dos recursos para a coleta de dados e os respectivos instrumentos e técnica utilizados – da estrutura a especificidades de seus respectivos procedimentos; e a articulação das estratégias qualitativas de cunho procedimental para a análise e tratamento dos resultados.

3.1 Fundamentação metodológica

A presente pesquisa, segundo sua finalidade é de caráter aplicado, sendo qualitativa quanto à forma de abordagem do problema, possuindo objetivos de natureza exploratória e descritiva, com procedimentos para a coleta de dados de ordem bibliográfica e por levantamento. Isto porque, objetiva-se estudar o tema de maneira aprofundada e examinar certos aspectos particulares do grupo escolhido, esclarecendo alguns conceitos e variáveis e permitindo a elaboração de hipóteses mais precisas que possam ser abordadas em estudos posteriores. Desse modo, parte-se da premissa de que para se realizar uma pesquisa científica é preciso construir uma porção do saber por meio do confronto entre dados, evidências, informações e o conhecimento teórico acumulado a respeito de um determinado assunto (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para a execução dos objetivos específicos apresentados na seção introdutória foi necessário elencar o método⁴⁵ científico pelo qual a investigação se debruçaria, isto é, o conjunto de processos orientados para a descoberta da verdade e construção da ciência. Esta manobra serviu para delimitar os procedimentos intelectuais e técnicos empregados no intuito de encontrar solução ao problema observado de modo racional e sistemático, pois conforme indicam Laville e Dionne (1999, p. 335) o método corresponde ao “conjunto dos princípios e dos procedimentos aplicados pela mente para construir, de modo ordenado e seguro, saberes válidos”.

Em sintonia com o exposto, admite-se nesta pesquisa a experiência e a visão da realidade como fatores que colaboram para a construção de dúvidas, as quais geram inquições e sinalizam a necessidade de observação científica. Estes fatores, por sua vez, comportam os problemas reais existentes na sociedade e que permeiam o dia a dia dos indivíduos, grupos ou organizações. Sobre isto, Michel (2005, p. 23) pontuou que “os grupos sociais, as instituições, as leis, as visões de mundo são específicos de um momento, de um espaço; são transitórios, passageiros, estão em constante dinamismo, e, potencialmente, tudo pode ser transformado”. Considerando-se como fatores o cenário que envolve a pesquisa nas Ciências Sociais e, especificamente, a busca por resultados proveitosos, a linha de raciocínio adotada foi a do método fenomenológico⁴⁶. Enquanto um modelo compreensivo em detrimento da mera explicação de fenômenos, o método em destaque torna “[...] explícita a estrutura e o significado implícito da experiência humana” (SANDERS, 1982, p. 353).

⁴⁵ A palavra “método” tem origem grega *methodos* que significa “caminho para chegar a um fim” (GALLIANO, 1986).

⁴⁶ Bello (2006) esclarece que o termo “Fenomenologia” é passível de ser definido em uma reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra porque é uma palavra formada a partir da junção de duas outras palavras de origem grega: “fenômeno” (aquilo que se mostra) e “logia” (deriva da palavra *logos* e contempla, dentre outros, o significado de pensamento).

3.1.1 A perspectiva fenomenológica

Como toda corrente filosófica, a Fenomenologia possui diversas vertentes. Por essa razão, trabalha-se com a perspectiva de Edmundo Husserl⁴⁷ (1859-1938) para o qual a vocação primeira desta abordagem é debruçar-se sobre questões filosóficas que cercam a geração do conhecimento e sua aplicação. Apresenta-se no terreno das abordagens metodológicas como uma epistemologia consistente para análises de fenômenos sociais e humanos, pois o ponto chave da Fenomenologia é compreender a essência dos fenômenos em análise a partir dos significados que as experiências vividas têm para os sujeitos; considerando sua individualidade e suas relações sociais estabelecidas e experienciadas em contextos diversos.

O método fenomenológico ganhou notoriedade no final do século XIX, princípio do século XX. Este importante movimento filosófico advém de uma orientação do pensamento europeu, cujo termo “fenomenologia” significa o estudo dos fenômenos que se desvelam na cotidianidade do mundo do ser onde a experiência ocorre, buscando explorá-los; sendo considerada por seu fundador como uma ciência rigorosa que se pauta nas experiências do sujeito consciente que vive e interage num mundo que faz sentido para ele (WAGNER, 1979). Com efeito, transparece na descrição das vivências dos seres e daquilo que aparece à consciência, revelando-se na descrição dessas vivências. Esta vivência, por sua vez, decorre do fato de que, mesmo sendo um ser que possui individualidade, cada sujeito partilha relações sociais com outros sujeitos, processo que exerce influência sobre suas ações, opiniões e escolhas.

Masini (1989) evidencia que o método fenomenológico é centrado no ser humano. Volta-se, portanto, na análise do significado e relevância da experiência

⁴⁷ Dartigues (1992) afirma que o termo fenomenologia foi empregado pela primeira vez por Johann Heinrich Lambert (1728-1777) em sua obra “Novo órgão” de 1764, contemplando o sentido de teoria da ilusão sob suas diferentes formas; em 1770 por Emanuel Kant (1724-1804) falando de *phaenomenologia generalis*, para indicar a disciplina propedêutica que deveria preceder à metafísica e, posteriormente, em 1772 no esboço da obra intitulada “Crítica da Razão Pura” de 1781; em 1807 por Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) para o qual a fenomenologia é tida como a ciência que considera os fenômenos da consciência até chegar ao saber absoluto, passando-se, a partir do estudo do movimento do espírito, a ser considerada como método e filosofia. Contudo, apenas no início do século XX com Edmund Husserl (1859-1938) a fenomenologia se consolida como uma linha de pensamento e passa a ter um novo significado, o mesmo empregado na contemporaneidade.

humana, uma vez que ao criar significações para os objetos que analisa e interpreta no curso de sua existência, o homem une-se a eles. Por tais razões, a pesquisa fenomenológica,

parte da compreensão de nosso viver - não de definições ou conceitos - da compreensão que orienta a atenção daquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro interpretações, ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão (MASINI, 1989, p. 63).

De modo geral, o objetivo da Fenomenologia é estudar a significação das vivências na consciência. Para tanto, volta-se para a descrição e compreensão de fenômenos a partir do modo como estes são vivenciados na consciência dos sujeitos de pesquisa, sem buscar explicações causais – interessa-se pelo fenômeno puro, como este se apresenta à consciência, dando destaque à experiência vivida no mundo da vida. O autor referenciado prossegue explicando que o método fenomenológico “[...] trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto [...]” e, por isso, “[...] não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental”; por tais razões possui consistência e legitimidade quando utilizado em pesquisas científicas que enfatizam a experiência vivida do homem e sua significação, quando não se é possível explicá-los por uma relação de causa e efeito; objetivando desvendar o fenômeno além de sua exterioridade, porque o fenômeno em análise não está evidente de imediato (MASINI, 1989, p. 63).

Particularmente para esta pesquisa, o referido método filosófico proporciona uma base lógica à investigação científica aqui proposta. O ponto básico é de que não existe uma única realidade, mas podem-se haver tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. A preocupação central recai na descrição direta da experiência do sujeito, tal como ela é – “fenômenos humanos”. Reconhece-se a importância do sujeito cognoscente no processo de construção do conhecimento, visto que a realidade é construída socialmente e entendida como o percebido, interpretado e/ou comunicado. Em razão disto a ponte com a Fenomenologia se faz necessária, considerando-se que:

os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos [pois] eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”. O estudo desses fatos humanos se realiza com as técnicas de pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam essencialmente sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte (MUCCHIELLI, 1991⁴⁸ apud HOLANDA, 2006, p. 363).

Referente à perspectiva fenomenológica e o campo da informação, Marciano (2006, p. 187) apresentou alguns pontos que viabilizam a inserção da Fenomenologia enquanto abordagem epistemológica coerente e contributiva aos estudos que envolvam a informação, visto que “[...] não é possível ter uma percepção e uma observação “puras” do mundo. Sob essa concepção, similar à do realismo crítico, toda observação é dependente de uma teoria e de um contexto, estando continuamente sujeita a reformulações”. Em seu estudo o autor esclarece que, por ser afeita a análise de fenômenos sociais e humanos, a Fenomenologia ganha ascensão em contrapartida à abordagem clássica-científica ou normativa, que toma como base a mera formulação de verificação de hipóteses. De maneira bastante elucidativa, descreve as especificidades de cada abordagem, o que contribui para uma visão pontual sobre o paradigma fenomenológico e o paradigma normativo, com base em alguns critérios de diferenciação, conforme o quadro a seguir:

⁴⁸ Mucchielli, R. (1991). *Les Méthodes Qualitatives*. Paris: Presses Universitaires de France.

Quadro 3: Contrastes entre os paradigmas de pesquisa fenomenológico e normativo

CRITÉRIO DE DIFERENCIAÇÃO	PARADIGMA FENOMENOLÓGICO	PARADIGMA NORMATIVO
Apreensão do mundo	O pesquisador enxerga o mundo como indeterminado e problemático. Os fenômenos sob investigação são vistos mais diretamente como resultantes de percepções, intuição e significados pessoais.	O pesquisador vê o mundo como aproximadamente determinado ou não problemático. Escolhas pessoais ainda são necessárias para decidir quais características devem ser estudadas e como devem ser avaliadas.
Fenômenos investigados	Considera-se a “experiência vivida” pelos indivíduos. Considera tanto as características observadas como as qualidades específicas percebidas como formas pessoais de significado.	Considera as características que são facilmente enumeráveis e empiricamente verificáveis.
Formulação do problema	Inicia-se com uma atitude de <i>epoché</i> . Todos os preconceitos pessoais, crenças e afirmações sobre relações causais ou suposições são suspensas ou “colocadas entre parênteses”. Questões são formuladas e as respostas são analisadas.	Inicia-se com uma hipótese de relação causal. A hipótese é verificada pela manipulação de uma ou mais variáveis independentes a fim de estudar o seu efeito sobre um comportamento específico (variável dependente).
Metodologia de pesquisa	Dá-se ênfase à descrição do mundo pelo ponto de vista das pessoas que o vivem e o experienciam. Todos os conceitos e teorias emergem dos dados da consciência, exigindo uma abordagem cognitiva que não pode ser replicada com exatidão.	Amplas generalizações abstratas ou teorias são aplicadas de uma forma lógico-dedutiva por meio das hipóteses das definições operacionais para formar um delineamento que pode ser replicado.
Objetivo e inferências de pesquisa	Chegar a essências universais puras. A lógica da inferência é a comparação direta, resultando em novos <i>insights</i> ou reclassificações.	Interpretação estatística dos dados a fim de formular categorias ou normas. A lógica da inferência é a classificação e a serialização dos resultados, levando a comparações numéricas.
Generalização dos resultados	As generalizações dizem respeito apenas aos indivíduos específicos sob investigação. As conclusões servem como uma base de dados para investigações posteriores.	Generalizações são feitas com base na análise dos dados relativos a classes similares ou tendências universais que são expressas de um modo normativo causa/conseqüência, situação/ação, correlação).

Fonte: Marciano (2006, p. 185) adaptado de Sanders (1982).

Esta síntese do panorama da abordagem fenomenológica evidencia de forma objetiva a essência das ideias deste método. Examinadas em conjunto, tais diferenciações apontam a necessidade de se compreender o significado atribuído

pelos sujeitos frente às atividades que exercem para se chegar aos fatores determinantes de conduta, visto que cada sujeito tem sua interpretação particular do mundo que, somadas as demais, convergem para uma visão comum de mundo de determinada comunidade de intérpretes (WAGNER, 1979). No âmbito do campo da informação, Marciano (2006) advoga que estes contributos clarificam algumas questões ímpares que limitam e/ou ampliam o seu caráter de cientificidade e, afirma que a Fenomenologia tem condições de cumprir o papel de suporte epistemológico neste campo científico e profissional, ampliando o entendimento de sua condição interdisciplinar perante outros domínios de conhecimento, de seus objetos de estudo e, ainda, do conjunto de métodos e teorias que lhe sustentam.

A partir do exposto, considera-se que a inserção de abordagens de cunho fenomenológico é oportuna em estudos que tenham como fenômenos investigativos objetos que carreguem consigo a concepção do conhecimento voltado à ação, em qualquer de suas aplicações, considerando que:

[...] a percepção de si mesmo (auto-consciência) e do mundo é nitidamente um fenômeno informacional, ao mesmo tempo influenciando e sendo influenciado pelo contexto em que se insere o indivíduo [...]. Ao formalizar seu pensamento, o indivíduo externaliza suas percepções e associa a elas uma conotação pragmática, voltada a influenciar os comportamentos dos receptores daquela comunicação. Os receptores, por sua vez, terão sua percepção do mundo modificada pelo conhecimento recém-adquirido, percepção essa que dará origem a novas ações, num ciclo contínuo e renovado de geração e formalização do conhecimento. A efetividade dessas interações será tanto maior quanto mais intensa forem a produção e a busca pelo conhecimento no contexto analisado (MARCIANO, 2006, p. 186).

Parte-se da prerrogativa de que a Fenomenologia contribui diretamente para que a realidade dos atores sociais, sujeitos de pesquisa, seja compreendida e admitida como uma construção intersubjetiva de significados. Todavia, para se chegar às essências dos fenômenos privilegiados nesta pesquisa, toma-se como base à redução *eidética* (*eidos* = essência), processo pelo qual se abstraem essências⁴⁹ a partir da consciência e/ou da experiência dos sujeitos. O intuito com a

⁴⁹ As essências são tidas como unidades básicas de entendimento comum de um fenômeno, ou seja, são unidades de sentido vistas por diferentes sujeitos nos mesmos atos (MOREIRA, 2004). Buscar a essência é, nas palavras de Martins (1992, p. 61) “[...] redescobrir a presença que se tem

perspectiva fenomenológica é ir além dos padrões e estruturas convencionais de pensamento e ação para identificar suas causas comuns – volta-se para o domínio das essências puras, para o dado que está sendo questionado pelo sujeito. Em outras palavras, “procura abordar o fenômeno, aquilo que se manifesta por si mesmo, de modo que não o parcializa ou o explica a partir de conceitos prévios, de crenças ou de afirmações sobre o mesmo, enfim, um referencial teórico” (MARTINS; BICUDO, 1983, p. 10). O esforço em pesquisas científicas realizadas pela perspectiva fenomenológica é abordar e interrogar o fenômeno, efetivamente o fenômeno em análise, na tentativa de revelar a sua essência.

3.2 Percurso metodológico

A pesquisa encontrou terreno mais propício para a execução de seus objetivos específicos com a inserção de um conjunto de métodos de pesquisa que não se excluem, mas, sim, favorecem uma melhor apreciação da multiplicidade de aspectos presentes no objeto de estudo. Esta atitude repousa no entendimento de que a combinação lógica e exequível de alguns métodos de pesquisa se configura uma das alternativas favoráveis em prol da ampliação da probabilidade de produção de resultados mais confiáveis, com vistas à validação científica. Leva-se em conta, portanto, que “[...] as diferentes perspectivas metodológicas complementam-se no estudo do assunto, um processo que é entendido como a compensação complementar das deficiências e dos pontos obscuros de cada método isoladamente” (FLICK, 2004, p. 274).

Descortinando as razões, optou-se por adotar uma abordagem teórico-metodológica que respondesse as necessidades investigativas e, num mínimo período de tempo, propiciasse o alcance de resultados efetivos para a compreensão

de si mesmo, o sentido e o significado dessa consciência” e não se ater somente ao conteúdo conceitual passível de definição; voltar-se para aquilo que o sujeito está de fato vivenciando e compreendendo. Para o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty “a Fenomenologia é o estudo das essências e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a Fenomenologia é também uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua facticidade [...]” (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 5).

do fenômeno e para o avanço científico e bem-estar social (GÜNTHER, 2006). Para tanto, delimitou-se uma trilha metodológica que abarcasse os procedimentos teóricos e operacionais para sustentar a discussão do problema de pesquisa. Esta estratégia metodológica segue um prisma mais filosófico que considera a atividade científica uma “[...] aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 1993, p. 23).

Neste sentido, adota-se a interpretação teórico-conceitual advinda da literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento e prático-aplicada na perspectiva dos atores sociais investigados em relação aos temários aqui abordados. Estas duas etapas comportam a pesquisa bibliográfica e exploratória, cuja sintonia decorre da perspectiva teórica propiciar o embasamento e os instrumentos e técnica empregados para a coleta de dados viabilizarem o alcance dos objetivos delimitados, unindo-se para um propósito comum: comprovar ou refutar as hipóteses aqui levantadas. Tal aliança ganha força quando considerado que “a combinação inteligente da teoria e metodologia permite realizar a mágica da metamorfose de um “assunto” em um “tema” propriamente científico [...]” e, como consequência dessa junção, tem-se novas formulações ou o aperfeiçoamento de alguma explicação até então desconhecida, advindos com a execução da pesquisa (LOPES, 2003, p. 11). Assim, a coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos e complementares, contribuindo efetivamente para o alcance dos objetivos específicos.

A primeira parte da pesquisa consistiu de levantamento bibliográfico sobre os temários investigativos visando à aquisição, ordenação e sistematização do conhecimento sobre a literatura nacional e internacional de natureza técnico-científica presentes no campo da informação, a fim de atender o primeiro objetivo específico – evidenciar a abordagem sociocultural frente aos paradigmas contemporâneos do campo da informação a fim de compreender a informação construída como prática social – e do segundo objetivo específico – contextualizar no âmbito dos fundamentos teórico-conceituais e prático-aplicados da área de Organização e Representação do Conhecimento o processo de tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias.

Intencionou-se com esta ação identificar e assinalar alguns pontos de vista sobre os temários em destaque, bem como de outros assuntos correlatos que se julgaram necessários ao longo de sua execução. Objetivando-se respaldar teoricamente a execução da fase descritivo-analítica e, assim, evidenciar como se posiciona a teoria diante das necessidades e especificidades da sociedade profissional, o diálogo teórico foi fundamentado na leitura, compreensão e exposição de algumas das ideias e abordagens que integram a literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento, ora concordando com a linha interpretativa ali defendida, ora discordando com as ideias apresentadas pelos autores, como forma de embasar algumas afirmações aqui defendidas. Tal momento da pesquisa objetivou a realização de uma análise explicativa das soluções propostas, a fim de revelar a validade dessas afirmações a partir dos autores pesquisados (LIMA; MIOTO, 2007).

Há que se destacar que esta etapa foi executada por meio de revisão da literatura sobre o campo da informação e as relações que se estabelecem entre os sujeitos cognoscentes e a informação mediante a abordagem sociocultural; explanação sobre as atividades de organização e representação da informação e do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias; e como não poderia deixar de ser, esta tela também comporta a presença de diálogos sobre o Tratamento Temático da Informação e política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias. Salienta-se que esta parte da pesquisa foi fundamental para a contextualização do cenário teórico no qual se encontram os temários trabalhados e, paralelamente, tecer reflexões advindas com a referida discussão, tomando-se como base o universo científico do campo da informação e de campos correlatos para sustentar a pesquisa no âmbito da ciência.

Foram considerados como universo da pesquisa bibliográfica os materiais cujos assuntos tivessem relação com a pesquisa, dando atenção especial aos oriundos de investigações científicas nacionais no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento. A identificação e a seleção de fontes de informação relevantes versaram na possibilidade de encontrar respostas para a problemática contextualizada mediante argumentos substanciais. Para tanto,

utilizaram-se como fontes documentais⁵⁰ algumas das principais Bases de dados internacionais que abarcam a área de Ciências Sociais Aplicadas (*Library Information Science Abstract* - LISA; *Library, Information Science and Technology Abstracts* - LISTA, *Annual Review of Information Science and Technology* - ARIST, *Información y Bibliotecología Latinoamericana* - INFOBILA, *E-Prints in Library and Information Science* - E-LIS, Proquest, Scopus, Gale, Wilson e Emerald); Portais de periódicos eletrônicos (Portal de Periódicos Capes, SciELO e Dialnet); Bibliotecas digitais de teses e dissertações (Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e *Tesis Doctorales en Red* - TDR); Catálogos *online* (Banco de Dados Bibliográficos da UNESP – Catálogo P@rthenon, Banco de Dados Bibliográficos da UM – Catálogo ALBA, Catálogo Coletivo da *Red de Bibliotecas Universitarias Españolas* – REBIUN) e, também, outras fontes de informação internacionais e/ou nacionais que ao longo da pesquisa foram sendo consideradas oportunas.

Por sua vez, a parte exploratória da pesquisa buscou atender os objetivos específicos três, quatro e cinco. Para o alcance do terceiro objetivo específico – verificar, por meio da aplicação de questionários com os atores sociais testados, se as ações desempenhadas pelas vertentes científica e profissional possibilitam a realização do processo em bibliotecas universitárias pela perspectiva da garantia cultural na vertente do uso – e do quarto objetivo específico – delinear diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias brasileiras com base na perspectiva dos docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento, profissionais bibliotecárias indexadores e usuários de bibliotecas universitárias – foram elaborados e aplicados questionários com os atores sociais a fim de obter subsídios para a elaboração de diretrizes de política de indexação. No que tange ao último objetivo específico – avaliar metodologicamente as diretrizes propostas mediante aplicação de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais

⁵⁰ Nota-se a presença de fontes documentais próprias da Espanha em decorrência da realização por parte da pesquisadora de um Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior por um período de seis meses na *Universidad de Murcia* (UM/Espanha) por meio do Programa Institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE) cujo objetivo é qualificar recursos humanos de alto nível por meio da concessão de cotas de bolsas de doutorado sanduíche às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que possuam curso de doutorado recomendado e reconhecido com nota igual ou superior a três, conforme informações constantes na página da CAPES <<http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-exterior/doutorado-sanduiche-no-exterior-pdse>>.

bibliotecários indexadores de bibliotecas universitárias brasileiras –, aplicou-se a técnica de Protocolo Verbal em Grupo para verificar junto à sociedade profissional se as diretrizes estabelecidas com base nos resultados dos questionários eram compatíveis com a realidade dos contextos de bibliotecas universitárias e com a prática cotidiana da profissão do bibliotecário indexador, visando a sua adequação em conformidade com a realidade das bibliotecas universitárias brasileiras.

Apesar desses recursos para a coleta de dados serem apresentados em itens específicos, julga-se relevante expor que, diante dos questionamentos e hipóteses levantados, as duas modalidades de coleta de dados abarcam de modo satisfatório o foco da investigação e, sobretudo, são vistas com bons olhos pela pesquisadora para o alcance de resultados que sustentem a elaboração de diretrizes para a definição de uma política de indexação que reflita um conjunto de interesses, necessidades e especificidades da vertente humana do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias, em todas as suas esferas. Esta afirmativa decorre dos questionários elaborados, na qualidade de instrumentos que permitem coletar dados empíricos sobre uma situação e/ou fenômeno em particular, auxiliarem na caracterização dos temários abordados nesta pesquisa a partir da percepção dos atores sociais testados, de modo a confirmar ou refutar as proposições teóricas e identificar os principais elementos a serem considerados para a definição de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Quanto ao Protocolo Verbal em Grupo aplicado com os atores sociais que compõem a vertente profissional, sua utilização apoia-se no pensamento de Rubi (2008, p. 18) de que “[...] quem conhece a política de indexação é o profissional que a faz e somente ele poderá iniciar e dar continuidade ao processo de construção de novos conhecimentos sobre a indexação e, conseqüentemente, sobre sua política, dentro do sistema de informação”.

Importa aqui destacar que para levar a cabo a parte exploratória desta pesquisa, tornou-se necessário a submissão do Projeto de pesquisa⁵¹ “O Tratamento Temático da Informação pelas vertentes científica, profissional e de uso em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em

⁵¹ O Projeto de pesquisa em questão foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Campus de Marília como um dos requisitos para admissão no curso de Doutorado em Ciência da Informação, servindo de base para o desenvolvimento desta Tese.

bibliotecas universitárias” para apreciação⁵² do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, *Campus* de Marília (CEP/FFC-UNESP), sendo aprovado sob o número 0625/2012 em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2013 (Anexo A). A aprovação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa possibilitou a coleta de dados com seres humanos em pesquisas científicas desenvolvidas no Brasil.

3.2.1 Caracterização do universo de pesquisa

O universo da pesquisa foi constituído por três grupos que agrupam atores/intérpretes sociais que estão presentes na atividade de tratamento temático da informação realizada em bibliotecas universitárias. No primeiro grupo figuram os docentes ligados a área de Organização e Representação do Conhecimento e que ministram disciplinas relacionadas ao universo científico do Tratamento Temático da Informação; o segundo grupo social é composto por profissionais bibliotecários indexadores que atuam em contexto de bibliotecas universitárias; e o terceiro e último grupo social é constituído por usuários dos produtos e serviços informacionais resultantes do processo, os quais refletem a qualidade do sistema da recuperação de informação. Referente à qualidade do sistema, subentende que esta seja alcançada quando há uma correspondência direta, linear e precisa entre as concepções e diretrizes teóricas e a prática profissional e, estes, por sua vez, concatenados com os objetivos administrativos da instituição.

⁵² Para que a pesquisa pudesse ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNESP/Campus de Marília, realizou-se o preenchimento de todos os campos necessários de descrição do Projeto de pesquisa e o levantamento de toda a documentação necessária, a saber: *Projeto de Pesquisa*: foi anexado o Projeto de Pesquisa atualizado da investigação, contendo o cronograma e as etapas previstas para a execução da mesma e, ainda, um documento anexo constando apenas o resumo; *Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo Seres Humanos*: a Folha de Rosto foi preenchida com todos os dados sobre a pesquisa e encaminhada para cada diretor(a) das bibliotecas universitárias selecionadas para a coleta de dados; *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*: elaboraram-se três TCLE, sendo um direcionado aos docentes dos cursos de Biblioteconomia do Brasil, outro para o profissional bibliotecário indexador e mais um específico para os usuários das respectivas bibliotecas universitárias; ambos contendo o resumo da pesquisa, objetivos e benefícios da mesma; e *Autorização das Bibliotecas Universitárias*: houve o contato direto com o(a) diretor(a) da biblioteca central de cada uma das IES selecionadas para a pesquisa, sendo enviada após o posicionamento favorável de cada dirigente uma solicitação de autorização para aplicação dos instrumentos de coleta de dados junto aos bibliotecários indexadores.

Sob esta ótica, estes grupos sociais foram delimitados em vertente científica, vertente profissional e vertente de uso, ao passo que tais denominações abarcam de modo coerente às ações desempenhadas por cada sujeito de pesquisa no âmbito da atividade de tratamento temático da informação. Por consequência, o universo investigado contempla atores sociais identificados em ambientes de Universidades Públicas do Brasil. Para a escolha deste universo de pesquisa foram considerados, dentre outros fatores, a questão da socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias e as constantes mudanças ocorridas nas últimas décadas nestes domínios informacionais específicos; a possibilidade de troca de conhecimento e experiências em prol da melhoria dos processos de organização e representação da informação no espaço mundo; e os contributos de investigações pautadas na análise de outros contextos, juntamente com os benefícios advindos com a observância de outras realidades.

De modo prático, a primeira etapa da coleta de dados deu-se por meio da elaboração e aplicação de três questionários específicos (Apêndices C, D e E) junto ao grupo de atores sociais selecionados para a pesquisa. Cada um dos instrumentos contemplou uma das vertentes do Tratamento Temático da Informação delimitadas nesta pesquisa, quais sejam: vertente científica, vertente profissional e vertente de uso. Portanto, com a elaboração e aplicação dos questionários buscou-se coletar dados com os atores sociais que compõem a pesquisa: docentes, bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias. O cenário para esta fase da coleta de dados é ilustrado no quadro abaixo, conforme segue:

Quadro 4: Universo para a coleta de dados por meio de questionários

UNIVERSIDADES PÚBLICAS			
Vertentes do TTI	Atores sociais	Universo da pesquisa	Técnicas para coleta de dados
Vertente científica	Docentes	Cursos de Biblioteconomia	Questionário para o docente
Vertente profissional	Bibliotecários indexadores	Bibliotecas Universitárias	Questionário para o profissional
Vertente de uso	Alunos de graduação e pós-graduação	Grupos de Pesquisa	Questionário para o usuário

Fonte: Elaboração própria.

Referente à seleção dos docentes, tem-se o ensino de Biblioteconomia que se materializa em diferentes regiões do Brasil⁵³. Em sintonia com este cenário, a amostra foi definida por meio de consulta⁵⁴ as grades curriculares oficiais dos vinte e sete cursos de Biblioteconomia oferecidos em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil (Apêndice A). Para tanto, realizou-se uma análise documental na grade curricular dos cursos identificados para diagnosticar as disciplinas ligadas à área de Organização e Representação do Conhecimento, especificamente as relacionadas ao ensino de temas ligados ao Tratamento Temático da Informação (fundamentos, processos, produtos e instrumentos). A referida ação resultou na identificação do quadro de disciplinas obrigatórias ofertadas no Brasil nesta temática, viabilizando a identificação de quarenta e um⁵⁵ docentes enquanto sujeitos de pesquisa representativos do contexto acadêmico e responsáveis pela produção da massa crítica, pelo arcabouço teórico-metodológico da área e pela formação de futuros profissionais.

Cabe ressaltar, porém, que a morosidade que envolveu essa etapa é decorrente de diversos fatores, dentre eles: em algumas situações houve a necessidade de entrar em contato direto com a Coordenação para acessar a grade curricular dos cursos, pois informações como ementa e/ou professor responsável pelas disciplinas não constavam em seus respectivos *sites*. Uma vez identificadas às disciplinas ofertadas nos cursos de Biblioteconomia do país, muitos dos planos de ensino não traziam a identificação do docente responsável, acarretando a necessidade de um novo contato para a obtenção dessa informação.

⁵³ De acordo com as informações no *site* da Associação Brasileira de educação em Ciência da Informação – ABECIN, disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/documentos/tabela/relacao-escolas-brasil.htm>>. Acessado em 14 de maio de 2013.

⁵⁴ A análise do material (grade curricular e plano de aula) deu-se por meio de consulta aos *sites* das Universidades brasileiras e seus respectivos cursos. Quando o material não estava disponível ou se encontrava desatualizado, solicitou-se por *e-mail* e/ou telefone uma cópia dos mesmos aos Conselhos de Curso de cada instituição ou respectivos Departamentos de modo a contemplar todos os docentes que ministram disciplinas relacionadas ao ensino de conhecimentos e assuntos correlatos ao eixo do Tratamento Temático da Informação.

⁵⁵ Para fins de informação, este número não representa o montante total de professores que ministram disciplinas relacionadas ao eixo Tratamento Temático da Informação no Brasil, uma vez que em algumas Escolas de Biblioteconomia não foi possível identificar em seus respectivos *sites* os planos de ensino. Como alternativa, entrou-se em contato com as coordenadorias dos cursos a fim de obter as informações necessárias para compor a amostra da pesquisa, mas nem todas foram solícitas em colaborar com a pesquisa.

Para a composição da amostra dos profissionais bibliotecários indexadores inseridos no contexto de bibliotecas universitárias foram selecionadas doze Universidades Públicas brasileiras. Em razão do grande número de Universidades instaladas no país, utilizou-se como critério a escolha de instituições cujas bibliotecas universitárias disponibilizassem o serviço de busca em catálogo coletivo *online*, sendo os seis contextos informacionais selecionados divididos nas três grandes áreas do conhecimento: Humanas, Exatas e Biológicas, conforme segue:

Quadro 5: Universo para aplicação de questionário com bibliotecários indexadores

ÁREA DO CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE PÚBLICA	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
Humanas	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Biblioteca Central (BC)
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Biblioteca Setorial de Educação (BSE)
Exatas	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Biblioteca do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN)
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (BIMECC)
Biológicas	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (CCS)
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Biblioteca de Biociências (BIO)

Fonte: Elaboração própria.

Além do universo ora descrito para a coleta de dados, a amostra de pesquisa relativa aos usuários precisava ser delimitada, considerando-se o grande número de pessoas que utilizam os produtos e serviços informacionais disponibilizados pelas bibliotecas universitárias. Nessa perspectiva, mostrou-se oportuno selecionar como sujeitos de pesquisa usuários de bibliotecas universitárias que fossem membros de Grupos de Pesquisa⁵⁶ ativos⁵⁷ nas respectivas

⁵⁶ Grupo de Pesquisa, como o próprio nome indica, consiste na reunião de pesquisadores organizados em torno de um ou mais objetivos de estudo no intuito de desenvolver pesquisas científicas em determinada área do conhecimento. No âmbito do Brasil, os grupos de pesquisa

Universidades. Esta escolha reside, dentre outros fatores, na importância de nesta pesquisa se investigar usuários que possuam necessidades informacionais específicas, como as recorrentemente apresentadas por pessoas que executam atividades relacionadas à pesquisa científica. Por conseguinte, a amostra dos usuários foi constituída por sujeitos – alunos de graduação e pós-graduação – membros de seis Grupos de Pesquisa atuantes cada qual em uma das Universidades Públicas brasileiras elencadas como universo de pesquisa.

Esclarece-se que a coleta de informações sobre os recursos humanos constituintes de cada Grupo de Pesquisa visando à identificação dos sujeitos de pesquisa ocorreu por meio de busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa mantido pelo CNPq na qualidade de agência governamental, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, e o incentivo a formação de pesquisadores no Brasil. Outro importante ponto a expor é que os Grupos de Pesquisa escolhidos executam atividades em linhas de pesquisa nas mesmas áreas do conhecimento delimitadas para cada biblioteca universitária selecionada, visando salvaguardar a coerência entre os sujeitos de pesquisa e o universo para a coleta de dados. Isso quer dizer que, na prática, a coleta de dados realizada com os bibliotecários indexadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo,⁵⁸ deu-se em uma de suas bibliotecas universitárias (central ou setorial) cujos produtos e serviços informacionais prestados fossem na área de humanas, mesma área do conhecimento em que o Grupo de Pesquisa selecionado na respectiva IES executa pesquisas científicas. Dessa maneira, os sujeitos de pesquisa realizam atividades na mesma área do conhecimento, seja como profissionais bibliotecários, seja na qualidade de usuários dos produtos e serviços informacionais gerados no contexto de bibliotecas universitárias, como consta no quadro 6.

servem de base para o planejamento e acompanhamento das atividades de pesquisa desenvolvidas nas IES.

⁵⁷ Os critérios adotados para a escolha dos Grupos de Pesquisa foram: aqueles com formação mínima de cinco anos e que estivessem certificados por suas respectivas IES no momento da coleta dos dados empíricos.

⁵⁸ Utiliza-se a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como exemplo neste ponto da pesquisa em decorrência desta figurar na primeira posição no Quadro 4, o qual abarca as Universidades Públicas nacionais em ordem alfabética dentro dos blocos de cada área do conhecimento, não havendo nenhum tipo de preferência nesta escolha.

Quadro 6: Universo para aplicação de questionário com usuários

ÁREA DO CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE PÚBLICA	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	GRUPO DE PESQUISA
Humanas	UFPB	BC	<i>Nome:</i> Direito internacional ao desenvolvimento e cidadania <i>Líder:</i> Fredys Orlando Sorto/Marcilio Toscano Franca Filho <i>Ano de formação:</i> 2001 <i>Unidade:</i> Programa de Pós Graduação Em Ciências Jurídicas <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (6) – estudantes (14)
	UFES	BSE	<i>Nome:</i> Alfabetização, leitura e escrita <i>Líder:</i> Cláudia Maria Mendes Gontijo <i>Ano de formação:</i> 2006 <i>Unidade:</i> Programa de Pós-Graduação em Educação <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (8) – estudantes (8)
Exatas	UFRJ	CCMN	<i>Nome:</i> Química, evolução, ecologia e sistemática micromoleculares <i>Líder:</i> Maria Auxiliadora Coelho Kapla <i>Ano de formação:</i> 1980 <i>Unidade:</i> Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (40) – estudantes (14)
	UNICAMP	BIMECC	<i>Nome:</i> Redes de computadores <i>Líder:</i> Edmundo Roberto Mauro Madeira/Nelson Luis Saldanha da Fonseca <i>Ano de formação:</i> 1993 <i>Unidade:</i> Departamento de Sistemas de Computação <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (9) – estudantes (26)
Biológicas	UEL	CCS	<i>Nome:</i> Formação na área da saúde e o cuidado humano <i>Líder:</i> Mara Lúcia Garanhani/Edite Mitie Kikuchi <i>Ano de formação:</i> 2002 <i>Unidade:</i> Departamento de Enfermagem <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (7) – estudantes (22)
	UFRGS	BIO	<i>Nome:</i> Laboratório de Psicobiologia e Neurocomputação - LPBNC <i>Líder:</i> Jorge Alberto Quillfeldt <i>Ano de formação:</i> 1995 <i>Unidade:</i> Instituto de Biociências <i>Recursos humanos:</i> pesquisadores (9) – estudantes (9)

Fonte: Elaboração própria.

* Dados oriundos das respectivas páginas *web* de cada Grupo de Pesquisa.

A partir de uma análise conjunta e comparativa dos questionários aplicados com os atores sociais ligados ao Tratamento Temático da Informação o

interesse será munir-se de resultados que reflitam a realidade do processo na perspectiva das diferentes vertentes investigadas e, assim, obter subsídios relevantes para o aprofundamento da pesquisa. Esse ponto de vista comporta-se, na prática, como uma possibilidade plausível de que a análise conjunta e comparativa dos resultados proporcione condições exequíveis para a caracterização de diretrizes coerentes que, simultaneamente, cerquem as principais questões que devam permear a elaboração de política de indexação direcionada as bibliotecas universitárias brasileiras.

Portanto, de posse dos resultados dos questionários serão elaboradas diretrizes para a definição de uma política de indexação que reflita os aspectos de ordem cognitiva, cultural e social que permeiam o processo de tratamento temático da informação em contextos de bibliotecas universitárias, de acordo com a perspectiva dos atores sociais testados. À vista disso, almeja-se que os resultados obtidos por meio dos questionários e suas respectivas análises propiciem indicações reais sobre as incoerências e limitações que cercam as ações profissionais no cotidiano da atividade de tratamento temático da informação realizada em domínios informacionais específicos e, sobretudo, tragam indicações quanto da melhoria desta no contexto de bibliotecas universitárias a partir de um conjunto de elementos, na esfera teórica e metodológica, que devam ser considerados e contemplados na política de indexação.

De modo a avaliar essas diretrizes, o segundo momento da coleta de dados contemplou a utilização da técnica introspectiva do Protocolo Verbal, especificamente na modalidade de Protocolo Verbal em Grupo. Como meta maior, elencou-se esta técnica de coleta de dados com vistas a avaliar, na perspectiva da sociedade profissional (bibliotecários indexadores), as diretrizes propostas por meio de discussões sociais sobre as indicações contidas neste material quanto da elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. No intuito de obter uma visão favorável ou não da sociedade profissional referente ao material em discussão, o Protocolo Verbal em Grupo contempla parte dos atores sociais pertencentes a vertente profissional, sendo aplicado com bibliotecários indexadores de uma dentre as seis bibliotecas universitárias selecionadas para a pesquisa, a qual se mostrou favorável à aplicação da técnica, conforme quadro abaixo:

Quadro 7: Biblioteca universitária para aplicação do Protocolo Verbal em Grupo

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	MATERIAL
Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica Universidade Estadual de Campinas	Diretrizes de política de indexação

Fonte: Elaboração própria.

O interesse com a utilização da técnica em relevo volta-se para as opiniões, impressões e conhecimentos dos sujeitos participantes sobre os elementos de política de indexação apresentados como forma de verificar a pertinência e exequibilidade de tais indicações pela perspectiva da prática profissional em contexto de bibliotecas universitárias. O interesse por tais manifestações reside no fato de que os bibliotecários indexadores precisam estar confortáveis diante destas diretrizes para que venham a utilizá-las no momento da elaboração de uma política de indexação específica para a biblioteca universitária em que atuam.

3.3 Técnicas para a coleta de dados

O critério adotado nesta pesquisa para a escolha dos instrumentos e técnica para a coleta de dados foi baseado nas propriedades do objeto de estudo. Na busca de uma resposta ou conjunto de reflexões sobre a pergunta de investigação apresentada na seção preliminar – é possível investigar aspectos cognitivos, culturais e sociais que envolvem os atores sociais ativos no estabelecimento, desenvolvimento e resultado da atividade de tratamento temático da informação e, assim, obter diretrizes para a definição de uma política de indexação para bibliotecas universitárias que reflita a vertente humana do processo? – foram traçados dois modos para a coleta de dados: questionário e Protocolo Verbal em Grupo. Visa-se, com isso, a obtenção de resultados que atendam tal indagação, isto é, que esbocem uma possível resposta para a questão. Mais do que apresentar respostas elucidativas à problemática que atesta a razão pela qual esta pesquisa é realizada, objetiva-se apresentar a sociedade profissional atuante em bibliotecas universitárias novas indicações para as diretrizes que servem de guia

para a definição de uma política de indexação específica para o seu contexto profissional.

3.3.1 Questionário

O questionário figura no grupo de técnicas de pesquisa que permitem a coleta de dados de forma direta extensiva. A vantagem deste instrumento para a coleta de dados com os sujeitos de pesquisa fundamenta-se, principalmente, na oportunidade de se obter o discurso de cada vertente investigativa com relação aos tópicos abordados e, como resultado, compreender suas nuances por meio de procedimentos e estratégias metodológicas que suscitem a exposição das opiniões, pensamentos e conhecimentos dos atores sociais investigados.

Em complemento com esta narrativa, ressalta-se que a opção por este instrumento decorre das seguintes razões: o questionário permite conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas ou situações vivenciadas pelo grupo de atores sociais investigados; estímulo a respostas francas devido à garantia do anonimato; propicia a eliminação de desvios ou distorções provocados pelo entrevistador; seu formato fixo tende a eliminar variações no processo de questionamento; e o modo de distribuição permite que as respostas sejam completadas de acordo com o ritmo dos participantes, característica que estimula respostas cuidadosas (GIL, 1999).

De forma mais particular, considerou-se oportuno o emprego deste instrumento nesta pesquisa em virtude da distância entre a autora e os respondentes, da quantidade de sujeitos de pesquisa e da qualidade dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, os quais viabilizam o envio e retorno dos questionários em tempo hábil. A fim de facilitar o envio e recebimento dos questionários, utilizou-se a Plataforma⁵⁹ da *Universidad de Murcia* para a criação, envio e retorno dos questionários aplicados aos respectivos sujeitos de pesquisa por

⁵⁹ Disponível em <www.encuestas.um.es> com acesso restrito para membros da *Universidad de Murcia*.

meio eletrônico. Esta manobra foi possível em virtude da Convenção de co-tutela⁶⁰ desta Tese de Doutorado que entre si celebram a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho” e a universidade citada.

3.3.1.1 Estrutura do questionário

Várias são as recomendações na literatura especializada sobre o momento da elaboração de um questionário, sendo considerada uma importante tarefa no processo de pesquisa científica, uma vez que por meio de sua aplicação, busca-se gerar dados capazes de alcançar os objetivos traçados. Em geral, essas decisões envolvem o conteúdo das perguntas (formulação e sua sequência) e o formato das respostas dos informantes.

Para que os instrumentos utilizados nesta pesquisa tivessem eficácia para a finalidade a qual se destinam, a fase de elaboração foi baseada nas indicações de Sanders (1982) quanto dos questionamentos fundamentais a serem realizados por pesquisas científicas que empregam a Fenomenologia como método de pesquisa: *Como o fenômeno e/ou experiência sob investigação pode ser descrito? Quais são os elementos comuns ou temas emergentes em tais descrições? Quais as possíveis reflexões acerca desses temas? Quais são as essências presentes nesses temas e*

⁶⁰ O desenvolvimento deste estágio mostrou-se relevante em decorrência da oportunidade de enriquecer a presente pesquisa a partir dos debates e trocas de informações e conhecimentos advindos pela co-orientação⁶⁰ do Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva, professor/pesquisador da UM. Esta parceria de pesquisa se firmou de modo institucional no ano de 2011 com o acordo de Cooperação Científica entre a UNESP e a UM que tem por objetivos promover o intercâmbio de estudantes de doutorado e de docentes das respectivas Instituições para a realização de estudos e pesquisas e a formação de doutores em linhas de pesquisas conjuntas junto ao PPGCI da UNESP e o *Programa de Doctorado en Gestión de la Información*, da *Facultad de Comunicación y Documentación* da UM. Esta co-orientação é fruto de uma parceria entre a Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita e o referido pesquisador em andamento desde 2007, por ocasião de sua vinda à Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus de Marília como Professor Visitante Estrangeiro FAPESP. Os resultados desta parceria foram: desenvolvimento do Projeto de Pesquisa com bolsa CNPq intitulado “Política de Indexação Latino-Americana” (processo número 401974/2008-1 no período de 2008/2010); publicações na área de Ciência da Informação sobre o tema “Política de indexação” (FUJITA; GIL LEIVA, 2009a, 2009b, 2010, 2012 e GIL LEIVA, FUJITA, 2012); três co-orientações de Mestrado finalizadas (NARUKAWA, 2011; SOUSA, 2012 e INÁCIO, 2012); outras duas co-orientações de Doutorado em andamento com início no ano de 2010; compartilhamento de disciplinas no âmbito da Pós-Graduação; e colaboração no Projeto de Pesquisa intitulado “Política de indexação para bibliotecas” sob a coordenação da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita com Bolsa de Produtividade em Pesquisa-PQ nível 1-C (processo número 305648/2009-8 no período de 2010/2014).

reflexões? Por refletirem de forma minuciosa as propriedades do método fenomenológico, estas questões ganham relevo, sendo empregadas como roteiro colaborativo na execução da parte estrutural dos questionários, visando à aquisição de resultados coerentes, em detrimento dos objetivos aqui traçados. Acresce, ainda, que os instrumentos de pesquisa foram elaborados a partir de uma sequência lógica, visando reduzir possíveis erros e contemplar em sua estrutura questões direcionadas aos atores sociais testados, considerando-se as características e particularidades próprias de cada uma das vertentes que compõem o Tratamento Temático da Informação aqui investigadas.

Nesse intuito, foram elaborados três instrumentos de coleta de dados específicos, cada qual direcionado a vertente científica, vertente profissional e vertente de uso, a partir de uma ligação entre o problema, objetivos, hipóteses e, principalmente, em conformidade com a população investigada. Indo ao encontro com tal demarcação, estes instrumentos foram denominados em: questionário para o docente (Apêndice C), questionário para o profissional (Apêndice D) e questionário para o usuário (Apêndice E), concentrando cada um destes as características e particularidades específicas de seu grupo social correspondente.

No plano estrutural, o teor das questões em cada um dos questionários foi desmembrado tendo em vista os objetivos e questionamentos aqui trabalhados para cada grupo social, de modo a atender a parte substancial da pesquisa – definição de orientações quanto à aplicação dos conhecimentos teóricos do processo de tratamento temático da informação frente às especificidades da prática cotidiana da profissão realizada em contextos diversificados por domínios especializados. Apesar de todos os instrumentos serem elaborados a partir da discussão realizada na etapa da fundamentação teórica, conforme consta na seção 2 desta Tese, os questionários para o docente e para o profissional possuem frames do livro⁶¹ de política de indexação em seus cabeçalhos, empregados para facilitar o preenchimento dos mesmos pelo docente e pelo profissional.

Destarte, cada um dos instrumentos foi elaborado de acordo com o que segue:

⁶¹ GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. 260 p.

- **Questionário para o docente:** o questionário direcionado a vertente científica contempla três questões abertas e uma fechada que abordam assuntos relacionados ao processo de tratamento temático da informação e da política de indexação. Entrementes, este questionário é destinado a verificar as representações dos temários abordados no discurso coletivo dos docentes ligados aos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil (Apêndice C);
- **Questionário para o profissional:** o questionário elaborado para a vertente profissional contempla uma categoria específica em que as questões visam retratar o contexto informacional em que os profissionais bibliotecários indexadores atuam a partir de um diagnóstico organizacional. A outra categoria investigativa comporta as mesmas questões aplicadas com os docentes visando um cotejamento entre a vertente científica e a vertente profissional. Nesta categoria, busca-se obter o discurso pela perspectiva profissional sobre as questões aqui trabalhadas (Apêndice D);
- **Questionário para o usuário:** o questionário construído para a vertente de uso volta-se, especificamente, para a exposição de questões centradas na avaliação dos produtos informacionais gerados por meio do processo de tratamento temático da informação e disponibilizados nos catálogos coletivos *online* das bibliotecas universitárias contempladas pela pesquisa. Neste instrumento, a preocupação central recai na observância da precisão entre os produtos informacionais recuperados nos sistemas de informação e a satisfação por parte dos usuários. Embora os usuários sejam confrontados sobre o processo de busca realizado em catálogos coletivos *online* específicos de cada Universidade selecionada para a pesquisa, o interesse aqui não contempla o sistema de recuperação da informação e suas particularidades, mas volta-se para a questão da representatividade dos produtos ofertados pelo contexto de bibliotecas universitárias, fruto do processo de tratamento temático da informação realizado pelos bibliotecários indexadores (Apêndice E).

3.3.1.2 Procedimentos quanto à análise dos dados coletados com questionário

Os resultados de natureza exploratória alcançados com a aplicação dos questionários foram dispostos respeitando a natureza dos dados e suas especificações. Cabe esclarecer que, diferentemente de outros tipos de técnicas e instrumentos de pesquisa, o questionário não possui um modelo pré-estabelecido para o tratamento e análise dos seus dados, ficando a cargo de cada pesquisador definir a opção que melhor atenda as necessidades investigativas de sua pesquisa. Sendo assim, para o tratamento e análise dos dados têm-se as seguintes delimitações para a persecução dos objetivos pelos quais os questionários foram empregados: a) o conhecimento e concepção dos docentes sobre os princípios teóricos e metodológicos da política de indexação; b) a prática cotidiana da sociedade profissional atuante no processo de tratamento temático da informação e a questão da política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias; e c) a percepção dos usuários quanto da precisão dos produtos informacionais resultantes da recuperação da informação realizada nos catálogos coletivos *online*. Tal delimitação visa propiciar ao leitor o contato com os pormenores das opiniões, percepções e impressões de cada grupo social investigado de forma particular.

Para que haja condições de se realizar o confronto dos resultados com os fundamentos teóricos aqui discutidos, isto é, consciência crítica sobre os dados da pesquisa de natureza teórica e exploratória, os mesmos são confrontados com o embasamento da literatura abordada e apresentados da concepção teórica à prática profissional, finalizando-se com as percepções na esfera do uso. Contempla-se, com isso, a perspectiva social das três vertentes que integram a linha interpretativa seguida nesta pesquisa.

As informações quantitativas são avaliadas em conjunto, a partir das hipóteses e objetivos traçados. Diante da variabilidade do comportamento e dos estados subjetivos dos atores sociais investigados, a linha orientadora que conduziu a interpretação dos dados e a construção do conhecimento foi à abordagem qualitativa, a fim de ter a contextualidade como fio condutor das análises e, sobremaneira, preservar os conhecimentos cotidianos dos sujeitos de pesquisa para se chegar a resultados mais consubstanciados. Chizzotti (2003) esclarece que, no

âmbito da pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são considerados igualmente importantes e, por isso, estão no centro de referência das análises, interpretações e considerações sobre todas e quaisquer manifestações, representações e/ou conceitos elaborados pelos sujeitos de pesquisa. Ainda, segunda a autora, “na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam” (CHIZZOTTI, 2003, p. 83). Este olhar é fruto de uma máxima que permeia o homem, sua racionalidade diante de outros seres vivos. Como resultado, há no homem a ineludível capacidade de aprender pela experiência. A consequência disso é que a vivência diária das pessoas leva-as a produzirem conhecimentos práticos, cujos dados desse cotidiano, em um trabalho de análise e interpretação realizado por intermédio de um pesquisador, podem constituir-se em dados científicos e resultarem na complementação de uma pesquisa ou na comprovação de suposições iniciais.

Complementando a questão, Holanda (2006, p. 364) acentua que o propósito fundamental da abordagem qualitativa é “elucidar e conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade, diferentemente dos pressupostos ‘quantitativos’ de predição, descrição e controle”. Portanto, a interpretação qualitativa dos dados versa no entendimento de que todos os fenômenos são igualmente importantes. Logo, “[...] um tratamento unilateral da realidade é, necessariamente, limitadora desta” (HOLANDA, 2006, p. 364). Por isso, pauta-se nesta pesquisa na possibilidade de se ampliar a compreensão sobre os fenômenos abordados mediante os pensamentos, conhecimentos e opiniões dos atores sociais investigados, explicitados na forma do discurso exposto por cada sujeito participante quando do preenchimento dos questionários.

Sob este prisma de análise, conduziu-se a interpretação dos dados mediante a utilização da técnica de Análise de Conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise de comunicações preconizada por Laurence Bardin (2004, p. 37) para quem a técnica em tela comporta um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De modo geral, estas técnicas de análise correspondem aos objetivos de superação de incertezas derivadas de dúvidas sobre a validação e generalização da leitura do analista/pesquisador e, também, de enriquecimento da leitura, que poderá conduzir o pesquisador à descoberta de conteúdos e estruturas inicialmente não compreendidas (BARDIN, 2004). A técnica de Análise de Conteúdo viabiliza a determinação de pontos de inferência que se pretende identificar em uma determinada comunicação, a construção das variáveis analisadas e a verificação de seu sentido no contexto apresentado. Nesta, a contextualização comporta-se como um dos principais requisitos para a obtenção de resultados relevantes; característica que enriquece a análise dos dados em investigações científicas que envolvam percepções e conhecimentos particulares de sujeitos inseridos em contextos sociais, como é o caso desta pesquisa.

Do ponto de vista prático, toma-se o aporte da Análise de Conteúdo para identificar os núcleos temáticos mais recorrentes, principalmente àqueles que figurarem de forma isolada nas respostas dos questionários. Para tanto, pauta-se nas três fases distintas e complementares que abrangem a técnica, sendo estas:

- 1. Pré-análise:** etapa de organização com vistas a operacionalizar e sistematizar as ideias gerais que conduzirão o planejamento da análise. Neste momento, ocorre a “construção do corpo de análise”, a formulação de hipóteses e de objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentarão a interpretação final. A escolha dos materiais para análise deve ser efetuada respeitando-se as seguintes regras: exaustividade – cobertura que os materiais devem propiciar; representatividade – amostra obtida, cujos resultados serão generalizáveis; homogeneidade – todo e qualquer material deve obedecer a critérios precisos de escolha e; pertinência – adequação dos materiais ao objetivo proposto. Em face ao exposto, o termo material empregado ganha nesta pesquisa o sentido de questionário, uma vez que o objeto a ser analisado são os instrumentos elaborados e aplicados com os atores sociais que compõem a pesquisa;

2. **Exploração do material:** momento em que o pesquisador realiza uma leitura flutuante, sendo o contato inicial com os materiais para análise, visando extrair impressões de natureza mais geral e orientações primeiras; e
3. **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:** neste último ponto o aspecto inferencial da técnica ganha notoriedade, pois a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção fundamenta a sua especificidade diante de outras técnicas de análise, pois a inferência – interpretação controlada por meio de variáveis ou indicadores – proporciona maior liberdade ao pesquisador, sem, contudo, deixá-lo perder o foco da investigação (BARDIN, 2004).

À luz destas particularidades, a escolha da referida técnica para a interpretação dos dados obtidos com os questionários decorre da possibilidade de por meio do que está escrito, falado e mapeado identificar o que está implícito em cada conteúdo manifesto (explícito e/ou latente) com vistas a desvendar os seus significados mais profundos (MINAYO, 1993). Essa característica vai ao encontro com a proposta de aplicação dos questionários, pois estes instrumentos têm o intuito de identificar os pensamentos, conhecimentos, opiniões, dificuldades, observações e conceitos particulares de cada grupo social investigado no âmbito das vertentes do Tratamento Temático da Informação; representam, portanto, as concepções dos sujeitos de pesquisa sobre os assuntos questionados.

3.3.2 Protocolo Verbal: técnica introspectiva para coleta de dados

A escolha da técnica de Protocolo Verbal para complementar a parte exploratória desta pesquisa e alcançar o quinto objetivo específico – avaliar metodologicamente as diretrizes propostas mediante aplicação de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais bibliotecários indexadores de bibliotecas universitárias brasileiras –, baseia-se na possibilidade de se observar os processos mentais e os passos do processamento individual de cada sujeito de pesquisa durante um determinado evento social. Dessa forma, o “pensar alto” do sujeito enquanto realiza

determinada tarefa é gravado e transcrito literalmente, produzindo protocolos verbais, definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes dos informantes (CAVALCANTI, 1989).

De modo geral, o Protocolo Verbal ou registro de relatos verbais, consiste numa técnica de coleta de dados introspectiva que:

[...] propõe o acesso ao processo de pensamento do indivíduo que executa determinada atividade com objetivo pré-determinado. Enquanto executa a tarefa, o indivíduo verbaliza 'tudo o que lhe passa pela cabeça' e, após a transcrição de seu Protocolo Verbal, é possível observar os conhecimentos declarativo, procedimental e metacognitivo sobre a atividade realizada (FUJITA; RUBI, 2007, p.143).

No âmbito da Psicologia Cognitiva, o Protocolo Verbal possui natureza introspectiva por ser uma técnica por meio da qual o sujeito presta atenção meticulosa as suas próprias sensações e relata seus eventos mentais de forma objetiva, ocorrendo uma auto-observação (CAVALCANTI, 1989). Neste processo, a reflexão consciente sobre os conhecimentos e experiências anteriores realizadas pelo próprio sujeito é considerada uma introspecção, ao passo que o conhecimento é um atributo individual e, portanto, subjetivo e conceitual.

A introspecção é considerada um evento mental, por definição. Ato pelo qual o sujeito observa os conteúdos de seus processos mentais, assumindo consciência deles. Muitos são os conteúdos mentais passíveis de introspecção, dentre os quais, e de interesse para a pesquisa, figuram o conteúdo do pensamento (conceitos, raciocínios, associações de ideias etc.). Tem-se, então, o posicionamento de que para o sujeito de pesquisa comunicar essa introspecção particular sobre uma determinada vivência ou conhecimento, a mesma deve ser expressa, descrita ou representada em uma forma física. Esta manobra é abarcada pela técnica de Protocolo Verbal, visto que o pensar alto do sujeito enquanto realiza uma determinada atividade é gravado e transcrito; ação que permite obter as manifestações mentais dos sujeitos na forma física, admitindo-se análises mais objetivas e manipuláveis dos dados.

Neste ponto, cabe destacar que o Protocolo Verbal foi proposto por Ericsson e Simon (1987) como uma técnica para a observação da atividade de

leitura, sendo uma forma de coleta de dados que fornece ‘acesso’ as informações sobre os processos mentais no momento da realização de tarefas dessa natureza, revelando aspectos do pensamento que, ao serem gravados e transcritos, permitem compreender a realização da tarefa a partir da análise dos passos empregados pelo sujeito. Na concepção dos referidos autores, muitas são e, provavelmente, continuarão sendo as tentativas da humanidade de se obter informações sobre a estrutura do pensamento por meio da auto-observação de análises introspectivas.

A despeito das diversas críticas tecidas sobre as metodologias desenvolvidas na Psicologia Cognitiva centradas na obtenção de informações sobre os processos cognitivos dos sujeitos, considerando-se que “muitas das conclusões das pesquisas de caráter mais empírico são, em geral, produtos de inferência do pesquisador, que se utiliza de meios indiretos para formular hipóteses sobre o que ocorre na mente inacessível do emissor e do receptor” (KATO, 1995, p. 42), os precursores da técnica do “pensar alto” defendem ser este um método indispensável para as pesquisas de caráter científico que objetivem conhecer e, principalmente, entender como o pensamento humano ocorre. Este posicionamento dos autores parte do entendimento de que para uma expressão direta e bem sucedida do pensamento os sujeitos participantes devem manter o foco ininterrupto na realização da tarefa realizada. Tal possibilidade é abarcada pelo Protocolo Verbal, uma vez que os participantes são autorizados e instruídos a se concentrar na tarefa, enquanto “pensam alto” e verbalizam seus pensamentos, não sendo necessário descrever ou explicar a alguém; cujo produto desse processo – verbalizações – corresponde ao seguimento dos pensamentos gerados e aos estados mentais dos participantes (ERICSSON; SIMON, 1998). De modo complementar, cabe expor a fala de Lopes e Abib (2002, p. 134) para os quais “[...] se é possível estudar de modo científico o comportamento manifesto, o mesmo pode ser dito do comportamento encoberto”.

Ainda que existam dificuldades em isolar algumas variáveis que podem, por ventura, interferir no comportamento, atitude e posicionamento dos sujeitos de pesquisa, esta técnica se mostra bastante apropriada à pesquisa fenomenológica visto que recorre às percepções de acontecimentos vividos e experienciados na consciência dos sujeitos para se identificar, classificar e comparar modos de ação e interação a partir de relatos introspectivos. Especificamente para os objetivos da

pesquisa, optou-se pelo uso da modalidade⁶² de Protocolo Verbal em Grupo para que seja evidenciado o conteúdo do pensamento da sociedade profissional sobre as diretrizes estabelecidas a partir dos resultados obtidos com os questionários aplicados com os atores sociais que integram esta pesquisa, de modo a levar a cabo a investigação do Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural.

3.3.2.1 Protocolo Verbal em Grupo

Valendo-se da riqueza da interação entre os sujeitos na construção de possíveis significados, impressões e novas indagações e conhecimentos, nesta pesquisa a utilização do Protocolo Verbal em Grupo volta-se enquanto técnica de coleta de dados sobre o produto (diretrizes de política de indexação) em discussão. Desse modo, interessa-se aqui pelo ‘produto’ da discussão entre os sujeitos participantes, isto é, a discussão entre os atores sociais testados que compõe a vertente profissional, e não a interação⁶³ entre os participantes para a construção de novos conhecimentos. Isto porque, aplicado em grupo, apresenta abordagens individuais e propicia uma visão abrangente do temário em discussão, pois as metodologias de raiz sociocognitiva “[...] estão orientadas ao redor do sujeito que realiza uma determinada atividade enquadrada na sua perspectiva histórica e cultural” (FUJITA; AUGUSTIN LACRUZ; GÓMEZ DÍAS, 2012, p. 105).

O uso do Protocolo Verbal em Grupo para os estudos de percepção ganhou notoriedade nos últimos anos no campo da informação ao evidenciar o modo como os sujeitos participantes percebem e interpretam o assunto em

⁶² Além da modalidade de Protocolo Verbal em Grupo, a técnica de Protocolo Verbal contempla outras duas modalidades específicas: Protocolo Verbal Individual e Protocolo Verbal Interativo ou Protocolo Verbal com Escora. No primeiro caso, o sujeito participante verbaliza todos os seus processos mentais decorrentes da atividade de leitura ou de uma tarefa específica e o pesquisador acompanha a verbalização espontânea do pensamento, sem qualquer tipo de interação. Na segunda modalidade, o pesquisador instiga o sujeito participante para que este seja motivado e tenha maior compreensão durante a atividade proposta. Em outras palavras, esta modalidade permite a participação interativa do pesquisador experiente com o sujeito aprendiz (DAL’ EVEDOVE, 2010).

⁶³ O PVG também é trabalhado pela perspectiva da interação social como forma de recurso pedagógico com o objetivo de evidenciar a interação e a construção de significado, principalmente no ensino de graduação, podendo-se citar alguns exemplos de estudos nesta abordagem os apresentados por Fujita e Rubi (2007) e Oliveira (2005).

discussão, abrindo espaço para uma interpretação coletiva. Sobre isto, Ribas e Moura (2006, p. 130) esclarecem que “a atividade psicológica interna do indivíduo tem sua origem na atividade externa, nas trocas com os outros membros do grupo social, trocas que se inserem em um determinado contexto cultural”. Dentre outras possibilidades e contribuições, o momento de interação social entre os sujeitos pode revelar a maneira pela qual o grupo reflete, analisa e relaciona os temas abordados com outros aspectos pertencentes ao contexto social específico.

Em especial, o emprego desta modalidade vem sendo bastante explorado nas pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Análise documentária”, com destaque para os estudos desenvolvidos por Rubi (2004) que empregou o Protocolo Verbal em Grupo para analisar o contexto do bibliotecário indexador e investigação do conhecimento deste profissional sobre a política de indexação; Gonçalves (2008) que realizou estudo do contexto sócio-cognitivo de usuários integrantes de Grupo de Pesquisa da UNESP; Boccato (2009) que avaliou o uso de linguagem documental de catálogos coletivos *online* na perspectiva das bibliotecas universitárias, do contexto sociocognitivo dos bibliotecários indexadores e dos usuários, com enfoque nas tecnologias de representação e recuperação da Informação; Fujita, Rubi e Boccato (2009) que investigaram o contexto de tratamento temático da informação de bibliotecas universitárias; e mais recentemente por Dal’ Evedove (2010) que analisou as ações cotidianas dos profissionais bibliotecários dirigentes, bibliotecários de referência e catalogadores de assunto, embasadas no saber e no fazer do processo de tratamento temático da informação pela perspectiva sócio-cognitiva.

Conforme o exposto, o uso do Protocolo Verbal em Grupo por parte da pesquisadora não é recente, sendo aplicado em estudos realizados no início de sua trajetória científica até, mais recentemente, com a conclusão da pesquisa de mestrado, “[...] valendo-se da riqueza da interação entre os sujeitos na construção de possíveis significados, impressões e novas indagações e conhecimentos” (DAL’ EVEDOVE, 2010, p. 158). Os anos de experiência com este tipo de técnica introspectiva de coleta de dados permitem considerá-la um mecanismo bastante válido frente aos propósitos da pesquisa. Dentre outras razões, destaca-se a familiarização com a presente modalidade de Protocolo Verbal, o que torna a definição e exposição dos seus procedimentos coerentes com os objetivos da pesquisa, sendo executados de maneira segura em todo o processo.

Em consonância com o que foi aventado sobre as características e potencialidades da técnica de Protocolo Verbal, especificamente sobre a modalidade em destaque, entende-se que a natureza dos protocolos verbais, baseada na fala dos bibliotecários indexadores que compõem a sociedade profissional, direcionará a caracterização de diretrizes para a definição de política de indexação própria para o contexto de bibliotecas universitárias. Outro ponto importante é de que o intuito nesta pesquisa é atender as necessidades específicas das bibliotecas universitárias quanto da realização do processo de tratamento temático da informação e, paralelamente, contribuir de forma efetiva para a qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados nestes contextos. Assim, a análise das diretrizes por meio da aplicação da técnica de Protocolo Verbal em Grupo tem em si própria a finalidade e a justificação, cujo fio condutor baseia-se nos dizeres “[...] o que o homem deve fazer, ou o que o homem deve ser não lhe é imposto, mas proposto” (ORTEGA y GASSET, 2006, p. 2-3).

Com efeito, acredita-se que sem essa manobra qualquer diretriz direcionada à sociedade profissional carecerá de sentido, será de puro despropósito. Isto porque, para que tais diretrizes possam ser consideradas proveitosas e capazes de suprir a deficiência de produtos e serviços informacionais, passando ativamente a figurar no contexto das bibliotecas universitárias, estas devem ser julgadas pelos que dela farão uso, os bibliotecários indexadores na esfera da coletividade, com base nas situações experienciadas no mundo do trabalho. Compartilha-se aqui a “[...] necessidade de reconhecimento dos saberes adquiridos no percurso de nossas atividades sociais e profissionais, inclusive os saberes não acadêmicos” (CARVALHO, 2004, p. 68). Ademais, todo tipo de conhecimento deve ser analisado, pois reflete em maior ou menor grau, a historicidade do conhecimento em todas as suas manifestações e, portanto, “[...] toda forma de conhecimento implica em estar inserido numa determinada época, num determinado contexto e na existência de indivíduos, pessoas que fazem, criam, processam e comunicam conhecimento” (JOB, 2008, p. 367).

Para que as medidas tomadas para a aplicação do Protocolo Verbal em Grupo não fossem avulsas, adotou-se os procedimentos metodológicos elaborados

por Nardi (1999)⁶⁴ que se constituem em procedimentos anteriores, procedimentos durante e procedimentos posteriores a aplicação da técnica, os quais podem ser utilizados como orientação para qualquer outra modalidade de Protocolo Verbal (FUJITA, RUBI, BOCCATO, 2009). As seguintes informações versam para uma contextualização geral sobre as etapas realizadas em cada tópico dos procedimentos anteriores, durante e posteriores a aplicação, conforme segue:

I. Procedimentos anteriores às sessões de aplicação da coleta de dados⁶⁵

▪ *Definição do universo da pesquisa:*

A aplicação da técnica de Protocolo Verbal em Grupo ocorreu com bibliotecários indexadores atuantes na Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (área de exatas). A definição da data para a realização da coleta de dados foi agendada com o responsável pela biblioteca universitária, visto que a pesquisa possui aceitação formal do dirigente desta instituição para a aplicação da técnica com os profissionais bibliotecários.

▪ *Seleção do texto-base:*

O material discutido pelos sujeitos de pesquisa foi elaborado mediante a análise comparativa dos resultados provenientes dos questionários aplicados com docentes, profissionais e usuários que permitiram a delimitação de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias (Apêndice F).

⁶⁴ O parâmetro metodológico apresentado pela autora em sua Dissertação de Mestrado serviu de base para o encabeçamento de diversos projetos de pesquisa e estudos coordenados pela professora Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, cuja metodologia possui grande importância nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Análise Documentária”, liderado pela referida pesquisadora, a qual é uma das responsáveis pela difusão pioneira no Brasil da utilização da técnica do Protocolo Verbal, especificamente para pesquisas que envolvam observação da leitura documental e a prática do profissional bibliotecário nas atividades de tratamento temático da informação no contexto de bibliotecas universitárias.

⁶⁵ Alguns dos dados informados nesta etapa do Protocolo Verbal em Grupo já foram mencionados em momento anterior. Todavia, tem-se a necessidade de retomá-los em virtude da exposição pontual dos procedimentos realizados para a aplicação desta modalidade.

Portanto, refere-se ao conjunto de diretrizes de política de indexação apresentadas na quinta seção desta Tese.

- *Definição da tarefa:*

Para a realização da sessão de aplicação do Protocolo Verbal em Grupo alguns pontos foram observados. O primeiro ponto avaliado foi quanto da pertinência da utilização da técnica e seus contributos ao desenvolvimento da pesquisa, sendo realizadas ponderações sobre os seguintes questionamentos: *Por que da aplicação da técnica? Que informações deverão ser obtidas? Para que e/ou quem elas serão úteis?* Este planejamento inicial contemplou a definição dos objetivos a serem alcançados com tais aplicações, em conformidade com os objetivos da pesquisa. Como resultado, outros questionamentos foram necessários: *Quais assuntos serão abordados/discutidos? De que forma as aplicações e coleta de dados serão conduzidas?* Concluído o momento de reflexão e tendo sido confirmada a potencialidade do Protocolo Verbal em Grupo para a pesquisa, o próximo passo foi pontuar as ações a serem tomadas no momento da aplicação da técnica com os sujeitos de pesquisa, as quais versam em: *recepção dos sujeitos participantes pela pesquisadora para uma apresentação formal entre as partes; e conversa informal entre a pesquisadora com os sujeitos participantes para expor os objetivos e relevância da pesquisa no campo da informação, bem como realizar a familiarização dos sujeitos com a técnica de Protocolo Verbal em Grupo.* Neste momento são sanadas todas as dúvidas dos sujeitos de pesquisa sobre a técnica e sua aplicação, cuja ênfase é dada a narrativa de que todas as identidades dos sujeitos participantes são mantidas ocultas na pesquisa.

II. Procedimentos durante a coleta de dados

- *Gravação do “Pensar Alto” do grupo de sujeitos participantes durante a discussão do Texto-Base:*

A gravação do “Pensar Alto” dos bibliotecários indexadores durante a discussão do material deu-se por meio de um gravador digital.

- *Entrevista retrospectiva (optativa):*

Ao término da aplicação da técnica introspectiva do Protocolo Verbal em Grupo é possível levar a cabo uma entrevista retrospectiva com os sujeitos participantes. O intuito desta manobra é esclarecer dúvidas sobrepostas durante a execução da atividade em análise, sendo uma oportunidade enriquecedora para que o(a) pesquisador(a) incite a discussão de tópicos pouco explorados ou não abordados durante a discussão principal.

- **Procedimentos após o término das sessões de coleta de dados**

- *Transcrição literal das gravações das falas dos sujeitos participantes:*

Nesta etapa, realizou-se a transcrição dos dados, na íntegra, com a identificação das fontes individuais de cada sujeito participante. Para uma melhor exposição, todas as falas individuais foram enumeradas em turnos, o que facilitou a análise dos dados e manteve a natureza contínua da interação entre os sujeitos de pesquisa. No que tange a parte prática das transcrições, utilizou-se o *Express Scribe Transcription Software*⁶⁶ como forma de melhorar a confiança e validade das transcrições, não havendo perda de dados.

- *Leitura detalhada dos dados em busca de fenômenos significativos e recorrentes para a construção das categorias de análise:*

Nesta etapa, realizou-se uma leitura detalhada das transcrições dos protocolos verbais por parte da pesquisadora na busca por aspectos relevantes e fenômenos significativos que permitissem a construção das categorias para análise dos dados coletados. Esta etapa foi baseada na leitura para observação.

⁶⁶ Software especializado desenvolvido para auxiliar os digitadores na transcrição de textos falados para escritos.

- *Construção das categorias de análise:*

Concluída a etapa de leitura detalhada dos dados coletados, o próximo passo foi construir as categorias de análise – unidades de análise por meio das quais os dados obtidos com a aplicação do Protocolo Verbal em Grupo foram analisados e estruturados. A construção das categorias de análise pautou-se nos referenciais teóricos abordados e discutidos na sessão destinada a fundamentação teórica, nos objetivos da pesquisa e nos depoimentos dos sujeitos participantes. Considerando que as diretrizes de política de indexação utilizadas na discussão social são dispostas em duas fases da política de indexação, utilizou-se essa mesma divisão para propor as categorias de análise, sendo estas: a preparação e o desenvolvimento.

- *Retorno aos dados para retirar trechos da discussão que exemplifiquem cada categoria de análise:*

Realizou-se, aqui, uma releitura das transcrições das coletas de dados visando à retirada de trechos da discussão que melhor exemplifiquem cada fenômeno (objeto de estudo) abordado nas categorias de análise e seus tópicos referenciais. Este processo resulta na exposição elucidativa dos principais fenômenos observados.

- *Análise dos dados:*

Concluídas as etapas anteriores, a análise dos dados foi baseada, fundamentalmente, nas declarações realizadas pelos sujeitos de pesquisa que compõem a vertente profissional do Tratamento Temático da Informação em relação aos elementos contidos nas diretrizes apresentadas como produto da discussão social.

SEÇÃO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos com os questionários aplicados com os atores sociais. Para tanto, toma-se como base o referencial teórico trabalhado e demarcado no percurso investigativo, visando retratar aspectos teóricos e metodológicos que perpassam a política de indexação em contexto de bibliotecas universitárias. A seção também abriga uma análise comparativa entre os questionários e seus respectivos resultados, como forma de retratar as principais congruências e divergências sobre as concepções de natureza teórico-conceitual e prático-aplicada das temáticas abordadas nesta pesquisa a partir do discurso das vertentes científica, profissional e de uso.

4.1 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PERSPECTIVA DOS ATORES SOCIAIS TESTADOS

Os questionários elaborados e aplicados com os atores sociais na vertente científica, vertente profissional e na vertente de uso buscam, sobretudo, identificar a concepção dos atores sociais investigados como base para a obtenção de subsídios reais sobre o cenário teórico-metodológico e prático-aplicado em que se encontra a política de indexação. A principal finalidade é a complementação da abordagem teórica por meio dos conhecimentos e experiências práticas dos atores sociais de modo a delinear, com maior precisão, novos elementos a serem considerados na elaboração de diretrizes de política de indexação destinada ao contexto de bibliotecas universitárias.

A fim de proporcionar uma observação específica de cada um dos questionários e seus respectivos resultados, projetaram-se três subseções que contemplam a perspectiva de cada vertente investigada, tendo por base as respostas obtidas dos respectivos atores sociais aos questionários enviados

eletronicamente pela pesquisadora. Esclarece-se que cada um dos sujeitos participantes na vertente científica e profissional recebeu um código de identificação para não prejudicar a análise e compreensão das respostas, mas apenas garantir o seu anonimato. Esta ação não foi necessária na vertente de uso, considerando-se que nesta esfera investigativa o questionário não contempla questões abertas.

Do total dos questionários respondidos, obteve-se um grupo social composto por doze docentes, quatro profissionais e cinquenta usuários. Isto quer dizer que 29,3% do total dos sujeitos identificados na vertente científica participaram da pesquisa, sendo 13,8% na vertente profissional e 67,6% na vertente de uso. O baixo retorno dos questionários enviados aos docentes foi justificado por dezesseis sujeitos participantes que alegaram falta de tempo e excesso de trabalho, o restante não se manifestou. Os profissionais bibliotecários indexadores que não responderam ao questionário não se manifestaram.

O número de sujeitos participantes da pesquisa é apresentado na tabela a seguir, a qual ilustra o número de atores sociais identificados (144) e o total de sujeitos participantes (66), com seus respectivos percentuais:

Tabela 1: Número de participantes da pesquisa

Grupo de atores sociais identificados	Frequência	%	Participantes da pesquisa	%
Vertente científica	41	100	12	29,3
Vertente profissional	29	100	4	13,8
Vertente do uso	74	100	50	67,6
TOTAL	144	100	66	45,8

Fonte: Elaboração própria.

O questionário para o docente foi composto por quatro questões, sendo que as mesmas são trabalhadas no questionário aplicado com os profissionais. No conjunto de questões abertas desses dois instrumentos, a primeira questão indagava os atores sociais sobre o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto. A análise das respostas obtidas permitiu observar os traços que identificam e definem a política de indexação na perspectiva

desses atores sociais. A segunda questão buscou reconhecer, na concepção desses atores sociais, algumas das questões sobre política de indexação que merecem ser discutidas e/ou aprofundadas pela área de Organização e Representação do Conhecimento. Ainda no conjunto de perguntas abertas, a terceira questão foi elaborada como forma de verificar quais são os elementos que devem ser considerados na elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias no entendimento dos docentes da área.

Possuindo uma estrutura fechada, a quarta e última questão foi composta por tópicos que tinham como base a afirmativa de que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação/catalogação de assunto e, dentro deste escopo, a política de indexação deve prever algumas questões específicas. Diante de onze enunciados, os atores sociais utilizaram uma escala de cinco graus para opinarem sobre a relevância de tais afirmativas, quais sejam: discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo ou concordo totalmente. Salienta-se que os enunciados desta questão são trabalhados com propriedade na subseção que abarca a análise e discussão comparativa dos resultados, de modo a realizar uma síntese analítica das congruências e divergências dos enunciados a partir das concepções dos atores sociais investigados.

Conforme o exposto, o questionário para o profissional, além das quatro questões presentes no questionário para o docente, possuía uma categoria específica que buscou retratar o diagnóstico organizacional das bibliotecas universitárias em que os bibliotecários indexadores realizam o processo de tratamento temático da informação. A primeira questão indagava os profissionais sobre a existência ou não de uma política de indexação em seu respectivo contexto de atuação profissional. Caso a resposta do sujeito participante fosse afirmativa, eram-lhe apresentadas outras três questões com o objetivo de verificar se a política de indexação era regulamentada em um documento; se este profissional faz uso desta política de indexação para direcionar a sua prática cotidiana na atividade de indexação/catalogação de assunto e; se a política de indexação vigente corresponde com suas necessidades profissionais. Finalmente, o questionário para o usuário foi elaborado a partir de uma única questão fechada. Nesta, objetivou-se averiguar junto aos atores sociais pertencentes a Grupos de pesquisa das áreas de Humanas, Biológicas e Exatas, atuantes nas Universidades elencadas para compor o universo

da pesquisa, a recuperação da informação no catálogo de suas respectivas bibliotecas universitárias por meio do campo de busca por assunto.

Isso posto, parte-se para a apresentação das análises de cada um dos questionários e de seus respectivos resultados.

4.1.1 **Perspectiva dos docentes**

De modo geral, o grupo social formado por doze docentes se mostrou bastante consciente sobre o papel que a política de indexação exerce na atividade de indexação/catalogação de assunto. As respostas obtidas foram consideradas favoráveis ao objetivo pretendido com a elaboração da primeira questão. Grande parte dos sujeitos participantes entende ser a política de indexação o conjunto de diretrizes capazes de orientar as decisões a serem tomadas no tratamento temático da informação, que tem como resultado a recuperação da informação com qualidade para o usuário. No discurso desses atores sociais, o papel da política de indexação é definir as ações, níveis, padrões, mecanismos e ferramentas adotadas pela biblioteca universitária para a realização do processo de tratamento temático da informação. Ao orientar a prática profissional por meio de elementos que embutem um mínimo de regras visando à padronização do processo, desde que apropriadas para a realidade de cada domínio informacional, a política de indexação “[...] permite que, progressivamente, o próprio processo de indexação economize energias, tanto do usuário quanto do bibliotecário, contribuindo para o desenvolvimento da biblioteca” (NUNES, 2004, 60).

A política de indexação ocupa um papel bastante importante na atividade de indexação e envolve toda a instituição, uma vez que ela sintetiza as diretrizes acordadas por uma instituição e seus colaboradores, no sentido de uniformizar e otimizar os recursos humanos e materiais disponíveis nessa instituição (D-7).

Nortear os procedimentos e a avaliação da atividade de indexação/catalogação de assunto (D-2).

Instrumento básico e fundamental para nortear as atividades dos indexadores (D-4).

A política orienta o trabalho do indexador e promove a padronização dos procedimentos numa mesma biblioteca ou rede de bibliotecas (D-6).

Extremamente importante, pois sem ela não há os parâmetros necessários para que a indexação cumpra seu objetivo dentro de determinada instituição e para determinado domínio (D-12).

Um dos discursos obtidos com as análises dos questionários ganha notoriedade neste momento. Nele, verifica-se a presença de uma concepção bastante difundida na literatura especializada sobre política de indexação no âmbito nacional, o de que o processo de tratamento temático da informação deva ser norteado e respaldado por uma filosofia que abarque questões relacionadas a parte operacional, mas também contemple o ponto de vista da biblioteca universitária enquanto organização.

A Política de Indexação dentro de um sistema de informação deve refletir os objetivos da unidade de informação, não se constituindo somente como uma lista de procedimentos, mas sim como [uma] diretriz a ser seguida, uma filosofia de trabalho (D-7).

Ao explicitar o seu posicionamento dessa forma, o referido docente vai ao encontro com o que é preconizado pelas principais teorias na área, no âmbito brasileiro. Destaque seja dado a Rubi (2008, p. 50) ao sinalizar que “[...] a política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca”. Este entendimento também é observado em outros estudos sobre a temática, tais como em Carneiro (1985) e Gil Leiva e Fujita (2012).

Uma discussão bastante favorável ao objetivo desta pesquisa foi tecida por um dos sujeitos participantes. Em sua opinião, a política de indexação quando bem delimitada e elaborada por uma equipe multidimensional e horizontal assevera que os produtos e serviços informacionais oriundos do processo de tratamento temático da informação promovam a democracia e o respeito necessário às demandas de sua comunidade usuária. Esta preocupação foi manifestada da seguinte forma:

Somente com uma Política de indexação bem delimitada, elaborada por uma equipe multidimensional e horizontal, permitirá a Instituição indexadora, prover ao seu sistema de indexação, a democracia e o respeito necessário às demandas informacionais de seus usuários (D-10).

De modo prático, significa imprimir nestes produtos e serviços informacionais uma diferenciação que os torne atraentes aos olhos dos usuários reais ou potenciais de bibliotecas universitárias. Devidamente fundamentada, a política de indexação preserva os interesses e expectativas informacionais dos usuários de bibliotecas universitárias. Conseqüentemente, o processo como um todo “[...] deixa de ser um foco de problemas para se transmutar em instrumento indutor de avanços qualitativos dos serviços prestados pela biblioteca” (NUNES, 2004, 60). À medida que a biblioteca universitária admite o usuário como o elemento central do processo e estabelece regras mínimas para o alcance desse propósito, passa-se a ter assegurado que os seus esforços serão dispensados na promoção de produtos e serviços informacionais que reflitam os interesses, expectativas e desejos informacionais de sua comunidade real e potencial.

Ainda, na concepção deste sujeito de pesquisa, o mérito da política de indexação é propiciar novas formas de se pensar as regras existentes na biblioteca universitária diante das particularidades de cada domínio informacional e, sobretudo, avançar na persecução dos objetivos institucionais. Como resultado, as características e especificidades de cada biblioteca universitária, além de representadas na política de indexação por meio de diretrizes claras e precisas, passam a ser respeitadas quando da inserção desta na prática cotidiana do processo.

Mas creio que o principal papel da política de indexação é buscar através dela a superação dos recursos existentes, levando a instituição para onde se quer que esta chegue e não apenas para reproduzir o existente. Políticas servem para repensar estruturas e não para mantê-las. Por isso creio que nossa teoria clássica sobre esta temática está um tanto defasada (D-5).

Na segunda questão do questionário para o docente, foi solicitado que os sujeitos participantes opinassem, de acordo com a sua vivência acadêmica, sobre os principais pontos que merecem ser discutidos/aprofundados sobre política de indexação pela área de Organização e Representação do Conhecimento. Nesta, foram identificados alguns elementos apresentados pela literatura especializada e compilados por Rubi (2008), quais sejam: o contexto, a linguagem documental e os tipos de índices utilizados, a questão da especificidade e exaustividade, os recursos (financeiros, materiais, físicos e humanos), os assuntos cobertos pelos documentos

e área de interesse, bem como o uso dos vocabulários controlados. Do total, um grupo formado por três docentes entende que muitos desses elementos ainda carecem de discussões mais verticalizadas, em especial quando considerado a realidade própria de cada domínio informacional, com objetivos e características próprias.

Outra parcela dos sujeitos participantes direcionou suas respostas para o levantamento de alguns pontos pouco trabalhados pela área da Organização e Representação do Conhecimento acerca da política de indexação. Dentre os quais se destaca a questão da indexação social⁶⁷. Apesar de não ser foco desta pesquisa, considera-se um tema oportuno, haja vista que o pensamento dominante aqui é pensar na organização e representação da informação do ponto de vista de seus usuários.

O contexto virtual propiciou um novo olhar para a organização da informação e, paralelamente, “[...] ensejou diversas extrapolações reflexivas acerca dos fenômenos de informação, uma situação que tende a acarretar pontos de transbordamentos nos fundamentos da ciência da informação” (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012, [s.p]). Diante desta variabilidade, as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação permitem aos usuários organizarem os conteúdos informacionais presentes em ambientes coletivos e de compartilhamento por meio da indexação social. De modo prático, neste tipo de indexação “a descrição de cada recurso se obteria por agregação, ou seja, um mesmo recurso seria indexado por inúmeros usuários, dando como resultado uma descrição intersubjetiva e, portanto, mais fiel que a realizada pelo autor do recurso” (HASSAN-MONTERO, 2006, tradução nossa).

O grande contributo deste modelo de organização da informação descentralizado, advém com o usuário assumindo um papel ativo na organização dos artefatos de informação. A criação do significado e valor para a linguagem/termo adotado dá-se a partir da consciência do eu e o outro por meio das relações sociais

⁶⁷ Termo cunhado por Hassan-Montero (2006, online) para designar “um novo modelo de indexação, em que são os próprios usuários ou consumidores dos recursos os que levam ao cabo sua descrição [...]”. Além da expressão indexação social, Guedes, Moura e Dias (2012) identificam outras denominações na literatura especializada para o termo, quais sejam: indexação democrática (RAFFERTY; HIDDENLEY, 2007), etnoclassificação (MERHOLZ, 2004) e classificação distribuída (MEJIAS, 2004).

estabelecidas. Há que salientar, no caso da indexação social, que “[...] o termo utilizado para representar os artefatos de informação – não é somente um processo interno do sujeito, mas um reflexo do contexto e do tempo em que vivemos e de tudo que está relacionado a isso” (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012, [s.p]).

Embora as outras formas⁶⁸ de indexação possam ser consideradas “sociais” quando considerado o sentido mais amplo deste conceito (MOURA, 2009), o diferencial da indexação orientada por usuários em contextos virtuais é ser um ato colaborativo e democrático para a formação do conhecimento social, em que o papel de cada sujeito e a soma das ações na coletividade possui a mesma significação dentro do sistema (GUEDES; DIAS, 2010, p. 50). Seguindo esta linha de pensamento, pode-se inferir que o processo de tratamento temático da informação deva considerar as construções socialmente orientadas pelos sujeitos, ou seja, por uma coletividade. Apesar das bibliotecas universitárias serem dotadas de materialidade, as novas formas de se pensar a indexação no contexto virtual podem contribuir ricamente para a indexação centralizada, levada a cabo pelos bibliotecários indexadores, ao priorizar as ideologias, experiências e valores dos sujeitos na coletividade.

A questão da conscientização dos profissionais e das instituições sobre a necessidade de definir uma política de indexação específica para a realidade de cada domínio informacional foi apontado por um dos docentes, para quem a área de Organização e Representação do Conhecimento precisa desenvolver estudos dedicados à operacionalização da política de indexação e não somente propor diretrizes, a saber:

Conscientização de profissionais e instituições sobre a necessidade de definir políticas; relação da política de indexação com as atividades de planejamento e como 'operacionalizar' a política (D-6).

Relativo a isso, entende-se que para a política de indexação ter condições exequíveis de ser aplicada na prática cotidiana de profissionais e compor efetivamente o quadro de documentos vigentes das bibliotecas universitárias, o desenvolvimento de estudos que cerquem questões inerentes aos atores sociais que

⁶⁸ Do ponto de vista metodológico, a indexação divide-se em: coordenada, automática, semi-automática e alfabética de assunto.

figuram no processo de tratamento temático da informação mostra-se uma linha de raciocínio bastante favorável, quando considerado que a proposta de diretrizes de política de indexação passa a ter como base as indicações e concepções dos próprios docentes, profissionais e usuários, conforme o proposto nesta pesquisa. Paralelamente, passa-se a considerar nestas diretrizes alguns elementos que não estejam apenas centrados nas concepções teóricas da literatura especializada, mas que, especialmente, tragam características sobre a realidade própria do processo realizado no contexto de bibliotecas universitárias mediante o discurso dos atores sociais envolvidos.

Para um dos sujeitos participantes muitas das dificuldades ainda existentes para se delimitar, com maior precisão e rigor, diretrizes de política de indexação é fruto da inércia com que as características dos usuários são assumidas nos produtos e serviços informacionais gerados no processo de tratamento temático da informação, conforme explanação:

A sintonia e sincronia com as necessidades e características dos usuários, muitas vezes são decisões ou diretrizes formuladas sem levar em consideração o principal que é o usuário (D-1).

Complementando a discussão, na fala de outro sujeito participante identificam-se duas indagações sobre alguns dos pontos relevantes a serem assumidas nas pesquisas empreendidas no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento, com foco na política de indexação.

As questões éticas envolvidas no tratamento temático estão fazendo parte da elaboração da política de indexação? A avaliação do sistema de informação no que tange à revocação e precisão está sendo considerada na política? (D-2).

Em um trabalho de análise nas diretrizes de política de indexação propostas atualmente na literatura especializada, verifica-se que as questões éticas ainda não foram pontualmente assumidas e/ou mesmo inseridas como elementos constituintes desse conjunto de diretrizes. Nesta concepção, nota-se uma abertura consciente do referido autor sobre os inúmeros fenômenos, situações e características que envolvem esta atividade, especialmente quando desempenhada por profissionais bibliotecários que possuem hábitos e, por sua vez, estão inseridos

em domínios informacionais com particularidades e objetivos institucionais específicos.

Segundo Almeida (2010, p. 19) o hábito determina as condições da cognição dos sujeitos e, especificamente no caso do bibliotecário indexador, alerta que este profissional “[...] está submetido a forças reais que delimitam as disposições das interpretações futuras”. Isto implica, então, considerar que no processo de interpretação realizado pelo bibliotecário indexador existem variáveis que condicionam o resultado do tratamento temático da informação e, por consequência, o da recuperação nos sistemas de informação. Prever diretrizes operacionais que cerquem tais questões nem sempre é assegurar neutralidade aos produtos e serviços informacionais gerados no processo, tendo-se que traçar orientações de conduta ética pelas quais os profissionais deverão se pautar. Nesta esfera, “sendo um ser ideológico e culturalmente social, o aspecto da neutralidade dificilmente será zelado” (DAL’ EVEDOVE, 2010, p. 127), mas, no geral, a utilização do bom senso profissional acaba incidindo preconceitos, valores e opiniões pessoais dos bibliotecários indexadores a respeito de determinado assunto, prejudicando a recuperação da informação nos catálogos coletivos *online* de bibliotecas universitárias. Esta realidade traz à ascensão da política de indexação como forma de orientar o cotidiano da prática profissional, sendo necessária uma mudança de postura do bibliotecário indexador, conscientizando-se sobre a importância da adoção de critérios de qualidade para que o resultado do processo resulte efetivamente na recuperação da informação (RUBI, 2008). Neste sentido, uma alternativa a questão é a indicação no corpo da política de indexação de um padrão de conduta ética pelo qual o processo de tratamento temático da informação deve ser conduzido e amparado no contexto de biblioteca universitária.

Um dos sujeitos participantes, de forma direta, assume que as pesquisas no âmbito da política de indexação precisam considerar as contribuições da área de Gestão da Informação, especificamente quanto das teorias relativas à gestão do conhecimento⁶⁹ como forma de, por meio dos métodos, modelos e técnicas desta

⁶⁹ Na ótica de Valentim (2008, p. 4) “a gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento [...]”.

literatura, identificar com maior propriedade as necessidades de cada biblioteca universitária e dos seus respectivos profissionais.

Acredito que, para além do que a literatura clássica sobre indexação nos transmite, o desenvolvimento de uma política de indexação deveria caminhar ao lado da teoria da gestão do conhecimento (GC) nas organizações. Uma vez que a GC nos oferece métodos, modelos e técnicas para identificarmos as reais necessidades de nossas instituições e de nossos colaboradores (D-5).

Revisitando as definições apresentadas ao longo das seções, percebe-se a ênfase de autores como Carneiro (1985), Rubi (2008) e Fujita (2012a) no que tange a importância da política de indexação ser compreendida como uma decisão administrativa, representada por meio de uma filosofia que reflita os objetivos da instituição e, ao contribuir na identificação de condutas teóricas e práticas dos profissionais envolvidos no tratamento temático da informação, possibilita a cada biblioteca universitária definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda de sua comunidade acadêmica interna e externa. Somado a isso, está à capacidade da política de indexação em conferir as bibliotecas universitárias os meios eficazes para se conhecer, com maior propriedade, seus usuários e oportunizar que os sujeitos informacionais encontrem a informação que desejam.

Além do mais, na concepção deste sujeito participante, a necessidade desta abertura interdisciplinar para abordar a questão da política de indexação decorre em função da literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento ser bastante limitada e, por vezes, concisa no que tange ao desenvolvimento de políticas de indexação que considerem a realidade em que o processo de tratamento temático da informação é realizado no contexto de cada biblioteca universitária. Em sua fala, o sujeito defende que, ao ser admitido nos estudos de política de indexação o desdobramento interdisciplinar com a área de Gestão do Conhecimento, creditar-se-ia uma possibilidade investigativa proveitosa para o avanço da literatura especializada, considerando-se que tais diretrizes não abarcam apenas questões relativas ao campo teórico e metodológico do processo, mas contempla atividades de gestão onde estão os requisitos para o bom planejamento de um sistema de recuperação da informação, presentes no eixo horizontal da política de indexação (CARNEIRO, 1985; FUJITA, 2012a).

Digo isso porque muitas vezes ficamos presos no que a teoria tradicional da indexação nos oferece e ela é bastante lacônica no sentido do desenvolvimento de políticas baseadas na realidade em que estamos inseridos (D-5).

Na prática, o bom entendimento da biblioteca universitária enquanto contexto social e cultural de atividade, que possui características e objetivos específicos, bem como uma realidade de trabalho própria, sinaliza com maior clareza seus objetivos institucionais. Dessa forma, ao serem identificados com maior precisão quais são os objetivos da biblioteca universitária e, por consequência, estes serem representados por meio de uma filosofia que reflita o padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica, facilita o encontro da informação certa e sem maiores esforços físicos e/ou cognitivos por parte de seus usuários.

Em um estudo que alia a gestão e o tratamento da informação, Jambeiro (2000, p. 7) defende que em razão das conquistas tecnológicas nos setores de informática, comunicações e eletrônica, o profissional da informação precisa adquirir novos atributos, tornando-se um “estrategista” ou um “humano multifacetado” (CARVALHO, 2002), sendo capaz de captar, compreender, analisar e interpretar de maneira crítica a realidade a sua volta. Dentre um conjunto de exigências listadas pelo autor para a atuação do profissional da informação nas diversas organizações, três ganham destaque por darem consistência nas reflexões encaminhadas neste ponto da pesquisa sobre os contributos da gestão ao tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias, a saber:

- Exercitar visão crítica sobre a produção, distribuição e consumo de informação, porque somente com esta visão poderão produzir, selecionar, organizar e disseminar adequada e eficientemente a informação;
- Analisar o conteúdo e dialogar com a fonte ou produtor e o consumidor sobre a qualidade da informação obtida e seu adequado tratamento; e
- Valorizar o conhecimento sobre o ambiente em que vivem, buscando identificar possíveis facilidades e dificuldades ao exercício de sua missão (JAMBEIRO, 2000, p. 7).

No primeiro item, nota-se uma preocupação com o exercício de uma visão crítica por parte do bibliotecário indexador de todo o ciclo documental, como um diferencial para a organização, acesso e transferência da informação adequada e eficiente. Para tanto, cabe ao bibliotecário indexador possuir uma visão ampla de todo o processo de tratamento temático da informação, não limitada apenas ao tratamento, mas considerando os meios de distribuição e consumo das informações. No item posterior, tem-se o ápice do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias mediante uma política de indexação bem definida na ação de analisar o conteúdo e dialogar com o usuário acerca da qualidade da informação obtida e seu adequado tratamento. Esta manobra preserva dois importantes elementos presentes nas diretrizes de política de indexação propostas pela literatura especializada: *identificação dos usuários* no momento da preparação da política de indexação contemplando áreas de interesse, níveis de experiências, atividades que exercem volume e características das questões propostas pelos usuários e a *avaliação* do sistema de recuperação da informação feita pelo profissional bibliotecário com o objetivo de determinar o grau de satisfação dos usuários no uso. Adicionalmente, o último item revela a importância da política de indexação como forma de refletir as características da cultura organizacional de cada biblioteca universitária, identificando suas potencialidades e dificuldades no exercício de sua missão enquanto organização direcionada ao provimento de informações que sanem os desejos e interesses informacionais de seus usuários.

A partir da reflexão empreendida, verifica-se uma interface vantajosa entre a área de Organização e Representação do Conhecimento e a área de Gestão do Conhecimento para o encaminhamento de investigações sobre política de indexação, em especial quando tais diretrizes são direcionadas para domínios informacionais multifacetados, como é o caso das bibliotecas universitárias. Em um estudo mais verticalizado sobre as contribuições da gestão do conhecimento organizacional para a política de indexação, Lousada et al. (2011) defendem que os elementos de política de indexação podem ser enriquecidos à medida que a criação e utilização do conhecimento organizacional⁷⁰ são considerados. Ao se beneficiar de

⁷⁰ Nesta tese, toma-se como base a definição cunhada por Choo (2006, p. 370) para quem “o conhecimento organizacional é a propriedade que emerge da rede de processos de uso da

um modelo de gestão do conhecimento, por exemplo, que oriente a política de indexação para a criação de valor ao usuário, as autoras sinalizam que as instituições, independente do seu sistema de informação, “[...] passam a ser orientadas não apenas pelos serviços baseados na infraestrutura física, mas também nas relações humanas” (LOUSADA et al., 2011, p. 2000). Este contributo é de grande valia para o encaminhamento de abordagens centradas no sujeito e suas relações na coletividade a partir de um olhar organizacional, aproximando o fazer profissional as características e particularidades da comunidade usuária; fator indutor para a geração de conhecimentos.

A presença da política de indexação nos cursos de formação e capacitação profissional do bibliotecário também foi um dos pontos suscitados por um dos docentes. Em sua compreensão, a presença de discussões sobre a política de indexação na formação inicial e na formação em serviço contribuiria para capacitar os sujeitos, por exemplo, sobre os critérios, os métodos, a construção e uso das linguagens documentais. De acordo com a fala deste sujeito participante, a construção e a manutenção das linguagens documentais requerem dinamismo, a saber:

De modo geral a Política de indexação como um todo deve ser melhor discutida na formação do Bibliotecário, e também via cursos de capacitação para profissionais atuantes. Há uma compreensão equivocada por parte de alguns profissionais do campo, sobre os critérios, os métodos, a construção e uso de Linguagens documentárias (...). Esta competência precisaria ser constantemente reciclada dentre os profissionais, uma vez que a construção e a manutenção das Linguagens requer um dinamismo (D-10).

Pode-se inferir que tal dinamismo decorra do papel que a linguagem documental exerce na representação de conteúdo e na recuperação da informação, em que a permanente atualização é um atributo indispensável por vincularem o documento ao usuário. Para tal propósito, as discussões empreendidas até este ponto da pesquisa apontam que o valor da informação é dependente do significado atribuído pelo sujeito, o que implica conceber a informação em seu contexto de enunciação para vinculá-la a cultura específica de cada comunidade usuária. Então,

informação por meio da qual a organização constrói significados comuns sobre sua identidade e sua atividade; descobre, partilha e aplica novos conhecimentos; e inicia ações padronizadas por meio da busca, da avaliação e da seleção de alternativas [...]”.

o conteúdo informativo do documento passa a ser compartilhado por linguagens documentais que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação. Este posicionamento evidencia a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar diferentes usuários, não se esquecendo, porém, que uma representação do conhecimento não ampara a todos (HJØRLAND, 2008).

A confluência entre o uso adequado de uma linguagem documental na prática de um tratamento temático da informação qualitativo, com fins de recuperação da informação por um público especializado, como é o caso das comunidades usuárias de bibliotecas universitárias, foi evidenciada por Boccato (2009, p. 231) para quem:

O uso adequado da linguagem documentária no processo de representação para indexação está vinculado ao processo de avaliação constante da busca por assunto, proporcionando elementos norteadores para o aperfeiçoamento e a adequação de um sistema de organização do conhecimento que reflita o contexto informacional, cultural e social em que está inserido.

Complementando a questão, o referido docente destaca a necessidade de alunos e profissionais bibliotecários compreenderem o processo de busca da informação realizado nos sistemas de recuperação da informação pelo usuário. Mais do que saber o modo como a comunidade usuária realiza a busca no sistema de informação, na concepção deste sujeito de pesquisa os alunos e, principalmente, os bibliotecários indexadores entenderiam com maior propriedade as formas de uso e significação da linguagem pela comunidade usuária.

Dentre os pontos que precisam ser mais explorados, destaco a necessidade de compreensão sobre o funcionamento do processo de busca da informação pela sua comunidade usuária, e isto significa compreender as formas de uso e de significação da linguagem nesta comunidade (D-10).

Na terceira questão, buscou-se identificar, na concepção dos atores sociais testados, os principais elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação própria para o contexto de bibliotecas universitárias. No geral, o conjunto de respostas obtidas foi pouco expressivo, não havendo uma correspondência direta e linear entre o enunciado da pergunta e as opiniões expressadas pelos docentes. Alguns dos sujeitos participantes não se mostraram a par do universo teórico da política de indexação ou mesmo do propósito destas

diretrizes no tratamento temático da informação. Apesar do pequeno material empírico obtido, uma das falas dos sujeitos participantes indica a caracterização do usuário e os níveis de indexação como elementos a serem considerados.

(...) a caracterização do usuário, incluindo mapeamento de necessidades, tipo de material utilizado, tipo de linguagem documentária a ser utilizada, tipo de serviço e produto a ser fornecido etc. Estabelecer os níveis de indexação - exaustividade, precisão, quantitativo de descritores a serem utilizados, preferência por descritores mais específicos (D-1).

Um ponto destacado por parte de um dos sujeitos participantes foi à preocupação com abordagens de política de indexação que abarquem a realidade própria de cada contexto de biblioteca universitária e considerem, obrigatoriamente, as necessidades diversas de seus distintos usuários. Mais do que isso, que imprimam a importância de se delinear os contornos de cada realidade em que a informação é organizada e disponibilizada para o acesso, com fins de transferência.

Os elementos propostos por Leiva e Fujita estão bem completos, apenas acrescento, no caso das bibliotecas universitárias, a necessidade de políticas que contemplem as necessidades diversas dos distintos usuários (fator relevante em qualquer tipo de biblioteca, mas, no caso das universitárias, essa característica é muito importante e com perfis bem definidos de necessidades informacionais) (D-6).

Sobre isto, Smith (2009, p. 59) esclarece que a apropriação da informação é dependente do acesso, mas que a passagem do acesso para a transferência não é uma ação simples ou automática, existe “[...] uma relação de causalidade entre ambas (mas não uma relação de pressuposição recíproca): não há transferência sem acesso à informação, mas pode haver acesso à informação sem que ocorra a respectiva transferência”. Para uma efetiva transferência da informação, isto é, assimilação cognitiva e pessoal da informação pelos usuários no contexto da biblioteca universitária, deve-se admitir que as ações humanas não são aleatórias, mas que correspondem a práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento. O mesmo ocorre na busca pela informação; tem que haver significado na informação para que esta satisfaça o usuário. Logo, questões que tenham uma abordagem mais completa do complexo processo de tratamento temático da informação a partir das diferentes realidades institucionais em que a informação se apresenta se mostram bastante significativas.

Acredito que são todos os elementos que nos rodeiam, sejam eles humanos (comportamentais, sociais, conhecimentos técnicos, teóricos, práticos), materiais (espaço físico, recursos) e organizacionais (estrutura da instituição, tipo de gestão - verticalizada ou mais horizontal, foco da gestão - se centrado no [usuário] ou não, etc.). Digo isso porque geralmente adotamos uma visão mais fechada ao pensarmos na elaboração de políticas de indexação como número de indexadores/quantidade de descritores, recursos financeiros/nº de profissionais contratados, cuidados linguísticos para padronização do vocabulário (...). Claro que todas estas questões são importantes, mas não são questões que modelam o sistema, mas que sim o mantém intacto como está (D-5).

Complementando o exposto, sinaliza-se que, no âmbito das bibliotecas universitárias, os catálogos diante das inovações tecnológicas e de comunicações passaram a oferecer produtos e serviços informacionais em âmbito local e global. Essa dimensão assumida pelo catálogo, por consequência, acarreta novas responsabilidades ao fazer profissional, pautadas no “[...] compromisso com a construção de catálogos condizentes com a realidade não somente de sua comunidade usuária local, mas também de uma comunidade usuária potencial virtual, cada vez mais exigentes” (RUBI, 2008, p. 145). Em atenção a essa nova realidade, um dos docentes indicou a importância da política de indexação prever o trabalho em rede, uma vez que as bibliotecas universitárias podem apresentar características particulares, de acordo com a realidade institucional de cada uma.

Prever o trabalho em rede, onde diferentes unidades de informação podem ter características diferentes (D-7).

Um dos sujeitos participantes considera que os enunciados apresentados na quarta questão do questionário são oportunos de serem considerados nas diretrizes de política de indexação. A aceitação dos enunciados na fala do docente reforça o posicionamento nesta pesquisa de que a configuração de recortes conceituais aplicáveis e produtivos sobre política de indexação contribui para a ampliação dos horizontes investigativos dirigidos à organização da informação na área de Organização e Representação do Conhecimento. Por consequência, permite avançar na identificação de novas possibilidades teóricas e metodológicas sobre a política de indexação dirigida ao contexto de bibliotecas universitárias. Mas, para isso, sua fala chama a atenção para o desafio em configurar e modelar

sistemas de informação que comportem o dinamismo exigido com a introdução deste arranjo no tratamento temático da informação.

Considero todos os elementos sinalizados na questão 4 essenciais. Porém o desafio está na configuração e na modelagem de sistemas de informação que comportem este arranjo constante da linguagem e dos processos de indexação. Tenho como sugestão a incorporação de algumas novas garantias que precisariam ser consideradas no processo, como a Garantia comunicativa, por exemplo (D-10).

Outro aspecto interessante é a indicação de serem observadas outras ‘garantias’, como é o caso da garantia comunicativa, sugerida pelo ator social em destaque. A relevância de debates nesta direção decorre dos comportamentos ou ações de informação (busca, interpretação e transformação) serem realizados por sujeitos individuais e sociais. No entendimento de Gracioso (2008, p. 20), sendo o processo de busca informacional uma modalidade de ação de comunicação e, como tal, uma ação de uso da linguagem, o campo da informação precisa “[...] priorizar os estudos sobre as ações de informação dos atores sociais, visto que essas são as geradoras e transformadoras do conhecimento”. Esta preocupação também é sinalizada por outro sujeito participante ao apontar a compatibilidade com a linguagem do usuário (D-4) como um elemento plausível de ser considerado na elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias.

As afirmações acima são particularmente interessantes para esta pesquisa. No entendimento de Smith (2009, p. 62) “a organização da informação, para conferir sentido, opera por opções” que são pré-estabelecidas por cada instituição, no caso a biblioteca universitária. Sobre isto, torna-se importante reafirmar que, para conferir sentido a informação à mesma deve ser vinculada a um objetivo que a norteie, conforme esclarece a autora.

[...] não faz sentido imaginar uma organização da informação “em si”, desvinculada de objetivos e, portanto, opções. A decisão de preservar determinadas informações e de organizá-las de acordo com objetivos institucionais acarreta a “institucionalização” da informação, ou seja, a atribuição de um status diferenciador àquela informação, pois a mesma agora foi acrescida de um “carimbo” institucional. Este carimbo tem dupla função: afirmar que aquela informação foi considerada digna de guarda e que a mesma encontra seu lugar, ou seu sentido, no contexto maior das opções institucionais (SMITH, 2009, p. 62).

Dito desta maneira, as informações organizadas nas bibliotecas universitárias são dotadas de valor, direcionadas por objetivos institucionais bem definidos. De outro modo, perdem a sua utilidade potencial no futuro. Neste sentido, a organização da informação no contexto de bibliotecas universitárias “[...] não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso à mesma possa ser ativado, mas é a condição *sine qua non* para que o sistema de informação ‘faça sentido’, ou seja, que o mesmo cumpra seu papel social” (SMITH, 2009, p. 61). Neste sentido, é pertinente prever nas diretrizes de política de indexação a definição clara das características e objetivos institucionais, conforme sinalizado por um dos sujeitos de pesquisa:

Ela deve funcionar [como] um guia a ser seguido na tomada de decisões. Fundamentalmente ela deve considerar as características e objetivos da instituição. Identificar os usuários da unidade de informação para poder atender as suas necessidades de informação; Prever os recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações. Prever treinamento para os profissionais que trabalham com a indexação. Estabelecer previamente e com conhecimento os documentos fontes que forem necessários para a indexação (D-7).

A última questão apresentou um resultado favorável por parte dos atores sociais testados sobre as afirmativas elencadas para avaliação. Fruto das reflexões teóricas realizadas nesta pesquisa, o conjunto de onze enunciados trouxe à tona pontos importantes presentes no universo teórico-conceitual e prático-aplicado do processo de tratamento temático da informação a serem considerados na elaboração de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Das onze afirmativas indicadas, apenas a que figura na posição de número oito obteve a reprovação por parte de um dos sujeitos participantes, o que consiste em menos de um por cento do total, conforme observado na tabela 2.

No geral, os resultados oriundos da vertente científica apontam maior número de recorrências das opções assertivas: sendo 37,1% das repostas assinaladas no item concordo e 50,0% no item concordo totalmente. Os resultados indicam que a grande maioria dos sujeitos participantes, com 87,1% do total das respostas, consideram oportunas as indicações apresentadas ao longo da quarta questão. O enunciado que ocupa a décima posição foi o que obteve a maior aprovação por parte dos sujeitos participantes. Ademais, do total das repostas apenas 12,1% foram assinaladas com neutralidade.

TABELA 2: Distribuição das respostas dos docentes por escala

ENUNCIADOS	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS				
	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Que a indexação seja desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação.	0	0	1	5	6
A representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação.	0	0	2	4	6
A adequação dos assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária.	0	0	1	4	7
A criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos.	0	0	2	5	5
Uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social.	0	0	1	6	5
A personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário.	0	0	2	7	3
A identificação do valor da informação para os diferentes grupos de usuários visando à construção de sentido no processo de recuperação da informação por parte do usuário.	0	0	1	5	6
Que os objetivos e interesses informacionais dos usuários sejam admitidos no momento da representação conceitual do documento para tornar a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações.	0	1	2	5	4
Que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.	0	0	2	3	7
Que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações.	0	0	1	2	9
O desenvolvimento e aprimoramento de serviços e produtos que atendam usuários cada vez mais exigentes com o desempenho do catálogo coletivo online e com a representação da informação que possibilitem a busca e recuperação por assuntos compatíveis com suas necessidades informacionais.	0	0	1	3	8
TOTAL	0	1	16	49	66
PERCENTUAL	0%	0,8%	12,1%	37,1%	50,0%

Fonte: Elaboração própria

Diante deste cenário, pode-se inferir que a concepção dos atores sociais investigados vai ao encontro com as discussões e preocupações inscritas nesta pesquisa como contribuintes para o cenário teórico e metodológico da política de indexação, o que demonstra a relevância desta abordagem investigativa e as variáveis intervenientes que foram sobreditas até o momento. Um aspecto vantajoso advindo com a análise desta última questão é o fato de nenhum sujeito participante discordar totalmente dos enunciados apresentados, conforme o agrupamento dos dados por frequência de distribuição das respostas por escala.

4.1.2 Perspectiva dos profissionais

A análise dos questionários aplicados com os profissionais revelou a falta de conhecimentos objetivos dos sujeitos participantes sobre a importância da política de indexação para o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Os resultados obtidos no primeiro eixo do questionário possibilitaram a identificação do contexto organizacional em que cada um dos sujeitos participantes exerce atividades profissionais no âmbito do processo de tratamento temático da informação, a partir da categoria 1 – diagnóstico organizacional.

A primeira questão revelou a inexistência de uma política de indexação no contexto de atuação profissional dos sujeitos participantes em metade dos questionários respondidos, resultado que reafirma a constatação de estudos como o de Gil Leiva e Fujita (2012) que sinalizam que muitos contextos de informação, tais como as bibliotecas universitárias, ainda não adotam a política de indexação para direcionar e amparar o processamento técnico da informação e assegurar que os seus produtos e serviços informacionais oriundos do processo de tratamento temático da informação reflitam sua filosofia e objetivos institucionais. Não obstante, a outra parcela dos sujeitos pesquisados indicou existir uma política de indexação, resultado que permitiu outras três constatações: nenhuma das políticas de indexação está regulamentada em um documento; todos os bibliotecários indexadores utilizam a política de indexação para direcionar a sua prática cotidiana na atividade de indexação/catalogação de assunto e; apenas metade das políticas

de indexação vigentes corresponde com as necessidades profissionais desses sujeitos participantes.

O segundo eixo do questionário que contemplou a categoria política de indexação foi projetado na tentativa de obter, a partir das concepções e experiências profissionais dos bibliotecários indexadores, subsídios mais fecundas a respeito do papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto, a partir de suas concepções e experiências profissionais. A opinião compartilhada de todos os sujeitos participantes foi de que o principal papel da política de indexação é estabelecer e padronizar o tratamento temático da informação para efetivar a recuperação da informação. Além disso, o fornecimento de informações relativas à cultura organizacional das organizações também foi um ponto destacado. Em síntese, os sujeitos participantes entendem que a política de indexação possui como atribuições:

Ser norteadora dos princípios e objetivos do processo de indexação tendo como base os interesses dos usuários e os objetivos do Sistema, onde inclua os métodos e procedimentos para desenvolver esta atividade, além de fornecer informações sobre a cultura da Instituição (P-1).

A segunda questão no eixo investigativo de política de indexação foi elaborada a fim de verificar algumas das questões sobre política de indexação que precisam ser discutidas/aprofundadas pela área de Organização e Representação do Conhecimento na concepção dos atores sociais em foco. Dentre os resultados, um apontou a necessidade do próprio tema política de indexação ser mais discutido pela área, considerando-se, dentre outros fatores, a subjetividade inerente ao tratamento temático da informação, tal como consta na fala abaixo:

Praticamente todas as questões pertinentes à política de indexação, uma vez que ainda é um assunto pouco abordado devido sua inerente característica, que é a sua subjetividade. Sendo assim, há necessidades de em primeiro lugar, incorporar esta cultura na área, de modo que os profissionais sintam-se mais seguros na atividade de indexação, uma vez que esta necessita de conhecimentos mais profundos sobre assuntos específicos (P-1).

Mai (2000, p. 270) explica que as etapas do processo de indexação devem ser vistas como interpretações e não como regras mentais; pensamento que permite distinguir o processo cognitivo que a indexação envolve e o processo propriamente dito. Na visão do autor existe uma interpretação com base na descrição da tarefa técnica da indexação enquanto esta é realizada pelo bibliotecário indexador que em vários momentos poderá não conhecer o assunto do documento indexado, mas terá que interpretá-lo para atingir os objetivos da indexação. Isso significa dizer que a indexação não é uma atividade puramente mecânica, mas que demanda a interpretação do texto do documento pelo sujeito que a realiza (MAI, 2000). Neste cenário, a análise de assunto é considerada uma etapa complexa por possuir caráter interdisciplinar em todas as suas fases, especificamente na fase da leitura documental, na qual o leitor profissional introduz um sentido perceptivo e intelectual ao texto por meio de suas ações e capacidade subjetiva de interpretar (NAVES, 2001). Diante o exposto, fica evidente que o tratamento temático da informação é um processo complexo e subjetivo, o que reforça a premência de incorporar na prática profissional a política de indexação, como forma de estabelecer indicações para a seleção do assunto baseando-se no perfil do usuário que cada biblioteca universitária estabeleceu atender (FUJITA, 2003); o que fará, de acordo com a fala do sujeito participante em foco, que os bibliotecários indexadores se sintam mais seguros em realizar o tratamento temático da informação. Tal confiança, por sua vez, advém com o estabelecimento de diretrizes bem definidas de política de indexação que aliam a filosofia e objetivos institucionais aos conhecimentos teóricos e metodológicos que não sofrem distorções e atuam como facilitadores do processo de tratamento temático da informação.

A fala a seguir aponta que a área de Organização e Representação do Conhecimento deve promover o desenvolvimento de novos estudos que cerquem temas relacionados ao estabelecimento e formalização da política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias, considerando, para tanto, as questões metodológicas para a elaboração dessas diretrizes nos mais variados contextos de informação. Esta consciência do sujeito participante sobre a importância de serem conduzidas no campo científico investigações sobre política de indexação é um resultado bastante animador, pois demonstra, em certa medida, uma preocupação

profissional para que estudos sobre o tema sejam empreendidos no campo científico.

A necessidade do estabelecimento de política de informação e sua respectiva formalização pelas unidades, as questões metodológicas para a elaboração da política de indexação, quem utiliza e/ou se destina a política de indexação, a política institucional da unidade de informação (P-2).

Apesar de a literatura especializada abarcar discussões sobre o papel, aplicabilidade e elementos básicos constituintes da política de indexação, observados principalmente em Carneiro (1985), Guimarães (2004), Rubi (2004; 2008) e Gil Leiva e Fujita (2012), avançar nestas questões é uma forma segura de conscientizar a necessidade de elaborar e utilizar a política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias para conduzir com segurança as ações dos bibliotecários indexadores. O estabelecimento seguro do conhecimento acerca dos princípios teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento no âmbito da prática profissional é a compreensão clara por parte dos bibliotecários indexadores de que a qualidade da ação de informação é dependente de discussões no âmbito científico. Teoria e prática profissional são dependentes, determinantes para a ação transformadora da informação em conhecimento, “[...] que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor” (BARRETO, 1999, p. 373). Smith (2009, p. 62) esclarece que “a atribuição de sentido à informação é resultante de sua organização”. Logo, a tarefa de organizar a informação é trabalhada no campo científico para que a prática profissional tenha condições seguras e favoráveis de desempenhar a atividade nos diferentes domínios informacionais. Dito desta maneira, “não é possível, e nunca será possível, constituir um campo científico fundado numa prática profissional: uma ciência pressupõe leis e princípios básicos que podem ter sido originados numa prática [...], mas que não podem se restringir às práticas profissionais” (SMITH, 2009, p. 65).

Por fim, um dos questionários analisados apresentou como resposta a necessidade de serem ampliadas as discussões relativas ao nível [que] deve ser feita a indexação dentro da instituição (P-3). O interessante nesta indicação é observar uma efetiva preocupação por parte do sujeito participante sobre o nível de abrangência em que o sistema de informação permite especificar os conceitos

identificados no documento. Um dos fatores que influenciam o tratamento temático da informação realizado no contexto de bibliotecas universitárias é exatamente a definição das concepções que devem ser consideradas ao definir como todo o processo ocorrerá, incorporando-os de forma detalhada na política de indexação vigente. Seguindo a máxima de que a eficácia de todo e qualquer sistema de recuperação da informação é dependente da análise de assunto que nele é realizada (LANGRIDGE, 1989), ou ainda que a qualidade dos produtos e serviços informacionais depende, principalmente, da competência com que a mesma é praticada (DIAS, 2004), pode-se considerar a determinação do assunto do documento o fator de maior impacto no processo de tratamento temático da informação. Nesta perspectiva, a etapa da análise de assunto abarca três diferentes concepções que, inevitavelmente, afetam o desempenho profissional por estarem diretamente relacionadas com os objetivos institucionais e, conseqüentemente, com os objetivos específicos de cada contexto de informação, conforme indica Albrechtsen (1993, p. 220, grifo nosso):

Concepção simplista vê os assuntos como entidades absolutas objetivas que podem ser derivadas como abstrações lingüísticas diretas de documentos ou resumidas. De acordo com esta concepção, a indexação pode ser totalmente automatizada. A concepção simplista de análise de assunto vê os assuntos como abstrações diretas dos documentos.

Concepção orientada ao conteúdo envolve uma interpretação dos conteúdos dos documentos que vão além do léxico e algumas vezes da estrutura superficial gramatical. Baseia-se tanto nas informações explícitas quanto nas implícitas presentes nos textos.

Concepção orientada à necessidade vê as entradas de assunto como instrumentos para a transferência de conhecimento. De acordo com esta concepção, os documentos são criados para a comunicação do conhecimento, e as entradas de assunto deveriam ser feitas para funcionar como instrumentos para mediar e traduzir este conhecimento visível para quaisquer pessoas interessadas.

Em um estudo mais recente, Mai (2000, p. 287) destaca outras cinco⁷¹ concepções básicas da análise de assunto, integrando nestas as concepções apresentadas por Albrechtsen (1993):

⁷¹ Conforme o texto original (MAI, 2000), os termos em língua inglesa apresentam-se com a seguinte grafia: *simplistic conception, document-oriented, content-oriented, user-oriented e requirement-oriented*.

- **Concepção simplista da indexação:** ligada ao Empiricismo, enfoca a extração automática e manipulação estatística de palavras;
- **Concepção orientada ao documento:** relacionada a uma posição Racionalista, nesta concepção o indexador investiga partes do documento;
- **Concepção orientada para o conteúdo:** sendo uma concepção objetivista, desconsidera outras formas de indexação e busca descrever o conteúdo do documento da forma mais fiel e fidedigna possível;
- **Concepção orientada ao usuário:** o bibliotecário indexador leva em consideração o conhecimento dos usuários sobre o assunto para realizar a representação conceitual. Prevê que a demanda de usuários é relativa, variando de acordo com as características dos contextos de informação, mesmo quando se trata do mesmo documento. A análise do documento neste caso é baseada em um grupo em potencial de determinado domínio, cuja análise varia de acordo com os interesses da comunidade de usuários e;
- **Concepção orientada à demanda:** o indexador conhece as necessidades dos usuários, sendo uma prática mais comum em organizações menores, o que viabiliza este tipo de serviço específico.

Diante do que foi aventado e, especialmente, das reflexões estabelecidas ao longo desta pesquisa, a concepção orientada à necessidade indicada por Albrechtsen (1993) e a concepção orientada ao usuário de Mai (2000) vão ao encontro com as indicações de Rubi (2008, p. 145) quando sinaliza a importância da individualização da recepção da informação pelo usuário, “[...] uma vez que ele estaria contemplado por meio dos assuntos designados para representação dos documentos” ou quando se considera que as limitações do processo de representação da informação é fruto, dentre outros, da permanente evolução dos estados de conhecimento (MARTINS, 2008, p. 81). Ademais, não se pode esquecer que os sujeitos que estabelecem relações em determinadas culturas necessitam de diferentes tipos de informação (BEGHTOL, 2002), assim como em Mai (2000) que aponta como principais problemas da representação do conhecimento aqueles relacionadas à linguagem e aos significados.

Portanto, considera-se proveitoso que os níveis de análise de assunto em contexto de bibliotecas universitárias sejam encaminhados a partir das concepções que considerem “[...] os dados do assunto como instrumentos de transferência do conhecimento, apontando um encontro pragmático da informação ou do conhecimento” (FUJITA, 2003b, p. 44), em outras palavras, priorizem os interesses e expectativas de sua comunidade usuária. Entende-se ser este um fator indutor para uma efetiva transferência da informação no âmbito de bibliotecas universitárias, isto é, do provimento da informação e não somente o armazenamento (CARVALHO, 2004).

Quanto aos elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias, terceira questão do eixo em análise, um dos sujeitos participantes indicou, além dos elementos observados na literatura especializada, serem contempladas considerações acerca do comportamento dos profissionais que atuam no processo de tratamento temático da informação, conforme segue:

A exaustividade e especificidade dos termos, os autores envolvidos na elaboração da política de indexação, a linguagem documentária utilizada no estabelecimento da política de indexação, a atualização da política de indexação, o comportamento de quem utiliza e/ou se destina a política de indexação, o tipo de material de informação (P-2).

Certamente, esta é uma recomendação bastante pertinente quando considerado que o processo de tratamento temático da informação, mais precisamente a etapa da análise de assunto envolve, “[...] além de um alto grau de subjetividade, responsabilidade por parte do leitor profissional, advinda a partir de uma sólida formação educacional e experiências cotidianas” (DAL’ EVEDOVE, 2010, p. 115). Ao “[...] julgar e mediar às qualidades de um documento para usuários potenciais” (ALBRECHTSEN, 1993) nota-se a responsabilidade que percorre a ação do leitor profissional no momento de atribuir conceitos que refletirão a objetividade das informações contidas no documento. À influência do bibliotecário indexador ocorre por meio de fatores inerentes ao funcionamento da mente humana, inerentes à pessoa, independentemente de sua competência profissional. Naves (2001, p. 192) indica que os principais fatores são a subjetividade (por causa de suas inclinações pessoais e afetivas diferentes indivíduos criam diferentes figuras ou

ideias de uma mesma informação externa), o conhecimento prévio (estoque de conhecimento armazenado na memória do sujeito, assimilado e adquirido em suas vivências) e a formação e experiência (um mínimo de conhecimentos da área em que se está indexando).

Os determinantes apresentados permitem afirmar que a influência desses fatores na prática profissional do tratamento temático da informação pode ser amenizada quando se é estabelecido um mínimo de diretrizes de política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias. Isto porque, a configuração de diretrizes que cerquem questões éticas atenderia, em grande parte, a presença de desvios e/ou inclinações pessoais e afetivas do bibliotecário indexador no momento da seleção e atribuição de conceitos representativos do documento. Ademais, o processo seria padronizado e todas as etapas necessárias a sua realização estariam amparadas em conhecimentos teórico-práticos aceitáveis. Aliado a isso, é possível pensar no conhecimento prévio, o qual é assimilado e adquirido pelos profissionais em suas vivências. Contreras (2002, p. 107) assinala que “nesse tipo de situação, o conhecimento não se aplica à ação, mas está tacitamente personificado nela”. Complementando tal reflexão, adverte que:

Nossa prática cotidiana está normalmente assentada em um conhecimento específico. Há uma série de ações que realizamos espontaneamente sem parar para pensarmos nelas antes de fazê-las. São compreensões das coisas ou competências que internalizamos de tal forma que seria difícil descrever o conhecimento que implicitamente revelam essas ações. Muitas vezes nem sequer somos conscientes de tê-las aprendido, simplesmente nos descobrimos fazendo-as (CONTRERAS, 2002, p. 106-107).

Diante disso, a formação e experiência profissional são necessárias, mas é importante que o bibliotecário indexador se conscientize que ter uma formação inicial adequada e, adicionalmente, uma formação em serviço não bastam para que o processo de tratamento temático da informação seja realizado com um mínimo de coerência e rigor teórico e metodológico, bem como esteja atrelado aos objetivos institucionais. Infelizmente, nem sempre é possível resolver problemas com base nas experiências diárias, especificamente quando considerado o contexto dinâmico das bibliotecas universitárias. Sobre isto, cabe reafirmar que o estabelecimento de uma política de indexação é uma possibilidade real para resolver questões não

habituais relativas ao processo de tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias. Contudo, é preciso que o bibliotecário indexador seja um profissional reflexivo, tendo “[...] a capacidade de utilizar o pensamento como atribuidor de sentido” (ALMEIDA, 2008, p. 57). Esse fator da reflexão contribui para que a formação inicial e a formação em serviço, aliadas as experiências cotidianas da profissão, imprimam valor à política de indexação e contribuam para a elaboração e avaliação dessas diretrizes no contexto de atuação profissional.

Em uma das respostas dos questionários foram listadas cinco indicações a serem consideradas nas diretrizes de política de indexação. Destas, quatro contemplam questões referentes ao momento da preparação da política de indexação, sendo estas:

1. Conhecimento da área que a instituição atende.
2. Conhecimento da comunidade usuária.
3. Valores, missão e objetivos da Instituição.
4. Princípios, objetivos e características do Sistema de Informação.
5. Objetivos, fundamentos e características da atividade de indexação. (P-1).

Este resultado acentua a importância de ferramentas, métodos e modelos de gestão do conhecimento para identificar, com maior precisão, os aspectos culturais, cognitivos e sociais que permeiam o contexto das bibliotecas universitárias para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica. Rubi (2008, p. 150) atesta tal indicação quando enfatiza que “a política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa objetivando a gestão da informação registrada de modo a dar visibilidade, na recuperação da informação, para as bibliotecas universitárias”.

Por fim, a última questão do questionário para o profissional revelou que cinco dentre os onze enunciados não são considerados oportunos na ótica dos sujeitos participantes, o que totaliza 11,30% das respostas. Do total, 84,10% das respostas foram assinaladas nas opções concordo ou concordo totalmente e apenas 4,5% constam na categoria indiferente, conforme dados apresentados da tabela a seguir:

TABELA 3: Distribuição das respostas dos profissionais por escala

ENUNCIADOS	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS				
	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Que a indexação seja desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação.	0	1	0	1	2
A representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação.	0	0	0	3	1
A adequação dos assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária.	0	0	0	2	2
A criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos.	1	0	0	1	2
Uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social.	1	0	0	1	2
A personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário.	1	0	1	2	0
A identificação do valor da informação para os diferentes grupos de usuários visando à construção de sentido no processo de recuperação da informação por parte do usuário.	0	0	0	2	2
Que os objetivos e interesses informacionais dos usuários sejam admitidos no momento da representação conceitual do documento para tornar a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações.	0	0	0	1	3
Que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.	0	0	1	0	3
Que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações.	0	1	0	0	3
O desenvolvimento e aprimoramento de serviços e produtos que atendam usuários cada vez mais exigentes com o desempenho do catálogo coletivo online e com a representação da informação que possibilitem a busca e recuperação por assuntos compatíveis com suas necessidades informacionais.	0	0	0	2	2
TOTAL	3	2	2	15	22
PERCENTUAL	6,8%	4,5%	4,5%	34,1%	50,0%

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os que foram assinalados pelos sujeitos participantes na alternativa discordo ou discordo totalmente, especial destaque seja dado ao enunciado Que a indexação seja desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação. Ao atuar como um indexador no tratamento temático da informação, o profissional bibliotecário realiza a análise de assunto para identificar e selecionar conceitos que melhor representem o conteúdo do documento com a finalidade de preencher o campo de assunto nos formatos catalográficos (RUBI, 2008). Tal atitude condiciona que a representação conceitual do documento seja realizada no contexto de bibliotecas universitárias e, por decorrência, assegurada a qualidade na recuperação de conteúdos documentários pertinentes por parte do usuário. Isto porque, como bem esclarece Fujita (2013, p. 44), “esta relação direta de causa e efeito entre a representação e a recuperação é intermediada pela indexação”. Desse modo, concorda-se com Boccato (2009, p. 234-235) ao afirmar que ambas as operações, catalogação e indexação, são representações do documento “[...] que visto pelo usuário, por meio da apresentação dos registros bibliográficos, devem retratar o mais fielmente possível a totalidade informacional que ele possui, seja pelo “olhar” da forma, seja pelo “olhar” do conteúdo”. A referida autora assume o posicionamento de que o bibliotecário catalogador deve atuar também como um indexador, reconhecendo, para tanto,

[...] a importância desse papel na construção de catálogos coletivos recuperáveis por pontos de acesso de assunto constituídos a partir da análise e da representação do assunto do documento, com vistas à recuperação da informação personalizada que retrate as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social (BOCCATO, 2009, p. 235).

Apesar de alguns estudos como os de Rubi (2008) e Boccato (2009) indicarem A personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário, verifica-se que para um dos sujeitos participantes esta prática é inapropriada para o contexto de bibliotecas universitárias. Este resultado indica falta de sintonia entre o universo teórico-metodológico e prático-aplicado do tratamento temático da informação ou, mesmo, desconhecimento por uma parcela da sociedade profissional dos conhecimentos teórico-práticos que estão sendo desenvolvidos pela literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento. Sobre isto, cabe ratificar que

teoria e a prática profissional estão inexoravelmente relacionadas, em que um alimenta o trabalho do outro (BORKO, 1968). Com efeito, teoria e prática profissional devem estar interconectadas, cujo relacionamento harmonioso é direcionar esforços para atribuir consistência aos produtos e serviços informacionais, repercutindo com satisfação as exigências atuais da comunidade usuário de bibliotecas universitárias. Implica, portanto, reconhecer que a vivência profissional no tratamento temático da informação exige a incorporação de novos conhecimentos a partir da educação continuada, sendo esta “[...] um processo de transformação sócio-cultural, por meio do qual o ser humano se desenvolve, informando-se e acompanhando as transformações da sociedade em cada contexto” (PEREIRA, 1999, p.187).

Relativo ao enunciado *Que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações* o posicionamento contrário por parte de um dos sujeitos participantes indica que nem todos os atores sociais investigados nesta pesquisa são conscientes de que não basta tratar, mas, sim, prover informações de qualidade e compatíveis com o interesse de busca dos usuários, isto é, tornar a informação passível de uso. Este resultado reforça a ideia de que a inércia com que a política de indexação é inserida nas ações profissionais em muito condiciona o resultado do processo de tratamento temático da informação realizado pelo bibliotecário indexador. A inexistência de diretrizes que agreguem os procedimentos realizados na prática cotidiana aos interesses dos usuários em muito contribui para a falta de consciência do bibliotecário indexador sobre a importância do usuário figurar no centro do processo. Ora, não é de se estranhar que ainda existam profissionais bibliotecários alheios às necessidades informacionais dos usuários, como na situação sobredita.

Os enunciados *A criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos* e *Uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social* também figuram entre os que os atores sociais testados na vertente profissional se posicionaram de forma contrária. Não obstante, os outros 75% das respostas foram acopladas nas categorias concordo ou concordo totalmente, o que demonstra que são indicações consideradas oportunas pela sociedade profissional que atua no processo de tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias.

4.1.3 Perspectiva dos usuários

Conforme explanado, no questionário para o usuário de biblioteca universitária, integrante ativo em um dos Grupos de pesquisa selecionados nesta pesquisa, os atores sociais da vertente de uso deveriam opinar, utilizando uma escala composta por cinco alternativas, sobre a recuperação da informação realizada no catálogo de suas respectivas bibliotecas universitárias por meio do campo de busca por assunto. Do total, apenas 3,2% das respostas foi assinalado na terceira categoria (indiferente), fato que demonstra que a grande parcela dos atores sociais testados possui uma opinião formada sobre os enunciados que lhes foram apresentados, conforme consta na tabela abaixo:

TABELA 4: Distribuição das respostas dos usuários por escala

ENUNCIADOS	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS				
	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
O campo de busca por assunto para a recuperação da informação no catálogo da biblioteca atende satisfatoriamente as suas necessidades de busca.	0	21	0	21	8
A recuperação por assunto no catálogo oferece informações necessárias à execução de suas pesquisas.	5	16	3	20	6
Os termos utilizados por você no momento da busca por assunto no catálogo da biblioteca são compatíveis com os termos listados pelo sistema.	7	27	0	11	5
O campo de busca por assunto apresenta um alto índice de respostas com registro nulo de recuperação da informação.	5	13	0	29	3
Os termos listados pelo sistema devem representar os aspectos que envolvem o leitor e seus interesses específicos de forma a melhor atender os usuários.	0	0	5	10	35
TOTAL	17	77	8	91	57
PERCENTUAL	6,8%	30,8%	3,2%	36,4%	22,8%

Fonte: Elaboração própria.

No primeiro enunciado, O campo de busca por assunto para a recuperação da informação no catálogo da biblioteca atende satisfatoriamente as

suas necessidades de busca, 42% das respostas foram contrárias com o exposto e o mesmo resultado se aplica as respostas favoráveis, sendo os outros 16% das respostas oriundos da alternativa concordo totalmente. Nota-se certo equilíbrio por parte dos sujeitos investigados sobre a recuperação da informação no catálogo das bibliotecas universitárias. Apesar de a grande maioria considerar o campo de busca por assunto para a recuperação da informação eficaz, é importante indicar que para uma outra parcela bastante representativa esta ação não é satisfatória.

Relativo ao enunciado A recuperação da informação por assunto no catálogo oferece informações necessárias à execução de suas pesquisas, 40% das respostas dos questionários foram assinaladas na alternativa concordo e outros 32% na alternativa discordo. Este resultado é praticamente proporcional quando se considera que outros 12% contemplam a opção concordo totalmente e 10% resultam da opção discordo totalmente. No geral, tem-se um total de 52% de respostas favoráveis ao enunciado. Este resultado indica que a maioria dos sujeitos participantes acredita ser a recuperação da informação por assunto uma maneira eficiente em atenção aos seus interesses de busca. No entanto, observa-se que do total das respostas, 42% foram assinaladas nas categorias discordo ou discordo totalmente do enunciado.

O terceiro enunciado Os termos utilizados por você no momento da busca por assunto no catálogo da biblioteca são compatíveis com os termos listados pelo sistema apresentou a maioria das respostas na alternativa discordo, totalizando 54% do total. Neste, outros 14% das respostas também foram assinaladas na categoria discordo totalmente, sendo a somatória da alternativa concordo ou concordo totalmente representando por apenas 32% do total das respostas obtidas. Certamente, o alto número de respostas desfavoráveis com este enunciado reflete o descontentamento, por parte dos atores sociais investigados, com o vocabulário adotado pelas bibliotecas universitárias para prover a busca nos sistemas de informação. Este resultado reafirma o posicionamento assumido nesta pesquisa, o qual considera que a informação não é portadora de sentido. Como bem esclarece Smith (2009, p. 61-62) “para que a informação, no contexto de um sistema de informação, ‘faça sentido’, ou seja, que sua presença se justifique naquele contexto e que o sistema possa atribuir um sentido à informação é necessário organizá-la”. Tal organização, por sua vez, deve considerar o usuário como o ponto central dos

esforços empreendidos nesta atividade. Dentre outros contributos, esta postura viabiliza que os produtos e serviços informacionais gerados no contexto de bibliotecas universitárias não fiquem alheios aos valores, exigências e necessidades dos usuários, enquanto sujeitos sociais que devem ser capazes de construir sentido a partir das informações que recebem no momento da recuperação nos sistemas de informação.

O enunciado *O campo de busca por assunto apresenta um alto índice de respostas com registro nulo de recuperação da informação* apresenta 58% do total das respostas na alternativa concordo. Têm-se ainda outros 6% das respostas assinaladas em concordo totalmente. Este resultado, 64% do total, indica que a maior parte dos atores sociais não considera que o campo de busca por assunto seja uma opção que permita a recuperação de registros que satisfaçam os seus interesses informacionais. No caso, a lacuna existente entre o processo de busca no catálogo da biblioteca universitária e a efetiva transferência de informação pode ser resultante da incompatibilidade dos termos utilizados pelo usuário e os empregados pelo sistema de informação. Sobre isto, é oportuno reforçar a importância da etapa de análise de assunto enquanto atividade decisiva para o efetivo atendimento das necessidades informacionais dos usuários. À medida que possui uma dimensão estratégica ao atribuir significação à informação, em atenção às características da comunidade usuária e do contexto informacional, reflete uma preocupação efetiva com a dimensão de uso. Nesta perspectiva, é imprescindível evidenciar que, “sendo o sujeito um ator social, uma ação de busca informacional, mesmo se feita de modo particular, reflete, em certa medida, uma necessidade gerada, condicionada ou regulamentada socialmente” (GRACIOSO, 2008, p. 20). Logo, desenvolver e aprimorar produtos e serviços informacionais que atendam satisfatoriamente uma comunidade usuária real e potencial que exige que os catálogos coletivos *online* e a representação da informação possibilitem a busca e recuperação por assuntos compatíveis com suas necessidades informacionais é o compromisso a ser assumido por profissionais bibliotecários (RUBI, 2008; BOCCATO, 2009; GIL LEIVA e FUJITA, 2012). Para Boccato (2009, p. 236),

Essa nova postura de atuação tanto do bibliotecário quanto do usuário ratifica o elo que deve existir entre a indexação e a recuperação da informação, intermediados pela adoção de sistemas de organização do conhecimento caracterizados pelas linguagens

documentárias alfabéticas que possibilitem a representação fiel dos assuntos dos documentos.

O último enunciado *Os termos listados pelo sistema devem representar os aspectos que envolvem o leitor e seus interesses específicos de forma a melhor atender os usuários* comporta 70% de respostas favoráveis e outros 20% de respostas totalmente favoráveis com tal afirmativa. Este resultado indica que a maior parte dos sujeitos pesquisados defende a compatibilidade de termos entre o sistema de informação e seus respectivos usuários. Sobre isto, é importante salientar que a biblioteca universitária está inserida em um universo de conhecimento específico, característica que implica na elaboração de produtos e instrumentos que demonstrem essa realidade. Nesta perspectiva, “a linguagem documentária, como um componente do catálogo, deve representar esse conteúdo científico de alta especialização promovendo a mediação e a comunicação entre a indexação e a recuperação da informação [...]” (BOCCATO, 2009, p. 235), tendo em vista a compatibilidade entre a representação e recuperação da informação.

Realizadas as análises dos dados dos questionários aplicados nesta pesquisa com os atores sociais pertencentes a vertente científica, vertente profissional e vertente de uso, parte-se para uma análise comparativa do conjunto dos resultados ora apresentados.

4.2 Análise comparativa dos resultados

O discurso dos atores sociais na vertente científica revela uma abertura favorável por novas indicações que permitam conceber a informação como prática social (CAPURRO, 2003). O conjunto de enunciados apresentadas na quarta questão do questionário aplicado com este grupo social foi amplamente aceito e considerado oportuno que suas indicações sejam trabalhadas na política de indexação, sobretudo, em razão da dinâmica e complexidade que envolve o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Enquanto nesta vertente tem-se o pensamento de que a política de indexação propicia novas formas de se pensar as regras vigentes e avançar na

persecução dos objetivos estabelecidos pela biblioteca universitária, observa-se que esta não é a mesma postura assumida na vertente profissional. Isto porque, alguns dos enunciados foram considerados inapropriados ao trazerem uma abertura a novas possibilidades para a representação e disponibilização da informação.

Na vertente científica os atores sociais testados reconhecem o importante papel da política de indexação e são conscientes da necessidade de novas pesquisas na temática que integrem o eixo horizontal e o eixo vertical, isto é, o encaminhamento de pesquisas que discutam as problemáticas que cercam o processo, mas, que, também, direcionem o olhar para os aspectos culturais que envolvem o contexto de bibliotecas universitárias, especificamente os relativos aos usuários na condição de sujeitos sociais imersos em domínios do conhecimento com identidades e características particulares. Por outro lado, na vertente profissional esta preocupação não foi completamente assumida, quando se observa uma opinião contrária para a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos ou, ainda, sobre a indicação de uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social, bem como de uma personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário.

No geral, verifica-se que os docentes são conscientes sobre o posicionamento estratégico que a política de indexação possui no contexto de bibliotecas universitárias ao contribuir na promoção da democracia e respeito às demandas de suas comunidades usuárias. No entanto, na vertente profissional verifica-se que uma parcela dos atores sociais não possui plena consciência da importância dos usuários figurarem no centro do processo de tratamento temático da informação. Esta colocação assenta-se na não aceitação ampla dos enunciados que indicam que a indexação deva ser desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação e que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações. Na vertente científica, tem-se o entendimento de que as ações humanas são práticas sociais e, portanto, tem que haver significado na informação para que esta satisfaça o usuário. Observa-se esta preocupação na vertente profissional no momento em que um ator social

demonstra preocupação sobre o nível de abrangência que deva ser realizado o tratamento temático da informação no contexto de bibliotecas universitárias.

Uma das preocupações observadas na vertente científica e na vertente profissional reside na subjetividade do processo de tratamento temático da informação e na relevância deste tema ser considerado nas diretrizes de política de indexação. Particularmente, a vertente científica sinaliza a necessidade da política de indexação prever questões éticas, cuja preocupação se revela na vertente profissional com a preocupação de serem contempladas na política de indexação considerações acerca do comportamento dos bibliotecários indexadores enquanto leitores profissionais.

A análise comparativa entre os resultados advindos com os atores sociais testados na vertente científica e na vertente profissional demonstra que ambas as vertentes julgam pertinente que as atividades relacionadas à gestão (infraestrutura e, também, as relações humanas) sejam pontualmente explicitadas na política de indexação, refletindo o padrão de cultura organizacional do contexto da biblioteca universitária, considerando, para tanto, as necessidades diversas de sua comunidade acadêmica. Enquanto na vertente científica o direcionamento é dado para o encaminhamento de pesquisas sobre política de indexação na área de Organização e Representação do Conhecimento com interface na área de Gestão do Conhecimento; na vertente profissional esta preocupação se materializa na indicação de que o comportamento dos bibliotecários indexadores que utilizam e/ou se destina a política de indexação deva ser considerado no momento da elaboração dessas diretrizes no contexto de bibliotecas universitárias.

No geral, os resultados oriundos destas duas vertentes apontam que a política de indexação, enquanto conjunto de decisões que visa esclarecer os interesse e objetivos da biblioteca universitária, especificamente os relacionados ao sistema de recuperação da informação, precisa incluir em suas especificações elementos que abarquem o contexto de biblioteca universitária, em todas as suas especificidades, pois “a política de indexação interessa a profissionais que realizam o tratamento temático de documentos, aos gestores e dirigentes de sistemas de recuperação da informação, aos usuários e aos próprios sistemas de informação” (FUJITA, 2012a, p. 13). Em especial, a aceitação, pela maioria dos atores sociais

dos enunciados estabelecidos na quarta questão do questionário, revela que outros elementos precisam ser considerados nas diretrizes para elaboração de política de indexação, como forma de abarcar as variáveis observadas no decorrer desta pesquisa e que influem no desempenho do tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias. Em complementação, têm-se os resultados obtidos na vertente de uso, os quais apontam que para a maioria dos usuários os termos utilizados no momento da busca por assunto no catálogo de suas bibliotecas universitárias não são compatíveis com os termos listados pelo sistema de recuperação da informação e, também, que uma parcela significativa desses usuários considera que a recuperação por assunto não atinge o objetivo esperado, ou seja, não atende satisfatoriamente as suas necessidades de busca.

Com base nestes resultados, encaminha-se a pesquisa para a definição de diretrizes de orientação para definição de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias, bem como propor atualização de alguns dos elementos vigentes na literatura especializada.

SEÇÃO 5

PROPOSTA DE DIRETRIZES DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Na esteira dos resultados obtidos com a investigação da política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias, a presente seção comporta a proposta de novas diretrizes que devem subsidiar a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias. Para tanto, toma-se como base as considerações teórico-conceitual e prático-aplicada sobre os temários investigados na revisão de literatura e nas considerações analíticas e comparativas obtidas por meio da aplicação dos questionários aplicados com docentes, profissionais e usuários. Contempla, portanto, o quarto objetivo específico – delinear diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias brasileiras com base na perspectiva dos docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento, profissionais bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias. Além disso, aqui são apresentadas as análises e resultados provenientes do Protocolo Verbal aplicado junto à sociedade profissional para cumprir com o quinto objetivo específico – avaliar metodologicamente as diretrizes propostas mediante aplicação de Protocolo Verbal em Grupo com profissionais indexadores de bibliotecas universitárias brasileiras.

5.1 Proposição de novas diretrizes de política de indexação

Considerando-se as indicações de política de indexação presentes na literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento e compiladas por Rubi (2008), bem como os resultados obtidos com as análises dos questionários aplicados com os atores sociais testados nesta pesquisa, são sugeridas novas diretrizes a serem consideradas na elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias.

A tarefa de propor novas diretrizes de política de indexação deriva das bibliotecas universitárias apresentarem diferentes realidades; terem objetivos e características próprias. Muitas vezes, o que é adequado para uma biblioteca universitária pode não ser pertinente para outra. Sendo assim, optou-se por seguir a linha de propor diretrizes pensando-as como algo flexível, em que cada biblioteca universitária deva adequar estas indicações de acordo com os objetivos a serem alcançados no cumprimento de suas atividades. Com efeito, ressalta-se que todas as diretrizes aqui apresentadas visam tornar a política de indexação mais coerente quanto à aplicação dos conhecimentos teóricos do processo frente às especificidades da prática cotidiana da profissão realizada em contextos diversificados por domínios de conhecimento especializados.

Todas as diretrizes propostas são estabelecidas com o objetivo de orientar sobre um determinado problema evidenciado nas discussões e resultados apresentados ao longo desta pesquisa. Para a exposição dessas diretrizes, adotam-se as duas primeiras fases da elaboração de política de indexação (quadro 2), pois a fase de avaliação é o momento em que o modelo de política de indexação será discutido pela equipe da biblioteca universitária para indicação de ajustes e melhorias e, também, para completar a proposta de diretrizes. Respeitando-se as particularidades de cada biblioteca universitária e de seus respectivos sistemas de informação, as diretrizes propostas são:

1. Preparação:

- As características e os objetivos institucionais deverão ser claramente identificados, servindo de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política de indexação;
- Cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar;
- Realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária; e

- Prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação pela comunidade usuária, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários.

2. Desenvolvimento:

- Delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada. Recomenda-se que os níveis de análise de assunto sejam encaminhados a partir da concepção orientada ao usuário, na qual o bibliotecário leva em consideração o conhecimento especializado da comunidade usuária sobre os assuntos para realizar a representação conceitual do documento;
- Realizar a representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação;
- Adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária; e
- Prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos. Recomenda-se que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.

5.2 Política de indexação para bibliotecas universitárias do ponto de vista da sociedade profissional

As análises dos dados obtidos com o Protocolo Verbal em Grupo aplicado com bibliotecários indexadores que atuam em um dos contextos de bibliotecas universitárias que compõem o universo da pesquisa foram agrupadas em categorias. Essas categorias de análise foram delimitadas a partir das fases da política de

indexação indicadas pela literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento. Tais categorias de análise são apresentadas em unidades específicas objetivando-se, assim, descrever pontualmente os resultados obtidos e suscitar a compreensão dos apontamentos levantados pelos sujeitos participantes sobre as diretrizes de política de indexação que serviram de orientação para levar a cabo as discussões. As falas seguem a indicação de cada um dos sujeitos participantes com o propósito de evidenciar cada uma das partes envolvidas, sendo cada fala numerada sequencialmente.

Dentre todas as falas transcritas, utilizaram-se aquelas que melhor explicitassem e/ou exemplificassem os temários abordados nas respectivas categorias de análise empregadas nesta pesquisa, os quais foram retirados da transcrição literal do protocolo verbal. Vale destacar, ainda, que a disposição estrutural das falas dos sujeitos participantes visa propiciar uma melhor observação e compreensão das discussões sociais empreendidas com a aplicação da modalidade de Protocolo Verbal em Grupo. Os trechos significativos de cada categoria estão sublinhados, sendo dispostos de maneira complementar com uma síntese analítica explicando os exemplos apresentados, destacando e indicando os aspectos referentes à política de indexação. Ademais, a ênfase na análise dos dados coletados foi direcionada na tentativa de identificar as opiniões, impressões, concepções e comportamentos pessoais e coletivos dos profissionais bibliotecários investigados acerca das diretrizes apresentadas e exploradas durante a discussão grupal.

5.2.1 Apresentação e análise dos dados do Protocolo Verbal em Grupo

Neste momento da pesquisa são expostos e discutidos os principais resultados advindos das análises do Protocolo verbal em Grupo. À medida que os resultados dos temários investigados em cada categoria de análise são apresentados, tecem-se comentários e reflexões acerca dos pontos evidenciados pelo grupo social testado, com respaldo nos diálogos teóricos estabelecidos nesta pesquisa e, simultaneamente, com a literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento, com destaque para as questões

de política de indexação a fim de promover discussões sobre os resultados obtidos, com base nas narrativas que foram produzidas a partir da técnica empregada.

Todas as decisões e diretrizes estabelecidas para a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias devem ser pautadas na preparação, desenvolvimento e avaliação. A partir disso, foram consideradas as fases de preparação e desenvolvimento como categorias de análise dos dados do Protocolo Verbal em Grupo. Isto porque, estas foram às fases em que os resultados obtidos com os questionários aplicados com os docentes, profissionais e usuários foram encaminhados.

De modo geral, a preparação é o momento em que, depois de verificadas todas as condições de preparação para o desenvolvimento da política de indexação, toda e qualquer decisão e/ou diretriz a ser estabelecida deve corresponder aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização na qual está inserida e dos usuários atendidos (RUBI, 2008). Em sintonia com tal indicação, as diretrizes de política de indexação delimitadas e expostas para uma avaliação pontual dos bibliotecários indexadores comportam questões de gestão, cultura organizacional e de comportamento profissional. Os desdobramentos destas questões no momento da elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias foram observados a partir das diretrizes estabelecidas e apresentadas para a discussão, quais sejam:

- As características e os objetivos institucionais deverão ser claramente identificados, servindo de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política de indexação.

Os sujeitos participantes dedicaram grande parte da discussão sobre a importância desta fase da política de indexação, o que demonstra uma preocupação pelo estabelecimento de uma política de indexação que considere o contexto de informação, suas características e particularidades. Na ótica desses sujeitos participantes, torna-se de grande relevância que as características e os objetivos da biblioteca universitária sejam considerados na política de indexação, sendo preciso, para tanto, conhecer o usuário para que o bibliotecário indexador tenha condições de elaborar uma política de indexação coerente e passível de aplicabilidade no

âmbito da biblioteca universitária. Seus discursos indicam que a definição precisa das características e objetivos da instituição servirão de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política da biblioteca. Portanto, o posicionamento dos sujeitos participantes reafirma o pensamento de que “[...] a política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa pelas bibliotecas universitárias representada por meio de uma filosofia que reflita os objetivos da biblioteca” (RUBI, 2008, p. 149).

Exemplos:

18 Sujeito 1:

É que na verdade a política envolve o todo, então tem que levar em consideração todas as partes e principalmente a área que você vai atender. Eu acho que você tem que determinar diretrizes que considerem os pesquisadores e quem vai utilizar, principalmente, porque essa questão da padronização dos termos já é mais técnica, de ordem mais específica do bibliotecário, mais direcionado para os catalogadores.

19 Sujeito 2:

Agora, eu acho que a pessoa mais importante para desenvolver uma política de indexação são os usuários e a instituição como um todo. Eu acho que tem que levar em consideração qual é a função dela, qual são os objetivos, o público que vai atender o nível de especificidade que tem que ter.

22 Sujeito 2:

Então eu acho que a política de indexação é direcionada para o usuário e a instituição como um todo, depois descendo na escala de categorias dentro da instituição usuários, pesquisadores, docentes e discentes e a comunidade em geral. Todos devem ser pensados no momento da definição dessa política.

34 Sujeito 2:

Que nem, nesse ponto das características e objetivos eu acho que é tudo isso que a gente colocou, é preciso conhecer os objetivos da instituição e é preciso conhecer o usuário para que o bibliotecário tenha condições de estar desenvolvendo a política de indexação. Então esse primeiro tópico é válido, porque essas coisas vão servir de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política da biblioteca.

Uma questão evidenciada neste ponto da discussão refere-se à necessidade da política de indexação ser regulamentada e publicada. Sobre isto, Guimarães (2000, p. 55-56) afirma que “[...] uma política só poderá ter continuidade e aperfeiçoamento no decorrer dos anos se devidamente registrada em documentos, de modo a que se possa ter clareza [...] do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto”. Para Rubi (2008, p. 173) “[...] a política de indexação deve estar descrita e registrada em manuais de indexação para que possam ser constantemente avaliadas e modificadas, se preciso”. Pode-se aludir que a confluência de ideias entre o campo dos conhecimentos científicos e a prática profissional atesta que o momento que antecede a política de indexação é crucial para cada contexto de informação identificar com precisão todos os aspectos a serem considerados nestas diretrizes, viabilizando o cumprimento de tais indicações

no cotidiano da atividade. A importância de identificar pontualmente todas as características e os objetivos da biblioteca universitária advém com a possibilidade de serem evidenciados aspectos de ordem cognitiva, cultural e social próprios do contexto de informação, os quais devem ser considerados na elaboração de diretrizes de uma política de indexação. Nunes (2004, p. 57) esclarece que sendo a política de indexação um documento específico de cada biblioteca universitária, “[...] há que se admitir diferentes gradações dessa política. Isso é absolutamente esperado. O que não é esperado é a ausência completa de políticas formalmente enunciadas [...]”. Na concepção dos sujeitos de pesquisa o ato de publicar a política de indexação possibilita que outras instituições sejam beneficiadas, como forma de divulgar o trabalho realizado pela instituição, contribuindo com diálogos e trocas de conhecimentos entre os bibliotecários indexadores no cumprimento de suas ações profissionais. Na prática, consideram que o ato de regulamentar e publicar a política de indexação contribui para que esforços sejam minimizados e a política de indexação seja aperfeiçoada.

Exemplos:

12 Sujeito 1:

Aqui na UNICAMP, na Biblioteca Central tem alguma coisa pronta, mas também não foi uma coisa revista, precisa ser retomado, de repente tem alguma coisa que precisa ser acrescentada.

17 Sujeito 1:

Eu acho importante que a política seja publicada, assim até para ver como a outra instituição está trabalhando.

18 Sujeito 2:

É importante ter um documento que comprove e também você divulgar a forma que você faz a catalogação, porque você vai unir esforços para ver o que outra instituição está fazendo, assim trazer melhorias para a política e divulgar o que você faz, trocar ideias entre pares, com bibliotecas da mesma área.

- Cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar.

O enunciado foi bem aceito pelos sujeitos participantes ao demonstrarem a relevância da inclusão desta questão na política de indexação, como forma de contribuir para uma possível padronização e conduta profissional no tratamento temático da informação. Sobre isto, cabe reafirmar que o bibliotecário indexador realiza o processo de tratamento temático da informação em um contexto cultural e

ideológico e, por isso, suas crenças pessoais interferem na representação do conhecimento (PINHO, 2010). Dessa forma, prever na política de indexação questões de orientação e conduta ética é contribuir para que a atuação profissional seja coerente com os objetivos institucionais. Delinear padrões de conduta ética na política de indexação é propiciar que o processo de tratamento temático da informação deixe de ser visto como uma operação empírica “de bom senso dos bibliotecários” (CUNHA, 1989, p. 40). No entendimento dos sujeitos participantes, é importante prever questões de conduta ética na política de indexação porque tal indicação permite aos bibliotecários indexadores terem uma visão mais adequada da sua realidade, refletirem sobre as suas ações de indexação e o significado que essa reflexão pode trazer no cotidiano da profissão. No geral, consideram que diretrizes que tenham essa conotação sejam necessárias por contribuírem diretamente para a mudança de ações e postura profissional frente aos desafios que lhes são colocados todos os dias na prática cotidiana da profissão.

Exemplos:

35 Sujeito 1:

Agora nesse ponto: cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar, isso aqui também é importantíssimo, porque se ninguém seguir o mesmo padrão e falar a mesma linguagem vai ficar sem padrão.

- Realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária

Esta indicação foi considerada de extrema relevância pelos sujeitos participantes como forma de identificar o contexto em que a biblioteca universitária está inserida e, conseqüentemente, definir com maior precisão a função da biblioteca e os objetivos a serem assumidos por ela na atribuição de suas atividades. É notória a postura reflexiva dos sujeitos participantes sobre a necessidade da cultura organizacional ser trabalhada em uma política de indexação direcionada ao contexto de bibliotecas universitárias, as quais são “imbuídas da responsabilidade de mapear e atender às necessidades e intenções de seus usuários” (CARVALHO, p. 169) com rigor e excelência. Ademais, é oportuno ressaltar que a política de indexação requer avaliações contínuas, especificamente no que tange a linguagem

documental quanto do seu “[...] desempenho durante a busca por assunto na recuperação da informação que possa orientar seu aprimoramento e seu uso no processo de representação para indexação documentária” (BOCCATO, 2009, p. 236). Para os sujeitos participantes, o estudo da cultura organizacional viabiliza a identificação dos elementos essenciais que fundamentam a política de indexação na biblioteca universitária, diante de suas particularidades e realidade próprias. Afirmam ainda que, assim como a Universidade preserva a sua cultura, a biblioteca universitária também precisa preservar a sua cultura organizacional e estender essa preocupação no momento do estabelecimento de sua política de indexação, resgatando o histórico da instituição para se delimitar com maior propriedade as iniciativas que deram certo e as que sofreram mudanças ao longo do tempo.

Exemplos:

31 Sujeito 1:

Mas assim, é importante na política também resgatar o histórico, o passado porque tem gente nova que não conhece as tentativas que deram erradas e as que deram certo, então é importantíssimo documentar o histórico da atividade, da instituição para resgatar a cultura da organização porque é ela que vai definir o caminho que a instituição tem que direcionar para elaborar a política. A gente tem um padrão que está formalizado, mas eu não sei se todo mundo adota no dia a dia.

35 Sujeito 1:

Agora, realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária também é algo muito importante.

36 Sujeito 2:

Ah é, esse ponto é muito importante porque como eu falei você precisa ter onde se basear, porque assim, a cultura é quem fornece os elementos essenciais que darão um norte, que fundamenta qualquer política para uma biblioteca no ambiente da universidade, qual o contexto em que a biblioteca está inserida.

43 Sujeito 1:

Eu digo isso porque aqui na UNICAMP de uma forma geral preserva a cultura dela, por isso mesmo que ela é reconhecida dentro de vários aspectos e isso é algo que aqui dentro se preserva bastante e é importante estender isso na política de indexação.

- Prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação pela comunidade usuária, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários.

Para os bibliotecários indexadores é preciso conhecer as opiniões e interesses dos usuários para definir os critérios a serem empregados no estabelecimento da política de indexação. Está postura compromissada por parte dos sujeitos participantes indica que a presença do usuário parece ser vista como

essencial quando se considera a elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Outra questão é de que o profissional precisa conhecer a área de especialização da biblioteca universitária para poder compreender a linguagem adotada pelo usuário. No geral, verifica-se que os sujeitos participantes são favoráveis de que os sistemas de informação devem ser planejados de modo a respeitar as particularidades de cada biblioteca universitária, favorecendo a troca de experiências entre usuários e os profissionais bibliotecários. Rubi (2008, p. 156) esclarece que “deve haver um esforço do bibliotecário no que diz respeito à representação adequada do conteúdo do documento. No entanto, isso às vezes não ocorre, cabendo ao usuário, geralmente especialista no assunto, auxiliar o bibliotecário nessa tarefa”. Mesmo não sendo especialista em todos os assuntos de que trata, o bibliotecário indexador interage com o documento a partir de linguagens documentais especializadas, considerando a intenção do sistema de informação e a estrutura textual do documento. Neste sentido, os sujeitos participantes entendem que conhecer o processo de busca e as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários contribui para que a linguagem documental adotada pelo sistema seja atualizada e a representação conceitual corresponda ao assunto designado pelo usuário no momento da busca.

Exemplos:

12 Sujeito 1:

Aqui na Biblioteca Central tem alguma coisa pronta, mas também não foi uma coisa revista, precisa ser retomado, de repente tem alguma coisa que precisa ser acrescentada, seria mesmo essa falta do catalogador ter mais contato com o aluno, para ele poder tá revendo essa política que foi criada e ver se ele tá de acordo.

21 Sujeito 2:

Agora, conhecer a área do usuário eu acho que é muito importante, eu acho que todo o bibliotecário deveria conhecer a área que ele trabalha pelo menos o básico. O bibliotecário precisa ter o conhecimento para poder conversar, ter a mesma linguagem do usuário.

36 Sujeito 2:

Agora, prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação pela comunidade usuária, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários.

37 Sujeito 1:

Isso é legal.

38 Sujeito 2:

Foi bem o que eu falei antes, tem que conhecer a língua, quando eu disse que usar a mesma linguagem do usuário facilita. E também é importante ele conhecer o modo como a gente trabalha. De repente fazer nesses cursos de pós-graduação um trabalho para ver como é que é trabalhado esses termos, dar uma noção para eles não ficarem tão perdidos, porque só aquela indicação de que eles entrarem na base do acervo não representa tudo o que está relacionado ao trabalho.

Depois de verificadas todas as condições de preparação para a elaboração da política de indexação, a fase de desenvolvimento é a etapa composta de decisões e diretrizes que deverá corresponder aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização na qual está inserida e dos usuários atendidos. Neste ponto da discussão, a primeira indicação a ser considerada na elaboração da política de indexação compreende:

- Delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada.

Nesta questão, a preocupação dos sujeitos participantes foi demonstrar situações vivenciadas na prática profissional que atestam a importância desta delimitação no momento do tratamento temático da informação, considerando, dentre outros fatores, a recuperação no sistema de informação. Cunha (2000, p. 81) esclarece que “a política de indexação seguida pela biblioteca é que irá delinear quais níveis de representação da informação serão adotados em um determinado acervo”. Sobre isto, Rubi (2008) alerta que a tendência geral entre as bibliotecas universitárias é representar o assunto dos documentos no nível mais geral, o que acarreta a recuperação de um grande número de documentos. Nas diretrizes de política de indexação contidas na literatura especializada, o momento da especificidade é considerado crucial, pois se a precisão não for contemplada, o usuário despenderá de um esforço maior para selecionar o item documental que satisfaça diretamente suas intenções de busca (RUBI, 2008). Diante disso, a política de indexação é o local apropriado para se definir com precisão o nível de especificidade sobre qual o documento será representado na biblioteca universitária.

Exemplos:

22 Sujeito 2:

Quem define o nível de especificidade é a própria instituição. Para usar um termo que o usuário traz eu preciso ter certeza de que esse termo já está consolidado naquela área. O usuário ele fala que tem um livro que é sobre o tema dele, aí eu vou pesquisar aqui na Unicamp e acho o livro no geral, por exemplo, tá lá em processos estocásticos, e ele quer um processo que está dentro de processos estocásticos entendeu, os termos são gerais. Tem termos que estão dentro de um livro aqui da Unicamp, mas o livro, por exemplo, está com termos muito gerais, não dão muita especificidade.

38 Sujeito 2:

Já na questão do desenvolvimento, quando o texto fala que é preciso delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada é bem aquilo que eu falei antes, era isso que eu estava querendo

dizer para vocês, eu acho que a gente não tem isso aqui, embora nós tenhamos muita coisa que a gente adota e usa na prática, ainda não está definido isso, porque tem gente que mantém termos gerais.

39 Sujeito 1:

Essa coisa da abrangência é legal porque já teve várias reuniões que foram colocadas isso da abrangência, para procurar colocar assim os pontos principais que o livro trata, não precisa colocar a área geral que ele trata por causa da recuperação, por isso que se delimitou, mas também se precisar usar um termo que representa o documento bem específico não precisa delimitar mais, por exemplo, álgebra linear, já está tão específico.

22 Sujeito 2:

Quem define o nível de especificidade é a própria instituição. Para usar um termo que o usuário traz eu preciso ter certeza de que esse termo já está consolidado naquela área. O usuário ele fala que tem um livro que é sobre o tema dele, aí eu vou pesquisar aqui na Unicamp e acho o livro no geral, por exemplo, tá lá em processos estocásticos, e ele quer um processo que está dentro de processos estocásticos entendeu, os termos são gerais. Tem termos que estão dentro de um livro aqui da Unicamp, mas o livro, por exemplo, está com termos muito gerais, não dão muita especificidade.

- Realizar a representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação.

A postura assumida pelos sujeitos participantes foi favorável com o enunciado. No entendimento dos sujeitos participantes, a garantia cultural, epistêmica e ética da informação são questões que merecem ser consideradas na política de indexação. Apesar de ao longo da discussão social a cultura no âmbito do contexto de bibliotecas universitárias ter sido uma questão bastante abordada pelos sujeitos participantes, o enunciado em destaque não foi trabalhado com profundidade; fato que prejudicou uma análise mais verticalizada sobre a questão da garantia epistêmica e ética da informação na concepção dos atores sociais testados.

Exemplos:

40 Sujeito 2:

Nossa, olha aqui, na questão de preservar a garantia cultural é algo muito importante, olha só de novo a questão da cultura, como isso é importante na política de indexação, em qualquer política, porque eu fiz uma disciplina na formação continuada e eu sempre bato bastante na tecla de que o maior problema de definição de políticas no Brasil são problemas relacionados a cultura, porque as pessoas estão perdendo isso e daí você não tem base para se fundamentar, não tem critérios, porque eles determinam regras, leis, políticas sem se basear em nada. Então fica difícil de lidar com essa situação e na biblioteca é o mesmo caso.

41 Sujeito 1:

A questão da ética também é bem importante.

42 Sujeito 2:

Ah sim, epistêmica e ética, eu não tinha lido isso no final. Também são bem importantes.

- Adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária.

Na discussão social realizada sobre este item os sujeitos participantes reconhecem a importância de serem consideradas as características e preferências da comunidade usuária, especialmente no momento da busca no catálogo da biblioteca. Na concepção dos bibliotecários indexadores, esta indicação deveria ser considerada no momento da indexação, pois o contato com o usuário permite conhecer os termos utilizados por ele e o modo como ele realiza a busca no sistema de recuperação da informação. Como resultado, tem-se a possibilidade de adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária. Sobre isto, Boccato (2009, p. 231) alerta que:

O uso adequado da linguagem documentária no processo de representação para indexação está vinculado ao processo de avaliação constante da busca por assunto, proporcionando elementos norteadores para o aperfeiçoamento e a adequação de um sistema de organização do conhecimento que reflita o contexto informacional, cultural e social em que está inserido.

Logo, considerar as características da comunidade usuária na atribuição de termos descritores é estender as possibilidades de recuperação de informações significativas pelos usuários no catálogo da biblioteca universitária, ampliando o grau de satisfação dos usuários no uso. Os sujeitos participantes reconhecem a necessidade de este ser um item considerado na política de indexação para bibliotecas universitárias.

Exemplos:

20 Sujeito 2:

A gente sempre procura direcionar o aluno por tesouros que a gente adota. Às vezes eles até sugerem a inclusão do termo, se a gente percebe que aquele termo dá muita margem para o geral, a gente até sugere usar um qualificador, principalmente na Ciência da Computação que é onde tem bastante termos, então o usuário sugere a inclusão para a melhoria do sistema da Unicamp, porque foram eles quem estudaram aquele assunto, e não tem ninguém melhor que eles para informar qual termo é melhor.

21 Sujeito 1:

Deveria ser um item a ser considerado no momento da indexação, mas ela não está formalizada. Então uma coisa que eles ajudam muito a gente, às vezes a gente tá vendo junto, porque a gente atende muito quando eles vêm perguntar sobre a ficha e como preenche então a gente aproveita e faz os cabeçalhos de assunto. Às vezes o usuário indica que um ou outro termo não é mais usado, então a gente aproveita esse momento para atualizar.

20 Sujeito 2:

Por isso que é importante o contato com o usuário porque a gente acaba conhecendo como ele pensa, como ele busca, quais os termos que eles utilizam. Assim, você acaba conhecendo a linguagem deles.

21 Sujeito 1:

A gente sabe que essas linguagens são termos soltos.

22 Sujeito 2:

Mas sabe, a gente tem essa conotação de que são termos soltos, mas uma vez um usuário me trouxe um que eu fui pesquisador, porque achei estranho, então eu encontrei na área dele e acabei abrindo esse termo no descritor. O catalogador tem que ter essa preocupação de estar voltado para a recuperação da informação quando eu vou preencher os cabeçalhos, eu vou dar a ênfase no assunto principal, tudo para que o aluno não fique entrando em títulos que ele abre o material e não tem nada a ver com a busca dele.

43 Sujeito 1:

Isso de adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária a gente já discutiu no início, nós já comentamos sobre isso e chegamos a conclusão de que é algo muito importante, não dá para não considerar isso em uma política de indexação.

- Prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos

Neste item um dos sujeitos participantes foi contrário com a indicação de criar diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários que possuem necessidades informacionais específicas. Constatou-se nesta pesquisa que a abordagem sociocultural defende que a atividade humana é dotada de um sistema de significação em um dado contexto cultural e social, sendo mediada por instrumentos carregados de significação cultural. No campo da informação, esses princípios coadunam quando se considera que sua preocupação enquanto ciência é tornar a informação significativa para os que dela necessitam, o que implica uma efetiva preocupação sobre as condições, padrões e regras de uso enquanto fatores que tornam a informação significativa, exigindo-se considerar o sujeito e suas relações na coletividade. Segundo Carvalho (2004, p. 38), “na sociedade contemporânea, oferecer serviços e produtos com valor agregado representa uma demonstração de valorização e reconhecimento da importância de seus usuários”. Este pensamento foi compartilhado por um dos sujeitos participantes que se mostrou favorável com o enunciado, indicando ser esta uma preocupação prioritária no contexto da biblioteca universitária. Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa em se debruçar sobre as implicações que esta prática pode gerar nas atividades e serviços da biblioteca universitária, é oportuno salientar que esta

indicação foi considerada válida por um sujeito participante. Diante disso, entende-se que tal indicação tem condições de ser considerada no momento da definição de uma política de indexação, pois toda informação inserida no sistema de recuperação de informação deve representar o grupo social para quem ela é destinada, sem desvios ou dissociações.

Exemplos:

50 Sujeito 2:

Nessa de prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos. Recomenda-se que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários. Essa aqui não foi àquela questão que eu comentei com você que eu fiquei meio em dúvida de criar diferentes representações do mesmo documento. Daí no fim eu acabei em não concordar com o questionário, porque eu pensei que essa representação seria incluir vários termos para representar o mesmo livro, por exemplo.

56 Sujeito 1:

Isso é uma opção ótima, porque se for representar o mesmo documento de diferentes maneiras eu concordo, porque eu acho que é uma prioridade pensar nessa opção.

No geral, os resultados obtidos com a discussão do material elaboração sobre as diretrizes a serem consideradas na definição de política de indexação foram consistentes e permitiram constatar a viabilidade da adoção dessas indicações pelas bibliotecas universitárias brasileiras. Os bibliotecários indexadores refletiram diante dos pontos apresentados e, com exceção do último item da segunda categoria de análise, mostraram-se favoráveis quanto à adoção dessas indicações para a elaboração e/ou manutenção da política de indexação. Não houve manifestações dos sujeitos participantes sobre a necessidade de reformular alguma das indicações expostas. Apesar de incentivado pela pesquisadora, os bibliotecários indexadores não apontaram nenhuma alteração proeminente a ser realizada nas diretrizes. Por um lado, pode-se considerar que a aceitação das diretrizes apresentadas à sociedade profissional imprima uma considerável credibilidade ao material proposto. No entanto, por terem sido apresentadas a apenas um grupo social, é importante frisar que alguns pontos podem ter sido deixados de lado ou despercebidos por parte dos sujeitos participantes. Isto não invalida que as diretrizes sejam consistentes e bastante oportunas de serem assumidas no momento da elaboração e/ou adequação da política de indexação, mas abre precedentes para que o material elaborado seja discutido por um número maior de bibliotecários

indexadores, como contributo a questão e, também, como forma de identificar alguns aspectos que podem ser considerados inapropriados em outros contextos.

Diante da aceitação das diretrizes de política de indexação estabelecidas com base nos resultados provenientes das discussões teóricas que embasaram esta pesquisa e, conjuntamente, dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários e da técnica de Protocolo Verbal em Grupo, constata-se que tais diretrizes mostram-se proveitosas e passíveis de uso no contexto de bibliotecas universitárias. Sendo assim, parte-se para a apresentação da última seção desta Tese, a qual comporta as palavras finais a respeito da pesquisa, com enfoque para a importância do delineamento de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias que tenham como pano de fundo o estudo do processo de tratamento temático da informação mediante a abordagem sociocultural, com vistas a retratar as relações humanas estabelecidas nesse universo.

SEÇÃO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção são tecidas algumas palavras sobre as revisões teóricas trabalhadas para embasar os temários investigados e dos resultados empíricos, a fim de enquadrar a pesquisa no campo da informação e promover discussões sobre os resultados obtidos, com base nas narrativas que foram produzidas a partir do discurso dos atores sociais testados. De modo complementar, apresenta um tracejo de algumas perspectivas investigativas que podem originar propostas de trabalhos futuros.

6.1 Delineando conclusões

Como em qualquer outra atividade humana a construção de uma pesquisa decorre de um cunho motivador. Nesta, a busca empreendida foi abordar a questão da política de indexação a partir da vertente humana que compõe o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, de modo a obter subsídios consistentes para propor novos elementos ou adaptação dos vigentes no quadro teórico da área de Organização e Representação do Conhecimento no cenário nacional. Sob este entendimento a pesquisa foi encaminhada, tendo como interesse principal contribuir com o rompimento de algumas das barreiras que cercam o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias e que interferem na qualidade dos produtos e serviços informacionais desenvolvidos e oferecidos nestes domínios informacionais específicos.

Em meio às lacunas que cercam o campo da informação, elencou-se como problema de pesquisa a necessidade de elaboração de uma política de indexação que contemplasse os fundamentos teóricos e metodológicos da área de

Organização e Representação do Conhecimento, que atendesse as necessidades profissionais e colaborasse com o processo de mudanças contínuas nos fazeres cotidianos da profissão e, conjuntamente, fosse capaz de refletir a realidade própria do contexto de bibliotecas universitárias. O intuito maior era estabelecer diretrizes sobre política de indexação que abarcassem elementos que, além de promoverem sintonia entre as concepções teóricas e a *práxis* profissional, objetivamente preservassem os valores, crenças e predisposições específicas da comunidade usuária. Assim, a pesquisa se desenvolveu valendo-se da importância da inclusão na política de indexação de elementos que sustentassem e amparassem a informação construída como prática social, o que culminou em uma investigação cujo desdobramento fosse conduzido pela abordagem sociocultural.

Desse modo, a proposição da pesquisa foi investigar as vertentes científica, profissional e de uso que compõem o Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural, a fim de identificar elementos cognitivos, culturais e sociais a serem considerados nas diretrizes de política de indexação que, além de propiciar respaldo teórico e procedimental a prática profissional, ao mesmo tempo contemplasse a questão da garantia cultural às informações construídas em contexto de bibliotecas universitárias. A partir desta proposta, os objetivos específicos foram traçadas de modo a identificar novas diretrizes de orientação para a definição de política de indexação para bibliotecas universitárias.

O enquadramento metodológico estabelecido para levar a cabo a pesquisa cumpriu o seu papel ao possibilitar novos entendimentos acerca do processo de tratamento temático da informação em abordagem sociocultural, ampliando as reflexões sobre as questões humanas que envolvem a política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias, tendo como referência as relações sociais estabelecidas neste caminhar.

Os referenciais trabalhados na pesquisa permitem sumarizar que a falta de uma política de indexação que abarque as concepções teóricas e propicie uma sistematização do processo de tratamento temático da informação seja um dos principais fatores pela permanência de dissociação entre o objetivo da biblioteca universitária e aquilo que realmente é oferecido aos seus usuários. Apesar da teoria sobre a indexação estar organizada e explicitada, verificou-se que a representação

de conteúdo não figura ativamente no contexto da biblioteca universitária, a qual, por sua vez, mantém um discurso longínquo com a realidade específica da sua comunidade usuária ao não personificar o catálogo. É obvio que a disponibilização da informação ocorre e está presente no fazer do bibliotecário indexador. Contudo, se a oferta da informação não considera a realidade própria das bibliotecas universitárias e não satisfaz as necessidades informacionais de seus usuários, apenas atendem 'obrigatoriamente' sua clientela, pode-se aludir que algo está aquém do desejável, tanto em nível de quem processa quanto de quem recupera a informação.

Adotou-se o posicionamento de que a sistematização de diretrizes de política de indexação para bibliotecas universitárias devesse ser conduzida com base nas indicações que apontam para a necessidade de se considerar o usuário como um sujeito inserido em um domínio do conhecimento, o que significa dizer que para ser adequadamente assimilada é preciso admitir que a informação seja situacional e, portanto, os produtos e serviços informacionais gerados nas atividades de organização e representação da informação devem contemplar esta característica. Logo, a cultura dos usuários precisa ser refletida nos produtos e serviços informacionais gerados, considerando-o como um sujeito coletivo inserido em um contexto cultural e social de atividade. Diante desta nova configuração, buscou-se ao longo da pesquisa apontar que a política de indexação acentua de forma regulamentada que, em se tratando da representação do conteúdo do documento, o interesse da comunidade da biblioteca universitária figura acima de outros. Mais do que isso, quando bem delimitada, a política de indexação contribui para que a representação do documento torne a informação significativa para o usuário ao estabelecer passos de orientação para que a informação seja vinculada ao contexto cultural e social em que ela é tratada, organizada e socializada.

Apesar de a pesquisa ter comportado um amplo universo para a fase exploratória e, conseqüentemente, ter abrigado um número significativo de atores sociais investigados, considera-se esta característica bastante favorável quando a intenção é propor indicações de diretrizes de política de indexação que servirão de orientação à sociedade profissional atuante no contexto de bibliotecas universitárias. Em meio às dificuldades enfrentadas para compor a amostra da pesquisa, os resultados obtidos com a aplicação dos questionários contribuíram diretamente para:

a) conhecer o universo discursivo-reflexivo da política de indexação na perspectiva dos atores sociais testados e, de modo concreto, distinguir os pontos favoráveis e adequados para o contexto de bibliotecas universitárias; e b) incorporar elementos de cada uma das vertentes investigadas e de seus respectivos atores sociais na composição de diretrizes para a definição de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Com efeito, a identificação do discurso de cada comunidade de intérpretes investigada nesta pesquisa mostrou-se uma maneira proveitosa para o avanço das questões relacionadas à política de indexação na área de Organização e Representação do Conhecimento.

Os resultados obtidos com as aplicações dos questionários na perspectiva dos atores sociais testados conduziram o delineamento de um conjunto de diretrizes de orientação para a definição de política de indexação para, os quais foram apresentados à sociedade profissional por meio da técnica de Protocolo Verbal em Grupo. Ao passo que as diretrizes foram consideradas proveitosas e passíveis de uso por parte da sociedade profissional no momento da elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias, constata-se a hipótese de que a investigação das vertentes científica, profissional e de uso do Tratamento Temático da Informação propicia a identificação de elementos de ordem cognitiva, cultural e social que devem subsidiar a elaboração de uma política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias que disponibilizem seus produtos e serviços informacionais por meio de catálogos coletivos *online*.

Diante disto, tem-se um total de oito diretrizes de orientação que permeiam as fases de preparação e desenvolvimento a serem consideradas na definição de uma política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias, quais sejam:

- As características e os objetivos institucionais deverão ser claramente identificados, servindo de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política de indexação;
- Cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar;

- Realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária;
- Prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação pela comunidade usuária, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários;
- Delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada;
- Realizar a representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação;
- Adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária; e
- Prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos.

Dentre outros aspectos, considera-se que este conjunto de diretrizes de orientação para a definição de política de indexação propicia uma relação mais harmoniosa entre o ‘saber’ e o ‘fazer’ no que tange a prática do processo, com vistas a salvaguardar o objetivo da biblioteca universitária enquanto instituição direcionada a socialização do conhecimento – o atendimento efetivo das necessidades informacionais de seus usuários. Portanto, defende-se que tais diretrizes devam ser assumidas no momento da elaboração e/ou reformulação de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias que possuam sistemas de recuperação de informação automatizados.

Destarte, reforça-se a tese de que uma política de indexação deve refletir o conjunto de ideias, valorações, atitudes e conceitos peculiares dos atores sociais que compõem o Tratamento Temático da Informação no campo dos acontecimentos discursivos. Esta manobra mostrou-se bastante oportuna ao trazer um conjunto de considerações reflexivas e, principalmente, novas diretrizes a serem consideradas no momento da elaboração da política de indexação, as quais abarcam questões

culturais, sociais e cognitivas que permeiam o processo de tratamento temático da informação e estão atreladas ao contexto de informação. Isto porque, para a informação possuir significação é preciso considerar os fatores inerentes dos usuários da informação e suas práticas sociais no âmbito da coletividade.

Ao término desta pesquisa, entende-se que o caminho percorrido foi propício para trazer à tona novas diretrizes de política de indexação que, além de contribuir para que o processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias seja realizado de modo coerente, atrelando os objetivos institucionais e de sua comunidade usuário, abrem novas possibilidades investigativas de se trabalhar com questões relativas à política de indexação no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento. À vista disso, entende-se que o compromisso estabelecido nesta pesquisa foi cumprido, tendo em vista a fundamentação teórica e as discussões estabelecidas, bem como a sistematização de diretrizes de políticas de indexação oriundas do discurso social dos atores que compõe a vertente científica, vertente profissional e vertente de uso do Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural.

Por fim, espera-se que os resultados alcançados nesta pesquisa sobre política de indexação sirvam aos propósitos práticos da sociedade profissional atuante em contexto de bibliotecas universitárias.

7.1 Recomendações

O contributo principal da presente pesquisa foi apresentar um conjunto de diretrizes de orientação a serem consideradas no momento da elaboração ou atualização de política de indexação para bibliotecas universitárias. Destarte, os resultados analíticos apresentados sobre as reflexões teóricas e os resultantes da etapa exploratória da pesquisa devem ser considerados como suporte e direcionamento para outras pesquisas; novas análises que avancem nas reflexões encabeçadas e propiciem formas inovadoras de se pensar a política de indexação para bibliotecas universitárias enquanto contexto social de natureza complexa e dinâmica.

Muito há que se aprofundar e esclarecer no que tange a política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Isto significa, então, que o encaminhamento de pesquisas que busquem novas reflexões sobre as questões que envolvem a política de indexação em abordagem sociocultural é um direcionamento eficaz para se estabelecer, com um mínimo de suporte necessário, diretrizes que preservem as características e particularidades do contexto informacional.

Portanto, as próximas pesquisas sobre política de indexação devem considerar:

- Temáticas que enfatizem a criação de significado e valor da linguagem por meio das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, tendo em vista a necessidade de priorizar nos produtos e serviços informacionais gerados as ideologias, experiências e valores dos sujeitos na coletividade;
- Admitir o desdobramento interdisciplinar da política de indexação com abordagens oriundas da área de Gestão do Conhecimento para definir, com maior precisão, um padrão de cultura organizacional dos contextos de informação que seja coerente com a demanda da comunidade usuária;
- A questão do hábito e suas implicações no processo de tratamento temático da informação, especialmente na etapa da análise de assunto, uma vez que as condições da cognição dos sujeitos permeiam o fazer do profissional indexador;
- A incorporação de outras garantias, como é o caso da garantia comunicativa, no processo de tratamento temático da informação e sua implicação na política de indexação;
- As questões metodológicas para a elaboração de políticas de indexação nos mais variados contextos de informação;
- As orientações de conduta ética que devem ser delineadas para profissionais indexadores;

- As possibilidades de criação de diferentes representações do mesmo documento com base nas contribuições da indexação social;
- As implicações na adoção das diretrizes de orientação aqui propostas no cotidiano do processo de tratamento temático da informação e sua repercussão e contribuição no contexto de bibliotecas universitárias.

SECCIÓN 6

CONSIDERACIONES FINALES

Esta sección contiene las conclusiones y reflexiones acerca de las revisiones teóricas usadas en el marco investigado y los resultados empíricos con el fin de encuadrar la investigación en el campo de la información y propiciar consideraciones a partir de los resultados logrados. Asimismo, se presentan algunas líneas de investigación futuras.

6.1 Conclusiones

Al igual que cualquier otra actividad humana la propuesta de una investigación surge de un afán por conocer. En este caso, la búsqueda emprendida fue abordar la cuestión de la política de indización desde una vertiente humana que compone el tratamiento temático de la información desde un ámbito sociocultural para obtener aspectos consistentes que propongan nuevos elementos o la adaptación de los vigentes en el marco teórico de la Organización y Representación. Desde esta comprensión, la investigación se enfocó teniendo como interés principal contribuir a romper algunas barreras que cercan el proceso del tratamiento temático de la información realizado en el ámbito de bibliotecas universitarias y que interfieren en la calidad de los productos y servicios de informacionales desarrollados y ofrecidos.

En medio de las lagunas que rodean el campo de la Información y Documentación centramos nuestra investigación en la necesidad de concretar una política de indización que cubriera los fundamentos teóricos y metodológicos del campo de la Organización y Representación del Conocimiento, que cumpliera con las necesidades profesionales y colaborara en el proceso de cambios continuos que sufren las tareas cotidianas de la profesión y, que también fuera capaz de reflejar la

realidad del contexto de las bibliotecas universitarias. El mayor propósito era por tanto, establecer directrices sobre la indización que abarcasen elementos, además de promover la armonía entre los conceptos teóricos y la praxis profesional preservando valores, creencias y predisposiciones específicas de la comunidad de usuarios. Así, la investigación se llevó a cabo basándose en la importancia de la inclusión en la política de indización de elementos que sustentaran y ampararan la información construida como práctica social, lo que culminó en una investigación conducida desde una perspectiva sociocultural.

El marco metodológico seguido para llevar a cabo la investigación se relevó de utilidad al permitir una nueva comprensión del proceso del tratamiento temático de la información, expandiendo reflexiones sobre los asuntos humanos que participan en la política de indización en el contexto de las bibliotecas universitarias, haciendo referencia a las relaciones sociales establecidas.

Los referentes trabajados en la investigación permiten resumir que la falta de una política de indización que abarque los conceptos teóricos y propicie una sistematización del proceso del tratamiento temático de la información sea uno de los principales factores para la permanencia de la disociación entre el objetivo de la biblioteca universitaria y lo que realmente es ofrecido a sus usuarios. Aunque la teoría de la indización está desarrollada y explicada extensamente se encontró que la representación del contenido no figura de forma activa en el contexto de la biblioteca universitaria, lo que, a su vez, provoca un discurso distante con la realidad específica de la comunidad de usuarios a la que atiende al no hacer más accesible y usable el catálogo. Es evidente que la disponibilidad de información se produce y está presente en la labor del bibliotecario indizador, pero se terminan produciendo ciertas mermas tanto en quien procesa la información como en quien la recupera.

Consideramos que la sistematización de directrices de la política de indización para las bibliotecas universitarias debe llevarse a cabo considerando al usuario como un sujeto omnipresente en el dominio de conocimiento, lo que significa considerar que para ser adecuadamente asimilada es preciso admitir que la información sea situacional y, por tanto, los productos y servicios de información que se generan en la organización y la representación de las actividades de información generados deben incluir esta característica. Por lo tanto, la cultura de los usuarios

debe reflejarse en los productos y servicios de información generados, considerándolo como un sujeto colectivo insertado en un contexto cultural y social de la actividad. Ante esta nueva configuración, hemos tratado a lo largo de la investigación de remarcar que una política de indización reglamentada, en lo que respecta a la representación del contenido de los documentos, debe primar el interés de la comunidad de usuarios frente a otros. Cuando la política de indización se delimita bien, contribuye para que la representación del documento sea una información significativa para el usuario al convertirse en una guía para vincular la información al contexto cultural y social en la que es analizada, organizada y socializada.

El hecho de haber contemplado un amplio universo en la fase exploratoria consideramos que ha sido de gran utilidad a la hora de proponer indicaciones de directrices para la política de indización, que servirán a su vez, de orientación a los profesionales del ámbito de las bibliotecas universitarias. A pesar de las dificultades encontradas para conseguir la muestra de estudio, los resultados conseguidos con la aplicación de los cuestionarios han permitido aclarar aspectos como a) conocer el universo discursivo-reflexivo de la política de indización desde la perspectiva de los actores sociales analizados y, b) incorporar elementos de cada una de las vertientes investigadas y de sus respectivos actores sociales en la composición de las directrices. De hecho, la identificación del discurso de cada comunidad ha sido fructífero para el avance de las cuestiones relacionadas con la política de indización en el área de Organización y Representación del Conocimiento.

Los resultados obtenidos con la aplicación de los cuestionarios han desembocado en el diseño de un conjunto de directrices que orientan la definición de la política de indización, al tiempo que se ha confirmado la hipótesis de que la investigación de las vertientes científica, profesional y de uso del tratamiento temático de la información propicia la elaboración de una política de indización para bibliotecas universitarias que ofrecen sus productos y servicios informacionales por medio de los catálogos.

Asimismo, se han delimitado un total de ocho directrices que impregnan la preparación y el desarrollo de la política de indización para bibliotecas universitarias:

- Las características y objetivos institucionales deben estar claramente identificados con el fin de orientar la definición y el cumplimiento de los demás elementos de la política de indización;
- Cada biblioteca universitaria debe establecer directrices para un comportamiento ético que deben adoptar los bibliotecarios dedicados al tratamiento temático de la información;
- Realizar un estudio sobre la cultura organizacional de la biblioteca que sea compatible con las exigencias de la comunidad de usuarios;
- Llevar a cabo un análisis de usuarios que contemple cuestiones relacionadas con cómo realizan los procesos de búsqueda de información para conocer los usos y significados del lenguaje de los usuarios;
- Delimitar con detalle el grado de exhaustividad que debe tener la indización de los documentos;
- Realizar la representación del contenido informativo de los documentos a partir de reglas que preserven la garantía cultural, epistemológica y ética de la información;
- Asignar las materias de los documentos durante el proceso de la indización adaptándose a las características de la comunidad de usuarios, y
- Producir diferentes representaciones del mismo documento como forma de amparar y beneficiar a los usuarios de ámbitos específicos distintos.

Entre otros aspectos, se considera que este conjunto de directrices para la orientación de la definición de la política de indización proporciona una relación más armónica entre "saber" y "hacer", cuando se trata de poner en práctica el proceso, con el fin de salvaguardar el objetivo de biblioteca universitaria como institución dirigida a la socialización del conocimiento (atendimiento efectivo de las necesidades de información de sus usuarios). Por lo tanto, se ha defendido que esas directrices deben ser asumidas en el momento de la elaboración y/o reformulación

de la política de indización en las bibliotecas que posean sistemas de recuperación automatizados.

De este modo, se refuerza la tesis de que una política de indización debe reflejar el conjunto de ideas, valores, actitudes y conceptos peculiares de los actores sociales que integran el tratamiento temático de la información en el ámbito de los eventos discursivos. Esta idea ha resultado ser oportuna al trazar un conjunto de consideraciones reflexivas y, sobre todo, nuevas pautas a tener en cuenta en la elaboración de la política de indización, que abarca cuestiones culturales, sociales y cognitivas que permean el proceso del tratamiento de la información temática y están vinculadas al contexto.

En definitiva, se han materializado unas directrices para el diseño de la política de indización, que además de contribuir a que el proceso del tratamiento temático de la información sea realizado de modo más coherente, considerando los objetivos institucionales y a la comunidad de usuarios, lo que abre nuevas líneas de trabajo en el área de la Organización y Representación del Conocimiento. Al mismo tiempo, se espera que los resultados obtenidos sean una aportación práctica al colectivo de profesionales.

6.2 Recomendaciones

La principal contribución de este trabajo ha sido presentar un conjunto de directrices para la definición y elaboración de la política de indización para bibliotecas universitarias. Por lo tanto, los resultados analíticos presentados en las reflexiones teóricas y los resultantes de la etapa exploratoria se deben considerar como apoyo y orientación a otras investigaciones, nuevos trabajos que permitan avanzar en los aportes y reflexiones aquí expuestos para seguir pensando en una política de indización que debe implantarse en instituciones como las bibliotecas universitarias, de naturaleza compleja y dinámica. De ahí que las futuras líneas de investigación sobre política de indización deberían considerar:

- Temáticas que enfatizen en la creación de significado y valor del lenguaje por medio de las relaciones sociales establecidas por los sujetos para dar prioridad a los productos y servicios de información generados desde ideologías, valores y experiencias de la comunidad;

- Admitir el desdoblamiento interdisciplinar de la política de indización desde perspectivas provenientes del área de la Gestión del conocimiento para definir, con mayor precisión, un patrón de cultura organizacional de los contextos informacionales que estén en consonancia con la demanda de la comunidad de usuarios;
- La cuestión de las prácticas profesionales y sus implicaciones en el proceso de tratamiento temático de la información, sobre todo, en la fase de análisis del contenido, ya que las condiciones cognitivas de los sujetos impregnan el hacer del indizador profesional;
- La incorporación de otras garantías, como es el caso de la garantía comunicativa en el proceso del tratamiento temático de la información y su implicación en la política de indización;
- Las cuestiones metodológicas para la elaboración de las políticas de indización en los más variados contextos informacionales;
- Las pautas de conducta ética que deben ser delimitadas y adoptadas por los indizadores profesionales;
- Las posibilidades de crear diferentes representaciones de un mismo documento de acuerdo a los aportes de la indización social;
- Las implicaciones de la adopción de las directrices aquí propuestas para la orientación en el proceso diario del tratamiento temático de la información y su impacto y contribución en el contexto de las bibliotecas universitarias.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The indexer*, v.18, n.4, p. 219-224, oct. 1993.

ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; AUTRAN, M. M. M.; RAMALHO, F. A. Política de indexação da Biblioteca Digital Paulo Freire. In: Edna Maria de Góes Brennand; Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque. (Org.). *Paulo Freire: diálogos e redes digitais*. João Pessoa: Editora universitária UFPB, 2011, p. 67-77.

ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; PEREIRA, A. R. Representação da informação de imagens paradas do Jornal da Paraíba: política de indexação. In: Emeide Nóbrega Duarte; Alzira Karla Araújo da Silva. (Org.). *Gestão de unidades de informação: teoria & prática*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2007, p. 499-512.

ALMEIDA, C. C.; BASTOS, F. M.; BITTENCOURT, F. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da ciência da informação. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v.6, n.1, p.68-89, 2007.

ALMEIDA, C. C. *Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da semiótica e do pragmatismo*. 416 f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ALMEIDA, C. C. Pragmatismo e Semiótica de Peirce na organização da informação. *Scire* (Zaragoza), v. 16, p. 15-20, 2010.

ALMEIDA, D. P. dos R. Da formação inicial à formação em serviço: reflexões sobre os saberes e os fazeres do bibliotecário. In: José Augusto Chaves Guimarães; Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008, p. 45-66.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009

ALMEIDA, M. C. B. de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

ALVES, R. C. V. *Web semântica: uma análise focada no uso de metadados*. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

ANDERSON, J. D. Organization of knowledge. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (Ed.). *International encyclopedia of information and library science*. London: Routledge, p. 336-353. 1996.

AQUINO, M. de A. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007.

ARANHA, M. L de A.; MARTIRNS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: moderna, 1996, 443p.

ARAÚJO, E. A. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 5. out. 2001.

BAIR, S. C. Toward a code of ethics. *Technical Services Quarterly*, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. (M. E. G. G. Pereira, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (M. Lahud & Y. F. Vieira, Trads.) (6a ed.). São Paulo: Hucitec. 1981(Trabalho original publicado em 1977)

BAPTISTA, D. M. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. *Informação & Informação*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.

BARBOSA, A. P. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. 441 p. (Obras Didáticas; 1).

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, A. de A. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v 16, n3, pt1, p. 67-74, jul/set. 2002

BARRETO, A. de A. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.9, n.2, p.371-382, 1999.

BARITÉ, M. *Glosario sobre organización y representación del conocimiento, clasificación, indización, terminología*. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, 1997.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BELLO, A. A. *Introdução à fenomenologia*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Cozes, 1985.

BOCCATO, V. R. C. A linguagem documentária em catálogos *on-line* para política de indexação. In: Gil Leiva, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 139-151.

BOCCATO, V. R. C. *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal*. 2009. 299f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

BOOTH, P. F. *Indexing: the manual of good practice*. München: K. G. Saur, 2001.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Diversidade cultural e políticas de informação: anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science: part I. philosophical aspects. *Journal of Information Science*, Amsterdam, v.2, p.125-133, 1980.

BRUNER, J. *Car la culture donne forme à l'esprit* (Y. Bonin, Trad.) Paris: Esthel. 1991.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPOS, A. T. A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.15, n.1, p. 69-72, jan./jun. 1987.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79. Jan./jul. 1996.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CARVALHO, I. C. L. *A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004, 185 p.

CARVALHO, K. O profissional da informação: o humano multifacetado. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.3, n.5, out. 2002.

CAVALCANTI, M. C. *I-N-T-E-R-A-Ç-Ã-O*: aspectos de interação pragmática. Campinas: Unicamp, 1989.

CERVANTES, B. M. N.; RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Terminologias em política de indexação. In: Francisco Javier Garcia Marco. (Org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*. 1ed. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2008, v. 1, p. 211-222.

CHAUMIER, J. (1986). *Analisis y lenguajes documentales*: el tratamiento lingüístico de la información documental. Barcelona: Editorial Mitre. 172p.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. 440 p.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2003, 165 p.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento*: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2.ed. São Paulo: Senac, 2006. 425p.

CHOO, C. W. *The Knowing Organization*. New York: Oxford University Press, 1998.

CINTRA, A. M. M. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Polis, 2002.

COLE, M. Culture and cognitive development: From cross-cultural research to creating systems of cultural mediation. *Culture & Psychology*, 1, 25-54. 1995.

COLE, M. *Cultural psychology*: a once and future discipline. Cambridge: Harvard University Press. 1998.

COLE, M. The zone of proximal development: Where culture and cognition create each other. Em J. V. Wertsch (Org.), *Culture, communication and cognition. Vygotskian Perspectives* (p. 146-161). Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

COMTE, A. *Importância da filosofia positivista*. Lisboa: Inquérito, 1939.

CONTRERAS, J. *A autonomia de professores*. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. (Org). *Análise documentária: análise da síntese*. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

DAHLBERG, I. Current trends in Knowledge Organization. In: GARCIA MARCO, Francisco J. (Org.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. v.1, p. 7-26.

DAHLBERG, I. Feature. Interview with Ingetraut Dahlberg. December 2007. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 82-85, 2008.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DAL' EVEDOVE, P. R. *A perspectiva sóciocognitiva no tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias: aspectos inerentes à percepção profissional*. 2010. 300f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

DAL' EVEDOVE, P. R. A Política de Tratamento da Informação na Percepção de Catalogadores de Assunto. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - CBBBD, 2011, Maceió - AL. XXIV CBBBD - *Anais: Sistemas de informação, multiculturalidade e inclusão social*. Brasília: FEBAB, 2011. p. 1-12.

DAL' EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 11, p. 21-39, 2013.

DAL' EVEDOVE, P. R. *O estudo da cognição profissional pelo protocolo verbal de catalogadores de assunto em contexto de biblioteca universitária: uma abordagem sócio-cognitiva pela análise de domínio*. 2007. 125f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

DAL' EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. O movimento interdisciplinar em Ciência da informação: uma reflexão epistemológica. *DataGramaZero - Revista de Informação*, v. 14, n. 3. Jun. 2013.

DARTIGUES, A. *O que é fenomenologia?* São Paulo: Moraes, 1992.

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.146-157, jul./dez. 2004.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2007.

DUMONT, L. M. M. Os sentidos da leitura e a subjetividade. In: Madalena Martins Lopes Naves, Hélio Kuramoto (Org.). *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília, DF: Brieded de Lemos/Livros, 2006. p. 5-21.

EAGLETON, T. *As Ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

ERICSSON, K. A.; SIMON, H. A. How to Study Thinking in Everyday Life: Contrasting Think-Aloud Protocols With Descriptions and Explanations of Thinking. *Mind, Culture, And Activity*, Califórnia, v. 3, n. 5, p.178-186, 1998.

ERICSSON, K. A.; SIMON, H. A. Verbal reports on thinking. In: FAERCH, C.; KASPER, G. (Ed.) *Introspection in second language research*. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 24-53.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. E. Elementos, actividades y critérios para la identificación, comprensión y selección de conceptos en la indexación analítica. In: GARCIA MARCO, F.J.G.M. *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: capítulo Español de la ISKO, Universidad Carlos III de Madrid, 1999, v.3, p.69-93.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. *Scire: organización y representación del conocimiento*, Zaragoza, v.1, n.1, p.150-157, jan./jun. 1995.

FÁVERO, M. H. Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Representações Sociais: Por uma Articulação Teórica e Metodológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. jan./abr, 2005, Vol. 21 n. 1, p.17-25.

FÁVERO, M. H. O valor sócio-cultural dos objetos e a natureza sócio-cultural das ações humanas: A mediação exercida pelo meio escolar no desenvolvimento e na construção do conhecimento [Resumo]. Em R. S. L. Guzzo (Org.), *Anais do XVII International School Psychology Colloquium e II Congresso Nacional de Psicologia Escolar* (pp. 57-61). Campinas: Sociedade Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. 1994.

FERNANDES, G. C.; SALDANHA, G. S. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, V. 6, n. 1, p. 2-31, abr 2012.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in Professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C.; MOYA ANEGÓN, F. de. *Los catálogos de acceso público em línea: el futuro de la recuperación de información bibliográfica*. Málaga: Asociación Andalucía de Bibliotecário, 1998.

FERRAZ, I. M. C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. *Trans-informação*. v. 3, n. 3, jan./dez, p. 90-114. 1991.

FIÚZA, M. M. O ensino da Catalogação de assunto. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 257-269, set. 1985.
FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: UnB, 1973.

FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, 2003.

FRANCELIN, M. M. Espaços de significação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 6, n.1, p. 75-91, abr. 2012.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 6ªed. RJ: Paz e Terra, 1997.

FUJITA, M. S. L.; AGUSTIN LACRUZ, M. Del C.; GÓMEZ DIAZ, R. A SITUAÇÃO ATUAL DA INDEXAÇÃO NAS TAREFAS BIBLIOTECÁRIAS. *Perspectivas em Ciência da Informação* (Impresso), v. 17, p. 94-109, 2012.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. MESA: Panorama da Pesquisa em OC em sua dimensão aplicada (modelos, instrumentos, produtos, estruturas). *Capítulo ISKO-Brasil*, 2013.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional*. 2003. 321f. Tese (Livro-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

FUJITA, M. S. L. Análise e síntese documentárias para compreensão de leitura de textos didáticos: uma proposta de aplicação do sistema de indexação *Precis*. *INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 77-94, 1999.

FUJITA, M. S. L.; ANTUNES, M. A.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C.; GONCALVES, M. C. Política de tratamento da informação documental na rede de bibliotecas universitárias da UNESP na perspectiva da Biblioteca Virtual. In: XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2007, Brasília. *Anais do XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. Brasília, 2007. v. 1. p. 1-1.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1ed. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012a, p. 17-30.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *PontodeAcesso*, Salvador, v.7, n.1 ,p. 42-66, abr 2013.

FUJITA, M. S. L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da Rede de Bibliotecas da UNESP. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS1520504.pdf> >. Acesso em: 12 jun. 2012.

FUJITA, M. S. L. Elaboração e avaliação da política de indexação na formação inicial do indexador. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1ed. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012b, p. 187-216.

FUJITA, M. S. L.; FOGOLIN, D. F.; BUTTARELLO, M. J. S.; GATTI, C. A. S.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C.; GONCALVES, M. C. A política de tratamento de informações da rede de bibliotecas UNESP na perspectiva do catalogador: diagnóstico com uso de protocolo verbal individual. In: XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2006, Salvador. *Anais do XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Salvador, 2006b. v. 1. p. ---.

FUJITA, M. S. L.; FOGOLIN, D. F.; BUTTARELLO, M. J. S.; RUBI, M. P. O conhecimento organizacional sobre política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da UNESP: o uso do protocolo verbal em grupo/leitura como evento social como abordagem qualitativa.. In: XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2006, Salvador. *Anais do XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Salvador, 2006b. v. 1. p. ---.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. As linguagens de indexação em bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e sistemas de informação na América Latina. In: *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 2010, Rio de Janeiro. Onde estamos, para aonde vamos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 1-13.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. Política de indización en latinoamerica. In: GARCIA MARCO, F. J. (Org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en el entorno digital*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2009b, v. 1, p. 155-162.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. Política de indexação latino-americana. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1 ed. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012b, v. 1, p. 121-138.

FUJITA, M. S. L. La enseñanza de la lectura documentaria en el abordaje cognitivo y sociocognitivo: orientaciones a la formación del indicador, *Anales de Documentación*, Murcia, n. 10, p. 397-412, 2007. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad10/ad1000.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2008.

FUJITA, M. S. L. Perspectivas da política de indexação para a formação e atuação profissional de bibliotecários. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1ed. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012c, v. 1, p. 231-238.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional. In: VII ENCUENTRO ASOCIACIÓN DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE, 2006, Marília. *Anais do VII ENCUENTRO ASOCIACIÓN DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*. Marília: FFC/UNESP-PUBLICAÇÕES, 2006a. v. 1. p. 638-654.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. *Datagramazero* (Rio de Janeiro), v. 10, p. 06, 2009.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Educação à distância para formação do bibliotecário de bibliotecas universitárias do consórcio CRUESP em política de indexação: perspectivas de conteúdo e aplicação de protocolo verbal em grupo. In: VII ENCUENTRO ASOCIACIÓN DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE, 2006, Marília. *Anais do VII ENCUENTRO ASOCIACIÓN DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARCHIVOLOGÍA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*. Marília: FFC/UNESP-PUBLICAÇÕES, 2006b. v. 1. p. 176-187.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Educação à distância para formação do bibliotecário de bibliotecas universitárias do consórcio CRUESP em Política de indexação: perspectivas de conteúdo e aplicação de protocolo verbal em grupo. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2006, Salvador. *Anais do XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Salvador, 2006c.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Protocolo verbal como metodologia sociocognitiva para coleta de dados e recurso pedagógico em sala de aula. In: MACHADO, L. M.;

MAIA, G. Z. A.; LABEGALINI, A. C. F. B. (Org.). *Pesquisa em Educação: passo a passo*. Marília: Ed. M3T, 2007. p. 143-154.

GALLIANO, A. G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Teoría de la indización: nuevos parámetros de investigación. *Transinformação*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 147-159, 1989.

GARCÍA MARCO, F. J. Los catálogos automatizados y su consulta pública. In: ORERA ORERA, L. (Ed.). *Manual de Biblioteconomía*. Madrid: Síntesis, 2002. p. 153-179.

GARCIA MARCO, F. J. Los contenidos y la secuencia de la organización del conocimiento: una propuesta interdisciplinar. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 219- 228.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. La catalogación hoy. In: _____. *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Síntesis, 1999. p. 149-166.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. 260p .

GIL LEIVA, I. *Manual de indización: teoría y práctica*. Gijón: Trea, 2008.

GOLDMANN, L. importância do conceito de consciência possível para a informação. In: COLÓQUIOS FOLOSÓFICOS DE RAYAUMONT. *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, v. 2, n. 4. ago. 2001.

GONÇALVES, M. C.; FUJITA, M. S. L; RUBI, M. P. Política de indexação em sistemas de bibliotecas universitárias: levantamento de subsídios para o tratamento temático do acervo bibliográfico da UNESP. In: XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2006, Salvador. *Anais do XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Salvador, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, v. 22, n. 3, p 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v. 1, n. 6, dez. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, v. 5, n. 2, p. 7-31. 1999.

GONZÁLES DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n.2, p.117-122, jul./ dez. 1990.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 157-167, jul./dez. 1987.

GRACIOSO, L. S. *Filosofia da linguagem e Ciência da Informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais*. Rio de Janeiro, 2008. 176f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – PPGCI – Universidade Federal Fluminense/IBICT.

GUEDES, R. de M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. A abordagem dialógica na indexação social. *DataGramaZero - Revista de Informação*, v.13 n.1, fev. 2012.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 100-117. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2003).

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. Garcia Marco, F, J. (Org.). (2009). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación y en entorno digital*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, p.105-117, 2009.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elementos para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. B. G. (Org.). *Tecnología e conteúdos informacionais*. São Paulo: Polis, 2004, p. 43-52.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. In: ENCUESTRO DE EDIBCIC, 5., Granada. *La formación de profesionales y investigadores de la formación para la sociedad del conocimiento: actas*. Granada: Universidad de Granada, 2000. p. 206-216.

GUIMARÃES, J. A. C. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión Del conocimiento en las organizaciones. *Scire*, Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 48-58, jul./dic. 2000.

GUINCHAT, C.; MENO, M. (1994). *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2.ed. rev. aum. Brasília: IBICT.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210
Habermas, J. (1987). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

HASSAN-MONTERO, Y. Indización social y recuperación de información. *No Solo Usabilidad Journal*, Granada, n. 5, nov. 2006. Disponível em: <http://www.nosolousabilidad.com/articulos/indizacion_social.htm>. Acesso em: 10 abril de 2013.

HEGENBERG, Leônidas. *Definições: termos teóricos e significados*. São Paulo: Cultrix, 1974.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science – JASIS*, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v.56, n.1, p.27-41, 2000.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, p.422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory and philosophical basis. *Information Processing and Management*. [S. l.], v. 16, p. 501-531, 2000.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, v. 3, n. (XXIV), p. 363-372. 2006.

HUDON, M. Accessing documents and information in a world without frontiers. *The Indexer*, London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE – IME ICC5. *Statement of international cataloguing principles: glossary*. Pretória: IFLA, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icc/imeicc-statement_of_principles-2008.pdf>. Acesso em: 23 Abr. 2009.

INÁCIO, M. de O. *Avaliação da indexação em bibliotecas universitárias: uma aplicação em catálogos online*. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

JACOB, E. K.; SHAW, D. Sociocognitive perspectives on representation. In: WILLIAMS, M.E. (Ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*. Medford, NJ: Information Today for American Society for Information Science, v.33, p. 131-185. 1998.

JAMBEIRO, O. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. In: Nídia Lubisco e Lídia Brandão. (Org.). *Informação & Informática*. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 207-232.

JAPIASSÚ, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

JOB, I. Estudos cognitivos e a representação do conhecimento na ciência da informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.13, n.2, p.365-378, jul./dez., 2008.

KATO, M. A. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 121 p.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOCHANI, A. P.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P. Política de indexação para sistemas automatizados de coordenadorias de comunicação em ambientes universitários. In: XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2011, Maceió. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 2011.

KUHN, T. *A estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LANCASTER, F. W. *Information retrieval systems: characteristics, testing, and evaluation*. New York: John Wiley & Sons, 1968. 222 p.

LANGRIDGE, D. *Subject analysis*. London: Bowker-Saur, 1989.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE COADIC, Y-F. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros. 1996.

LENZI, L. A. F.; BRAMBILA, E. Z. Ciência da informação, ciência e revolução Científica: breve histórico e reflexões. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 11, n. 1, jan. / jun. 2006.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.10, n.esp., p.37-45. 2007.

LOPES, C. E.; ABIB, J. A. D. Teoria da percepção no behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 129-137. 2002.

LOPES, I. L. Diretrizes para uma política de indexação de fotografias. In: Antonio Miranda; Elmira Simeão. (Org.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília: UnB/CID, 2006, v. , p. -.

LOPES, M, I, V de. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

LÓPEZ YEPES, J. *La documentación como disciplina: teoria e história*. 2. ed. actual. y ampl. Panplona: EUNSA, 1995, 337p.

LOUSADA, M. et. al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. *Informação & sociedade* (UFPB. *Online*), v. 21, p. 191-202, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAI, J-E. Deconstructing the Indexing Process. *Advances in Librarianship*, n. 23, p. 269-298. 2000.

MARCIANO, J. L. P. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: Fenomenologia e Hermenêutica. *TransInformação*, Campinas, 18(3):181-190, set./dez., 2006.

MARQUES, A. A. I. da C. *Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2011.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. 101-115 p.

MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Ciência da Informação*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 169-80, jul. /dez. 1987.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. *Scire*. p. 61-70. 2010.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação*. São Paulo: Moraes, 1983.

MARTINS, J. *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poésis*. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, R. P. Informação e conhecimento: uma abordagem dos sistemas de recuperação de informações a partir das interações sociais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 2, p. 77-87. maio./ago. 2008.

MASINI, E. F. S. O enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução; Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo, Pala Athenas, 2001.

MERCADANTE, I. M. Z. Novas formas de mediação da informação. *Transinformação*, v. 7, n. 1/3, p. 33-40, jan./dez. 1995.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: F. Bastos, 1971.

MEY, E. S. A. *Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, M. C. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MICHEL, M. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas, 2005.

MIKSA, F. L. Library and information science: two paradigms. In: VAKKARI, P; CRONIN, B (ed). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the department of information studies, University of Tampere, Finland, 26-26, 1991. London: Taylor Graham, 1992. p. 229-252.

MILSTEAD, J. L. Indexing for Subject Cataloguers. *Cataloging & Classification Quarterly*, v.3, n.4, p.37-43, 1983.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed., São Paulo: Hucitec/Abrasco. 1993.

MORADO NASCIMENTO. D. Abordagem sociocultural da Informação. *Informação e Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 21-34, jul./dez. 2006.

MOREIRA, D. A.. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA_VEGA, A; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). *O pensamento complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, n. 18, p. 211-250. 1988.

MOURA, M. A. Folksonomias, redes sociais e formação para o tagging literacy: desafios para a organização da informação em ambientes colaborativos virtuais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. especial, p. 25-45, 2009a. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/2196/3217>>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

NARUKAWA, C. M. *Estudo de vocabulário controlado na indexação automática aplicação no processo de indexação do Sistema de Indización SemiAutomática (SISA)*. 211. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

NAVES, M. M. L. El trabajo de los indizadores: factores que afectan al análisis de contenido. *Scire*, Zaragoza, v. 8, n. 1, p. 119-130, jan./jun. 2002.

NAVES, M. N. L. Estudo dos fatores interferentes no processo de análise de assunto. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.189-203, jul./dez. 2001.

NEVES, D. A. B.; GALVINO, C. C. T. Avaliação de política de indexação da Seção de Periódicos da Biblioteca Central da UFPB: pesquisa em andamento. In: XI ENANCIB, 2010, Rio de Janeiro. *Anais do XI ENANCIB*. Rio de Janeiro: IBICT, 2010. p. 135-141.

NEWMAN, J. H. *Origem e progresso das universidades*. São Paulo, 1951.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. *Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 16, 2004.

OLIVEIRA, D. S. de. *Estratégias para o ensino de indexação: o uso do protocolo verbal interativo como recurso pedagógico de indexadores aprendizes*. 2005. 225 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione. 1993.

OLSON, H. A.; BOLL, J. *Subject analysis in online catalogs*. 2. ed. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

ORTEGA y GASSET, J. *Missão do Bibliotecário*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 82 p.

PASSONI, L. A. *Avaliação de linguagem documentária em catálogos cooperativos online: um estudo de caso para levantamento de indicadores de avaliação do Banco de Dados Bibliográficos ATHENA*. 2001. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

PEIRCE, C. S. *Escritos Coligidos*. In: *Os Pensadores*. Trad. Armando Mora D' Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEREIRA, A. M. A educação continuada e sua importância na formação do profissional bibliotecário. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA

“Prof. Dr. Paulo Tarcísio Mayrink”, 3, 1999, Marília, *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 1999, p. 185-193.

PIEIDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras*. 2010. 149f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINTO, L. P. *A representação documentária e o paradigma social*. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Seminário Internacional Interdisciplinaridade*. 2003. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

POPPER, K. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. London: Oxford. 1972.

RABELLO, R. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

REDIGOLO, F. M. et. al. Elementos de política de indexación para bibliotecas universitarias del área médica. *Scire* (Zaragoza), v. 18, p. 75-86, 2012.

RENDÓN ROJAS, M. Á.; HERRERA DELGADO, L. B. Bases filosóficas de la organización de la información. *Perspectivas em ciência da informação*. v. 15, n. 1. Belo Horizonte, p. 3-17, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000100002&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 20 jun. 2013.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S de. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. *Psicologia em Estudo*, vol. 11, núm. 1, jan./abr, p. 129-138. 2006. Acesso em: 7 de out. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2871/287122090015.pdf>>.

ROBREDO, J. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas*. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.

ROZADOS, H. B. F. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em questão*, Porto Alegre, v.9, n.1, p.79-94, jan./jun. 2003.

RUBI, M. P. *A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CAPES, Marília, 2004.

RUBI, M. P. et. al. Política del tratamiento de la información documentaria en bibliotecas universitarias: estudio diagnóstico del contexto en la perspectiva del catalogador y del usuario. In: Francisco Javier García Marco. (Org.). *Revista de sistemas de información y documentación*. Zaragoza: IBERSID, 2007, p. 71-80.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C. Del conocimiento tácito al explícito: elaboración de un manual de política de indización en bibliotecas universitarias. *Scire* (Zaragoza), v. 18, p. 67-74, 2012a.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C. Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do catalogador. In: Gil Leiva, I.; FUJITA, M. S. L. (Org.). *Política de indexação*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b, v. , p. 217-227.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 8, n.8, p. 57-66, 2003a.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. La política de indización en la perspectiva del conocimiento organizacional. In: Blanca Rodríguez Bravo; Maria Luisa Alvite Diez. (Org.). *La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico*. León: Universidad de León, 2007, v. 1, p. 451-458.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. O ensino de procedimentos de política de indexação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, 2006.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, p. 168-200, 2010.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Política de indexação na visão dos indexadores. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2003, Belo Horizonte. *Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003b.

RUBI, M. P. *Os serviços de análise e sua política de indexação*. 2000. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 2000.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita. (Org.). *Política de indexação*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a, p. 107-120.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: Mariângela Spotti Lopes Fujita. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 89-97.

RUBI, M. P. *Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias*. 2008. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUBI, M. P. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. In: Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita. (Org.). *Política de indexação*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b, p. 171-183.

SÁNCHEZ LUNA, B. E. Catalogación por materia. Figueroa Alcántara, H. A. & Ramírez Velázquez, C. A. *Organización bibliográfica y documental*. México D. F.: CUIB-UNAM, 2004.p. 83-103.

SANDERS, P. Phenomenology: a new way of viewing organizational research. *The Academy of Management Review*, v.7, n.3, p.353-360, 1982.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez, 2003.

SARACEVIC, T. A educação em ciência da informação na década de 80. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 3-12, 1978.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p.1051-1063, 1999.

SAUPERL, A. *Subject determination during the catalog process*. Lanham: Scarecrow, 2002.

SHAW, R. R. Documentation: complete cycle of information service. *College & Research Libraries*, v. 18, n. 6, p. 452-454, 1957.

SHERA, J. H. *Padrão estrutura e conceituação na classificação*. 1957. Tradução de Hagar Espanha Gomes. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>>. Acesso em: 12 maio 2013.

SHERA, J. H. *Sociological foundations of librarianship*. New York: Asia Publishing House, 1970.

SHERA, J. H. The sociological relationships of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 22, n. 1, p. 76-80, march/april, 1971.

SHERA, J. H. Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHWEDER, R. A. The confessions of a methodological individualist. *Culture & Psychology*, v. 1, n. 1, p. 115-122. 1995.

SILVA, A. M. da. *A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, L. C. de O.; SANTOS, C. A. C. M. Proposta metodológica para o estabelecimento de política de indexação para a biblioteca escolar. *CRB-8 Digital*, v.5, p. 173-182, 2012.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

SMIT, J. W; BARRETO, A. de A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIN, M. L. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. In: Helen de Castro Silva e Maria Helena T. C. de Barros. (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009, p. 57-66.

SOUSA, B. P de. *Aspectos da representação temática pela indexação de livros: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SWALES, J. *English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAMAYO, A. M. M.; VALDEZ, J. C. (2008). *Indización y clasificación en bibliotecas*. Buenos Aires: Alfagrama. 235p.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 03, p. 91-100, set./dez, 2000.

TAUBER, M. F. *Technical services in libraries: acquisitions, cataloging, classification, binding, photographic reproduction, and circulation operations*. New York: Columbia University, 1953.

TENNIS, J. Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework. *Knowledge Organization*. Frankfurt, v.35, n. 2-3, p. 102-112, 2008.

UNESCO. *Tendances nouvelles de l'enseignement intégré des sciences*, Paris: Unesco, II. 1975.

VALENTIM, M. L. P. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: _____ (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p.11-25; 272p.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A. Aplicação de teorias cognitivas no tratamento da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 116-128, jul./dez. 2007.

VARELA, A.; BARBOSA, M. L. A. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 17, n. esp.1, p.142-168, 2012.

VASCONCELLOS, P. de A. de G. Bibliodata/CALCO - Informação Bibliográfica para o Desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/472/431> >. Acesso em: 16 de jul. 2012.

VILLÉN-RUEDA, Luís. Indización y recuperación por materias en los opacs de las bibliotecas españolas: ¿dos décadas de evaluación? *El profesional de la información*, v. 15, n. 2, p. 87-98, marzo/abril, 2006.

VON BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. 3. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1977.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

VYGOTSKY, L. S. Internalization of higher psychological process. Em M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner & E. Souberman (Orgs.), *Mind in society. The development of higher psychological process* (pp. 52-57). Cambridge, Mass. And London, England: Harvard University Press. 1978.

WAGNER, H. R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WALLER, S.; MASSE, C. (1999) *L'analyse documentaire: une approche methodologique*. Paris: ADBS. 319p.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v.29, n.2, 1993.

WERTSCH, J. V. Social research in the copyright age. *Culture & Psychology*, v. 1, p. 81-102. 1995.

Apêndice A – Cursos de formação em Biblioteconomia no Brasil

REGIÃO	ESTADO	IES	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	DENOMINAÇÃO DO CURSO	ANO DE CRIAÇÃO
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Biblioteconomia	1966
Norte	Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Faculdade de Biblioteconomia (FABIB)	Biblioteconomia	1963
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA)	Biblioteconomia	1998
Nordeste	Bahia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Instituto de Ciência da Informação	Biblioteconomia e Documentação	1942
Nordeste	Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Campus da UFC no Cariri	Biblioteconomia	2006
Nordeste	Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Centro de Humanidades	Biblioteconomia	1964
Nordeste	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Centro de Ciências Sociais	Biblioteconomia	1969
Nordeste	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia	1969
Nordeste	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Centro de Artes e Comunicação	Biblioteconomia	1950
Nordeste	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia	1996
Nordeste	Piauí	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	Biblioteconomia	2003
Centro Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	Faculdade de Ciência da Informação	Biblioteconomia	1962

Centro Oeste	Goiás	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB)	Biblioteconomia	1980
Centro Oeste	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)	Biblioteconomia	2000
Sudeste	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)	Biblioteconomia	1974
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Escola de Ciência da Informação	Biblioteconomia	1950
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*	Escola de Biblioteconomia	Biblioteconomia	1911
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Instituto de Arte e Comunicação Social	Biblioteconomia e Documentação	1963
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (CCJE)	Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação	2005
Sudeste	São Paulo	Universidade de São Paulo (USP)	Escola de Comunicação e Artes (ECA)	Biblioteconomia	1967
Sudeste	São Paulo	Universidade Estadual Paulista (UNESP)**	Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/Campus de Marília)	Biblioteconomia	1977
Sudeste	São Paulo	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH/Campus São Carlos)	Biblioteconomia e Ciência da informação	1996
Sul	Paraná	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Centro de Educação, Comunicação e Artes	Biblioteconomia	1972
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)	Biblioteconomia	1978
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG)	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABIBO)	Biblioteconomia	1947
Sul	Santa Catarina	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Centro de Ciências Humanas e da Educação	Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação	1973

Sul	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ciências da Educação (CED)	Biblioteconomia	1973
-----	----------------	---	----------------------------	-----------------	------

Fonte: Pesquisa empírica 2012/2013.

* Corresponde ao primeiro curso Biblioteconomia criado no Brasil, sob o comando da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

** Consta no respectivo como forma de informação, não sendo selecionada para a coleta de dados com os docentes desta IES em virtude do vínculo existente com a pesquisa.

Apêndice B – Disciplinas relacionadas ao ensino do Tratamento Temático da Informação nos cursos de Biblioteconomia do Brasil*

IES	CARGA HORÁRIA	EMENTA	DISCIPLINA
UnB	60 horas/aula	Conceituação, fundamentação teórica, objeto e função da análise da informação. Contextualidade da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: Linguística, Semântica, Semiótica. Terminologia e Lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Métodos e técnicas de análise, síntese e representação da informação. O resumo documentário e a indexação.	Análise de Informação
UnB	60 horas/aula	Conceituação, fundamentos teóricos, características e funções da indexação. Questões epistemológicas e metodológicas da indexação. Tipologia da indexação e dos índices. Instrumentos de métodos de controle terminológico. As linguagens documentárias utilizadas na indexação. Indexação automática.	Indexação
UnB	60 horas/aula	Linguagens documentárias. Aspectos formais. Aspectos semânticos. Eixo paradigmático. Fixo sintagmático. Aspectos programáticos. Processo de indexação. Sistemas de classificação, sistemas enumerativos. Sistemas facetados. Categorias e facetas. Classes básicas. Classificação Decimal de Dewey.	Linguagens Documentárias
UFRGS	60 horas/aula	Representação descritiva (histórico, teoria, conceito, princípios, padrões). Representação temática (histórico, teoria, conceito, princípios, teoria facetada, teoria do conceito, padrões). Metodologia de Análise temática (leitura técnica, normas e procedimentos). Produtos da representação da informação (índices, resumos, catálogos, bibliografias, mapas conceituais).	Fundamentos de Organização da Informação
UFRGS	60 horas/aula	Fundamentos teóricos da terminologia. Ontologias. Tesouros. Cabeçalhos de assuntos.	Linguagem Documentária III
UFRGS	60 horas/aula	Documentos de gestão aplicados à organização da informação: políticas, programa, planos, projetos, manuais. Avaliação dos sistemas de recuperação da informação: catálogos, bases de dados, motores de busca.	Gerenciamento da Organização da Informação
UFC	96h/aulas	Informação. Sociedade da informação. Sistema de recuperação da informação. Arquitetura do sistema de documentário. Fundamentos da representação do conhecimento. Tratamento da Informação. Análise temática. Linguagens documentárias.	Representação Temática da Informação: indexação
UFC	64h/aulas	Sistema de indexação pós-coordenada . Linguagens de indexação pós-coordenada. Elaboração de índice de material textuais, ilustrativos e sonoros.	Linguagens Documentárias Alfabéticas
USP Ribeirão	90h/aulas	Introduzir o aluno às variáveis e aos processos relacionados à elaboração de produtos documentários. Capacitar para a elaboração de resumos documentários e para a indexação.	Elaboração de Resumos Documentários e Indexação

USP Ribeirão	90h/aulas	Apresentar ao aluno as funções dos tesouros na organização e recuperação de informações. Discutir as relações entre tesouros, linguagens de especialidade e linguagem natural. Capacitar o aluno para a utilização e operação de metodologias de construção e manutenção de tesouros	Linguagens Documentárias: Construção de Tesouros
USP Ribeirão	60h/aulas	Apresentar e discutir o papel da linguagem na organização e recuperação da informação. Promover a compreensão das linguagens documentárias e suas especificidades. Apresentar e discutir novas perspectivas e aplicações das linguagens documentárias.	Linguagens Documentárias
USP	60h/aulas	Introduzir o aluno aos conceitos de classificação e de organização da informação. Discutir o papel da linguagem documentária como instrumento para a descrição e recuperação do conteúdo de documentos enfatizando suas diferenças em relação à linguagem natural. Analisar, do ponto de vista histórico e funcional, as principais características e funções das linguagens documentárias segundo sua tipologia, especificidades e limites de uso, com ênfase nas linguagens pré-coordenadas.	Linguagens Documentárias I
USP	90h/aulas	Dar continuidade aos objetivos da disciplina Linguagens Documentárias 1 examinando as propostas derivadas da Teoria do Conceito, os Tesouros e as Ontologias. Introduzir a discussão sobre a importância de referenciais linguísticos e terminológicos na elaboração de linguagens documentárias. Verificar a aplicabilidade do conceito de linguagem documentária à organização da informação não bibliográfica: estruturação de sites, organização de conteúdos em produtos eletrônicos, etc. Analisar as formas de recuperação em sistemas de informação segundo o tipo de linguagem utilizada.	Linguagens Documentárias II
USP	60h/aulas	Capacitar o aluno no desenvolvimento dos processos de organização da informação, em particular da indexação, para recuperar informação em ambientes eletrônicos.	Indexação: teoria e métodos
USP	60h/aulas	Expor as principais teorias, conceitos e métodos da Análise documentária. Apresentar as operações de análise, condensação e representação de textos, com base em teorias e métodos de leitura e produção textual. Capacitar os alunos a elaborar representações diferentes tipos de resumos de textos para os fins da recuperação de informações.	Introdução à Análise Documentária
UFSC	72h/aulas	Dominar as bases teóricas e metodológicas das linguagens documentárias. Conhecer os fundamentos teóricos e metodológicos das linguagens documentárias; Conhecer as contribuições da Linguística, da Terminologia e da Teoria do Conceito; Identificar tipos de linguagens documentárias; Aplicar método de elaboração de linguagem documentária.	Linguagens Documentárias
UFSC	72h/aulas	Aborda fundamentos teóricos da Análise da Informação e os aspectos teóricos e metodológicos da Indexação. Trata da tipologia de índices e resumos. Aplica prática da indexação, elaboração de índices e resumos.	Indexação
UFSC	72h/aulas	Aborda as práticas de registro, catalogação, classificação, indexação e preparo para circulação.	Prática de Tratamento da Informação

UDESC	72h/aulas	Processos de análise documentária. Índices e indexação. Resumos: tipos, funções e prática. Indexação automática. Políticas de indexação. Vocabulário controlado como instrumento de indexação: thesaurus	Indexação e Resumos
UDESC	54h/aulas	Noções sobre teoria do conceito. Teorias das classificações facetadas e hierárquicas. Análise temática: conceito e etapas (Norma Técnica). Cabeçalhos de Assunto.	Introdução ao Tratamento Temático da Informação
UFPA	64h/aulas	Os tesouros. Conceitos e organização de conceitos em linguagens documentárias. Teoria do conceito. A organização de conceitos nos tesouros. A terminologia como referencial para a construção de linguagens documentárias. Web-semântica.	Representação Temática II
UFPA	64h/aulas	Conceituação. Fundamentação teórica. Objeto e função da análise da informação. O contexto da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: linguística, semântica, semiótica, terminologia e lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Processo de indexação. Síntese e representação da informação: o resumo documentário e a indexação. Instrumentos de representação da informação: cabeçalhos de assunto, tesouros, sistemas de classificação bibliográfica.	Linguagens de Indexação
UFSCar	60h/aulas	A análise e a representação temática no contexto documentário. Conceito e função da análise e da representação temática. O processo de análise e de representação temática e suas relações como subsídios à compreensão da estrutura, funcionalidade e uso de linguagens documentárias. As classificações filosóficas. Os sistemas de classificação bibliográficos e as classificações especializadas. As classificações facetadas e a Colon Classification de Ranganathan. As contribuições do Classification Research Group. A teoria do conceito e a organização de conceitos em linguagens documentárias.	Análise e Representação Temática da Informação
UFSCar	60h/aulas	Fluxo documentário. A função da indexação na documentação. Processo de indexação: da identificação, seleção e representação de conceitos. Análise de assunto e tematicidade: influência das concepções de análise de assunto. Os sistemas de indexação e a representação na análise de assunto. Metodologias para indexação. Tipologia de índices. Política de indexação em unidades e sistemas de informação. Indexação semi-automática e Indexação automática. Prática de indexação. A função dos resumos na documentação. Estrutura de texto. Tipologia de resumos documentários. Metodologias para elaboração de resumos. Prática de resumos. Avaliação de resumos e de indexação.	Indexação e Resumo
UFSCar	60h/aulas	linguagem natural, linguagem de especialidade e linguagens construídas. As linguagens documentárias como sistemas de organização do conhecimento pré e pós-coordenados para a indexação e recuperação da informação em suas relações interdisciplinares (aspectos linguísticos e lógicos). Caracterização, conceitos, funções, construção, normalização e uso de linguagens documentárias: listas de cabeçalhos de assunto, tesouros e taxonomias. A avaliação como processo de gestão de linguagens documentárias. A gestão automatizada de linguagens documentárias.	Linguagens Documentárias II
UFAL	60h/aulas	Linguagens natural e documentária: conceituação e tipologia. Técnicas de leituras, indexação e resumos. A interdisciplinaridade na análise documentária.	Análise da Informação I

UFAL	60h/aulas	Interdisciplinaridade na análise da informação. A contribuição da linguística. Experiência de indexação automática. Serviços de processamento da informação.	Análise da Informação II
UFAL	60h/aulas	Sistemas de recuperação da informação: conceitos, tipologia e estrutura. Sistemas de classificação: conceituação e tipologia. Estudo e aplicação de sistemas de classificação. Sistemas manuais e automatizados de recuperação da informação. Tesouros. Avaliação de sistemas de informação.	Representação Temática I
UFAL	60h/aulas	Sistemas de recuperação da informação: conceitos, tipologia e estrutura. Sistemas de classificação: conceituação e tipologia. Estudo e aplicação de sistemas de classificação. Sistemas manuais e automatizados de recuperação da informação. Tesouros. Avaliação de sistemas de informação.	Representação Temática II
FURG	30h/aulas	Fundamentos da leitura documentária. Finalidades da leitura documentária. Técnicas de leitura documentária.	Leitura Documentária
UFRJ	60h/aulas	Conceituação teórica da análise da informação. Linguagem natural e linguagens documentárias. Conceitos e funções. Análise da informação e sua aplicação na indexação e resumos de documentos.	Análise da Informação
UFRJ	60h/aulas	Teorias de indexação. A indexação como processo de representação temática da informação e sua interação com o processo de recuperação. Princípios e mecanismos básicos, características, linguagens e medidas. A indexação manual e automática. O processo de indexação por metadados e a recuperação eletrônica da informação. O resumo como processo de representação temática do documento: tipos e funções. A redação do resumo. O sistema de avaliação da indexação e do resumo.	Indexação e Resumo
UFF	60h/aulas	Processo de análise e síntese de documentos visando à recuperação da informação. Indexação atributiva e descritiva de documentos e a influência das tecnologias da informação. Política de indexação. Resumo e elaboração de índices manuais e automáticos como mecanismos de rerepresentação. As linguagens documentárias como ferramentas na indexação e recuperação da informação.	Análise Documentária e recuperação da Informação
UFF	60h/aulas	Fundamentos teóricos ligados a representação do conhecimento e da informação. As teorias que fundamentam à construção de sistemas de conceitos: teoria da classificação: teoria do conceito e teoria da terminologia.	Representação da Informação
UFF	60h/aulas	Introdução às correntes ligadas à análise de documentos textuais e especiais: noções de semiótica, semântica, análise documentária e análise do discurso.	Análise de Documentos
UFES	60h/aulas	Estrutura e Organização do Conhecimento. Teoria dos Sistemas de Classificação. Princípios de indexação. Análise temática: teoria e prática. Resumo: Teoria e Prática.	Representação Temática I
UFES	60h/aulas	Linguagem de indexação: conceito, tipos e instrumentos (teoria e prática de tesouro e cabeçalho de assunto). Elaboração de uma política de indexação. Produtos gerados pela indexação.	Representação Temática II
UEL	30h/aulas	O Processo da análise temática documentária e a representação da informação.	Análise Documentária

UEL	60h/aulas	Processos de leitura para organização da informação e do conhecimento. O caráter interdisciplinar da análise da informação.	Análise da Informação
UEL	60h/aulas	Estudo e aplicação dos esquemas alfabéticos de classificação para a organização da informação e do conhecimento, com ênfase nos cabeçalhos de assunto, tesouros e taxonomias.	Vocabulários Controlados
UEL	60h/aulas	Processos e produtos de análise e síntese na representação da informação e do conhecimento.	Indexação em Serviço de Informação
UEL	60h/aulas	Estudo e aplicação de conceitos e procedimentos manuais e automatizados de indexação e resumos.	Representação Temática III
UFPE	60h/aulas	Fundamentação teórica, características e funções da indexação. Tipologia e metodologia para elaboração de resumos. Análise e síntese da informação face às técnicas de indexação e resumo documentário.	Indexação e Resumos
UFPE	60h/aulas	Índices pré e pós-coordenados. Instrumentos e métodos de controle terminológico. Estudo analítico das linguagens documentárias. Avaliação de sistemas de indexação.	Linguagens Documentárias
UFAM	90h/aulas	Abordagem teórico-conceitual da análise de informação. Linguagens documentárias. Indexação e Resumo. Avaliação de Sistemas de Indexação e Infraestrutura de Base de Dados.	Análise da Informação
UFRN	60h/aulas	Análise da informação : conceito, fundamentos e objetivos. Análise documentária. Representação dos conceitos. Noções de terminologia. Macro e Microestrutura da linguagem documentária. Tipologia das linguagens documentárias.	Análise da Informação
UFRN	60h/aulas	Introdução ao processo classificatório como fundamento das linguagens documentárias. Teoria as Classificações.	Introdução ao Tratamento Temático da Informação
UFRN	60h/aulas	Conhecimento teórico e prático da Classificação Decimal De Dewey (CDD). Introdução ao estudo de cabeçalho de assunto. Sistematização e sintaxe dos cabeçalhos de assuntos.	Representação Temática I
UFRN	60h/aulas	Fundamentos de análise da informação (revisão). Indexação manual. Uso de instrumento de controle terminológico. Elaboração de índice e resumos.	Representação Temática III
UFG	60h/aulas	Sistemas de recuperação da informação. O fluxo documentário. A função dos resumos na documentação. Tipologia de resumos documentários. Metodologias para elaboração de resumos documentários. A função da indexação na documentação. Tipologia de índices. Metodologias para indexação. Políticas de indexação. Avaliação de resumos e índices.	Indexação e Resumo

UFG	60h/aulas	Análise da informação: conceitos, objetivos e funções. Panorama histórico. Análise bibliográfica e análise temática. Etapas da análise temática. Linguagens documentárias linguagem natural e controlada. Sistemas pré e pós-coordenados. Estruturação das linguagens documentárias. Representação das linguagens documentárias. Indexação automática.	Linguagens Documentárias
UNIRIO	60h/aulas	Representação e metarrepresentação como categorias de pensamento. Fundamentos teórico-conceituais da análise da informação no campo interdisciplinar da representação documental. Processos analítico-sintéticos de leitura e representação documental para a organização da memória documentária. Indexação e elaboração de resumos. Análise e representação de objetos textuais, imagéticos, sonoros e tridimensionais.	Análise da Informação
UNIRIO	60h/aulas	Linguagem documentária: objetivos e funções. Análise conceitual definição, relacionamento e categorização de conceitos. Construção de estruturas conceituais: fontes e métodos de coleta de termos, formas de estruturas conceituais e apresentação e avaliação de uma linguagem do tipo tesouro.	Organização de Conceitos em Linguagens Documentárias
UNIRIO	60h/aulas	Análise e representação do conhecimento registrado. Teoria da indexação. Aspectos metodológicos, técnicos e gerenciais da indexação. Leitura, análise, condensação, representação e linguagens documentárias. A qualidade da indexação.	Organização do Conhecimento II

Fonte: Pesquisa empírica 2012/2013.

* Em cinco Universidades não foi possível obter os dados das disciplinas e suas respectivas ementas porque tais informações não estavam dispostas nos respectivos *sites* das IES ou mesmo, por não terem sido fornecidos pelos Departamentos dos cursos, sendo estas: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Apêndice C – Questionário para o docente



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

Questionário para o docente

O Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias

Autoria: Paula Regina Dal' Evedove (Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília) sob a orientação da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP/Brasil) e Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (UM/Espanha). Objetivos da aplicação do questionário: coleta de dados com docentes dos cursos de Biblioteconomia do Brasil e da Espanha que ministrem disciplinas relacionadas ao Tratamento Temático da Informação para caracterização de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Os dados obtidos serão utilizados para fins científicos e analisados de forma ética, sendo a identidade dos participantes e instituições preservadas e mantidas em sigilo.

Frames do Livro "Política de Indexação".

A indexação possui várias características que causam efeitos na recuperação da informação. Podemos inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação. Nessa perspectiva, a Indexação necessita mais do que a definição do processo de indexar e sua natureza, necessita do entendimento do contexto de gestão do sistema de recuperação da informação composto por todos os requisitos, pessoas, comunidade usuária, domínios de assuntos, infraestrutura física e material e funcionamento como sistema de informação para a definição de princípios, métodos e orientações quanto às características da indexação e efeitos na recuperação. A política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos (FUJITA, 2012, p. 13; 17).

1. Qual o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto? (*)

2. Quais questões sobre política de indexação merecem ser discutidas/aprofundadas pela área? (*)

3. Quais os elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias? (*)

4. Ao inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação/catalogação de assunto, a política de indexação para bibliotecas universitárias deve prever:

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Que a indexação seja desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação.	[]	[]	[]	[]	[]
A representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação.	[]	[]	[]	[]	[]



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

4. Ao inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação/catalogação de assunto, a política de indexação para bibliotecas universitárias deve prever:

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
A adequação dos assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária.	[]	[]	[]	[]	[]
A criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos.	[]	[]	[]	[]	[]
Uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social.	[]	[]	[]	[]	[]
A personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário.	[]	[]	[]	[]	[]
A identificação do valor da informação para os diferentes grupos de usuários visando à construção de sentido no processo de recuperação da informação por parte do usuário.	[]	[]	[]	[]	[]
Que os objetivos e interesses informacionais dos usuários sejam admitidos no momento da representação conceitual do documento para tornar a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações.	[]	[]	[]	[]	[]
Que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.	[]	[]	[]	[]	[]
Que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações.	[]	[]	[]	[]	[]
O desenvolvimento e aprimoramento de serviços e produtos que atendam usuários cada vez mais exigentes com o desempenho do catálogo coletivo online e com a representação da informação que possibilitem a busca e recuperação por assuntos compatíveis com suas necessidades informacionais.	[]	[]	[]	[]	[]

NOTA: Las preguntas marcadas con (*) son obligatorias

Apêndice D – Questionário para o profissional

UNIVERSIDAD DE
MURCIA

Questionário para o profissional**Projeto de pesquisa**

O Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias

Autoria

Paula Regina Dal' Evedove (Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília) sob a orientação da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP/Brasil) e Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (UM/Espanha).

Objetivos da aplicação do questionário

Coleta de dados com bibliotecários indexadores de bibliotecas universitárias de Universidades Públicas do Brasil e da Espanha para caracterização de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Para isso torna-se indispensável a sua colaboração no preenchimento deste questionário. Os dados obtidos serão utilizados para fins científicos e analisados de forma ética, sendo a identidade dos participantes e instituições preservadas e mantidas em sigilo.

CATEGORIA 1: Diagnóstico organizacional

1. Existe uma política de indexação no seu contexto de atuação profissional? (*)

Si No

2. A política de indexação está regulamentada em um documento? (*)

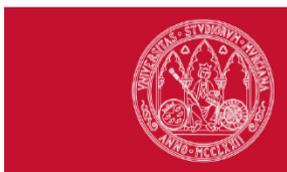
Si No

3. Você faz uso desta política de indexação para direcionar a sua prática cotidiana na atividade de indexação/catalogação de assunto? (*)

Si No

4. A política de indexação vigente corresponde com suas necessidades profissionais? (*)

Si No



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

CATEGORIA 2: Política de indexação

A indexação possui várias características que causam efeitos na recuperação da informação. Podemos inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação. Nessa perspectiva, a Indexação necessita mais do que a definição do processo de indexar e sua natureza, necessita do entendimento do contexto de gestão do sistema de recuperação da informação composto por todos os requisitos - pessoas, comunidade usuária, domínios de assuntos, infraestrutura física e material e funcionamento como sistema de informação - para a definição de princípios, métodos e orientações quanto às características da indexação e efeitos na recuperação. A política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos. Frames do livro: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M.S.L. (Org.). Política de indexação. 1ed.São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. v. 1. p. 13; 17.

1. Qual o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto? (*)

2. Quais questões sobre política de indexação merecem ser discutidas/aprofundadas pela área? (*)

3. Quais os elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias? (*)

4. Ao inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação/catalogação de assunto, a política de indexação para bibliotecas universitárias deve prever:

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Que a indexação seja desenvolvida com o mesmo cuidado dispensado à catalogação.	<input type="checkbox"/>				
A representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação.	<input type="checkbox"/>				
A adequação dos assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária.	<input type="checkbox"/>				
A criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos.	<input type="checkbox"/>				
Uma recuperação da informação personalizada de modo a retratar as necessidades informacionais do usuário e do seu contexto social.	<input type="checkbox"/>				
A personalização do catálogo da biblioteca para a individualização da recepção da informação pelo usuário.	<input type="checkbox"/>				



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

4. Ao inferir que a recuperação da informação é o efeito e o objetivo da indexação/catalogação de assunto, a política de indexação para bibliotecas universitárias deve prever:

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
A identificação do valor da informação para os diferentes grupos de usuários visando à construção de sentido no processo de recuperação da informação por parte do usuário.	[]	[]	[]	[]	[]
Que os objetivos e interesses informacionais dos usuários sejam admitidos no momento da representação conceitual do documento para tornar a informação significativa para determinados indivíduos em determinadas situações.	[]	[]	[]	[]	[]
Que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.	[]	[]	[]	[]	[]
Que os procedimentos relacionados à representação para a indexação coloquem o usuário no centro das preocupações.	[]	[]	[]	[]	[]
O desenvolvimento e aprimoramento de serviços e produtos que atendam usuários cada vez mais exigentes com o desempenho do catálogo coletivo online e com a representação da informação que possibilitem a busca e recuperação por assuntos compatíveis com suas necessidades informacionais.	[]	[]	[]	[]	[]

NOTA: Las preguntas marcadas con (*) son obligatorias

Apêndice E – Questionário para o usuário



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

Questionário para o usuário

Projeto de pesquisa

O Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias

Autoria

Paula Regina Dal' Evedove (Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília) sob a orientação da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP/Brasil) e Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva (UM/Espanha).

Objetivos da aplicação do questionário

Coleta de dados com membros de Grupos de Pesquisa de Universidades Públicas do Brasil para avaliação dos produtos informacionais gerados no processo de tratamento temático da informação e disponibilizados nos catálogos coletivos online das bibliotecas universitárias investigadas, com fins de caracterização de diretrizes de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias. Para isso torna-se indispensável a sua colaboração no preenchimento deste questionário. Os dados obtidos serão utilizados para fins científicos e analisados de forma ética, sendo a identidade dos participantes e instituições preservadas e mantidas em sigilo.

Considerando a recuperação da informação no catálogo da biblioteca universitária por meio do campo de busca por assunto, você considera que:

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
O campo de busca por assunto para a recuperação da informação no catálogo da biblioteca atende satisfatoriamente as suas necessidades de busca.	[]	[]	[]	[]	[]
A recuperação da informação por assunto no catálogo oferece informações necessárias à execução de suas pesquisas.	[]	[]	[]	[]	[]
Os termos utilizados por você no momento da busca por assunto no catálogo da biblioteca são compatíveis com os termos listados pelo sistema.	[]	[]	[]	[]	[]
O campo de busca por assunto apresenta um alto índice de respostas com registro nulo de recuperação da informação.	[]	[]	[]	[]	[]
Os termos listados pelo sistema devem representar os aspectos que envolvem o leitor e seus interesses específicos de forma a melhor atender os usuários.	[]	[]	[]	[]	[]

NOTA: Las preguntas marcadas con (*) son obligatorias

Apêndice F – Texto⁷² utilizado na aplicação do Protocolo Verbal em Grupo

PROPOSTA DE DIRETRIZES DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A tarefa de propor novas diretrizes de política de indexação deriva das bibliotecas universitárias apresentarem diferentes realidades; terem objetivos e características próprias. Muitas vezes, o que é adequado para uma biblioteca universitária pode não ser pertinente para outra. Sendo assim, optou-se por seguir a linha de propor diretrizes pensando-as como algo flexível, em que cada biblioteca universitária deva adequar estas indicações de acordo com os objetivos a serem alcançados no cumprimento de suas atividades. Com efeito, ressalta-se que todas as diretrizes aqui apresentadas visam tornar a política de indexação mais coerente quanto à aplicação dos conhecimentos teóricos do processo frente às especificidades da prática cotidiana da profissão realizada em contextos diversificados por domínios de conhecimento especializados.

Todas as diretrizes propostas são estabelecidas com o objetivo de orientar sobre um determinado problema evidenciado nas discussões e resultados apresentados ao longo da pesquisa. Para a exposição dessas diretrizes, adotam-se as duas primeiras fases da elaboração de política de indexação indicadas por Rubi (2008), pois a fase de avaliação é o momento em que o modelo de política de indexação será discutido pela equipe da biblioteca universitária para indicação de ajustes e melhorias e, também, para completar a proposta de diretrizes. Respeitando-se as particularidades de cada biblioteca universitária e de seus respectivos sistemas de informação, as diretrizes propostas são:

3. Preparação:

- ✓ As características e os objetivos institucionais deverão ser claramente identificados, servindo de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política de indexação;
- ✓ Cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar;
- ✓ Realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária; e
- ✓ Prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação pela comunidade usuária, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pelos usuários.

⁷² Material elaborado com base na Seção 5 desta Tese.

4. **Desenvolvimento:**

- ✓ Delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada. Recomenda-se que os níveis de análise de assunto sejam encaminhados a partir da concepção orientada ao usuário, na qual o bibliotecário leva em consideração o conhecimento especializado da comunidade usuária sobre os assuntos para realizar a representação conceitual do documento;
- ✓ Realizar a representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação;
- ✓ Adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária; e
- ✓ Prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios de conhecimento específicos. Recomenda-se que o catálogo da biblioteca ofereça produtos com valor agregado como forma de demonstrar valorização e reconhecimento da importância de seus usuários no provimento de informações.

Anexo A – Parecer científico do Comitê de Ética em Pesquisa

Parecer aprovado em reunião do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília, realizada no dia 27/02/2013 sob o número 0625/2012, referente à pesquisa intitulada “O Tratamento Temático da Informação em abordagem sociocultural: aspectos para a definição de política de indexação em bibliotecas universitárias”.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Parecer do Projeto nº. 0625/2012

IDENTIFICAÇÃO
1. Título do Projeto: O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO PELAS VERTENTES CIENTÍFICA, PROFISSIONAL E DE USO EM ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias
2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL:
Autor(a): Paula Regina Dal' Evedove
Coorientador(a): Isidoro Gil Leiva
Orientador(a): Mariângela Spotti Lopes Fujita
3. Instituição do Pesquisador: Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília
4. Apresentação ao CEP: 04/12/2012
5. Apresentar relatório em: Semestralmente durante a realização da pesquisa.

Objetivos
O objetivo geral é contribuir com diretrizes para definição de uma política de tratamento temático da informação para indexação em catálogos coletivos online de bibliotecas universitárias a partir do delineamento do Tratamento Temático da Informação no campo dos acontecimentos discursivos: a) fundamentos teóricos e metodológicos do corpo de docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento; b) o contexto sócio-cognitivo do bibliotecário indexador e; c) características e princípios culturais dos usuários.

SUMÁRIO DO PROJETO
<p>Observa-se a necessidade de se elaborar uma política indexação no âmbito dos fundamentos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento; que atenda as necessidades profissionais e colabore com o processo de mudanças contínuas nos fazeres cotidiano; e reflita a realidade própria do domínio informacional, a fim de preservar os valores, crenças e predisposições específicas da comunidade usuária, isto é, que sustente e ampare a informação construída como prática social em contexto de bibliotecas universitárias. Sendo assim, propõe-se investigar as vertentes científica, profissional e de uso que compõem o Tratamento Temático da Informação (TTI) em abordagem sócio-cultural a fim de identificar os elementos de ordem social e cultural que devem respaldar a elaboração de uma política de tratamento temático da informação para indexação em catálogos coletivos online de bibliotecas universitárias que respalde a prática profissional e assegure a garantia cultural às informações construídas como prática social em domínios informacionais específicos. O objetivo geral é contribuir com diretrizes para definição de uma política de tratamento temático da informação para indexação em catálogos coletivos online de bibliotecas universitárias a partir do delineamento do TTI no campo dos acontecimentos discursivos. Para tanto, utilizar-se-á questionários focados aplicados com docentes, bibliotecários indexadores e usuários de bibliotecas universitárias do Brasil e da Espanha, cujos dados serão analisados qualitativamente por meio da técnica de análise de</p>



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
 Campus de Marília

conteúdo; e aplicar-se-á a modalidade de protocolo verbal em grupo com bibliotecários de três Universidades brasileiras para avaliar o protótipo da política de indexação de acordo na perspectiva da prática profissional. **Palavras-chave:** Ciência da Informação. Tratamento temático da informação. Abordagem sócio-cultural. Política de indexação. Bibliotecas universitárias – Brasil/Espanha.

COMENTÁRIO DO RELATOR

A realização da pesquisa em questão não apresenta riscos potenciais à saúde ou integridade moral e/ou profissional do sujeito da pesquisa. Os procedimentos metodológicos apresentados são adequados para os objetivos propostos. O termo de consentimento livre e esclarecido apresenta as informações necessárias para esclarecimento dos procedimentos do projeto aos responsáveis pelos participantes da pesquisa. Há consentimento da instituição onde será realizada a pesquisa. O projeto está de acordo com as solicitações e normas da resolução CNS 196/96. Sendo assim, sou de parecer favorável a sua aprovação pelo Comitê de Ética na Pesquisa.

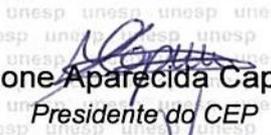
PARECER FINAL

O CEP da FFC da UNESP após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 196/96 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa resolve aprovar o projeto de pesquisa supracitado.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DATA DA REUNIÃO

Homologado na reunião do CEP da FFC da Unesp em 27/02/2013.


 Simone Aparecida Capellini
 Presidente do CEP


 José Carlos Miguel
 Diretor da FFC